

Henrique Modanez de Sant'Anna

ENTRE REIS, TIRANOS E GENERAIS: *IMITATIO*
ALEXANDRI E DISPOSITIVOS TÁTICOS NO OCIDENTE
HELENÍSTICO, 323-255 A.C.

Tese de Doutorado

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Vicente Dobroruka

Brasília, janeiro de 2011

IN MEMORIAM PATRIS MEI (1938-2009)

Há somente duas fontes das quais qualquer vantagem pode ser retirada: os nossos próprios infortúnios e aqueles de outros homens.

Políbio 1.35

RESUMO

A história política do mundo helenístico não era formada unicamente por comandantes sêniores do exército de Alexandre, o Grande; sob os Diádocos contava-se uma série de ex-oficiais de poder menor ou aventureiros que desempenhavam funções importantes em regiões controladas pelos ex-generais do rei macedônico ou mesmo em territórios que não haviam sido previamente subjugados. Juntamente com os Diádocos, tais comandantes de poder menor moldaram a política do mundo helenístico e transformaram de maneira relevante a sociedade na qual estavam inseridos, contribuindo para a formação da *imitatio Alexandri* e de seu impacto na arte da guerra do período helenístico. Este era o caso de Agátocles de Siracusa e, em seguida, Pirro do Epiro (com poder obviamente maior que o de Agátocles), que, a despeito das diferenças na esfera de poder e do vínculo com Alexandre, tiveram papel fundamental na concretização das inovações políticas e militares no ocidente helenístico.

Esta tese de doutorado apresenta duas hipóteses: em primeiro lugar, que a monarquia de Agátocles era de natureza "helenística", e que essa "inovação" política se dirigiu às suas tropas mercenárias e não à cidade de Siracusa, onde sua magistratura compulsória era uma simples formalidade; em segundo lugar, que a expedição africana de Agátocles e a experiência militar de Pirro na Magna Grécia e na Sicília provocaram inovações militares em Cartago, primeiramente em nível estratégico e, em seguida, já na invasão africana liderada pelos romanos, em nível tático. Tais inovações, por fim, teriam transformado o exército cartaginês numa autêntica arma helenística.

ABSTRACT

The political history of the Hellenistic world was not composed only of the senior commanders of Alexander the Great; under the *Diadochi* both a number of his minor officers and adventurers played important roles. They were active both in territories ruled by former generals of Alexander and even in territories which had not been subdued by the Macedonian King. With the *Diadochi*, such commanders with minor power molded the politics of the Hellenistic world and shaped their society, thus contributing to the *imitatio Alexandri* as well as to its impact on the art of war in Hellenistic period. This was the case of Agathocles of Syracuse, and after him Pyrrhos of Epirus, both fundamental to the concretization of political and military innovations in the western Hellenistic world, despite their differences in power and their connection with Alexander.

This DPhil thesis presents two hypotheses. First of all, Agathocles' monarchy was of "Hellenistic" nature, and such political "innovation" was proposed to his mercenary troops instead of the city of Syracuse, where his power was a mere formality. Secondly, the African expedition led by Agathocles and the military experience of Pyrrhos in *Magna Graecia* and Sicily fomented military innovations in Carthage. These innovations were, in the first place, at the logistical level, and after that, during the African invasion led by the Romans, at the tactical level. Such innovations, in the end, would have changed the Carthaginian army into an authentic Hellenistic weapon.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, os agradecimentos de ordem institucional. Ao Professor Vicente Dobroruka, pela confiança inabalável e por toda dedicação. Ao Professor Erich Gruen, pelo comprometimento com o trabalho de co-orientação, realizado em agradáveis reuniões ao longo do meu estágio em Berkeley. Aos Professores Celso Fonseca, Maria Filomena, Carmen Lícia e Anderson Vargas, por todas as críticas, conselhos e auxílio com o aprimoramento da pesquisa. Aos funcionários do PPGHIS da UnB e à coordenação do Programa, pela seriedade com que trataram as minhas freqüentes solicitações. Ao Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos, por tudo que ele representa na academia brasileira. Aos financiadores da minha pesquisa, nomeadamente CNPq (bolsa de doutorado no país) e Capes (bolsa de doutorado no país com estágio no exterior), por terem me dado suporte financeiro em todo o doutoramento. Aos funcionários, colegas e amigos que tive o prazer de conhecer na Fundação Hardt, em Genebra. Aos funcionários e colegas da Universidade da Califórnia, Berkeley, pela receptividade e paciência com o meu sotaque. Aos Professores Angelos Chaniotis, Joe Manning, João Gouveia Monteiro, Delfim Leão, Barry Strauss e Gianluca Tagliamonte, pelos conselhos, declarações e cartas de recomendação escritas.

Por fim, os agradecimentos pessoais. Aos meus pais, por toda educação que me deram. Espero que eu tenha, a essa altura, os deixado orgulhosos de alguma forma. À Carolina, *my Bride to be*, por todo suporte emocional em momentos difíceis, principalmente com o falecimento do meu pai. Aos meus amigos Neyller e Fabíola, que são também parte da minha família, e ao meu afilhado Ícaro. Aos outros amigos, colegas de profissão ou das mais diversas origens lúdicas.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vii
Abreviaturas.....	xi
Lista de figuras.....	xiv
Mapas.....	xv
Introdução.....	17
Capítulo 1 - Novas táticas, outra guerra: as "inovações tebanas" e o exército reformado de Filipe II e Alexandre	27
1. Epaminondas e o princípio da batalha de Leuctra	29
2. "Negócios de família": como Filipe e Alexandre transformaram a guerra grega	38
2.1. A infantaria macedônica.....	38
2.1.1. <i>Hipaspistai, pezetairoi e asthetairoi</i>	40
2.1.2. <i>Taxis, syntagma, lochos</i> e uso da sarissa.....	44
2.2. A "Cavalaria dos Companheiros".....	48
Capítulo 2 - Os desenvolvimentos da guerra helenística no tempo dos Diádocos.....	53
1. Guerra como ofício: as condições de serviço e os tipos de mercenário	53
1.1. Mercenariato, profissionalização e crise econômica	53
1.2. Mercenariato, <i>basileia</i> e <i>doriktetos chora</i>	60
2. Os exércitos dos Diádocos	64
2.1. Macedônios, <i>xenoi, misthophoroi</i> e <i>pantodapoi</i>	66
2.2. Os elefantes de combate.....	70
3. As Guerras dos Diádocos	75
3.1. Eumenes <i>versus</i> Crátero.....	75

3.2. Antígono versus Eumenes.....	77
3.3. Antígono versus Ptolomeu, Seleuco, Cassandro e Lisímaco.....	86
Capítulo 3 - Poder monárquico e arte da guerra na Magna Grécia e na Sicília helenística.....	89
1. Agátocles e a introdução da <i>basileia</i> helenística ...	89
2. O embate pela preservação da unificação política, da morte de Agátocles a Pirro do Epiro	101
3. Pirro e o problema da monarquia helenística	105
4. Agátocles, Pirro e a <i>imitatio Alexandri</i> em campo de batalha	111
4.1. A expedição africana de Agátocles.....	111
4.1.1. O exército de Agátocles.....	115
4.1.2. Agátocles, general como Alexandre?.....	117
4.2. A expedição de Pirro do Epiro.....	123
4.2.1. O exército de Pirro.....	125
4.2.2. O exército republicano romano.....	127
4.2.3. A batalha de Heracleia (280 a.C.).....	132
4.2.4. A batalha de Ásculo (279 a.C.).....	137
Capítulo 4 - As duas fases das inovações militares em Cartago.....	141
1. "Nenhum tirano destruirá nossa cidade!": controle oligárquico e fracasso da tirania em Cartago, 310-255 a.C.	141
2. O exército cartaginês	155
3. As primeiras inovações militares em Cartago helenística ou a transformação logística frente à ameaça grega, 310-307 a.C.	161

4. As últimas inovações militares em Cartago no período pré-Bárcida ou a transformação tática frente à ameaça romana, 255 a.C.	168
4.1. A Primeira Guerra Púnica, 264-241 a.C.	168
4.1.1. A particularidade da primeira guerra cartaginesa contra os romanos.....	168
4.1.2. “Como Ágatocles, nós romanos devemos invadir a África!”: o princípio estratégico da expedição africana de Régulo, 256-255 a.C.....	182
4.1.3. Xantipo e a adoção do princípio tático helenístico, 255 a.C.....	187
Conclusão.....	194
Bibliografia.....	199
Anexos.....	212
Anexo 1 - Uma cronologia do mundo helenístico, 323-241 a.C.	212
Anexo 2: Figuras	216

ABREVIATURAS

- AALG - MILNS, Robert. "The Army of Alexander the Great" in:
REVERDIN, Oliver. *Entretiens sur l'Antiquité Classique, Alexandre le Grand: image et réalité*. Vandoeuvres-Genève:
Fondation Hardt, 1976. pp.87-136.
- AHR - *The American Historical Review*
- AJA - *American Journal of Archaeology*
- ALG1 - TARN, William W. *Alexander the Great*. Cambridge:
Cambridge University Press, 1950. 2 vols. Vol.1
- ALG2 - TARN, William W. *Alexander the Great*. Cambridge:
Cambridge University Press, 1950. 2 vols. Vol.1
- Apiano - Apiano, *Guerras Estrangeiras*
- Arist. Pol. - Aristóteles, *Política*
- Arr. Anab. - Arriano, *Anábasis de Alexandre Magno*
- Austin. AUSTIN, Michel. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A Selection of Ancient Sources in Translation*. Cambridge, MA: Cambridge University Press: 2008.
- CA - *Classical Antiquity*
- Chanotis, WHW. CHANIOTIS, Angelos. *War in the Hellenistic World*. Malden: Oxford: Blackwell, 2005.
- Consolo Langher - Sebastiana Consolo Langher. *Agathocle. Da capoparte a monarca fondatore di un regno tra Cartagine e i Diadochi*. Messina: Pelorias, 2000.
- CQ - *Classical Quarterly*
- Cúrcio. - Quinto Cúrcio, *História de Alexandre Magno*
- Daly - DALY, Gregory. *Cannae: the experience of battle in the Second Punic War*. London; New York: Routledge, 2002
- Diod. - Diodoro, *Biblioteca Histórica*
- Cássio Dio - Cássio Dio, *História Romana*
- Dionísio - Dionísio, *Antiguidades Romanas*
- Estrabão - Estrabão, *Geografia*
- Eutrópio - Eutrópio, *Breviário de História Romana*

Frontino, Frontino, *Estratagemas*

Goldsworthy, Punic Wars - GOLDSWORTHY, PUNIC WARS, Adrian.
The Punic Wars. London: Cassell, 2000.

GRBS - *Greek, Roman, and Byzantine Studies*

Griffith. GRIFFITH, Guy T. *The Mercenaries of the Hellenistic World*. Chicago: Ares, 1935.

Hdt. - Heródoto, *Histórias*

Isoc. Pan. Isócrates, *Panegírico*

Isoc. Isócrates, *Da Paz*

JHS - *Journal of Hellenic Studies*

JNG - *Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte*

Justino - Justino, *Epítome da História Filípica de Pompeius Trogus*

Lazenby, First Punic War - LAZENBY, FIRST PUNIC WAR, John Francis. *The First Punic War: a military history*. London: UCL Press, 1996

Lévêque, Pirro - LÉVÊQUE, Pierre. *Pyrrhos*. Paris: E. de Boccard, 1957.

LSJ - *Liddell-Scott-Jones Greek-English Lexicon*

Meister, CAH 7 - MEISTER, K. Agathocles. WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E. *The Cambridge Ancient History*. Vol. 7 (1). Cambridge: University Press, 1984. PP.384-411.

Miles - MILES, Richard. *Carthage Must be Destroyed: The Rise and Fall of an Ancient Mediterranean Civilization*. London: Allen Lane, 2010.

Orósio - Orósio, *História contra os pagãos*

Parke. PARKE, Howard W. *Greek Mercenaries Soldiers*. Chicago: Ares, 1933.

Plut. Ages. - Plutarco, *Vida de Agesilau*

Plut. Alex. - Plutarco, *Vida de Alexandre*

Plut. Dem. - Plutarco, *Vida de Demétrio*

Plut. Eumenes - Plutarco, *Vida de Eumenes*

Plut. Pelop. - Plutarco, *Vida de Pelópidas*

Plut. Tim. - Plutarco, *Vida de Timoleão*

Polib. - Políbio, *Histórias*
Polieno - Polieno, *Estratagemas*
Plínio - Plínio, *História Natural*
Sil. Pun. - Sílio Itálico, *Púnica*
Tito Lívio - Tito Lívio, *A História de Roma (AB VRBE
CONDITA LIBRI)*
TLG - *Thesaurus Linguae Graecae*
Tucid. - Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*
Xen. Hel. - Xenofonte, *Helênica*
Zambon, *Hellenistic Sicily*, - ZAMBON, Efrem. *Tradition and
Innovation: Sicily between Hellenism and Rome*. Stuttgart:
Fraz Steiner Verlag, 2008.
Zonaras - Zonaras, *Epitome historiarum*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1, Estatueta de Alexandre, o Grande. Origem: Herculaneum (região da Campânia), 330-320 a.C. In: Andrew Stewart. *Faces of Power: Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1993.

Figura 2, (a) Tetradracma de prata de Ptolomeu I Soter do Egito (315-305 a.C.). Previamente no mercado suíço. (b) Estater de ouro de Agátocles de Siracusa (310-305 a.C.), Vienna. In: Stewart, op. cit.

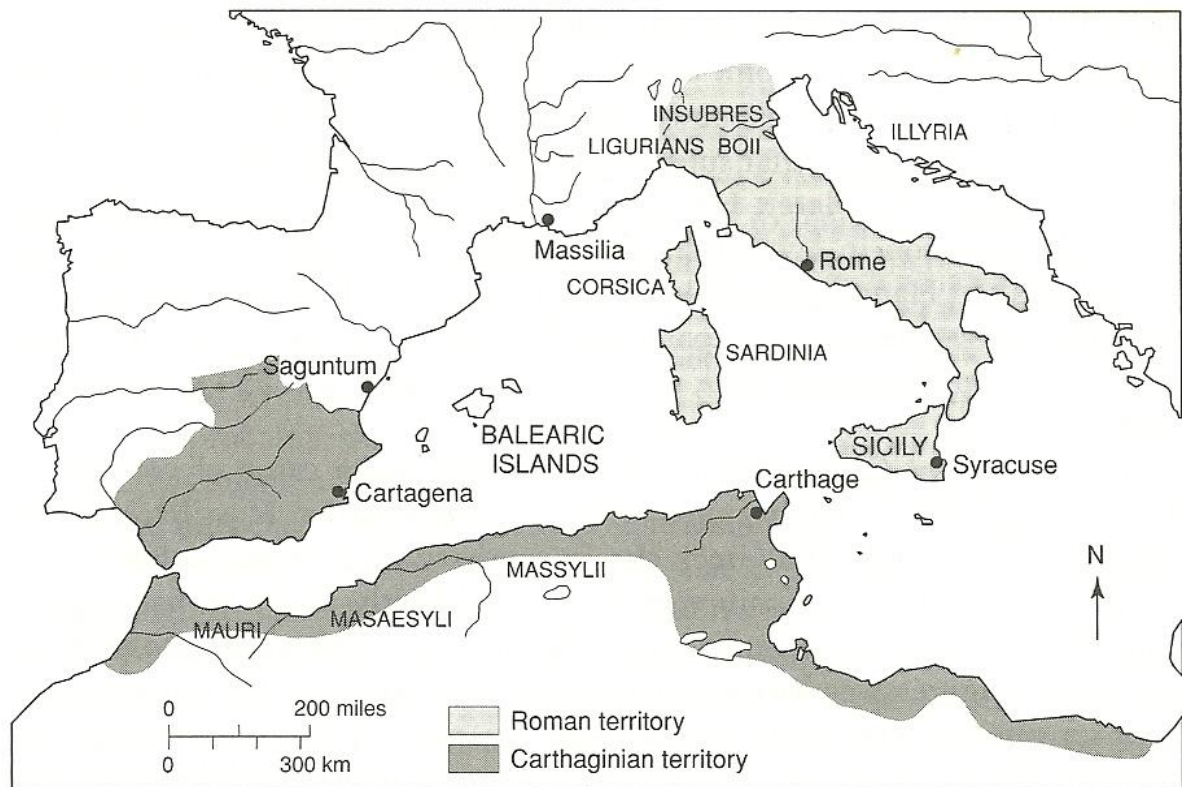
Figura 3, Vista panorâmica de Cartago, reconstrução feita pelo *Musée National*, Cartago. In: Richard Miles. *Carthage Must be Destroyed: the Rise and Fall of an Ancient Civilization*. London: Allen Lane, 2010. P.175.

Figura 4, Batalha de Túnis (255 a.C.). In: Yann Le Bohec. *Histoire militaire des guerres puniques*. Monaco: Editions du Rocher, 1996. P.90.

MAPAS



Sicília à época da Primeira Guerra Púnica. In: Nigel Bagnall. *The Punic Wars: Rome, Carthage, and the Struggle for the Mediterranean*. London: Hutchinson, 1990. P. 50.



Mediterrâneo ocidental no início da Segunda Guerra Púnica. Note a expansão africana e hispânica dos cartagineses após a Primeira Guerra Púnica e a hegemonia romana na Sicília, dois dos grandes resultados da Primeira Guerra Púnica. In: Gregory Daly. *Cannae: the experience of battle in the Second Punic War*. London and New York: Routledge, 2002. P.7.

INTRODUÇÃO

Após a morte de Alexandre, o Grande, os seus generais rapidamente trataram de dividir os territórios imperiais na Europa, na Ásia e no Egito, de maneira a produzir uma configuração política completamente inédita ao mundo antigo. Dois princípios básicos regeram a ascensão dos novos monarcas e a construção de suas dinastias: a apropriação da imagem pública de Alexandre (*imitatio Alexandri*) e o "direito da lança" ou *doriktetos chora*. Portanto, para se tornar um reclamante digno dos territórios imperiais era preciso, em primeiro lugar, se igualar a Alexandre em feitos, copiando as suas realizações militares (postura ofensiva, táticas, movimentos e velocidade) e até a sua ligação com as divindades, o que poderia ser sugerido em variadas oportunidades, a exemplo da cunhagem póstuma de moedas com a iconografia do monarca.

Em segundo lugar, como consequência óbvia da *imitatio*, tornava-se necessário conquistar territórios pela força das armas, o que não restringia o rei a apenas uma região ou povo, mas o instigava a governar o que fosse capaz de subjugar em campanhas militares. Como observou Gruen, o fato de os reis helenísticos não portarem "títulos étnicos", a exemplo de "rei dos macedônios", indicava que eles haviam se tornado reis do que pudessem conquistar¹. Chaniotis, WHW, em seu recente livro sobre a guerra no mundo helenístico, completa a interpretação de Gruen, ao afirmar que "esta vagueza era um convite à conquista"². Torna-se evidente, portanto, que a guerra era parte fundamental da ideologia do rei helenístico, caracterizando

¹ Erich Gruen. "The Coronation of the Diadochoi". In: J. W. Eadie and Josiah Ober. *The Craft of the ancient historian: essays in honor of Chester G. Starr*. Lanham, MD: University Press of America, 1985. pp. 253-271.

² Chaniotis, WHW, p.57.

não somente suas funções como general, mas também boa parte de suas ações como político.

O cenário helenístico em seus primórdios não era, contudo, formado somente pelos comandantes sêniores do exército de Alexandre; ao lado dos Diádocos contava-se uma lista de ex-oficiais de poder menor e de "aventureiros" sem qualquer ligação direta com o rei macedônio, mas que de algum modo procuravam se inserir no cenário político helenístico. Este era o caso de Agátocles de Siracusa, responsável por uma tentativa de introdução planejada da monarquia de tipo helenístico na Sicília grega. Como veremos ao longo desta tese, Agátocles não deve ser considerado um tirano como seus antecessores siciliotas, ainda que mantivesse algumas das características políticas tradicionais, uma vez que as inovações por ele inicialmente conduzidas durante a expedição africana podem ser cotadas como verdadeiramente "helenísticas"³.

Diante de uma tentativa de encerramento da guerra pelos cartagineses, com o bloqueio dos portos de Siracusa e do cerco à cidade, Agátocles liderou uma expedição inesperada ao território africano, o que foi baseado, de acordo com Diodoro, no perfeito conhecimento da situação cartaginesa na África⁴. De modo geral, o siracusano pretendia inverter a grande estratégia da guerra e assolar o território inimigo, decisão estrategicamente ousada, mas baseada na dificuldade que Cartago teria para mobilizar - ou simplesmente liderar - um exército capaz de derrotar homens "treinados na escola do perigo" (ὕπὸ τῶν ἐνηθληκότων τοῖς δεινοῖς)⁵. Durante a batalha de Túnis, em 310 a.C., Agátocles parece ter organizado uma guarda pessoal em imitação aos *hipaspistas* de Alexandre, da mesma forma que utilizado táticas muito similares àquelas adotadas pelo rei macedônio

³ A melhor abordagem para o assunto é Zambon, *Hellenistic Sicily*.

⁴ Diod. 20.1-18.

⁵ Diod. 20.3.

em Gaugamela, em 331 a.C. Alguns anos depois, encontramos evidência de Agátocles representado como Alexandre na iconografia de um estater de ouro cunhado entre 310-305 a.C., em imitação aos tetradracmas de Ptolomeu I (314-313 a.C.), o qual fazia referência à vitória obtida pelo siracusano em Túnis. Em 307 a.C., próximo à cunhagem do referido estater, registra-se a contenção de uma revolta do exército mercenário devido à falta de pagamento, ocasião em que Agátocles surgiu com toga púrpura (símbolo do poder régio), sendo as suas vestimentas consideradas pelas tropas como "adequadas ou pertencentes ao seu poder" (τὸν προσήκοντα κόσμον)⁶. Tais evidências ilustram, como sistematicamente apresentado no capítulo 3, a construção de uma monarquia que terá, logo após a autoproclamação dos Diádocos, características tipicamente helenísticas, não se adequando mais às exigências ou à estrutura organizacional de uma *pólis*. Sob Agátocles de Siracusa, e depois sob Pirro do Epiro, as vitórias de Alexandre no Oriente (assim como a longa rivalidade entre gregos e persas, a qual foi tomada pelos macedônios como justificativa para a invasão do Império Persa) ganharão vida nova no conflito entre Siracusa e Cartago⁷. A história siciliana constituía algo peculiar, não sendo um apêndice da história grega continental, como observou Finley⁸, mas o sentimento grego de hostilidade ao elemento "bárbaro", seja ele persa ou cartaginês, foi constantemente revisto, primariamente sob a liderança política de Siracusa. A *imitatio Alexandri* a partir da oposição ao elemento "bárbaro" na Sicília helenística era, portanto, algo historicamente viável, desde que houvesse um homem capaz de forjar uma ligação com Alexandre, bem como liderar os gregos da Sicília contra seu

⁶ Diod. 20.34.

⁷ Argumento desenvolvido por Richard Miles. *Carthage Must be Destroyed: The Rise and Fall of an Ancient Mediterranean Civilization*. London: Allen Lane, 2010. P.145.

⁸ Moses Finley. *A History of Sicily*. London: Chatto & Windus, 1979.

inimigo estrangeiro tradicional: Cartago. Como sustento nesta tese, Agátocles mostrou-se intencionalmente esse homem, ainda que seus planos de formação dinástica tenham falhado e que a audiência para a legitimação de seu poder não fosse composta, com exceção de Ophellas, por macedônios.

O impacto do projeto monárquico helenístico de Agátocles, no entanto, não se restringiu à Sicília grega. Cartago encontrava-se envolvida diretamente com os desdobramentos militares das inovações políticas lideradas pelo siracusano, de modo que seu exército sofreu modificações consideráveis frente à presença grega em seu território. Pouco tem sido dito sobre o exército cartaginês antes da ascensão dos Bárcidas, o que se justifica pela natureza fragmentada das fontes para a história helenística, mas uma análise cuidadosa desses fragmentos deverá ilustrar alterações sensíveis na disposição do exército em campo de batalha, processo iniciado durante a expedição africana de Agátocles. O tirano provocou, portanto, a necessidade de inovações militares entre os cartagineses, o que corresponderia ao início de um processo formado por duas fases, tendo o seu fim na transformação das tropas cartaginesas numa verdadeira força helenística, cerca de 50 anos após a invasão africana pelos gregos. Ao confiar a defesa dos territórios sicilianos aos exércitos mercenários, Cartago promoveu a falta de treinamento de suas tropas cívicas, as quais eram empregadas somente em casos extremos, isto é, de perigo para a própria cidade, bem como manteve o baixo nível de conhecimento logístico no norte da África, talvez por que os cartagineses nunca haviam sofrido ameaça similar a de 310 a.C., o que resultou no envio completo dos soldados sem quaisquer forças de reserva (cruciais para a defesa da cidade no caso de uma derrota decisiva em campo de batalha ou mesmo para a

repartição das tropas no caso de um ataque simultâneo). Do mesmo modo, o controle oligárquico quanto aos generais cartagineses dispostos no comando das tropas mercenárias na Sicília impediu a formação de uma “escola tática atualizada”, situação que somente será revertida em 255 a.C. com a contratação de um general mercenário de formação espartana (Xantipo) e com o prosseguimento de sua reforma por Amílcar Barca.

Entre a reforma provocada pela expedição de Agátocles e a reforma liderada por Xantipo há, portanto, um intervalo de aproximadamente cinco décadas, o que pode ser justificado pela carência de evidências mais detalhadas sobre a história política e militar de Cartago. Todavia, nada indica que entre 307 e 255 a.C. uma transformação no sistema de treinamento do exército tenha ocorrido, a julgar pela postura assumida por Xantipo, em 255 a.C.:

Ao liderar o exército para fora da cidade em boa ordem e começar a manobrar algumas partes dele em falange, e dar as palavras de comando de acordo com os costumes (ὡς δ' ἐξαγαγὼν πρὸ τῆς πόλεως τὴν δύναμιν ἐν κόσμῳ παρενέβαλε καὶ τι καὶ κινεῖν τῶν μερῶν ἐν τάξει καὶ παραγγέλλειν κατὰ νόμους ἤρξατο)⁹.

Feitas as considerações acima, podemos nos perguntar o que as duas fases de inovação do exército cartaginês têm em comum. Preliminarmente, cabe dizer que ambas ocorreram em momentos de extremo perigo para os cartagineses, quando o inimigo (grego e, sem seguida, romano) encontrava-se já em território africano, saqueando cidades e com numeroso exército, a um passo de tomar a própria cidade de Cartago. As referidas inovações do exército cartaginês (as quais

⁹ Polib. 1.32. παραγγέλλειν κατὰ νόμους pode ser traduzido também como “nos termos militares ortodoxos”. ἐν τάξει pode ser traduzido por “da forma correta”, como faz W. R. Paton, tradutor da Loeb, mas nesse caso a expressão parece mesmo indicar algo próximo do modelo grego, a julgar pelo equipamento das infantarias cartaginesa e líbica (ver capítulo 4 e figuras em anexo), podendo também indicar algo como “em marcha ordenada” (no caso do uso da espada como primeira arma).

serão sistematizadas ao longo do capítulo 4 a partir das evidências disponíveis) no primeiro século de história helenística aparentam ter sido, portanto, respostas de natureza distinta (uma logística e outra tática) ao mesmo problema, tendo a primeira delas se mostrado uma consequência do projeto monárquico de Agátocles.

Além de elucidar aspectos da história siciliota e cartaginesa, o enfoque proposto contribui pontualmente para a retirada da história de Cartago da sombra da expansão romana; de fato, a derrota dos cartagineses para uma confederação latina em guerras traumáticas para ambos os lados, somada ao eco da "grande e justa vitória romana" em sua tradição literária¹⁰, resultou não somente na incorporação posterior (irrefletida) da concepção de *fides Punica*, mas também na redução da história cartaginesa a apenas um capítulo do chamado "imperialismo defensivo" romano. Ao aceitar uma unilateralidade da narração de tais eventos, o que parece cômodo devido à natureza (favorável aos romanos) dos relatos antigos sobre as Guerras Púnicas, o historiador finda por repetir um discurso que exclui uma parte importante da história do Mediterrâneo helenístico, ou, na melhor das hipóteses, submete tais histórias à cronologia da transformação da República Romana em Império.

Os romanos, contudo, não foram os primeiros a rotular os cartagineses com adjetivos desfavoráveis (tais como desleais, cruéis, mentirosos, gananciosos e arrogantes)¹¹; os gregos da Sicília, séculos antes dos romanos, haviam engajado numa guerra sem fim com Cartago pela hegemonia da ilha, sendo a famosa caracterização do "outro" como "bárbaro" também um traço da cultura grega na Sicília, não

¹⁰ Um caso "clássico" é o poema épico de Sílio Itálico (*Pun.* 2.395-456), "um rico senador romano com pretensões literárias" (Miles, op. cit. p.6), que, no final do séc. I d.C., via a *fides Punica* como causa primordial das guerras anteriores com os cartagineses, reduzindo, portanto, o papel da ambição romana como motor dos conflitos.

¹¹ Benjamin Isaac. *The Invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton: University Press, 2004. pp. 325-335; Miles, op. cit. p.7.

se restringindo unicamente à experiência grega nas guerras contra os persas ao longo do séc.V a.C. Os romanos, no entanto, puderam varrer a presença cartaginesa (e posteriormente a grega) da Sicília e fazer triunfar a sua versão da história, a qual deveria incluir, obrigatoriamente, uma representação factível de Cartago, já que a autoridade e a credibilidade da historiografia romana se iniciaram na época das Guerras Púnicas.

As duas hipóteses desta pesquisa insinuam-se no interior das questões apresentadas anteriormente. Em primeiro lugar, sustento que a *basileia* de Agátocles dirigia-se às suas tropas e não à cidade de Siracusa, para a qual o reconhecimento de seu poder não parece ter sido mais do que uma formalidade. Durante a expedição africana, veremos não somente a progressiva identificação de seu poder com uma monarquia de título intencionalmente vago, que será em seguida comparada com a dos Diádocos devido à suposta paridade de suas forças ("em poder militar, territórios e feitos"). Além disso, há que se notar também a constituição de uma nova audiência para o poder de Agátocles, o qual estava cada vez menos baseado no reconhecimento do *demos* de Siracusa e cada vez mais voltado aos seus experientes mercenários¹². A mudança da audiência para o exército mercenário parece inclusive indicar a tentativa de criação de uma versão dos *hipaspistas* de Alexandre, como parte da *imitatio Alexandri* em campo de batalha.

Em segundo lugar, argumento a favor da existência de dois períodos de inovação militar de natureza distinta no exército cartaginês, sendo ambos provocados por situações de perigo extremo para a cidade de Cartago. O primeiro deles se deu, como dito antes, contra os gregos, entre 310-

¹² Sou imensamente grato ao Professor Gruen pela sugestão desta hipótese, após ouvir e ponderar as minhas considerações por horas a fio, sempre com seriedade e gentileza.

307 a.C., e parece ter tido caráter logístico, assumindo como ponto de partida o fiasco da batalha de Túnis (310 a.C.). O segundo deles ocorreu num momento decisivo da Primeira Guerra Púnica (255 a.C.), e apresentou mudanças no nível de treinamento do exército cívico e na atualização da "escola tática" cartaginesa. Em ambos os casos, os prejuízos ao desenvolvimento militar cartaginês impostos pelo vasto uso dos mercenários na Sicília (o que inibia a construção de uma cultura militar cívica) e pelo controle oligárquico em Cartago (responsável pela ruptura das linhas de desenvolvimento do generalato) parecem ter sido ultrapassados, o que poderá ser confirmado após análise sistemática dos dispositivos táticos cartagineses em 255 a.C.

Para isso, a tese divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado "Novas táticas, outra guerra: as "inovações tebanas" e o exército reformado de Filipe e Alexandre", traz uma introdução aos antecedentes da arte da guerra helenística, apresentando uma análise das condições de funcionamento do exército macedônico, bem como dos elementos adaptados das táticas tebanas (particularmente a coluna alongada). A arte da guerra helenística em seus primórdios e suas implicações político-sociais (nomeadamente a universalização do estatuto mercenário das tropas e a construção de um novo tipo de monarquia) dependem do entendimento correto sobre as unidades táticas do exército macedônico, no caso dos generais que haviam combatido com Filipe, e de uma generalização do modelo macedônico a partir do que se difundiu com a expedição asiática de Alexandre. O segundo capítulo ("Os desenvolvimentos da guerra helenística no tempo dos Diádocos"), um desdobramento lógico e direto do primeiro, apresenta um estudo minucioso da situação geral do mercenariato nos primórdios do período helenístico e da

arte da guerra tal qual experimentada pelos Diádocos no embate pela divisão do Império de Alexandre. Além da análise da manutenção das táticas macedônicas de cavalaria e das novas armas empregadas (inclusive como símbolo de poder militar, no caso dos elefantes) pelos Diádocos, o capítulo se ocupa com os eventos relacionados às Guerras dos Sucessores, dando atenção especial à alteração do princípio de aniquilamento pelo envolvimento completo do inimigo, o que resultou no recrutamento massivo de tropas de infantaria derrotadas (e por vezes intactas) após o choque da cavalaria.

Os dois últimos capítulos deslocam o foco da tese para o ocidente helenístico e seus esforços orientados, sob Agátocles, para uma *imitatio Alexandri* em campo político e militar, e sob os cartagineses, para duas fases de inovações militares que se enquadram no formato da arte da guerra helenística em seus primórdios. Em ambos os casos, contudo, notamos um processo de integração do ocidente helenístico ao mundo dos Diádocos, tenha ele ocorrido com as inovações políticas do monarca siracusano ou com as duas respostas dos cartagineses aos casos de maior perigo para a cidade de Cartago nos primeiros 90 anos de história helenística, momentos antes, portanto, do início da guerra com Aníbal Barca.

No capítulo 3, intitulado "Poder monárquico e arte da guerra na Magna Grécia e Sicília helenística", apresento uma sistematização possível das evidências favoráveis à caracterização do poder monárquico de Agátocles como "helenístico", da mesma forma que desenvolvo argumentos acerca de uma identificação provável das tropas e táticas de Agátocles, durante a sua expedição africana, com algumas unidades e planos de batalha relacionados à expedição asiática de Alexandre, o Grande. Devido à sensível queda do número de textos antigos que nos chegaram para o período,

bem como à natureza plural dos relatos (incompletos) sobre Agátocles, evidências de outra natureza (epigráfica e numismática) são também consideradas numa perspectiva instrumental de paridade metodológica, procurando estabelecer, na medida do possível, narrativas baseadas no estudo comparado de tais fontes.

O capítulo 4 (“As duas fases da reforma militar em Cartago”) traz uma análise das inovações militares cartaginesas ocorridas entre 307 e 255 a.C., das alterações de caráter logístico encaminhadas durante a expedição africana de Agátocles às modificações quanto ao treinamento e às táticas lideradas por Xantipo (255 a.C.). Um estudo das relações entre a oligarquia em Cartago e seus generais na Sicília deverá elucidar em detalhes a repressão oligárquica em direção ao desenvolvimento de uma “escola tática atualizada”, da mesma forma que uma mudança temporária nesse comportamento diante de duas ameaças potencialmente fatais à cidade.

Os textos antigos usados nesta tese seguem, quando possível, a edição da Loeb. Quando a edição não existe, a exemplo dos *Estratagemas* de Polieno, emprega-se a edição de referência (normalmente uma tradução para a língua inglesa). A leitura de tais textos deu-se inicialmente em inglês, sendo todos os trechos citados (ou de relevância pontual para a tese) lidos também em grego ou latim, usando como recursos o TLG e o LSJ.

CAPÍTULO 1 - NOVAS TÁTICAS, OUTRA GUERRA: AS "INOVAÇÕES TEBANAS" E O EXÉRCITO REFORMADO DE FILIPE II E ALEXANDRE

As influências tebanas no pensamento militar macedônico são um dado há muito aceito na historiografia, levando em consideração a aproximação de Filipe com Epaminondas¹³. Todavia, cabe perguntar quais seriam, detalhadamente, os elementos desta relação entre as táticas tebanas e a composição do exército integrado macedônico. Pode-se postular, ainda, a existência de inovações tipicamente tebanas na guerra grega e em particular na reforma do exército de Filipe e Alexandre?

Conforme mostrarei neste capítulo, alguns princípios empregados na maior batalha travada entre Tebas e Esparta, em Leuctra (371 a.C.), quando a falange lacedemônia foi derrotada num choque de hoplitas, apresentaram-se explicitamente no exército reformado macedônico, mas precisam ser cuidadosamente reavaliados. Assim, a batalha de Leuctra é importante (1) por seu impacto histórico - a falência da hegemonia espartana em campo de batalha, e (2) porque o uso da coluna alongada e da formação oblíqua (com uma das alas hesitante) foi consolidado com a profissionalização do exército macedônico, ocorrida a partir do serviço contínuo e do estabelecimento de treinamento superior (ambos característicos do soldado profissional).

Além disso, a partir da adoção das manobras de cavalaria como etapa ofensiva principal das táticas de campo adotadas por Filipe II e Alexandre podemos notar, na guerra grega, uma contribuição estritamente macedônica, não sendo possível atribuir a Epaminondas ou a outros tebanos

¹³ Plut. Pelop. 26.7.

esta modificação decisiva¹⁴. Por último, como desdobramento deste tópico, a destruição das defesas inimigas nas alas e o conseqüente aniquilamento do inimigo por manobra de envolvimento, algo elaborado pelos macedônios no mundo grego e comum aos persas ao menos desde a invasão de Alexandre, teria sido também a maior característica das batalhas na Guerra dos Diádocos¹⁵, não fosse a incorporação das tropas vencidas ao contingente vitorioso prática mais condizente com a liderança militar helenística. Embora novos fatores tenham emergido nas Guerras dos Diádocos como legado do império de Alexandre (a exemplo do emprego dos elefantes de guerra¹⁶), as manobras de cavalaria permaneceram um dos traços fundamentais aos primeiros cinquenta anos da tradição militar helenística, primando, no entanto, pela submissão das tropas vencidas ao centro da formação.

¹⁴ Ainda que os tessálios fossem excelentes cavaleiros, sua eficiência foi comprovada e difundida apenas sob o comando macedônico.

¹⁵ Daí a relevância deste mapeamento histórico como etapa analítica anterior ao estudo da guerra helenística.

¹⁶ Ambos serão tratados no capítulo dois, desde sua "matriz" macedônica.

1. Epaminondas e o princípio da batalha de Leuctra

Desde o estabelecimento do "dilema tebano", isto é, a problemática em torno de suas intervenções militares na Beócia e de sua inserção na Liga Ateniense como "tebanos" (e não como "beócios", o que limitava seu raio de ação na região), a situação não se manteve tranqüila entre ambas as *póleis* (Atenas e Tebas). Apesar de um acordo de paz firmado em 375 a.C. (que exigia respostas oficiais para qualquer incidente de cunho militar e estabelecia diretrizes para a relação das cidades mencionadas, os tebanos insistiam na restauração de Oropos, cujo controle havia sido perdido¹⁷. Além disso, a destruição de Platéia e *Thespiiai*, duas cidades beócias que há pouco haviam se aliado a Atenas, entrou no rol dos desentendimentos entre as cidades gregas. O grande problema estava justamente na recusa em reconhecer a "Confederação beócia" (na qual Tebas exercia função de comando), ainda que esta continuasse a funcionar paralelamente.

Como observa Buckler¹⁸, tal situação indicou, acima de tudo, uma "mudança no balanço do poder na Grécia". Definitivamente, os tebanos mostraram-se capazes de defender seus próprios interesses num contexto de restrição econômica da liderança política ateniense, e a construção das embarcações de guerra, bem como sua manutenção, inviabilizaram qualquer reação ateniense frente ao crescente poder tebano.

Além disso, os espartanos enfrentaram problemas ainda mais sérios que os atenienses, se pensarmos em termos mais

¹⁷ Xen. Hel. 6.3.

¹⁸ John Buckler. *The Theban Hegemony, 371-362 B.C.* Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1980. P.46.

Importante lembrar que o último tratamento dado ao período, antes do clássico escrito por Buckler, foi dado por Ernst von Stern, em sua obra *Geschichte der spartanischen und thebanischen Hegemonie* (Tartu: University of Tartu, 1884).

relacionados ao que está sendo proposto nesta tese. O melhor exemplo da dificuldade espartana em manter seu poder foi, além da redução de sua influência na Jônia, o fracasso na tentativa de subjugar Tebas. De fato, os tebanos estavam decididos a manter seu domínio na Beócia, mesmo que para isso fosse necessária a disposição de seu exército em campo de batalha, seguindo o tradicional modelo grego do choque de hoplitas, bem como a tentativa de resolver o conflito num choque decisivo.

Para complementar a tensão política acima detalhada, Epaminondas dirigiu-se a Agesilau sobre sua delegação em termos ásperos ao nível de aceitação espartana, argumentando que Tebas possuía tanto direito de intervenção na Beócia quanto Esparta na Lacônia. Tratava-se da imposição da Confederação beócia e de sua caracterização como a única unidade política possível na região, diferentemente da *symmachia* da Segunda Confederação Ateniense. O isolamento de Tebas estava, então, anunciado¹⁹, de modo que a batalha decisiva tornou-se o caminho mais provável para a resolução do desentendimento entre as *póleis*.

Quanto à documentação referente à batalha, existe uma tendência por parte dos especialistas em recusar (ou ao menos reduzir a relevância) do relato de Xenofonte²⁰, o único contemporâneo da batalha, devido à falta de detalhes e ao seu posicionamento excessivamente pró-espartano. Os demais relatos, embora posteriores, fornecem informações mais detalhadas e estão apoiados noutras evidências contemporâneas. Como observa Hanson²¹, apesar das diferenças em muitos aspectos dos relatos sobre Leuctra,

¹⁹ Xen. Hel. 6.3; Plut. Ages. 27; 28.4; Diod. 15.50.

²⁰ Xen. Hel. 6.4.

²¹ Victor D. Hanson. "Epameinondas, the Battle of Leuktra (371 B.C.), and the 'Revolution' in Greek Battle Tactics", CA 7: 190-207, 1988. P.191.

Plutarco²² e Diodoro²³ “partilham dois princípios fundamentais que permanecem inquestionáveis”. Primeiro, a inserção de algo totalmente novo em Leuctra por Epaminondas e, segundo, o caráter insatisfatório do relato de Xenofonte, especificamente em relação a sua incompletude e ao silêncio (provavelmente intencional) no que respeita às manobras tebanas.

Uma vez decididos pela guerra, Epaminondas, eleito comandante entre os *boiotarchoi*²⁴, aguardou com seu exército em Queroneia, onde poderia facilmente bloquear o avanço de Cleombroto desde Phokis²⁵. Embora os outros *boiotarchoi*, com exceção de Pelópidas, que apoiava Epaminondas desde o início de seu plano de batalha, estivessem receosos da decisão em campo aberto, optando pela corrente estratégia tebana (recuar até uma fortificação e lá oferecer resistência), o temor em perder o apoio das outras cidades beócias os encorajaram a fazer frente ao exército de Cleombroto²⁶.

Com aproximadamente 10.000 soldados de infantaria e 1.000 cavaleiros, os espartanos dispuseram, de acordo com Xenofonte, a cavalaria à frente dos hoplitas²⁷, para que a falange pudesse realizar seus movimentos secretamente, fora do campo de visão do inimigo. Cleombroto estava à direita, justamente com os demais espartanos, sendo que o contingente aliado a Esparta estava disposto à esquerda.

Em resposta ao ataque inicial dos espartanos, Epaminondas enviou sua cavalaria, provavelmente superior àquela do inimigo²⁸, no intuito de fazer frente ao ataque que abriu a batalha. A formação adotada pelos tebanos,

²² Plut. Pelop. 20.23.

²³ Plut. Pelop. 15.52-56.

²⁴ Uma das principais magistraturas da Liga Beócia, segundo o LSJ.

²⁵ Plut. Pelop. 15.52.

²⁶ Xen. Hel. 6.4; Diod. 15.53; Plut. Pelop. 20.3.

²⁷ Xen. Hel. 6.4, [...] προετάξαντο μὲν τῆς ἑαυτῶν φάλαγγος οἱ Λακεδαιμόνιοι τοὺς ἰππέας [...].

²⁸ Xen. Hel. 6.4.

estreita mas profunda, era também invertida. Contrariando o que comumente executavam os gregos, o ataque principal seria desferido pela ala esquerda, liderada pelo "batalhão sagrado", operando na ocasião como unidade individual sob o comando de Pelópidas. O restante das tropas estava disposto na ala direita, fazendo frente ao contingente aliado espartano.

De acordo com Plutarco²⁹, Cleombroto se viu forçado, quando observou que o ataque principal tebano seria executado pela ala esquerda e não pela direita, a solicitar que sua linha de frente à direita fosse estendida e abaulada (τὸ δεξιὸν ἀνέπτυσσον καὶ περιῆγον), já que assim poderia envolver a coluna alongada dos tebanos e atacar o próprio Epaminondas. O único problema é que existiria aí um espaço à esquerda do rei, que deveria ser protegido de alguma maneira, provavelmente pela cavalaria. Uma vez perdido o combate pela cavalaria espartana, Cleombroto teve que enfrentar abertamente os tebanos, sem chance de completar sua manobra, e ainda com um agravante: a cavalaria em fuga se chocou com a infantaria em avanço, causando grande confusão na formação espartana³⁰. Naquele momento, o Batalhão Sagrado se destacou das demais unidades e desferiu o principal ataque, eliminando qualquer possibilidade de reordenamento espartano. Encerrada pelo rompimento da formação, a batalha estava decidida.

O episódio de Leuctra assinala, portanto, para a maior parte dos historiadores antes de Hanson, de Buckler³¹ a Ducrey³² ou Tuplin³³, uma revolução no modo grego de fazer a guerra³⁴. Não é sem razão, frente à tradição

²⁹ Plut. Pelop. 23.2.

³⁰ Xen. Hel. 6.4.13; Plut. Pelop. 23.3.

³¹ Buckler, op.cit.

³² Pierre Ducrey. *Warfare in Ancient Greece*. New York: Schocken, 1985.

³³ John Tuplin. "The Leuctra Campaign: some outstanding problems" in: *Klio* 69: 72-107, 1987.

³⁴ Paul Cartledge (Peace of Antalkidas to Battle of Leuktra. In: _____. *Agesilaos and the crisis of Sparta*. London: Duckworth, 1987, P.380)

historiográfica, que Adcock afirmou, em *The Greek and Macedonian Art of War*, que “devido às suas inovações, [Epaminondas] havia vencido sua primeira grande batalha, Leuctra, antes da mesma ser iniciada”³⁵. Existe, no entanto, um posicionamento tradicionalmente contrário às então chamadas inovações de Epaminondas: trata-se da tradição historiográfica que remonta ao argumento desenvolvido por Hanson em 1988, em seu provocativo artigo sobre Epaminondas e a batalha de Leuctra³⁶.

Em primeiro lugar, Hanson refere-se a uma lista de casos anteriormente estudados por Pritchett³⁷, nos quais a coluna alongada havia sido empregada. De fato, aprofundar a quantidade de hoplitas numa das alas aumentava a autoconfiança e adicionava poder de choque à coluna hoplítica, mas reduzia a extensão da linha de frente, expunha o flanco mais facilmente (facilitando o envolvimento por parte do inimigo) e exigia mais da ala desfavorecida devido ao deslocamento de homens para a outra parte da formação. Os tebanos já haviam se utilizado da coluna alongada com 16 escudos³⁸ (εἰς ἑκκαίδεκα βαθειῶν)³⁹, mas é válido lembrar que existe, com Epaminondas, uma radicalização deste princípio já conhecido pelos gregos, levando ao extremo o número de soldados dispostos em coluna.

Em seguida, a inversão da coluna alongada da ala direita para a esquerda⁴⁰, onde os soldados inimigos não

menciona que as táticas de Epaminondas foram “brilhantemente inovadoras”.

³⁵ Franz Adcock. *The Greek and Macedonian Art of War*. Berkeley and Los Angeles: California University Press, 1967. P.89.

³⁶ Hanson, op.cit.

³⁷ William Pritchett. *Ancient Greek Military Practices (I)*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971. P.135. Os casos são, detalhadamente: Delion (424 a.C., Tucid. 4.93), Siracusa (415 a.C., Tucid. 6.67), Peiraieus (403 a.C., Xen. Hel. 2.4), Rio Neméia (394 a.C., Xen. Hel. 4.2).

³⁸ Xen. Hel. 4.2; Plut. Pelop. 17.2.

³⁹ Xen. Hel. 4.2.

⁴⁰ Xen. Hel. 6.4; Diod. 15.55; Plut. Pelop. 23.1.

contavam com a proteção dos escudos⁴¹, foi planejada por Epaminondas com a intenção de destruir a tropa de elite espartana o mais rápido possível. Embora tal prática - a da inversão da principal tropa de choque da direita para a esquerda - já fosse conhecida pelos gregos pelo menos desde as Guerras Médicas, como nos lembra Hanson⁴², especificamente no episódio da batalha contra o persa Mardônio⁴³, não existe meio de saber precisamente porque Epaminondas adotou tal formação, uma vez que o histórico desta inversão tática não ilustra mais sucessos do que fracassos quando aplicada. Talvez Epaminondas tenha "meramente orquestrado uma colisão brutal e decisiva"⁴⁴, como outros comandantes gregos já o tinham tentado, mas não há como saber quais motivos específicos o levaram a adotar tal formação ao invés daquela tradicional. Por fim, ainda com relação à inversão das alas, basta dizer que a eliminação da hipótese pautada na defesa da "genialidade tática" de Epaminondas nos leva, de acordo com o argumento de Hanson, a uma evidente redução na sua capacidade de ação imediata, mas ainda assim sem descartar uma questão importante: a combinação radical destes dois fatores (a coluna alongada e invertida) foi indiscutivelmente decisiva na derrota dos espartanos em Leuctra.

Outra questão fundamental diz respeito ao uso integrado (ou mesmo a ausência) da cavalaria, especialmente na ala direita tebana. Apenas Xenofonte⁴⁵ menciona a existência de tropas montadas em Leuctra, sem fazer referência sequer ao movimento de flanqueamento por parte da cavalaria de

⁴¹ Deve-se lembrar que o hoplita da esquerda era protegido pelo escudo do soldado à sua direita, avançando juntos ombro a ombro. O soldado situado à extrema direita contava, então, apenas com sua lança, já que seu escudo deveria proteger o lado direito do soldado situado à sua própria esquerda.

⁴² Hanson, op.cit. p.194.

⁴³ Hdt.9.46.

⁴⁴ Hanson, op.cit. p.194

⁴⁵ Hel. 6.4, [...] οἱ τῶν Φωκέων πελτασταὶ καὶ τῶν ἰππέων Ἡρακλεῶται [...].

Epaminondas. Pelo contrário, os espartanos é que teriam iniciado a batalha, enviando seus cavaleiros à frente dos hoplitas. Então, os tebanos, em resposta ao ataque espartano, teriam feito o mesmo. Não existe informação sobre um possível retorno às posições originais ou mesmo em direção às alas, o que poderia sugerir uma lacuna no relato de Xenofonte no que se refere às manobras de cavalaria ao longo de toda a batalha, tanto pelo lado espartano quanto pelo lado tebano.

Buckler e Tuplin⁴⁶ concordam que as manobras adotadas por Cleombroto derivaram de uma ação inesperada por parte dos tebanos. Ora, se de fato os espartanos pretendiam distrair Epaminondas com um ataque frontal e inicial da cavalaria enquanto a ala direita, comandada pelo próprio Cleombroto, pudesse avançar para além da ala esquerda tebana e recobrar a proteção do flanco com o retorno das tropas montadas que iniciaram a batalha, então Epaminondas provavelmente sabia o que fora realizado por seus inimigos na batalha do rio Neméia⁴⁷, quando um envolvimento se tornou possível exatamente a partir de tais manobras. Porém, admitindo-se que Cleombroto iniciou mesmo a batalha ordenando o avanço da cavalaria, estaria correto o relato de Plutarco (no qual Buckler e Tuplin basearam sua análise) com relação à seqüência das manobras⁴⁸? Noutras palavras, a única maneira de afirmar que Cleombroto teria modificado

⁴⁶ Buckler, op.cit. p.64.

⁴⁷ Xen. Hel. 4.2.

⁴⁸ O questionamento parte também da comparação entre a reputação de Plutarco e Xenofonte. O primeiro nunca teve pretensões a historiador, embora o relato de Leuctra tenha sido provavelmente baseado nos textos de Éforo (FGrH 70), enquanto o segundo, além das intenções de prosseguimento da obra de Tucídides, tinha declarada experiência militar. O fato de que Xenofonte seria parcial em sua análise, digo, interessado apenas em sustentar que tudo teria dado errado para os espartanos naquele dia, em contraposição à sorte dos tebanos, fez com que a historiografia, até o artigo escrito por Hanson, sequer atentasse para uma importante declaração de Xenofonte ("os espartanos iniciaram a batalha"), o que definitivamente abre o leque de possibilidades explicativas, especialmente para o questionamento do testemunho de Plutarco.

sua formação devido à "surpresa" em relação às manobras de Epaminondas é através do relato de Plutarco. Entretanto, se admitirmos que a cavalaria espartana (e não a tebana) iniciou o ataque, como sugeriu Xenofonte, é possível supor também que Cleombroto contava desde o início com o retorno de sua cavalaria para proteger o flanco aberto durante a execução da manobra (planejada antes mesmo de iniciada a batalha), com a qual pretendia envolver a coluna alongada dos tebanos. Como sua cavalaria não foi capaz de vencer a tebana, o próprio rei teria permanecido à mercê do choque comandado por Pelópidas, consequência da falha da cavalaria espartana e não fruto de um plano pré-elaborado por Epaminondas.

A crítica de Hanson, dirigida às interpretações da batalha de Leuctra, parece totalmente correta e de fato uma reavaliação das chamadas "inovações tebanas" constitui uma etapa necessária a este estudo, para que se torne evidente que a inserção da cavalaria, tal como empregada no exército de Alexandre, não estava disponível na guerra grega antes de Filipe⁴⁹. Pelo contrário, o uso integrado das diversas seções do exército configurou, em seu estágio avançado, uma contribuição tipicamente macedônica. Noutras palavras, os gregos já haviam assimilado algumas táticas cuja execução dependia de certo nível de integração entre as sessões do exército, como possivelmente ocorrera em Leuctra pelo lado espartano, mas o enraizamento do soldado-cidadão como principal figura dos exércitos gregos dos sécs.V e parte do IV a.C. deixaram a consolidação desta inovação para um reino de fronteira, a Macedônia, cuja aristocracia dava grande importância ao uso dos cavalos na guerra.

⁴⁹ A reforma do exército macedônico tornou-se um assunto por demais polêmico, uma vez que as fontes são bastante confusas a esse respeito. No entanto, posiciono-me a favor de uma reforma iniciada com Alexandre II e seguida por Filipe II, de acordo com os argumentos que apresentarei mais abaixo.

A última questão acerca do que Epaminondas realizou em Leuctra diz respeito ao ataque oblíquo, quando a falange foi trazida sob formação em crescente (μηνοειδὲς τὸ σχῆμα τῆς φάλαγγος πεποηκότες)⁵⁰. Após 371 a.C., esta formação foi novamente empregada com grande sucesso em Gaugamela (331 a.C.), por Alexandre, o Grande.

Desse modo, o argumento de Hanson acerca da suposta revolução nas táticas gregas a partir de Epaminondas precisa ser levado em consideração, na medida em que retira a proeminência de um único e genial comandante tebano, salientando a ligação entre as transformações ocorridas na guerra grega desde o conflito políada no Peloponeso e o exército reformado de Filipe da Macedônia.

⁵⁰ Diod.15.55

2. "Negócios de família": como Filipe e Alexandre transformaram a guerra grega

2.1. A infantaria macedônica

Dada a sua posição de fronteira em relação ao universo poliada e em particular após a esmagadora derrota para os ilírios⁵¹, os esforços militares dos reis macedônicos direcionaram-se para a formulação de uma nova máquina de guerra, a saber, a combinação equilibrada entre um tipo de falange de piqueiros, de excelente cavalaria e de um aparato completo de máquinas de cerco, a partir do qual Alexandre obteve os recursos táticos necessários para a realização de sua campanha na Ásia. Mas é possível dizer precisamente em que momento tal reforma teve lugar na história da Macedônia antiga?

Momigliano⁵², apoiado num trecho decisivo do fragmento da *Filípica*, de Anaxímenes de Lampsaco⁵³, afirmou que esta teria começado já com Alexandre, o Fileleno (498-454 a.C.), devido à referência a um novo grupo de soldados de infantaria, chamados *pezetairoi*, os quais teriam sido organizados em companhias (τοὺς πεζοὺς εἰς λόχους) por um certo Alexandre, considerado por Momigliano como sendo o primeiro rei deste nome de que se tem notícia.

A referência feita a Anaxímenes tornou-se decisiva desde então, mas nesta tese opto pela hipótese de Bosworth⁵⁴, que, combinando o trecho de Anaxímenes a uma importante citação de Tucídides⁵⁵ sobre a formação macedônica, desloca a reforma do exército macedônico para Alexandre II (370-368 a.C.). Ainda que o tempo de reinado

⁵¹ Diod. 16.2.

⁵² Arnaldo Momigliano. *Filippo il Macedone: saggio sulla storia greca Del IV secolo A.C.* Firenze: Felice Le Monnier, 1934.

⁵³ FGrH 72 F4

⁵⁴ Albert Bosworth. "ASTHETAIROI" in: CQ 23: 245-253, 1973. P.250.

⁵⁵ Tucíd. 4.124, "macedônios [...] e outra multidão de poderosos bárbaros" (Μακεδόνων [...] καὶ ἄλλος ὄμιλος τῶν βαρβάρων πολὺς).

de Alexandre II tenha sido bastante curto se comparado aos 44 anos de governo do primeiro Alexandre, a descrição de Tucídides deve ser considerada a partir do seguinte critério: se a formação macedônica, da forma como apresentada pelo historiador ateniense, foi fidedignamente narrada cerca de trinta anos após Alexandre, o Fileleno, a atribuição da reforma como sendo uma ação de seu governo é incorreta. Se de fato a reforma fora realizada por um Alexandre, este só pode ser, por exclusão, o seguinte Alexandre (II).

A reconstrução das origens do exército macedônico reformado é, então, bastante polêmica, ainda que a tendência seja localizar o seu início cerca de dez anos antes do reinado de Filipe II. Além disso, a história de sua organização e ação em campo de batalha nos é acessível somente a partir da campanha de Alexandre, quando o uso de Arriano e de alguns fragmentos, o mapeamento filológico de termos condizentes à infantaria e o estudo das unidades táticas conhecidas (e de suas subdivisões) auxiliam na tarefa de estabelecer as diretrizes para o entendimento de parte do exército macedônico⁵⁶.

⁵⁶ Breves reconstruções, como a elaborada por Billows (*Kings and Colonists: Aspects of Macedonian Imperialism*. Leiden/New York/Köln: Brill, 1995. Pp.11-20) não são satisfatórias, pois ignoram diversos aspectos da reforma, como, por exemplo, os problemas advindos do uso de Diodoro para o estabelecimento do número aproximado das tropas. A melhor introdução para o assunto é, ainda, Robert Milns, AALG.

2.1.1. *Hypaspistai, pezetairoi e asthetairoi*

Segundo Tarn⁵⁷ e Milns⁵⁸, somente através do relato de Arriano podemos elaborar uma reconstrução segura da terminologia e do desenvolvimento de parte das tropas macedônicas. Isso se deve ao fato de que, por um lado, tanto Diodoro quanto Cúrcio empregaram fontes apenas indiretamente preocupadas com o exército macedônico. Por outro lado, Ptolomeu, a principal fonte de Arriano, era, assim como seu leitor, entendido nos assuntos militares e conhecedor de sua terminologia. Ainda que 500 anos separassem os dois, o relato de Arriano tornou-se o mais apropriado para a análise das tropas macedônicas e de sua aplicação tática em campo de batalha.

Analiseemos, então, os principais termos referentes à organização do exército. *Pezetairoi*, que à primeira vista indica a infantaria macedônica em sentido mais amplo, em Arriano, ora faz referência a toda a falange, ora apenas a parte dela⁵⁹. Certamente trata-se de um termo anterior a Filipe, se aceitarmos as informações sobre os *pezetairoi* de Alexandre II, contidas no relato de Anaxímenes de Lampsaco⁶⁰, podendo também, de acordo com Teopompo de Quios⁶¹, fazer referência unicamente à "Guarda Real" (ἔδουρφόρου τὸν βασιλέα). Apesar dessas divergências, uma coisa permanece inquestionável: o termo *pezetairoi*, no tempo de Alexandre, referia-se essencialmente a toda a falange de piqueiros.

Existem, além disso, duas variações que devem ser observadas: *pezoi*, por vezes indicando a falange⁶² ou mesmo toda a infantaria, e *φάλαγξ*, que pode significar a falange

⁵⁷ ALG2. P.135.

⁵⁸ Robert D. Milns. "The hypaspists of Alexander: some problems" in: *Historia 20*: 186-195, 1971. P.88.

⁵⁹ Arr. Anab. 1.28.3; 2.23.2; 4.23.1; 5.22.6; 6.6.1; 6.21.3; 7.11.3.

⁶⁰ FGrH 72.

⁶¹ FGrH 115 F348.

⁶² A falange indica o conjunto de todos os batalhões ou brigadas dos πεζέταιροι.

propriamente dita ou apenas um único batalhão da falange, bem como os *hipaspistai* e a formação em linha de batalha, quando usado para fazer referência a outras tropas (ἐπὶ φάλαγγος em oposição a κατὰ κέρασ, por exemplo)⁶³.

Com a ampliação do termo para a definição de toda a falange (ou de sua parte em destaque), abre-se também uma nova questão, introduzida por Bosworth⁶⁴, a partir de uma releitura de Arriano: qual seria a vinculação dos *pezetairoi* com os *hipaspistai* e os *asthetairoi*?⁶⁵

Em primeiro lugar, o que já se discute desde Tarn⁶⁶. Muitas informações vitais acerca dos *hipaspistai* são impossíveis de se obter, basicamente por duas razões, ambas derivadas de problemas advindos das próprias fontes. Em primeiro lugar, os historiadores gregos não estariam interessados em “detalhes militares técnicos” de uma tropa macedônica, mesmo quando esta desempenhava função importante na campanha. Em seguida, Ptolomeu, provavelmente por estar familiarizado com todos esses detalhes técnicos em seu dia-a-dia, simplesmente não desenvolveu nada a respeito da disposição e equipamentos desta tropa⁶⁷.

Sabemos que os *hipaspistai* foram uma força criada a partir de uma seleção dos *pezetairoi*, sendo provavelmente a primeira na história da Macedônia de caráter profissional, cujo serviço era ininterrupto e cuja lealdade estava ligada particularmente à figura do rei. O termo aparece apenas em Arriano, tendo designação equivalente em Diodoro (δορυφόροι)⁶⁸, o que sugere ter sido *hipaspistai* o termo

⁶³ Esta discussão encontra-se em detalhes em ALG2, p.135-142.

⁶⁴ Bosworth, op.cit. p.245.

⁶⁵ Segundo Bosworth (op.cit. p.246), existem ainda traduções que simplesmente substituem o termo *asthetairoi* por *pezetairoi*.

⁶⁶ ALG2.

⁶⁷ Milns, op.cit. p.186.

⁶⁸ Diod. 17.77, [...] ἔπειτα τοὺς ἐπιφανεστάτους τῶν Ἀσιανῶν ἀνδρῶν δορυφορεῖν ἔταξεν [...].

empregado por Ptolomeu e, por dedução, pelos próprios macedônios⁶⁹.

Basicamente, formavam um contingente de 3.000 homens e encontravam-se divididos em três quiliarquias de aproximadamente 1.000 homens cada⁷⁰. Diferentemente do restante da falange, os *hipaspistai* eram selecionados pelo próprio rei e integravam sua guarda pessoal.

Qual seria, por último, o equipamento militar do *hipaspistes*? Existe uma tendência geral em definir seu equipamento como sendo mais leve que aquele dos demais falangistas ou algo situado entre o equipamento do falangista e do peltasta. No que diz respeito a essas suposições, Tarn⁷¹ é incisivo:

Em relação ao armamento, eles eram infantaria pesada, tão pesadamente armada quanto a falange; a diferença entre os dois corpos residia em sua história, recrutamento e manutenção, não no armamento. A crença de que eles eram armados como peltastas, ou que seu armamento era algo intermediário entre aquele do falangista e do peltasta, não encontra evidência para lhes dar suporte e não precisa ser informado.

Há, por outro lado, suposições com relação ao equipamento do *hipaspistes*, que podem sugerir uma proximidade com o peltasta. A melhor delas insinua-se a partir de uma marcha forçada do exército macedônico, na qual Alexandre teria utilizado os *hipaspistai* juntamente com a infantaria levemente armada dos *agrianos*. Nesta ocasião, os demais soldados da falange teriam sido deixados para trás⁷², o que poderia declarar uma diferença entre o equipamento dos *hipaspistai* e dos falangistas em geral.

⁶⁹ Embora Arriano empregue o mesmo termo que Plutarco algumas vezes, como em 3.17, "αὐτὸς δὲ ἀνα λαβῶν τοὺς σωματοφύλακας τοὺς βασιλικούς [...]".

⁷⁰ Arr. Anab. 4.30

⁷¹ ALG2, P.153.

⁷² Arr. Anab. 4.3; 3.21; 3.23; citado por Badian, durante o debate da conferência de AALG, p. 134

Nesta ocasião, de acordo com Badian⁷³, quando podemos observar soldados levemente armados (*hipaspistai* e *agrianoi*) em contraste com aqueles que os seguiram ἐν τάξει, a dedução mais correta é a de que se desfizeram dos armamentos para a perseguição e não eram, como comumente afirmado, regularmente armados como infantaria ligeira. Porém, o que temos de mais concreto parece ser mesmo uma semelhança nos armamentos dos *hipaspistai* e dos demais falangistas, dado que durante toda a campanha ambos partilharam as mesmas funções táticas.

Ainda no esforço de distinguir os termos cruciais para o entendimento da falange macedônica, gostaria de encerrar este tópico com uma breve análise dos *asthetairoi*, cuja aparição na historiografia se deu a partir da milimétrica observação de Bosworth. Como dito anteriormente, o termo *asthetairoi* foi por vezes substituído por *pezetairoi* nas traduções ou edições modernas da *Anábasis*, de Arriano⁷⁴. Da mesma forma que *hipaspistes*, são termos distintos e provavelmente não foram usados com o mesmo propósito. Bosworth⁷⁵ entende que se tratava de um termo técnico, usado para definir o contingente que “chegou posteriormente”, isto é, fruto das campanhas na Alta Macedônia. Assimilados posteriormente à formação da falange macedônica propriamente dita, tais soldados precisavam de um novo termo, que os diferenciasse dos demais, e o seu desenvolvimento desde a palavra original manteve o significado de “próximos aos Companheiros”, o que concentrou tanto a condição atual de macedônios quanto sua independência anterior à assimilação pela monarquia⁷⁶.

⁷³ AALG, P.134.

⁷⁴ As passagens são Arr. Anab. 2.23; 4.23; 5.22; 6.6; 6.21; 7.2.

⁷⁵ Op.cit. p.247

⁷⁶ Bosworth, op.cit. p.251.

2.1.2. *Taxis, syntagma, lochos e uso da sarissa*

Sabemos que com Alexandre, na Ásia, a infantaria macedônica era formada por até seis batalhões (*taxeis*), cada um deles compondo uma unidade tática autônoma (que poderia ser empregada em conjunto, obviamente). Tal ponto de partida permite que o foco do estudo sejam as subdivisões dos batalhões, as quais assegurariam maiores níveis de flexibilidade nas manobras. A unidade básica de infantaria na falange era a *syntagma*, formada por 16 *lochoi* de 16 homens⁷⁷. Sob o comando do *syntagmarches*, o batalhão era capaz de executar manobras que exigiam intensivo treinamento militar, a exemplo da formação em linha reta, oblíqua ou crescente, em seta ou em quadrado. Além disso, é ainda provável que o *lochos* seja uma criação de Filipe, já que suas primeiras aparições ocorrem na fase inicial da carreira de Alexandre⁷⁸.

Diante da organização militar da falange, a *sarissa* (com aproximados 5 metros) representou a inovação material macedônica mais importante, a qual fez da falange uma força frontalmente imbatível até o surgimento da legião romana. Para explicar o efeito que uma tropa armada com a *sarissa* provocaria no inimigo, Griffith⁷⁹ utilizou o seguinte exemplo: "numa escala mais próxima, era como a embarcação que atacava um oponente, forçando-o a correr grandes riscos antes de conseguir se aproximar e revidar".

Em companhia à poderosa *sarissa*, o falangista contava com a *pelte*, suspensa até o pescoço, contrastando a pesada *aspis* do hoplita políada. A eficiência do equipamento do falangista residia na vantagem do primeiro choque, dada pelo uso da *sarissa*. Embora não fosse um soldado

⁷⁷ O *syntagma* era uma unidade autônoma fixa, em oposição às eventuais aparições na história políada.

⁷⁸ Arr. Anab. 2.10, [...] "ἀλλὰ καὶ ἰλάρχας καὶ λοχαγούς ὀνομαστί καὶ τῶν ξένων τῶν μισθοφόρων [...]".

⁷⁹ Nicholas Hammond e Guy Griffith. *A History of Macedonia 550-336* (V.2). Oxford: Oxford University Press, 1979. P.421.

pesadamente armado, tal vantagem concedia aos macedônios certa superioridade tática frente aos demais exércitos gregos. Como consequência do aumento no tamanho da lança, o elmo macedônico tornou-se bastante diverso daquele usado pelo hoplita, conhecido como "coríntio". Ao contrário do hoplítico, o elmo do falangista era menos caro de fabricar e aberto na face. Por fim, quanto às grevas, estas eram usadas apenas nas primeiras fileiras.

Existe uma questão delicada em relação ao falangista que não pode ser ignorada aqui, embora já seja consenso entre os historiadores. Transformando numa interrogação, seria o falangista macedônico uma derivação simples e direta do peltasta trácio? De fato, Best⁸⁰, em 1969, afirmou que "seu equipamento [o do peltasta] é caracterizado pela longa lança (*sarissa*) e a *pelte*", sugerindo abertamente que não havia diferença alguma no equipamento do peltasta e do falangista. Entretanto, gostaria de apresentar duas observações sobre tal hipótese.

A primeira delas segue o que foi proposto por Lendon⁸¹. De modo geral, a partir do séc.IV a.C. o termo peltasta passou a indicar a infantaria levemente armada (sem a pesada *aspis*), tendendo a uma generalização, mais do que propriamente à definição exclusiva do soldado que portava a *pelte*. Não seriam, portanto, "peltastas macedônios", mas algo próximo de "semi-hoplitas"⁸².

A segunda está de acordo com uma diferença apresentada por Hammond⁸³, em relação à lança do peltasta trácio e a *sarissa*: a última não era, definitivamente, empregada apenas com uma das mãos, assim como não era usada para

⁸⁰ Jan Best. *Thracian Peltasts and their influence on Greek Warfare*. Groningen, Wolters-Noordhoff, 1969.

⁸¹ Jon Lendon. *Soldiers and Ghosts. A History of Battle in Classical Antiquity*. New Haven/London: Yale University Press, 2005. pp.412-413

⁸² Embora algumas vezes Arriano se refira a eles como hoplitas, a exemplo de 1.1.

⁸³ Nicholas Hammond, "What may Philip have learnt as a hostage in Thebes?" in: *GRBS* 38: 355-372, 1997.

arremesso, diferenciando-se totalmente, portanto, da lança do peltasta. Similares aos peltastas quanto ao peso de seu equipamento, os falangistas macedônios atuavam em campo de batalha como hoplitas.

Outra questão relevante quanto ao equipamento do falangista macedônio é a ausência do peitoral. Tal questão reflete, no entanto, mais os aspectos sociais e econômicos de sua condição do que propriamente uma característica tática. De fato, a Macedônia parece ter se organizado em torno do *ethos* e não da *pólis*, o que impossibilitou o surgimento do "ideal militar hoplítico". Com Filipe, ou talvez um pouco antes, observamos a intervenção monárquica na concessão do armamento, e sendo a Macedônia ainda um pequeno reino - portanto, sem grandes recursos para a guerra -, é plausível que a sarissa, arma que compensava a ausência do peitoral e da *aspis*, tenha sido produto deste contexto. Qualquer tentativa de hierarquização ou atribuição de uma causa única para a explicação do por que a sarissa foi introduzida entre os macedônios seria um equívoco. Sabemos que não se trata unicamente do produto de uma concepção tática, assim como não podemos reduzir esta inovação à deficiência econômica do reino. A criação de um exército nacional por Filipe, no entanto, conferiu uma unidade às regiões de fronteira, forçando os dinastas independentes a se unirem aos macedônios, servindo como aliados e tendo seus filhos muitas vezes como a próxima geração de comandantes em treinamento⁸⁴.

Por último, além dos macedônios propriamente ditos, temos outras etnias compondo a infantaria de Filipe e Alexandre, ora como aliados ora como mercenários. Embora existam, ainda, distinções claras entre ambas as condições, estas tenderão a desaparecer na guerra helenística,

⁸⁴ Duncan Head. *Armies of the Macedonian and Punic Wars, 359 BC to 146 BC: organization, tactics, dress and weapons*. Sussex: Wargames research group, 1982. P.11.

conforme mostrarei no capítulo seguinte. Infelizmente, as informações que nos chegaram sobre as tropas auxiliares do exército macedônico não explicam praticamente nada sobre sua atuação na guerra ou mesmo acerca de sua disposição geral, exceto por algumas menções na *Anábasis* de Alexandre. O maior número de informações sobre o exército macedônico incide, sem dúvida, sobre seus dois alicerces táticos: a falange, da qual apresentei uma breve análise, e a "Cavalaria dos Companheiros", acerca da qual me ocuparei mais à frente, argumentando sobre a transformação do papel da cavalaria nas batalhas e de sua persistência durante a Guerra dos Diádocos.

2.2. A "Cavalaria dos Companheiros"

Gostaria de iniciar este item com uma pequena, mas fundamental observação sobre o "Esquadrão Real dos Companheiros" (ἰλη βασιλικῆ ou algumas vezes ἄγημα⁸⁵). É notável o acréscimo τῶν ἑταίρων a esta unidade de elite, de modo que a "Guarda de Alexandre", com exceção dos *hipaspistai*, passou a ser sinônimo de sua cavalaria macedônica, mesmo quando referida somente como ἄγημα, mas por que a condição de cavaleiros lhes foi conferida?

A resposta mais provável parece ser porque os reis macedônios (e especialmente Alexandre) quase sempre combatiam a cavalo, como revela a insistência de alguns autores antigos em tentar posicionar Alexandre no comando de sua cavalaria na batalha de Isso. A "Guarda Pessoal" do rei se tornou, historicamente, sinônimo de uma cavalaria de elite, a "Cavalaria dos Companheiros". Esta força de elite cresceu bastante após Alexandre cruzar o Helesponto, quando 7 esquadrões (ἰλας) foram acrescentados ao primeiro original, distinto dos demais apenas por sua procedência (o esquadrão real *par excellence*)⁸⁶. Sabemos que formavam oito esquadrões na batalha de Gaugamela ⁸⁷, sendo que o esquadrão real estava sob comando de Cleito, o Negro e os demais sob o comando de Filotas, filho de Parmênio"⁸⁸.

⁸⁵ Arr. Anab. 2.5; 3.1; 3.8.

⁸⁶ ALG2, p.154.

⁸⁷ Arr. Anab. 3.11-12.

⁸⁸ Além dos Companheiros, temos outros 4 esquadrões de cavalaria ligeira, os "scouts" (πρόδομοι) ou lanceiros (σᾶρῖσοφόροι). Brunt ("Alexander's Macedonian cavalry", JHS 83: 27-46, 1963. Pp.27-8) recorda o debate entre Berve e Tarn acerca da procedência étnica (macedônia, para o primeiro, e trácia, para o segundo) desses quatro esquadrões de lanceiros. Brunt parece estar correto ao escolher a versão de Berve, uma vez que, no relato de Arriano (Anab. 1.12; 14.1 e 14.6; 2.9; 3.12; 18.2; 20.1; 21.2) apenas os *hipaspistai* e os regimentos de falange não são descritos como "macedônios", em oposição aos demais, "cuidadosamente classificados como peônios, mercenários ou agrianos no mesmo contexto". Entretanto, não penso que seja possível dizer se, após 329 a.C., quando os lanceiros desaparecem dos relatos, foram enviados de volta para casa ou incorporados aos Companheiros.

Sendo a elite da cavalaria macedônica, a qual era empregada em pontos decisivos das táticas executadas em campo de batalha, não poderia existir em grande número; mas seu papel, em contrapartida, não deveria ser de coadjuvantes quando entrassem em ação. Assim, qual era o número dos cavaleiros que integravam os Companheiros de Alexandre?

Uma vez mais, Tarn⁸⁹ recorda que a discussão em torno do número de cavaleiros que Alexandre tomou quando de sua partida para a Ásia foi travada pela historiografia a partir dos dados obtidos no relato de Diodoro⁹⁰, e que algumas das fontes utilizadas pelo historiador siciliano não permitiram a precisão desejada com relação às tropas macedônicas. A equivalência do contingente disponível a Alexandre e a Antípatro (que o rei havia deixado como representante na Europa), ambos com 12.000 soldados de infantaria (3.000 *hipaspistai* e 9.000 falangistas) é incorreta, senão absurda⁹¹. A contagem das tropas montadas a partir de Arriano se faz, portanto, necessária.

Outro questionamento importante diz respeito à organização da Cavalaria dos Companheiros. Originalmente, recorda Brunt⁹², os Companheiros estavam divididos em *ilas*, mas a partir de 331 a.C., em Susa, Alexandre formou dois *lochoi* com cada *ile*, que conseqüentemente passou a ser comandada por *lochagoi*. Esta alteração era inédita, conforme nos relata Arriano⁹³, e representou o inchaço no número dos Companheiros, já que as *ilas* não mais satisfaziam como divisão das unidades. Em contrapartida, após a execução de Cleito, o Negro (330 a.C.) surgiram as

⁸⁹ ALG2, p. 153.

⁹⁰ Diod. 17.17.

⁹¹ Especialmente devido à duplicação do número de *hipaspistai*.

⁹² Brunt, op.cit. p.28.

⁹³ Arr. Anab. 3.16.

*ipparchias*⁹⁴ e, segundo Tarn⁹⁵, o próprio Alexandre teria assumido aquela pertencente a Cleito, somando 4 esquadrões sob seu comando e outros 4 sob Hefesto. No entanto, Tarn pode ter se equivocado com o fato de que Alexandre teria assumido o comando de uma *ipparchia*⁹⁶.

De acordo com Tarn, o termo foi empregado apenas a partir de 326 a.C., no Indo, quando novos contingentes orientais -, passaram a compor o exército de Alexandre. As menções anteriores de Arriano às *ipparchias* seriam, então, confusões e anacronismos de seu próprio tempo. Brunt, por outro lado, chama a atenção para a coincidência de dois fatores, os quais permitiriam uma compreensão modificada das *ipparchias*: a desconfiança de Alexandre com relação aos seus principais oficiais e a divisão da "Cavalaria dos Companheiros" nas novas unidades, o que amenizaria a possibilidade de motins (já que estavam divididos e com poderes reduzidos), concedendo-lhes, em contrapartida, um título de bastante prestígio, antes pertencente apenas a um ou dois oficiais. Se Brunt⁹⁷ estiver correto, o surgimento das *ipparchias* foi possivelmente anterior ao que Tarn propôs (de 326 a.C. para 328 a.C.) e a inserção de orientais na Cavalaria dos Companheiros um fator independente para a organização das novas unidades⁹⁸.

Por último, cabe indagar sobre a relevância desta preocupação com o crescimento do contingente dos Companheiros (de um esquadrão para oito, ao cruzar o Helesponto, em número de 2.000 em Gaugamela e divididos em

⁹⁴ As *ipparchias* podem ter sido um novo nome para as *ilai*, modificadas pelo contexto explicado a seguir, ou algo totalmente novo, uma vez que o termo substituiu outro plenamente consolidado na prática militar grega.

⁹⁵ ALG2, p. 164.

⁹⁶ Brunt, op.cit. p.29-30.

⁹⁷ Brunt, op.cit. p.45.

⁹⁸ Sua inserção na Cavalaria dos Companheiros (provavelmente em 324), certamente posterior a criação das *ipparchias*, tem muito a dizer também sobre a política que Alexandre adotou com relação aos assuntos orientais.

ipparchias quando da campanha na Índia)⁹⁹. O que exatamente pode significar esta ampliação e quais seus desdobramentos no mundo helenístico?

A resposta reside na transformação das funções da cavalaria em campo de batalha, isto é, a partir de Alexandre, o Grande (e de seu exército reformado) as tropas montadas passaram, definitivamente, a desferir o ataque principal, legando aos falangistas o papel de força de apoio, necessária, mas sem caráter decisivo ou por princípio ofensivo. Tal característica da cavalaria macedônica pode ser observada, por exemplo, na batalha de Gaugamela, quando o número dos Companheiros foi elevado ao máximo e a tática, remodelada a partir da tradição grega, ilustra a relevância da decisão pelas manobras das tropas montadas.

A modificação de sua função tática veio acompanhada de duas grandes inovações. A primeira delas é a "formação em seta", que facilitava o rompimento da formação inimiga pela ampliação da carga desferida, se comparada àquela executada pela "formação em quadrado". Basicamente, ao manter os olhos fixos no líder, posicionado à frente da formação, cavaleiros organizados em seta eram capazes de romper com uma formação defensiva, desferindo, assim, o golpe principal¹⁰⁰.

A segunda delas diz respeito à exploração dos espaços entre os batalhões de falangistas. Como salientou Tarn¹⁰¹, apresentar ao inimigo um bloco coeso com diversas pontas de lança e manter esta formação sem espaços entre os batalhões eram coisas completamente distintas. A partir do momento em que a cavalaria passou a desferir o golpe principal, a questão dos espaços se tornou de máxima importância, como

⁹⁹ Algo em torno de 200 homens.

¹⁰⁰ Griffith, *op.cit.* p.414

¹⁰¹ William W. Tarn. *Hellenistic Military and Naval Developments*. Cambridge, Cambridge University Press, 1930. P.13.

pode ser visto em Gaugamela e, no período helenístico, em Paraitakene (Eumenes *versus* Antígono). Por último, ainda que não seja cotada como uma inovação das táticas de cavalaria, o envolvimento pelo uso de tropas montadas se tornou prática comum entre os macedônios. Numa batalha em que ambos os comandantes tivessem disposto a cavalaria nas alas, a vitória dependeria abertamente da capacidade do exército em manter seus flancos protegidos do envolvimento inimigo. Ainda que esta fosse uma prática comum entre os persas, foi com os macedônios que ocorreu a combinação do ataque montado com o avanço da falange, frontalmente impenetrável, exceto pelos espaços abertos durante o avanço ou o ataque.

CAPÍTULO 2 – OS DESENVOLVIMENTOS DA GUERRA HELENÍSTICA NO TEMPO DOS DIÁDOCOS

1. Guerra como ofício: as condições de serviço e os tipos de mercenário

1.1. Mercenariato, profissionalização e crise econômica

Em 334 a.C., onze anos antes da morte de Alexandre, havia cerca de 20.000 mercenários a serviço do Grande Rei. Em 329 a.C., cinco anos mais tarde, podemos contar praticamente 50.000 somente no lado macedônico¹⁰². O período helenístico assistiu, na seqüência, ao aumento ligeiro do número de mercenários recrutados, acompanhando os requisitos das guerras constantes e cada vez menos decisivas.

De acordo com Parke¹⁰³, autoridades contemporâneas (primeira metade do séc.XX) concluíram que as pressões econômicas levaram a tal situação: o colapso da concepção de dever militar cívico e a emergência do grande número de mercenários disponíveis teriam sido ambos provocados pela pobreza iminente das *póleis*, fruto do desastre da guerra entre gregos no séc.V a.C. O argumento do desgaste econômico no mundo grego toma como principal fonte Isócrates, notadamente a partir do momento em que a sua preocupação com as razões políticas do mercenariato¹⁰⁴ (o grande número de cidadãos em exílio, essa “massa de fugitivos e exilados, que estavam mais do que dispostos a oferecer seus serviços como mercenários”¹⁰⁵) cede lugar ao relato dos problemas econômicos gregos¹⁰⁶.

¹⁰² Parke, p.198.

¹⁰³ Parke, p.228.

¹⁰⁴ Isoc. Pan. 64 e 168.

¹⁰⁵ Chaniotis, WHW, p.80.

¹⁰⁶ Isoc. 24 e 44.

Entretanto, ainda que os conflitos políticos e a pressão econômica possam ter estimulado grande número de cidadãos sem perspectiva a oferecer seus serviços militares, as guerras constantes produziram um dos principais fatores para o outro lado da moeda, isto é, o recrutamento de mercenários: a equivalência entre oferta e procura por soldados temporariamente pagos e que estivessem dispostos a combater durante todo o tempo que o confronto levasse, não importando as razões cívicas (quando existiam) pelas quais o sangue havia sido derramado.

Há que se considerar, ainda, as diversas realidades de recrutamento das tropas que compuseram os exércitos dos Diádocos, nem sempre vinculadas diretamente ao cenário de crise das *póleis*. Este é o caso, basicamente, do recrutamento das tropas provinciais, muito mais conectadas aos direitos do governante local em formar um exército a partir das possibilidades oferecidas por sua *satrapia* do que propriamente à pobreza ou exílio de cidadãos gregos.

Por isso, a crise econômica grega não pode ser vista como instrumento de análise universal na explicação do mercenariato helenístico, uma vez que exclui as particularidades das condições de recrutamento, especialmente no que respeita à tradição asiática, e oferece respostas somente em relação ao aumento da oferta do serviço mercenário grego. A guerra, contudo, foi uma constante no período, não importando a região, e consolidou de modo irreversível, apesar das especificidades do mercenarismo, a relação oferta-procura¹⁰⁷. De fato, o mundo helenístico foi marcado por certa "onipresença da guerra", do modo como chamou Chaniotis, considerando-se que tanto a sua gênese (323 a.C.) quanto o seu fim (31 a.C.) foram o resultado de conflitos armados, do mesmo modo que dificilmente se encontra alguma área que não estivesse,

¹⁰⁷ Chaniotis, WHW, p.80.

direta ou indiretamente, como em tantos outros momentos na Antiguidade, afetada pela guerra.

O cenário de crise explica, ao lado das condições específicas de recrutamento e da ampliação do quadro geral das guerras, o porquê da relação oferta-procura ter se fixado como sendo de grande relevância no estudo da *misthotiké* helenística, mas não basta, todavia, para explicar o estreitamento dos laços entre o cenário de profissionalização crescente da guerra e o uso de tropas mercenárias.

Noutras palavras, a progressiva profissionalização no interior dos exércitos cívicos gregos deve também ser um fator considerado, particularmente até o momento em que a combinação da guerra como ofício a ser aprendido e o mercenarismo como condição geral dos exércitos helenísticos minimizou o impacto do sentimento cívico em grande parte dos soldados.

Tal mapeamento explicaria, numa perspectiva histórica, não só a função dos *ieroi lochoi* e *hipaspistai* na profissionalização da arte da guerra grega e em seus desdobramentos helenísticos, como também forneceria as razões pelas quais os mercenários têm que ser tipificados, na medida do possível, de acordo com o trabalho executado. Basicamente, havia aqueles que se colocavam sob o comando de um monarca, tirano, general ou cidade num espaço curto de tempo (durante uma campanha, por exemplo) e aqueles que serviam nos grandes exércitos reais, muitas das vezes de modo permanente¹⁰⁸.

O primeiro tipo de mercenário era formado por soldados que serviram, por exemplo, na campanha de Eumenes contra

¹⁰⁸ Chaniotis, WHW, p.79. Note que, segundo Parke (p.209) e Griffith (p.42), a divisão das tropas nos exércitos dos Diádocos é feita a partir de três tipos, os quais serão analisados detalhadamente em seguida: os macedônios, os mercenários (*xenoi* e *misthophoroi*) e as tropas recrutadas nas satrapias (por vezes sintetizadas como *pantodapoi*).

Antígono. De acordo com Diodoro, após ter sido expulso da Capadócia:

Eumenes selecionou os mais capazes [τούς εὐθετωτάτους] entre os seus amigos e, dando-lhes grandes recursos, os incumbiu de contratar mercenários, estabelecendo uma margem alta de pagamento. Alguns deles dirigiram-se para a Pisíδια, Lícia e regiões adjacentes [...]. Outros viajaram através da Cilícia, Síria e Fenícia, além de cidades em Chipre. Uma vez que a notícia do recrutamento havia se espalhado rapidamente e que o pagamento oferecido era digno de consideração, muitos se apresentaram voluntariamente, inclusive vindos da Grécia, e juntaram-se à campanha¹⁰⁹.

Neste caso, ocorrido em 318 a.C., Eumenes incumbiu *xenologoi*, classificados por Diodoro como os mais capazes entre os seus amigos, de recrutar mercenários para apenas uma campanha, aquela a ser realizada contra Antígono. Em pouco tempo, levando-se em consideração somente os mercenários, Eumenes contava com cerca de 10.000 soldados de infantaria e 2.000 cavaleiros, sem mencionar os recém-chegados *arguraspides*, sob o comando de Eumenes por ordem dos reis¹¹⁰.

Outro caso interessante de mercenários recrutados de diversas regiões por um período relativamente curto de tempo teve lugar na campanha africana de Agátocles, quando aproximadamente 3.000 samnitas, etruscos e celtas apresentaram-se ao lado dos 3.000 mercenários gregos sob a liderança de Agátocles¹¹¹. Diodoro¹¹² relata a existência de motins entre os homens por falta do pagamento que lhes era devido (ἀπήτουν δὲ καὶ τοὺς μισθοὺς τοὺς ὀφειλομένους), assim como

¹⁰⁹ Diod. 18.61, "προχειρισάμενος δὲ τῶν φίλων τοὺς εὐθετωτάτους καὶ δοὺς χρήματα δαψιλῆ πρὸς τὴν ξενολογίαν ἐξέπεμψεν ὀρίσας ἀξιολόγους μισθοὺς. εὐθύς δ' οἱ μὲν εἰς τὴν Πισιδικὴν καὶ Λυκίαν καὶ τὴν πλησιόχωρον παρελθόντες ἐξενολόγουν ἐπιμελῶς, οἱ δὲ τὴν Κιλικίαν ἐπεπορεύοντο, ἄλλοι δὲ τὴν Κοίλην Συρίαν καὶ Φοινίκην, τινὲς δὲ τὰς ἐν τῇ Κύπρῳ πόλεις. διαβοηθείσης δὲ τῆς ξενολογίας καὶ τῆς μισθοφορᾶς ἀξιολόγου προκειμένης πολλοὶ καὶ ἐκ τῶν τῆς Ἑλλάδος πόλεων ἔθελοντι κατήντων καὶ πρὸς τὴν στρατείαν ἀπεγράφοντο."

¹¹⁰ Diod. 18.59.

¹¹¹ Diod. 20.11. Ver Capítulo 3.

¹¹² Diod. 20.34.

possíveis deserções para o lado dos cartagineses, o que ilustra a dificuldade em manter coeso um grupo mercenário em situação de escassez ou mesmo irregularidade no pagamento. Em se tratando de tropas com as quais não era partilhado tempo considerável de vida militar, as revoltas deveriam ser ainda mais freqüentes, como ilustrado no exemplo africano.

O segundo tipo de mercenário era aquele desdobrado dos grupos profissionais de elite surgidos no interior dos exércitos cívicos gregos. Antes da explosão do serviço mercenário no fim da campanha de Alexandre, o primeiro passo quanto à profissionalização dos exércitos gregos foi dado com os espartanos, ainda no período clássico. De fato, os hoplitas de Esparta formavam o único corpo cívico profissional de todo o mundo políada. Seguindo o modelo hoplítico profissional, diversas outras cidades formaram unidades profissionais de elite, os *ieroi lochoi*, que por vezes desempenhavam função tática proeminente. Um dos melhores exemplos é o corpo de infantaria de elite tebano, cuja importância na vitória sobre os espartanos em Leuctra pode ser observada em mais detalhes no primeiro capítulo.

O exército reformado macedônico teve seu equivalente com os *hipaspistai*, tipo de versão macedônica dos "batalhões sagrados" políadas. Nos primeiros anos do período helenístico, sob o nome de *arguraspides*, estes veteranos de Alexandre permaneceram vinculados à casa real, apesar de receberem propostas por parte de Ptolomeu e depois Antígono¹¹³. Tal recusa os levou ao campo de batalha contra o general mais poderoso daquele tempo, sob o comando de Eumenes de Cárdia, *strategos* pelo qual tinham pouco apreço, talvez devido a sua origem étnica¹¹⁴. Em seguida à derrota de Eumenes, Antígono trucidou todos aqueles que

¹¹³ Diod. 18.62.

¹¹⁴ Eumenes era o único general trácio do exército de Alexandre.

havia sido hostis a ele, queimando vivo Antígenes, o comandante dos *arguraspides*, após tê-lo arremessado numa fossa¹¹⁵.

Apesar da história de lealdade dos *arguraspides* à casa real, os mercenários ligados diretamente a certa dinastia de modo mais ou menos permanente não eram, necessariamente, mais leais que os outros. Esta não deve ser sequer a questão central no estudo da *misthotiké* helenística. Antes de desdobrar este argumento, note-se, por exemplo, o caso dos egípcios de Ptolomeu.

Com sua primeira aparição no exército ptolomaico em 312 a.C., ao menos em expedição fora dos limites territoriais do Egito, os nativos africanos apresentaram-se armados e aptos para a batalha (τὸ δὲ καθωπλισμένον καὶ πρὸς μάχην χρήσιμον)¹¹⁶, ainda que no primeiro momento não estivessem trajados como macedônios¹¹⁷. Representavam, claramente, outro tipo de mercenário, diferente daquele recrutado temporariamente e sem vínculos com o governante da região de onde provinham. Estavam ligados ao seu contratante, como no caso dos *arguraspides*, por um vínculo mais ou menos permanente e, em breve, dinástico. Contudo, obrigações de ofício e lealdade incondicional eram coisas bem distintas: após a vitória de Demétrio sobre Ptolomeu em Chipre, em 307 a.C., praticamente todo o exército de mercenários egípcios (cerca de 16.000 soldados de infantaria e 600 cavaleiros) foi incorporado às forças antigônidas¹¹⁸, o que vincula os mercenários deste tipo, assim como os do primeiro tipo, mais à consolidação da concepção de guerra como ofício a

¹¹⁵ Diod. 19.44.

¹¹⁶ Diod. 19.80.

¹¹⁷ O argumento encontra suporte no fato de que o termo "macedônio", conforme será explicado no item 3.1, passou a significar qualquer tipo de infantaria armada com equipamento macedônico, além do fato da existência do termo οἱ Μακεδόνες na mesma sentença em que figura Αἰγυπτίων δὲ πλῆθος sugerir outro tipo de armamento e formação para estes "egípcios em grande número".

¹¹⁸ Diod. 20.53.

ser aprendido do que propriamente à lealdade devida a algum general, rei ou dinastia, embora tropas com vida militar partilhada tendam a incorporar valores como a obediência acentuada a certa liderança (como no caso dos *arguraspides*).

1.2. Mercenariato, *basileia* e *doriktetos chora*

Conforme mencionado antes, o poder monárquico helenístico desempenhou papel central na promoção desta nova concepção de guerra, levada adiante pelo impulso imperialista típico dos reis cujo poder não era herdado; esquematicamente, a *basileia* era algo a ser conquistado.

Gruen¹¹⁹ e Chaniotis¹²⁰ notaram o que podemos chamar de inversão da lógica hereditária na disposição da monarquia helenística: se Alexandre Magno reivindicou seu direito ao trono como direito de sangue, seus generais, de Antígono a Cassandro¹²¹, adotaram o título de rei baseados unicamente em suas conquistas militares, isto é, fundamentados pelo princípio da *doriktetos chora*.

Há dois documentos importantes que tratam deste fundamento do poder real helenístico. O primeiro deles pertence à compilação bizantina *Suda*, particularmente a definição de monarquia. Seguindo a tradução feita por Austin:

Ascendência (natureza) e legitimidade (justiça) não dão reinos aos homens, mas sim a habilidade em comandar um exército e em lidar com os problemas de modo competente. Este era o caso de Filipe e dos Sucessores de Alexandre. O filho biológico de Alexandre não foi de modo algum ajudado pela consangüinidade, devido a sua fraqueza de espírito, enquanto aqueles que não tinham ligação alguma com Alexandre tornaram-se reis de quase todo o mundo conhecido¹²².

Do mesmo modo, em resposta à proclamação de Demétrio como *basileu* por seu pai¹²³, previamente feito rei por seus amigos (*Ἀντίγονον μὲν οὖν εὐθύς ἀνέδησαν οἱ φίλοι*), os seguidores de Ptolomeu I o igualaram aos dois primeiros em título, na

¹¹⁹ Gruen, op. cit. pp.253-271.

¹²⁰ Chaniotis, WHW, p.57.

¹²¹ Nomeadamente: Antígono, Demétrio, Ptolomeu, Seleuco, Lisímaco e Cassandro.

¹²² Austin n. 45.

¹²³ Plut. Dem. 18.

tentativa de dispersar a impressão de que sua derrota havia abalado também o seu poder. Plutarco¹²⁴ acrescenta, ainda, que tal prática não significava meramente a mudança de nome (ὄνοματος) e aparência (σχήματος), mas removia o espírito dos homens (τὰ φρονήματα τῶν ἀνδρῶν ἐκίνησε) e ampliava suas ambições (τὰς γνώμας ἐπῆρε)¹²⁵; cabe acrescentar, ambições militares. Tanto a coroação de Antígono quanto a resposta de Ptolomeu à extensão do poder monárquico a Demétrio foram claramente baseadas em conquistas militares. Assim, o convite à conquista militar, em maior ou menor escala, era um dos traços da *basileia* de tipo helenístico, assim como a base a partir da qual toda a sua estrutura fora erigida.

Diferentemente da Macedônia de Filipe e Alexandre, o exército não era mais a única fonte de confirmação do poder real, do mesmo modo que a monarquia havia atingido proporções diferentes daquelas do tempo da batalha de Queroneia¹²⁶. Contudo, o exército continuou a ser o instrumento pelo qual os monarcas construíam o direito ao uso do diadema, estando as funções de comando cada vez mais ligadas à liderança de hordas inteiras de mercenários, recrutados das mais variadas regiões do mundo e didaticamente enquadrados nos dois tipos apresentados neste capítulo.

O abandono de valores considerados inatos para os gregos no período clássico, a exemplo da coragem (ἀνδρία) e da excelência (ἀρετή), ao lado da crescente significação da guerra como ofício (τέχνη), foi inicialmente proposto por Lendon¹²⁷ como explicação para a existência do grande número

¹²⁴ Plut. Dem. 18.

¹²⁵ Literalmente, "aumentava seus pensamentos".

¹²⁶ Ainda Austin n.44: "[...] aqueles que não tinham qualquer conexão com Alexandre se tornaram reis de quase todo o mundo habitado".

¹²⁷ Jon Lendon. "War and society". In: Philip Sabin, Hans Wees, Michael Whitby. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Pp.498-516.

de mercenários que serviram nos exércitos dos reis helenísticos.

No período clássico, a condição política do soldado-cidadão assegurar-lhe-ia, de acordo com o pensamento grego, certa superioridade em combate. Como observado por Sidebottom¹²⁸, o contraste presente em *Os Persas*, de Ésquilo, ilustra tal postura a partir da negação dos bárbaros como soldados que combatiam por sua liberdade. Note-se, por exemplo, o conhecido diálogo entre a Rainha Mãe Persa e o Coro de homens velhos:

Rainha: Eles têm um rico suprimento de homens combativos?

Coro: Eles têm soldados que uma vez golpearam os exércitos persas com um terrível ataque.

Rainha: São eles habilidosos em arqueria?

Coro: Não, de forma alguma; eles carregam escudos corpulentos e lutam ombro a ombro com lanças.

Rainha: E quem os lidera? A qual mestre suas fileiras obedecem?

Coro: Mestre? Eles não são conhecidos como servos.

Rainha: E eles podem, sem mestre, resistir à invasão?

Coro: Sim! O vasto e nobre exército de Dario foi por eles destruído.¹²⁹

No período helenístico, entretanto, a exaltação de valores inatos ao hoplita políada, *masterless* e capaz de vencer os persas por duas vezes consecutivas (apesar da inabilidade em arqueria), cedeu lugar às vantagens oferecidas pelo treinamento militar profissional, mesmo que as tropas treinadas fossem formadas por homicidas (ἀνδροφόνοι), mutiladores (παρασχίσται), ladrões (λωποδύται) e arrombadores de casas (τοιχωρύχοι)¹³⁰. Os exércitos políadas não eram capazes de fornecer recursos humanos ilimitados; além disso, a típica batalha decisiva do período clássico cedeu lugar aos conflitos constantes e de larga escala,

¹²⁸ Harry Sidebottom. *Ancient warfare: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004. P.6.

¹²⁹ Tradução tomada de Sidebottom, op.cit. Pp.6-7.

¹³⁰ Políbio. 13.6, "οὔτοι δ' ἦσαν ἀνδροφόνοι καὶ παρασχίσται, λωποδύται, τοιχωρύχοι."

travados ao longo da disputa pela partilha do império. A passagem em Diodoro sobre as vantagens no uso dos mercenários ilustra claramente esta mudança, principalmente quando o historiador siciliano se refere ao fato de que "os empregadores trazem consigo, sem grandes custos, homens para lutar em seu nome" e que, no caso dos mercenários, "ainda que sejam por muitas vezes derrotados, os empregadores mantêm suas forças intactas durante o tempo que durar o dinheiro"¹³¹.

Levados adiante pelo impulso imperialista das monarquias helenísticas, assim como pela elevação da *techné*, os mercenários preencheram os exércitos dos Diádocos de uma forma jamais vista, dando suporte à ideologia dos generais que passaram a usar o diadema como um dos símbolos de sua realeza militar.

¹³¹ Diod. 29.6

2. Os exércitos dos Diádocos

Como observou Parke¹³², a permanência dos mercenários nos exércitos helenísticos dificultou sua identificação pelos historiadores, uma vez que a redução das tropas ao tipo profissional fez com que os autores antigos freqüentemente deixassem de lado a distinção entre mercenários e soldados recrutados por direito do governante. Pode-se dizer que as tropas advindas das satrapias eram de outro tipo se comparadas àquelas recrutadas mediante pagamento, mas esta suposição está baseada apenas na prática dos sátrapas persas durante o período clássico. De fato, as condições de oferta e procura no mundo asiático não eram nada parecidas com as do mundo grego propriamente dito, dadas as diferenças das tradições políticas, mas a assimilação de exércitos inimigos inteiros por parte de comandantes vitoriosos indica, quanto ao serviço prestado, uma distinção apenas no recrutamento inicial¹³³.

Outra inovação importante ocorrida no período helenístico é a utilização dos elefantes de combate, há muito conhecidos pelos asiáticos e introduzidos na arte da guerra grega somente após a morte de Alexandre. Apesar de seu emprego tardio, os paquidermes mostraram-se definitivos ou ao menos desejáveis nos exércitos helenísticos até a ascensão da legião romana, quando suas implicações logísticas fizeram-se mais presentes¹³⁴. Se os generais helenísticos consideravam os elefantes decisivos num confronto aberto, eles o fizeram por um motivo razoável, de

¹³² Parke, p.208.

¹³³ Por exemplo, a *ξενολογία* (recrutamento de tropas mercenárias) executada por Eumenes, tal qual relatada em Diod. 18.61

¹³⁴ Por exemplo, a dificuldade no emprego de elefantes na Sicília, durante a campanha pírrica.

modo que o seu emprego transformou significativamente a arte da guerra helenística.

2.1. Macedônios, *xenoi*, *misthophoroi* e *pantodapoi*

Durante as Guerras dos Diádocos, ao lado dos mercenários conhecidos desde a campanha de Alexandre (agrianos, trácios, tessálios, cretenses, entre outros), os macedônios desempenharam uma função de grande importância na composição dos exércitos helenísticos. A falange representava a força de apoio, tornando-se responsável em boa medida pela manutenção do centro da formação, ao passo que a cavalaria e os elefantes de combate (quando disponíveis) realizavam a ofensiva nas alas e procuravam decidir a peleja.

Conforme veremos adiante, após desferir um ataque inesperado ao espaço aberto pela marcha irregular da infantaria de Eumenes, Antígono conseguiu, na batalha de Paraitacene (317 a.C.), alinhar novamente a sua falange ao pé do monte, para onde os soldados haviam se retirado, reestruturando boa parte da linha defensiva de seu exército. Neste caso, a reorganização da infantaria macedônica em campo de batalha teria assegurado, por um lado, a vitória do comandante aparentemente derrotado e, por outro, devido à irregularidade da marcha dos infantis inimigos, a derrota daquele que pensava ter vencido o confronto¹³⁵.

Sendo os macedônios de reconhecida importância nos primeiros 20 anos subsequentes à morte de Alexandre, o questionamento sobre a multiplicação de suas aparições no relato de Diodoro se faz necessário. Por que razão as referências a eles aumentaram no período de divisão das chamadas "tropas nacionais" entre os generais de Alexandre, o que forçosamente teria reduzido o seu número em cada um dos exércitos que lutavam entre si pela supremacia militar?

¹³⁵ Diod. 19.30.

Griffith¹³⁶ e Launey¹³⁷ apresentam explicações idênticas para tal evento. Em primeiro lugar, dada a impossibilidade dos números apresentados por Diodoro¹³⁸ para as tropas macedônicas, o ponto de partida se torna a valoração técnica adquirida por *makedon* no séc.III a.C., especialmente no Egito, ou seja, o termo deixou de ser "uma garantia de proveniência geográfica"¹³⁹ e passou a designar unicamente um "cavaleiro ou soldado de infantaria pesadamente armados, segundo as tradições macedônicas"¹⁴⁰.

Notamos, então, a fusão da referência étnica com a valoração técnica do termo *makedon*, o que por vezes torna impossível a delimitação dos batalhões formados unicamente por veteranos de Alexandre ou novos macedônios, exceto quando os primeiros são mencionados como *arguraspides*, em contraposição àqueles provenientes das satrapias e armados com equipamento macedônico.

Outras referências relevantes nos exércitos helenísticos são os mercenários gregos propriamente ditos, conhecidos como *xenoi*, os *misthophoroi*, e as tropas asiáticas ou *pantodapoi*, recrutadas nas províncias e listadas entre os demais soldados, servindo ora como cavaleiros e arqueiros, ora como infantaria de pouca utilidade, se comparada àquela dos mercenários gregos. Deve-se observar, ainda, que estas não são categorias necessariamente excludentes, uma vez que encontramos, por exemplo, em Diodoro¹⁴¹, "*pantodapoi* armados com equipamento macedônico", o que sugere uma possibilidade dupla de tratamento. Apenas os *xenoi* se diferenciam claramente dos *misthophoroi*: ambos podem ser traduzidos como mercenários,

¹³⁶ Griffith, p.41.

¹³⁷ Marcel Launey. *Recherches sur les armées hellénistiques*. Paris, Bocard, 1949. 2 vols. Vol.1, Pp.290-93.

¹³⁸ Diod. 18.30.

¹³⁹ Launey, op.cit. p.290.

¹⁴⁰ Launey, op.cit. p.293.

¹⁴¹ Diod. 19.14, "[...] τοὺς δὲ εἰς τὴν Μακεδονικὴν τάξιν καθωπλισμένους παντοδαποὺς [...]".

mas os primeiros são quase sempre dispostos como infantaria pesada (na linha de frente), enquanto os últimos fazem referência às tropas levemente armadas e constituídas por *pantodapoi* ou tropas asiáticas com origem étnica bem definida.

Vejamos a organização do exército de Antígono em 317 a.C., de acordo com Diodoro¹⁴², num trecho esclarecedor quanto à temática em questão:

Quanto à infantaria, mais de nove mil mercenários [οἱ ξένοι] foram dispostos à frente; próximo a eles [foram dispostos] três mil lícios e panfílios e em seguida mais de oito mil tropas mistas armadas com equipamento macedônico [παντοδαποὶ δ' εἰς τὰ Μακεδονικὰ καθωπλισμένοι] [...]. À frente dos cavaleiros na ala direita adjacente à falange eram 500 mercenários de origem mista [μισθοφόροι παντοδαποὶ] [...].

Há dois tipos de mercenários na passagem acima. Os primeiros, em número de 9.000, eram claramente soldados de infantaria pesadamente armados, hoplitas mercenários. Os últimos, dispostos como cavaleiros, eram também tropas mercenárias, mas de uma categoria diferente, não só por combaterem a cavalo, mas por serem asiáticos. Noutras palavras, mercenários asiáticos são tão mercenários quanto os que advêm da Grécia, porém a distinção estabelecida pelo uso dos dois termos deve ser notada, ainda que não possamos mensurar qualquer diferença no tratamento dado a ambos por parte do empregador.

Os *pantodapoi* são comumente citados por Diodoro, como exposto, e em diversos momentos analisados ao longo do capítulo, mas a sua participação em batalha não tem destaque na narrativa do historiador siciliano, da mesma

¹⁴² Diod. 19.29, "τῶν δὲ πεζῶν πρῶτοι μὲν ἐτάχθησαν οἱ ξένοι, πλείους ὄντες τῶν ἐννακισχιλίων, μετὰ δὲ τούτους Λύκιοι καὶ Παμφύλιοι τρισχίλιοι, παντοδαποὶ δ' εἰς τὰ Μακεδονικὰ καθωπλισμένοι πλείους τῶν ὀκτακισχιλίων, ἐπὶ πᾶσι δὲ Μακεδόνες οὐ πολὺ ἐλάττους τῶν ὀκτακισχιλίων [...]. τῶν δ' ἵππέων πρῶτοι μὲν ἦσαν ἐπὶ τοῦ δεξιοῦ κέρατος συνάπτοντες τῇ φάλαγγι μισθοφόροι παντοδαποὶ πεντακόσιοι [...]".

forma que os mercenários no relato de Arriano sobre a campanha de Alexandre. As tropas de origem étnica exata, por sua vez, não constituíram uma exceção a essa regra, a não ser por aparições rápidas e escassas, mas por vezes determinantes, como no caso dos capadóci¹⁴³.

¹⁴³ Notadamente no embate entre Eumenes e Crátero.

2.2. Os elefantes de combate

Tomarei como ponto de partida para a investigação detalhada acerca dos elefantes de combate e de seu papel na arte da guerra helenística o primeiro embate sério entre os paquidermes e a infantaria macedônica, ainda que tal encontro tenha ocorrido momentos antes do início oficial da época helenística, em 323 a.C.

Na batalha do Hidaspes (326 a.C.)¹⁴⁴, Poro dispôs seus elefantes (cerca de 200) à frente da infantaria, na primeira linha de combate, segundo Arriano¹⁴⁵, com intervalos de aproximados 30 metros (διέχοντα ἐλέφαντα ἐλέφαντος οὐ μείον πλέθρου), impedindo que a cavalaria de Alexandre, aterrorizada, pudesse se aproximar¹⁴⁶. A infantaria indiana (30.000) seguia para as alas, com tropas montadas encerrando a formação (2.000), em ambos os flancos. Por último, carros de guerra (300) estavam posicionados à frente da cavalaria, sendo esta a organização geral das tropas de Poro para a batalha. Em contrapartida, Alexandre concentrou a cavalaria (5.500) na ala direita, onde normalmente os Companheiros combatiam, com a intenção de forçar uma alteração na formação da cavalaria indiana, assim como atacá-la por completo em sua ala esquerda. As duas iparquias sob o comando de Coeno foram enviadas sobre a direita inimiga, no momento em que esta realizou a inversão pela qual Alexandre esperava¹⁴⁷. Aos soldados da

¹⁴⁴ Os elefantes já haviam sido utilizados pelos persas em Gaugamela (Arr. Anab. 3.11, "οἱ δὲ ἐλέφαντες ἔστησαν κατὰ τὴν Δαρείου ἴλην τὴν βασιλικὴν [...]"), mas não desempenharam papel relevante na batalha.

¹⁴⁵ Arr. Anab. 5.15.

¹⁴⁶ Arr. Anab. 5.15, "ὡς πρὸ πάσης τε τῆς φάλαγγος τῶν πεζῶν παραταθῆναι αὐτῶ τοὺς ἐλέφαντας ἐπὶ μετώπου καὶ φόβον πάντη παρέχειν τοῖς ἀμφ' Ἀλέξανδρον ἵππευσιν."

¹⁴⁷ Arr. 5.16, "Κοῖνον δὲ πέμπει ὡς ἐπὶ τὸ δεξιόν [...]". Afinal, "para a direita de Alexandre ou contra a direita inimiga"? A questão colocada por Brunt, tradutor de Arriano na edição Loeb, destaca uma grande confusão na interpretação acerca do posicionamento das tropas em Hidaspes. As palavras iniciais (Κοῖνον δὲ πέμπει ὡς ἐπὶ τὸ δεξιόν) têm sido interpretadas, na melhor discussão sobre o assunto, um artigo de Hamilton, de três formas distintas: (1) para a direita de Alexandre; (2) em direção à direita indiana como uma "finta"; (3) contra a direita indiana, em forma de ataque. Aqui adotei a segunda interpretação devido à maneira

infantaria (15.000)¹⁴⁸, Alexandre ordenou que avançassem somente quando os cavaleiros indianos fossem postos em confusão contra seu próprio exército¹⁴⁹. Quanto aos cavaleiros arqueiros, estes foram úteis para o ataque de longa distância, causando baixas na ala esquerda inimiga, um pouco mais ao centro do local que Alexandre pretendia atacar.

Assim que a cavalaria indiana investiu contra os Companheiros e o regimento de Dahae (recrutado na Ásia e utilizado pela primeira vez no exército de Alexandre), Coeno realizou o que lhe fora ordenado e atacou as tropas montadas de Poro pelo flanco, destruindo sua formação numa manobra compressora¹⁵⁰, provavelmente após ter acompanhado a inversão das tropas de Poro. Parte dos cavaleiros indianos, então, partiu desordenada em direção aos elefantes, exatamente no momento em que a infantaria macedônica iniciou o seu avanço. Segundo Arriano, "a própria falange macedônica" (ἡ φάλαγξ αὐτῆ τῶν Μακεδόνων) arremessou diversos dardos contra os condutores dos elefantes e, "formando um anel em torno dos animais, descarregou dardos por todos os lados"¹⁵¹.

A partir deste ponto, os paquidermes avançaram em direção à infantaria e começaram a devastar (ἐκεραίιζε) toda a

como a batalha se desenrolou, isto é, o caminho mais provável para uma compressão da cavalaria indiana por Alexandre e Coeno era a perseguição das tropas indianas durante uma inversão, da ala direita para a esquerda. Para uma discussão completa a respeito da formação indiana, consultar J. R. Hamilton, "The Cavalry Battle at the Hydaspes" in: *JHS* 76: 27-28, 1956.

¹⁴⁸ Richard D. Milns. *Alexander the Great*. London: Robert Hale, 1968. P.211.

¹⁴⁹ Arr. Anab. 5.16.

¹⁵⁰ Arr. Anab. 5.17.

¹⁵¹ Arr. Anab. 5.17, "ἔς τε τοὺς ἐπιβάτας αὐτῶν ἀκοντίζοντες καὶ αὐτὰ τὰ θηρία περισταδὸν πάντοθεν βάλλοντες." Ora, a falange não possuía mobilidade suficiente para executar tal "anel", muito menos os falangistas carregavam dardos. Trata-se, evidentemente, de um equívoco de Arriano. Cúrcio (14.24) refere-se aos agrianos e trácios, o que soa mais provável, ainda que a reconstrução da formação macedônica a partir desta informação não seja possível, a menos que se admita apenas que ambas as tropas levemente armadas estavam dispostas, desde o início do embate, à frente da falange.

falange. Os cavaleiros macedônios, enquanto isso ocorria, formaram um só esquadrão e empurraram de volta o restante da cavalaria indiana contra os elefantes, o que ocasionou uma verdadeira carnificina, seja pela morte dos condutores ou pela simples confusão da situação. Boa parte dos indianos recuou por entre os elefantes, enquanto recebiam os duros golpes de sua própria máquina de guerra¹⁵². Alexandre, então, ordenou o avanço da falange, a qual deveria adotar a formação mais compacta possível. Os indianos já não contavam com sua cavalaria, e a infantaria era incapaz de deter o ataque das tropas montadas de Alexandre, que os cercaram por todos os lados.

Como observou Milns, a vitória sobre os indianos no Hidaspes "foi a última grande batalha que Alexandre travou e, diriam alguns historiadores, a sua melhor"¹⁵³. De fato, Alexandre reverteu o impacto - ou parte dele - causado pela melhor arma do exército indiano: o elefante. Contudo, existe outra questão, que não tem relação direta com o gênio militar do rei macedônio, mas sim com a emergência desta nova "máquina de guerra" como integrante (e por vezes símbolo) dos exércitos helenísticos.

De um lado, a batalha do Hidaspes ilustra como o ineditismo no combate aos elefantes (por parte dos ocidentais) provocou um terrível efeito psicológico nos macedônios, especialmente nos anos que se seguiram à batalha. De outro, mostra que a emergência do elefante na guerra helenística foi acompanhada de um paradoxo, advindo do uso de uma arma poderosa, mas incapaz de distinguir aliados de inimigos, além de ser bastante complicada do ponto de vista logístico.

Noutras palavras, considerar os fracassos e sucessos dos elefantes em campos de batalha helenísticos deve partir

¹⁵² Arr. Anab. 5.17.

¹⁵³ Milns, op.cit. p.215.

de uma premissa básica: bem ou mal-sucedidos nos confrontos, os paquidermes constituíram um “pesadelo administrativo”, o que coloca as condições necessárias ao seu uso de um lado da balança e os resultados obtidos, caso tais condições pudessem ser alcançadas, do outro.

Problemas relativos ao atraso da marcha do exército devido à lentidão dos elefantes devem ter sido uma constante no rol dos inconvenientes quanto ao abastecimento das tropas antigas. Diodoro nos fornece um importante relato sobre essa questão, quando menciona o afastamento dos paquidermes em relação aos demais homens de Eumenes, o que resultou na sua vulnerabilidade¹⁵⁴ e conseqüente enfraquecimento parcial do exército. Fica evidente que, não fosse a manobra executada pelo comandante dos elefantes, que liderou os paquidermes “em quadrado” (οἱ τῶν ἐλεφάντων ἡγεμόνες τάξαντες εἰς πλιθίον τὰ θηρία προῆγον), dispondo o suprimento no centro da formação e o pequeno número de cavaleiros que os acompanhava na retaguarda¹⁵⁵, os retardatários teriam sido todos facilmente aniquilados pela investida de Antígono.

Por último, há ainda que se destacar as diferenças entre os elefantes africanos e indianos quanto aos seus usos militares. Durante bastante tempo acreditou-se que os elefantes africanos eram inferiores aos indianos, afirmação originada no relato de Ctésias em sua obra sobre uma Índia exótica e de fartura¹⁵⁶. O critério adotado por ele (e reproduzido por diversos autores antigos) foi unicamente a produção de alimentos, o que insatisfatoriamente resume o problema a uma única sentença: os africanos eram menores porque viviam numa região onde a comida era escassa, isto é, o deserto. Tal comparação encontra eco em Políbio¹⁵⁷:

¹⁵⁴ Diod. 19.39, [...] “τοὺς δ' ἐλέφαντας μέλλειν ἀναζευγνύειν ἐκ τῆς χειμασίας καὶ πλησίον εἶναι μεμωμένους πάσης βοήθειας [...]”.

¹⁵⁵ Diod. 19.39.

¹⁵⁶ FrGH 688 F9.

¹⁵⁷ Polib. 5.84, “τὰ δὲ πλεῖστα τῶν τοῦ Πτολεμαίου θηρίων ἀπεδειλία τὴν μάχην, ὅπερ ἔθος ἐστὶ ποιεῖν τοῖς Λιβυκοῖς ἐλέφασιν· τὴν γὰρ ὁσμὴν καὶ φωνὴν οὐ μένουσιν, ἀλλὰ καὶ

[...] a maior parte dos elefantes de Ptolomeu evitou o combate, como normalmente ocorre com os elefantes africanos, pois sendo incapazes de suportar o odor e o grito dos elefantes indianos, e aterrorizados, penso eu, com a estatura e a força [τὸ μέγεθος καὶ τὴν δύναμιν] dos mesmos, eles voltam-lhes as costas imediatamente e põem-se em fuga antes de sua aproximação.

Em 1926, Tarn apresentou uma questão fundamental com relação às diferenças entre os elefantes africanos e indianos, o que dificultou a repetição do argumento pouco fundamentado de Ctésias. Filologicamente bem amparado, Tarn sustentou que tais autores nada sabiam sobre os elefantes, mas o seu herói, Alexandre, havia empregado o elefante indiano¹⁵⁸. Não existe nada, definitivamente, além da tradição literária originada da observação pouco criteriosa de Ctésias, que possa sustentar a superioridade dos elefantes indianos diante dos africanos em campo de batalha.

Vindos da Índia ou recrutados na África, os elefantes mostraram-se decisivos nos campos de batalha helenísticos, como veremos no item 3.3 e no capítulo 4. Encontrados terreno plano, condições excelentes de abastecimento e clima, e um inimigo cuja força primária fosse composta por infantaria pesada disposta em formação cerrada, os elefantes constituíam uma das mais eficientes - senão a mais eficiente - arma empregada pelos comandantes helenísticos, notadamente nas raras batalhas decisivas do período.

καταπεπληγμένοι τὸ μέγεθος καὶ τὴν δύναμιν, ὥς γ' ἔμοι δοκεῖ, φεύγουσιν εὐθέως ἐξ ἀποστήματος τοὺς Ἰνδικούς ἐλέφαντας." Cf. Diod. 2.16 e 2.35.

¹⁵⁸ William W. Tarn. "Polybius and a literary commonplace" in: *CQ* 20: 98-100, 1926. P.100.

3. As Guerras dos Diádocos

3.1. Eumenes versus Crátero

No ano de 321 a.C., durante a realização da campanha de Perdicas no Egito, Eumenes fora enviado ao Helesponto por Perdicas para evitar o avanço de Crátero e Antípatro¹⁵⁹. Uma das primeiras medidas do comandante grego foi o recrutamento de um grande corpo de tropas montadas de sua própria satrapia, isto é, a Capadócia. Apoiado por Alcetas, submetido ao seu comando por ordem de Perdicas, contava já com certo número de macedônios, insuficientes para a ocasião, os quais haviam sido incorporados após a vitória sobre o exército de Neoptolemos¹⁶⁰.

De acordo com Diodoro¹⁶¹, ao saber do avanço do exército inimigo, Eumenes coletou suas forças, particularmente sua cavalaria, de todos os lados (ἤθροισε πανταχόθεν τὰς δυνάμεις καὶ μάλιστα τὴν ἵππικὴν). Em relação à infantaria, sobre a qual não depositava muita esperança, contava com 20.000 homens de todas as raças (παντοδαπούς τοῖς γένεσιν), perfazendo um total de 25.000 homens, se somada a cavalaria adquirida. Contra o seu exército, Crátero contava com macedônios conhecidos por sua coragem (οἱ Μακεδόνες, διαβεβοημένοι ταῖς ἀνδραγαθίαις) e dois mil cavaleiros como auxiliares.

Após a narração de um duelo entre os comandantes, Diodoro menciona a derrota da cavalaria de Crátero, sendo que, ao constatar a morte de ambos os líderes macedônios, Eumenes ordenou a retirada de seu exército, privando-se do aniquilamento completo do inimigo em prol da negociação cujo objetivo era a incorporação da infantaria derrotada.

Nas palavras do historiador siciliano,

¹⁵⁹ Diod. 18.29.

¹⁶⁰ Diod. 18.29; Arr. FGrH 156.9; Justino 13.8; Plutarco, Eumenes, 4.7.

¹⁶¹ Diod. 18.30.

Erigido o monumento que registrou a derrota do inimigo [τρόπαιον] e feitos os ritos fúnebres, [Eumenes] enviou à falange que havia se mostrado inferior [πρὸς τὴν τῶν ἡττημένων φάλαγγα] um convite de incorporação às suas tropas, dando-lhes também permissão para recuar aos lugares que desejassem.

Este caso esclarece, desde o início, a distinção entre as tropas macedônias, "conhecidas por sua coragem", e os demais soldados de infantaria, "homens de todas as raças". No entanto, após a vitória sobre o exército inimigo, Eumenes abertamente escolhe negociar a incorporação das tropas inimigas, honrando os mortos em combate, ao invés de completar a manobra de envolvimento e provocar o aniquilamento completo da falange a qual havia se mostrado inferior em batalha. Note-se que a tática continuou a ser a mesma empregada nos tempos de Alexandre, mas a profusão do serviço mercenário fez com que a prática da incorporação de tropas profissionais fosse preferível ao aniquilamento do inimigo. Além disso, não há sequer uma menção de tratamento diferenciado para as tropas macedônias por excelência, se as considerarmos legitimamente macedônias, em relação à infantaria asiática de Eumenes. Eram mercenárias como as demais, ainda que não fique claro o pagamento ou tempo de serviço.

Em seguida, Eumenes voltou-se contra Antígono.

3.2. Antígono versus Eumenes

Em seu primeiro confronto com Eumenes, Antígono, utilizando-se de um estratagema, abriu mão, inicialmente, de uma decisão travada ao modelo alexandrino e decidiu subornar certo Apolonides, comandante da cavalaria de Eumenes, fazendo com que ele se tornasse um traidor e desertasse em meio à batalha (ἔπεισε προδότην γενέσθαι καὶ κατὰ τὴν μάχην αὐτομολῆσαι)¹⁶².

Nesta ocasião, entretanto, notamos uma situação paradoxal quanto ao comportamento do comandante helenístico. Na situação anterior, Eumenes optou por incorporar as tropas inimigas, ainda que sem sucesso, ao invés de prosseguir com a manobra de envolvimento e aniquilamento de boa parte do exército de Crátero. Um ano depois, em 320 a.C., Antígono, após ter subornado o comandante de cavalaria de Eumenes, tendo a infantaria em suas mãos, optou por concluir a manobra e aniquilar cerca de 8.000 inimigos. Nas palavras de Diodoro:

*Quando a batalha se tornou violenta e Apolonides desertou inesperadamente com sua cavalaria, Antígono ganhou o dia e aniquilou cerca de 8.000 inimigos. Ele também se apoderou de todo o suprimento, de modo que os soldados de Eumenes ficaram abatidos pela derrota e sem esperança devido à perda de seus suprimentos*¹⁶³.

Em momento algum Diodoro menciona o interesse de Antígono em incorporar as tropas de Eumenes durante a batalha, com exceção da cavalaria a qual havia previamente subornado. No entanto, logo após relatar o refúgio do comandante grego num forte armênio, o que lhe foi garantido

¹⁶² Diod. 18.40.

¹⁶³ Diod. 18.40, "γενομένης δὲ μάχης ἰσχυρᾶς καὶ τοῦ Ἀπολλωνίδου μετὰ τῶν περὶ αὐτὸν ἰππέων ποιήσαντος ἀλόγως ἀπὸ τῶν ἰδίων διάστασιν ἐνίκησεν ὁ Ἀντίγονος καὶ ἀνείλεν τῶν ἐναντίων εἰς ὀκτακισχίλιους. ἐκυρίευσεν δὲ καὶ τῆς ἀποσκευῆς ἀπάσης, ὥστε τοὺς περὶ τὸν Εὐμενῆ στρατιώτας διὰ μὲν τὴν ἦτταν καταπλαγῆναι, διὰ δὲ τὴν ἀπώλειαν τῆς ἀποσκευῆς ἀθυμῆσαι.". Nesta citação, com exceção de ἰσχυρᾶς, traduzido aqui como "violento", seguindo o LSJ (ἰσχυρός) optei por utilizar a tradução de Geer.

por uma aliança com os nativos, o historiador siciliano faz referência à contratação, por parte de Antígono, dos homens os quais haviam servido Eumenes. Seguindo o exemplo anterior, a compreensão da guerra como ofício serviu de parâmetro para a composição de grandes exércitos, o trampolim a partir do qual generais aspiravam às grandes coisas, exatamente como no caso de Antígono. Ao tornar-se senhor de todas as posses que antes pertenciam a Eumenes, das quais se destacava o grande exército, as ambições políticas de Antígono ganharam nova face:

No momento em que Antígono tomou para si a força militar de Eumenes, tornou-se senhor das suas satrapias e das suas propriedades, levantou grande soma de dinheiro e aspirou às grandes coisas [μειζόνων πραγμάτων ὠρέγετο]. Nenhum comandante em toda a Ásia possuía força militar suficiente para lutar pela supremacia¹⁶⁴.

O comando de um grande exército era, sem dúvida, o motor da *basileia* e um dos maiores estímulos à realização de campanhas militares e conquista de territórios.

A incorporação das tropas não era, contudo, o único objetivo dos generais cujo pensamento encontrava-se marcado pela condição mercenária. Historiadores também entravam no jogo, mesmo que tivessem servido num primeiro momento ao seu inimigo. Note-se, por exemplo, na esteira do contexto em destaque, que Antígono irá contratar os serviços de Hierônimo, o historiador, logo após a vitória sobre Eumenes na Capadócia, tendo em seguida o enviado como mensageiro a Eumenes, exortando o último a esquecer a derradeira batalha e a se tornar seu amigo e aliado¹⁶⁵.

Com a mudança na política externa adotada por Antígono, levada a cabo a partir da aquisição dos espólios

¹⁶⁴ Diod. 18.41, "Ἀντίγονος δὲ παραλαβὼν τὴν μετ' Εὐμενοῦς δύναμιν καὶ τῶν σατραπειῶν καὶ τῶν ἐν ταύταις προσόδων κύριος γενόμενος, ἔτι δὲ παραλαβὼν πλῆθος χρημάτων μειζόνων πραγμάτων ὠρέγετο· οὐκέτι γὰρ οὐδεὶς τῶν κατὰ τὴν Ἀσίαν ἡγεμόνων ἀξιόμαχον εἶχε δύναμιν διαγωνίσασθαι πρὸς αὐτὸν περὶ τῶν πρωτείων."

¹⁶⁵ Diod. 18.50.

provenientes da vitória sobre Eumenes, o general macedônico tratou de ir ao encontro de Alcetas, irmão de Perdicas, destruindo-o completamente. Segundo Diodoro¹⁶⁶, Antígono liderou 6.000 cavaleiros numa carga violenta contra a falange inimiga no intuito de cortar a linha de retirada de Alcetas. Em seguida, os elefantes foram enviados frontalmente contra a falange, ao mesmo tempo em que os cavaleiros envolveram o inimigo por todos os lados, tendo a infantaria permanecido somente como força de apoio.

Diodoro não nos informa sobre a proveniência étnica da cavalaria de Antígono, mas note que há pouco ele contava com 2.000 cavaleiros e rapidamente passou para cerca de 6.000, um forte indício de que a renovação de suas forças montadas foi liderada por capadócijs. Em primeiro lugar, talvez esta seja a constatação mais óbvia, mas ainda assim digna de ser mencionada, Antígono marchou com sua força militar da Capadócia para a Pisídia (μετὰ [...] ἐκ Καππαδοκίας προῆγεν ἐπὶ τὴν Πισιδικὴν) .

Em segundo lugar, sua cavalaria triplicou desde o momento anterior à batalha contra Eumenes, ocorrida havia menos de um ano. Uma vez na Capadócia, dado o curto tempo para a ampliação das suas forças montadas e a disponibilidade de recrutamento de cavaleiros pesadamente armados na região, outra explicação não parece possível.

Logo após a vitória sobre Alcetas, Antígono obteve a rendição de todo o resto do exército inimigo por negociação e o alistou em suas próprias fileiras¹⁶⁷, agregando considerável força ao seu poderio bélico.

Ainda que a manobra de envolvimento fosse, como neste caso, realizada até o momento em que o inimigo batesse desesperadamente em retirada, a porção do exército que

¹⁶⁶ Diod. 18.44.

¹⁶⁷ Diod. 18.45, "ὁ δ' Ἀντίγονος τούτους μὲν καθ' ὁμολογίαν παραλαβὼν * τοὺς λοιποὺς εἰς τὰ ἴδια τάγματα κατέταξε [...]".

pudesse ser submetida com vida e incorporada por negociação era sempre bem recebida, além de se mostrar crucial na estruturação de trajetórias políticas pautadas na conquista militar.

Na seqüência dos acontecimentos¹⁶⁸, Eumenes, já na Ásia Menor, enviou cartas aos sátrapas do norte, solicitando o seu apoio em nome dos reis. Basicamente, as duas partes deveriam se encontrar em Susa, mas Fíton, a esta altura sátrapa da Média, obteve também o controle das satrapias do norte, ordenando a morte de Filotas e substituindo o mesmo por Eudamus, seu irmão. Após travar batalha com o exército dos sátrapas do sul, Fíton concentrou seu exército num só lugar, aguardando o apoio de Seleuco, motivo pelo qual Eumenes encontrou todas as tropas reunidas quando da sua chegada a Susianê.

De acordo com Diodoro¹⁶⁹, as tropas que se juntaram a Eumenes foram: (1) 10.000 arqueiros e fundibulários persas, 3.000 *pantodapoi* armados como macedônios (τοὺς δὲ εἰς τὴν Μακεδονικὴν τάξιν καθωπλισμένους παντοδαπούς), 600 cavaleiros gregos e trácios, e mais de 400 cavaleiros persas, todos vindos sob comando de Peucestes, um dos antigos soldados da elite de Alexandre; (2) 1.500 *pezoi* e 700 cavaleiros, liderados por Tlepolemus, o macedônio, feito sátrapa da Carmânia; (3) 1.000 *pezoi* e 610 cavaleiros, trazidos por Sibyrtilus, comandante da Arachosia; (4) 1.200 *pezoi* e 400 cavaleiros, despachados por Oxyartes; (5) 1.500 *pezoi* e 1.000 cavaleiros, vindos com Stasander; e (6) 500 cavaleiros, 300 *pezoi* e 120 elefantes, todos trazidos por Eudamo. Somados a estes 18.500 soldados de infantaria e 4.210 cavaleiros, Geer¹⁷⁰ lembra que devemos acrescentar as forças trazidas por Amfímaco da Mesopotâmia, apresentado na batalha de

¹⁶⁸ Diod. 19.13.

¹⁶⁹ Diod. 19.14.

¹⁷⁰ Russel M. Geer, tradutor de Diodoro na edição da LOEB, p. 269.

Gabienê¹⁷¹ com seus 600 cavaleiros e talvez alguma infantaria não mencionada.

Antígono, em contrapartida, recebeu tropas de Seleuco e Fíton, nomeando Seleuco sátrapa de Susa e ordenando que este conquistasse a cidade, já que Xenofilos, o tesoureiro, se recusava a aceitar suas ordens¹⁷². Ao cruzar a Média por um caminho alternativo àquele que havia sido bloqueado por Eumenes, Antígono ordenou a Fíton que recrutasse quantos cavaleiros e cavalos de guerra fosse possível, assim como animais de carga. Ao retornar de sua missão com cerca de 2.000 cavaleiros, 1.000 cavalos, 500 talentos do tesouro real e uma quantia de mulas suficientes para todo o exército¹⁷³, Fíthon deu a Antígono a chance de reerguer o moral das tropas, além de reforçar consideravelmente a cavalaria de seu exército. No total, Antígono contava com 28.000 *pezoi*, 8.000 cavaleiros e 65 elefantes.

Após o desentendimento entre Eumenes, apoiado por Antígenes, e os sátrapas, ansiosos para retornar aos seus assuntos pessoais¹⁷⁴, o general grego optou por atender às vontades dos sátrapas, temendo perder seu valioso apoio. Após dias de marcha rumo a Persépolis, ambos os exércitos inimigos acamparam a curta distância e iniciaram os preparativos para a batalha. Antígono, entretanto, procurou subornar parte das tropas inimigas, como nos relata Diodoro¹⁷⁵:

No quinto dia Antígono enviou mensageiros aos sátrapas e aos macedônios, instigando-os a não obedecer Eumenes e a confiar apenas no próprio Antígono. Disse aos

¹⁷¹ Diod. 19.27.

¹⁷² Diod. 19.18.

¹⁷³ Diod. 19.20.

¹⁷⁴ Diod.19.21.

¹⁷⁵ Diod. 19.25, "[...] τῇ πέμπτῃ δ' Ἀντίγονος πρεσβευτὰς ἐξαπέστειλε πρὸς τε τοὺς σατράπας καὶ τοὺς Μακεδόνας, ἀξίων Εὐμενεῖ μὲν μὴ προσέχειν, ἑαυτῷ δὲ πιστεύειν· συγχωρήσειν γὰρ ἔφη τοῖς μὲν σατράπαις ἔχειν τὰς ἰδίας σατραπείας, τῶν δὲ ἄλλων τοῖς μὲν χώραν πολλὴν δώσειν, τοὺς δὲ εἰς τὰς πατρίδας ἀποστελεῖν μετὰ τιμῆς καὶ δωρεῶν, τοὺς δὲ στρατεύεσθαι βουλομένους διανεμῆν εἰς τὰς ἐκάστῳ καθηκούσας τάξεις." .

sátrapas que permitiria a manutenção de suas próprias satrapias e aos macedônios que daria uma grande extensão de terra a alguns, que enviaria os outros de volta para casa com honra e presentes, e que designaria postos àqueles que desejassem servir em seu exército [τοὺς δὲ στρατεύεσθαι βουλομένους διανεμῆν εἰς τὰς ἐκάστω καθηκούσας τάξεις] .

Tendo fracassado em sua tentativa de incorporação das tropas inimigas antes mesmo da batalha, Antígono findou por enfrentar Eumenes numa ocasião decisiva, conhecida como batalha de Paraitacene (317 a.C.).

Iniciada a batalha, vendo que sua ala direita estava sendo esmagada pelos cavaleiros arqueiros de Antígono (graças às táticas de círculo, cujo objetivo era o ataque aos flancos pelo uso dos arcos¹⁷⁶), Eumenes ordenou o apoio de sua ala esquerda, comandada por Eudamo. Após o movimento de flanqueamento, executado por soldados ligeiros e pela parte mais levemente armada de sua cavalaria (τὴν ὅλην τάξιν τοῖς μὲν φιλοῖς καὶ τοῖς ἐλαφροτάτοις τῶν ἰππέων), conseguiu derrotar a ala direita de Antígono, comandada por Fíthon.

Em seguida, após considerável tempo de combate entre as falanges, os homens de Eumenes venceram devido à experiência dos *arguraspides*, de modo que muitos dos oficiais de Antígono, após a derrota de sua ala esquerda e de toda a sua falange, aconselharam a batida em retirada. Antígono, no entanto, ao ver que a infantaria inimiga havia avançado vitoriosamente em direção à sua, no intuito de persegui-la até próximo aos montes, e que a ala de Eudamo não esperava por um ataque, desferiu um violento golpe contra a ala esquerda de seu inimigo, recobrando com isso o moral e as condições combativas de sua infantaria aparentemente derrotada. Assim nos relata Diodoro¹⁷⁷:

¹⁷⁶ Diod. 19.30, "[...] περιιππεύσαντες δὲ τὸ κέρασ καὶ πλαγίοις ἐμβαλόντες πυκνοῖς τοῖς βέλεσι κατετίτρωσκον [...]".

¹⁷⁷ Diod. 19.30, "ταχὺ δὲ διὰ τὸ παράδοξον τρεψάμενος τοὺς ἐναντίους καὶ πολλοὺς ἀνελῶν διαπέστειλε τῶν ἰππέων τοὺς ἐλαφροτάτους καὶ διὰ τούτων ἀνεκαλέσατο τοὺς φεύγοντας καὶ παρὰ τὴν ὑπὼριαν πάλιν εἰς τάξιν κατέστησεν." .

Uma vez que seu ataque foi inesperado, ele [Antígono] rapidamente derrotou aqueles que o enfrentaram, destruindo muitos deles. Então, enviou os mais rápidos de seus cavaleiros e por meio deles reuniu os soldados que haviam batido em retirada, alinhando-os mais uma vez ao pé dos montes.

Como os soldados encontravam-se todos exaustos, a batalha prosseguiu durante o tempo necessário para a certeza de sua indefinição. Embora o resultado não tenha sido claro, Antígono usou de sua legitimidade como comandante e forçou acampamento próximo a batalha, relativamente distante das bagagens. O motivo para este ato era simples: para os gregos, aquele que detinha o controle dos ritos fúnebres assim que encerrada a peleja, possuía o direito de declarar-se vitorioso¹⁷⁸.

Em seguida, Eumenes dirigiu suas tropas para Gabenê, com excelentes condições de abastecimento¹⁷⁹, enquanto Antígono conduziu seu exército através do deserto próximo a Gadamala¹⁸⁰. Alguns dias após o ataque parcialmente frustrado aos elefantes de Eumenes, atrasados se comparados ao restante das tropas, ambos os exércitos fizeram frente um ao outro, em Gabenê.

Tendo disposto seus homens da maneira que consideravam mais eficiente, os generais deram início ao confronto, sendo que Antígono e Demétrio, posicionados na ala direita, desferiram um ataque à cavalaria de Eumenes, que a esta altura lhes fazia frente. Antes do embate, entretanto, Peucestes, sátrapa da Pérsia, esquivou-se da batalha e deixou Eumenes somente com parte de sua cavalaria¹⁸¹. Por conseqüência, Eumenes não suportou o choque com a cavalaria inimiga, a qual rodeou o corpo de infantaria e investiu

¹⁷⁸ Diod. 19.31, "[Antígono] ἠμφισβήτη τῆς νίκης, ἀποφαινόμενος προτερεῖν ἐν ταῖς μάχαις τὸ τῶν πεσόντων κυριεῦσαι.". Outros exemplos, segundo Geer, são encontrados em Xen. Hel. 7.5 e Justino, 6.6.

¹⁷⁹ Diod. 19.34.

¹⁸⁰ Diod. 19.37.

¹⁸¹ Diod.19.42.

contra a cavalaria na outra ala, completando um semicírculo pela retaguarda inimiga.

Embora as manobras acima detalhadas tenham sido de grande importância no desenrolar da batalha, a participação crucial se deu com os tarentinos e medos, enviados com a missão de capturar os suprimentos inimigos, aproveitando-se da pouca visibilidade provocada pela poeira do terreno. A partir deste movimento, Eumenes, parcialmente derrotado, se viu obrigado a recuar e contra atacar a investida sorrateira dos tarentinos e medos, enquanto Antígono soube aproveitar o momento de vulnerabilidade dos *arguraspides*, sem a proteção dos flancos, e ordenou a investida da cavalaria de Fíthon¹⁸².

Os resultados da batalha não foram nada agradáveis para os homens de Eumenes, que tiveram seus suprimentos, filhos, mulheres e muitos outros parentes capturados pelo inimigo. Com isso, Antígono exterminou completamente o espírito combativo dos macedônios, induzindo um comportamento tipicamente helenístico: no lugar do extermínio dos reféns e inimigos derrotados (mas preservados em suas habilidades de combate), o general optou por alistá-los:

*[...] os macedônios secretamente iniciaram negociações com Antígono, capturando e entregando Eumenes, recobrando seus suprimentos, e após receberem promessas alistaram-se no exército acampado [καὶ πίστεις λαβόντες κατετάχθησαν εἰς τὸ στρατόπεδον]*¹⁸³.

Agora que Antígono havia se tornado o mais poderoso dos Diádocos, os seus rivais passaram a temer a consolidação de seu poder supremo, abalado apenas por pequenas revoltas

¹⁸² Diod. 19.43.

¹⁸³ Diod. 19.43, [...] οἱ Μακεδόνες λάθρᾳ διαπρεβευσάμενοι πρὸς Ἀντίγονον τὸν μὲν Εὐμενῆ συναρπάσαντες παρέδωκαν, τὰς δ' ἀποσκευὰς κομισάμενοι καὶ πίστεις λαβόντες κατετάχθησαν εἰς τὸ στρατόπεδον.

locais, como a insurreição fracassada liderada por Fíthon, na Média¹⁸⁴.

Encerrada as operações de Cassandro no Peloponeso e após a fuga de Seleuco para o Egito¹⁸⁵, a resposta imediata à transformação no cenário político helenístico, causada pela emergência de Antígono como autoridade predominante na liderança dos exércitos, se deu com a aliança de Ptolomeu, Seleuco, Cassandro e Lisímaco.

¹⁸⁴ Diod. 19.46-48.

¹⁸⁵ Diod. 19.53 e Diod. 19.54, respectivamente.

3.3. Antígono versus Ptolomeu, Seleuco, Cassandro e Lisímaco

Assim que chegou ao Egito, Seleuco tratou de convencer Ptolomeu do risco que era deixar Antígono ampliar suas forças, sua arrogância e suas ambições ao trono macedônico¹⁸⁶. Seleuco não somente conseguiu estabelecer uma aliança com o senhor do Egito, mas também alguns de seus amigos obtiveram sucesso na cooptação de Cassandro e Lisímaco. Com isso, após recusar a abordagem diplomática de Antígono, que enviou mensageiros com o intuito de reforçar sua amizade com os generais macedônicos em época de crise, Ptolomeu, Lisímaco e Cassandro exigiram de Antígono (1) a entrega da Capadócia e da Lícia a Cassandro, (2) da Frígia a Lisímaco, (3) de toda a Síria a Ptolomeu e (4) da Babilônia a Seleuco, sem mencionar a partilha dos tesouros conquistados com a vitória sobre Eumenes¹⁸⁷.

Daí por diante, uma série de embates subseqüentes à formalização do desentendimento dos Diádocos dominará a cena política pelos próximos 15 anos, e uma narrativa de todos os pormenores do conflito não seria eficaz na apresentação dos argumentos que estou a desenvolver neste capítulo. Portanto, tratarei da batalha de Ipso, por ser suficientemente documentada¹⁸⁸ (se levarmos em consideração que as demais batalhas nos chegaram apenas em pouquíssimos detalhes) e possibilitar interpretações razoavelmente seguras sobre a arte da guerra helenística no tempo dos Diádocos.

De acordo com Plutarco¹⁸⁹, Demétrio contava com mais de 70.000 soldados de infantaria, 10.000 cavaleiros e 75 elefantes, enquanto seus adversários haviam trazido cerca

¹⁸⁶ Diod. 19.56.

¹⁸⁷ Diod. 19. 57.

¹⁸⁸ A principal fonte é Plut. Dem. 28-30, que provavelmente seguiu Hierônimo de Cárdia.

¹⁸⁹ Plut. Dem. 28.

de 65.000 soldados de infantaria, 10.500 cavaleiros, 120 carros de guerra e 400 elefantes.

Tão logo os exércitos iniciaram a peleja, Demétrio avançou em direção a Antíoco, filho de Ptolomeu, e, ao derrotá-lo facilmente e iniciar uma perseguição para longe do campo de batalha, levou consigo a melhor e maior porção da cavalaria (τοὺς πλείστους καὶ κρατίστους τῶν ἰππέων) do exército de Antígono. Ao observar que a falange inimiga estava desprotegida num dos flancos, Seleuco "os manteve em medo de ataque", rodeando os inimigos em ato ameaçador, fazendo com que muitos deles viessem a ele por sua própria vontade e com que os demais batessem em retirada¹⁹⁰. Por fim, enquanto Antígono aguardava pelo retorno de seu filho, impossibilitado de voltar ao combate devido ao avanço frontal dos elefantes inimigos (contra os 75 elefantes de Antígono e, em seguida, contra a própria infantaria do rei), sendo esta uma manobra que lançava os paquidermes no caminho de Demétrio, uma saraijada de projéteis o atingiu, pondo fim a sua vida.

Demétrio ainda tentou, com seus 5.000 soldados de infantaria e 4.000 cavaleiros restantes da batalha, resistir em Atenas, onde possuía embarcações e recursos diversos, mas no caminho fora avisado por um mensageiro de que os cidadãos de Atenas decidiram não receber nenhum dos reis.

A batalha de Ipso provavelmente representou uma tentativa de transformação das funções da cavalaria, algo inédito na guerra helenística. Certamente por influência da guerra encaminhada na porção mais oriental do império, Seleuco tentou fazer com que os elefantes desferissem o ataque principal, enquanto a cavalaria comandada por seu filho Antíoco forçava uma retirada de Demétrio. Mas quais

¹⁹⁰ Plut. Dem. 29

seriam, no confronto que pôs fim à hegemonia de Antígono, as vantagens conferidas a Seleuco pelo uso dos elefantes?

A primeira delas estava fixada pelo número de elefantes (400 no total, contra apenas 75 de Antígono). Seleuco, sabendo disso, os fez avançar frontalmente contra o corpo principal do exército antigônida, provavelmente ordenando que seu filho, Antíoco, batesse em retirada e levasse consigo a maior e melhor parte da cavalaria inimiga, sob o comando de Demétrio. Ainda que Plutarco não mencione tal manobra por parte de Antíoco, afirmando, pelo contrário, que as tropas montadas antigônidas o haviam derrotado, não parece provável que a cavalaria de Seleuco fugiria do campo de batalha tão rapidamente ou que Demétrio a perseguiria até a batalha ser encerrada (a menos que a fuga de Antíoco fosse parte de um plano).

Tarn¹⁹¹ argumentou sobre esta possibilidade na década de 1930, salientando que, iniciada a perseguição da cavalaria de Seleuco, se Demétrio desistisse cedo demais, a cavalaria inimiga poderia simplesmente retornar e atacar sua retaguarda; mas, por outro lado, se a perseguição levasse muito tempo, a batalha central se tornaria, definitivamente, um palco imaginário. Aceita esta hipótese, conclui-se que Seleuco pôde desferir seu ataque principal com os elefantes ao centro e com a cavalaria na ala inimiga desprotegida, enquanto Demétrio ficou impossibilitado de dar qualquer suporte a Antígono, devido ao sucesso da possível manobra de Antíoco, uma vez que o avanço dos elefantes havia inviabilizado o caminho para as operações de auxílio.

¹⁹¹ Tarn, op.cit. p.69.

CAPÍTULO 3 - PODER MONÁRQUICO E ARTE DA GUERRA NA MAGNA GRÉCIA E NA SICÍLIA HELENÍSTICA

1. Agátocles e a introdução da *basileia* helenística

Diodoro nos relata que Agátocles, "ao saber que os referidos príncipes tinham assumido o diadema, e por não se considerar inferior a eles em poder, território e feitos, designou-se rei"¹⁹². Esta não era uma monarquia siciliana como as anteriores: além do desejo de se igualar em poder aos monarcas helenísticos e de assumir características de um "novo" tipo de realeza, como veremos a seguir, Agátocles mantinha com alguns dos Diádocos relações diplomáticas, as quais freqüentemente ilustravam um posicionamento muito semelhante àqueles adotados pelos Sucessores de Alexandre quanto ao direito de conquista, amplamente baseado no princípio da *doriktetos chora*. De forma similar à distribuição de territórios liderada pelos generais macedônicos após a morte de seu rei, em 323 a.C., Agátocles pretendia negociar, de acordo com Diodoro, a distribuição do espaço africano (ainda não subjugado) e siciliano (parcialmente hostil) com Ophellas, em 309 a.C., por ocasião de sua expedição cartaginesa:

¹⁹² Diod. 20.54, "[...] γὰρ πυθόμενος τοὺς προειρημένους δυνάστας ἀνηρημένους διάδημα καὶ νομίζων μήτε δυνάμεσι μήτε χώρᾳ μήτε τοῖς πραχθεῖσι λείπεσθαι τούτων ἑαυτὸν ἀνηγόρευσε βασιλέα". Sobre a *basileia* de Agátocles, consultar principalmente Henry Julius Wetenhall Tillyard. *Agathocles*. Cambridge: The University Press, 1908; Claude Mossé. *La tyrannie dans la Grèce Antique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. PP. 149-202; Klaus Meister, CAH 7, 1984. PP. 384-411; Ricardo Vattuone. *Sapienza d'occidente. Il pensiero storico di Timeo di Tauromenio*. Bologna: Pàtron, 1991. Pp. 63-86; 187-204; Lorenzo Braccesi. *I tiranni di Sicilia*. Roma-Bari: Laterza, 1998. PP. 101-113; Consolo Langher; Efrem Zambon. "From Agathocles to Hierão II: the birth and development of *basileia* in Hellenistic Sicily". In: Sian Lewis (org.). *Ancient Tyranny*. Edinburgh: The University Press, 2006. PP. 77-94. Sobre a coroação dos Diádocos de maneira geral, consultar os estudos e as referências apresentadas no cap.2 desta tese.

Após esta batalha, Agátocles, ao examinar todas as maneiras de subjugar os cartagineses, enviou Orthon, o siracusano como mensageiro a Ophellas, em Cirene. Ophellas havia sido um dos Companheiros de Alexandre em sua expedição, tendo assumido o controle da cidade de Cirene e de um poderoso exército, e aspirava a uma dominação mais ampla. Este era o seu estado de espírito quando o mensageiro de Agátocles chegou com o pedido de auxílio para a campanha contra os cartagineses. Em troca desse serviço, ele [o mensageiro] prometeu que Agátocles concederia a Ophellas liberdade total no controle da Líbia. Agátocles, disse-lhe o mensageiro, estava satisfeito com a Sicília, desde que estivesse livre da ameaça cartaginesa e que pudesse governar sem receio toda a ilha. A Itália estava disponível e próxima para ampliar o seu império, caso Agátocles ambicionasse mais poder¹⁹³.

Ao analisarmos o relato do historiador siciliano, torna-se evidente que o comandante siracusano queria integrar o cenário político internacional de seu tempo orientado por critérios de paridade com os Diádocos, e que Ophellas seria sua melhor opção de aliança, pois o mesmo aspirava à conquista de mais territórios. Afinal, tal paridade em força militar, territórios conquistados e realizações seria o motor de sua monarquia autoproclamada. Quando Ophellas e seu exército se encontraram com Agátocles, o mesmo colocou em prática seu plano de traição: o macedônio foi pego de surpresa e assassinado enquanto tentava desesperadamente se defender; o siracusano, então, aproveitando-se da situação, recrutou o numeroso exército

¹⁹³ Diod. 20.40, "Ἀπὸ δὲ τῆς μάχης ταύτης γενόμενος καὶ πάντα τῇ διανοίᾳ σκοπούμενος πρὸς τὸ λαβεῖν τοὺς Καρχηδονίους ὑποχειρίους ἐξέπεμψε πρεσβευτὴν Ὀρθωνα τὸν Συρακόσιον πρὸς Ὀφέλλαν εἰς Κυρήνην. οὗτος δ' ἦν μὲν τῶν φίλων τῶν συνεστρατευμένων Ἀλεξάνδρου, κυριεύων δὲ τῶν περὶ Κυρήνην πόλεων καὶ δυνάμεως ἀδρᾶς περιεβάλετο ταῖς ἐλπίσι μείζονα δυναστείαν. τοιαύτην οὖν αὐτοῦ διάνοιαν ἔχοντας ἦκεν ὁ παρ' Ἀγαθοκλέους πρεσβευτῆς, ἀξιῶν συγκαταπολεμῆσαι Καρχηδονίους· ἀντὶ δὲ ταύτης τῆς χρείας ἐπηγγέλλετο τὸν Ἀγαθοκλέα συγχωρήσειν αὐτῶ τῶν ἐν Λιβύῃ πραγμάτων κυριεύειν. εἶναι γὰρ ἰκανὴν αὐτῶ τὴν Σικελίαν, ἵν' ἐξῆ τῶν ἀπὸ τῆς Καρχηδόνος κινδύνων ἀπαλλαχθέντα μετ' ἀδείας κρατεῖν ἀπάσης τῆς νήσου· παρακείσθαι δὲ καὶ τὴν Ἰταλίαν αὐτῶ πρὸς ἐπαύξησιν τῆς ἀρχῆς, ἐὰν κρίνη μειζόνων ὀρέγεσθαι". Para esta passagem, Austin (n.90) é a tradução de referência. A invasão é vagamente mencionada por Polib. 1.82, e a aliança por Justino 22.6. Cf. Consolo Langher, pp. 175-196.

sem comandante para a guerra que já estava preparado para travar, conseguindo com isso praticamente dobrar o número de seus homens¹⁹⁴.

Polieno, contudo, sequer menciona a intenção de estabelecer qualquer aliança por parte de Agátocles. Segundo Polieno¹⁹⁵, Ophellas encontrava-se já com numeroso exército em postos avançados contra Agátocles, ao que tudo indica no início da expedição africana liderada pelo siracusano, quando Agátocles, ciente da inclinação de seu inimigo por jovens rapazes, enviou seu filho Heracleides, "um rapaz de beleza extraordinária", com a missão de distraí-lo enquanto o exército siciliano revidava em sigilo. Ophellas, apaixonado pelo rapaz, mostrou-se incapaz de prever a sua própria morte, e Agátocles saiu vitorioso, resgatando seu filho com sucesso.

O relato de Polieno é, obviamente, pouco crível, considerando-se que dificilmente um comandante com a experiência de Ophellas, ainda mais no comando de um numeroso exército ávido pela guerra para a qual estavam marchando desde Cirene, se deixaria distrair tão gravemente pelo filho de seu inimigo, ainda que tivesse as inclinações sexuais mencionadas. Parece igualmente improvável que Ophellas não tivesse sido cotado como aliado por Agátocles, a julgar pela referência tão clara em Diodoro e pelo desenrolar dos eventos na África. O mais provável é que Polieno não tivesse conhecimento da aliança ou a tivesse suprimido pela natureza didática de sua obra. De qualquer modo, as relações diplomáticas tiveram de acontecer, mesmo que unilateralmente em certo ponto, e comprovam preliminarmente a interação (diplomática e bélica) entre Agátocles e o mundo helenístico num nível que para ele se dava em grau de paridade. Como nos lembra Braccési, a

¹⁹⁴ Diod. 20.42.

¹⁹⁵ Polieno 5.3.

Sicília mostrou-se um espaço imune à invasão de Alexandre, mas não ao seu projeto de conquista, neste caso traduzido pela ascensão de Agátocles à iminente realeza¹⁹⁶. A autoproclamação de Agátocles como rei simbolizava que o siracusano via-se em condição de reclamar territórios nos mesmos termos que os Diádocos, e as interações diversas com alguns deles servem de evidência para a postura de paridade adotada pelo monarca.

Parte da historiografia moderna, no entanto, tende a classificar Agátocles da mesma forma que os tiranos tardo-clássicos, ou ainda como os tiranos arcaicos, de modo que sua autoproclamação representaria, de fato, apenas um traço de sua ambição política, uma estratégia de inserção sem grandes resultados¹⁹⁷. Veja-se, por exemplo, o que nos diz Mossé, para quem Agátocles, tirano popular¹⁹⁸, teria se transformado, com a expedição africana, numa figura

¹⁹⁶ Braccési, op. cit., p.101. Cf. também Lorenzo Braccési. *L'Alessandro occidentale: Il Macedone e Roma*. Roma: "L'erma" di Bretschneider, 2006. PP. 54-67. Braccési argumenta que, após a morte de Alexandre, o problema púnico se confunde com a hereditariedade do poder monárquico, produzindo uma "nascente sensibilidade helenística", a qual seria direcionada à ameaça cartaginesa sob a forma de *basileia* justificada.

¹⁹⁷ Outra questão recorrente na historiografia moderna é a classificação de Agátocles como grande estadista ou como o mais cruel dos tiranos, discussão que se arrasta desde a Antiguidade, quando, por exemplo, Cálidas (FGrH 564T3), contemporâneo de Agátocles, pinta uma aura de piedade e humanidade para o siracusano, ao passo que Timeu (FGrH 566F124), igualmente seu contemporâneo, diz que nenhum tirano mostrou-se tão cruel quanto ele. Além da identificação errônea da monarquia de Agátocles como sendo da mesma natureza que as tiranias tardo-clássicas, há que se considerar a interpretação curiosa - e pouco aceita - de Helmut Berve (*Die Herrschaft des Agathokles*. München: Verlag, 1953; *Die Tyrannis bei den Griechen*. München, Verlag, 1967). Segundo Berve, Agátocles manteve a sua magistratura em Siracusa, tendo criado ao mesmo tempo uma monarquia pessoal, como maneira de combater em nome da cidade e acumular territórios em seu próprio nome. Como desdobramento disso, no final de sua vida, Agátocles teria devolvido a democracia aos siracusanos sem abdicar da realeza, o que de fato carece de evidências suficientes. Para o assunto, cf. Meister, CAH 7, pp. 409-410.

¹⁹⁸ O que soa no fim das contas absurdo, pois logo após a sua morte os siracusanos confiscaram as suas propriedades, derrubaram as suas estátuas e procederam a uma verdadeira *damnatio memoriae*. Sobre a crítica à classificação da tirania de Agátocles como "popular", cf. Meister, CAH 7, p. 410.

tirânica típica do período helenístico, o *roy conquérant*¹⁹⁹, embora seu comportamento indique, no fim das contas, uma postura comum entre os tiranos que o precederam:

*Homem do povo, pelo povo de Siracusa é que ele tentou restaurar a supremacie da cidade, que ele tentou igualmente varrer o perigo que pesava sobre toda a Sicília, o perigo cartaginês. Homem de seu tempo [...], imitador dos generais de Alexandre quanto ao título régio [...] Ele não liberou os escravos por princípio, mas por que necessitava de homens para combater. Nisso ele se assemelhava aos tiranos do séc.IV a.C. [...] Até onde podemos conhecê-lo, ele continua a ser o tipo do tirano popular, mais próximo no fim dos tiranos da época arcaica que dos condottieri do séc.IV a.C. ou dos "revolucionários" da época helenística*²⁰⁰.

Imitador dos Diádocos, Agátocles agregaria, em última instância, tanto os valores do tirano arcaico (devido ao caráter demagógico de seu governo) quanto os costumes de recrutamento do tirano clássico, orientado pelo alistamento massivo de exilados e mercenários. Isso o torna peculiar, sem dúvida, mas o contexto é imperativo para o assunto, e como tal impõe à monarquia adotada por Agátocles um sentido especialmente helenístico. Não resta dúvida que o alistamento massivo de profissionais era uma prática de origens tardo-clássicas na Sicília grega; da mesma forma, o traço popular dos governos autocráticos remonta à época arcaica²⁰¹. Porém, tais peculiaridades encontravam-se inseridas no contexto de fragmentação do império de Alexandre, fazendo da Sicília, como dito anteriormente, parte do projeto de conquista macedônica (o que seria executado, obviamente, pelos Diádocos) e de Agátocles o homem capaz de liderar uma inovação política de características helenísticas.

¹⁹⁹ Claude Mossé, op. cit., p. 171. Sobre a identificação de Agátocles com tiranos arcaicos e tardo-clássicos, cf. Zambon, op. cit., p. 77.

²⁰⁰ Mossé, op. cit., pp. 176-177. Grifo nosso.

²⁰¹ Meister, CAH 7, pp. 409-410.

Braccesi, quase 30 anos após a publicação do livro de Mossé, mostra-se um pouco mais otimista quanto à concretude da monarquia de Agátocles. O contexto de interação do siracusano com os generais macedônicos aparece com mais relevância, de modo a gerar uma interpretação histórica acerca dos problemas de longevidade da *basileia agatocleana*. A natureza helenística da monarquia introduzida na Sicília por Agátocles é inquestionável, mas trata-se, no final das contas, de uma *monarchia mancata*²⁰².

Recentemente, Zambon²⁰³ sustentou que Agátocles iniciou uma mudança constitucional ao introduzir a monarquia de tipo helenístico em Siracusa, e que seu exemplo foi seguido por diversos governantes posteriores (tais como Phintias, Pirro e Hierão II). Considerado o nível de sistematização desenvolvido por Zambon, podemos dizer que a sua interpretação soa demasiado otimista, forçando propositalmente (pela preservação do argumento) uma continuidade exagerada nas mudanças institucionais siciliotas após a morte de Agátocles. Naquele momento, contudo, tentativas de retomada das formas constitucionais perdidas com a ascensão do monarca emergiram, muitas delas temporariamente bem-sucedidas. Em defesa do otimismo zamboniano, podemos apenas dizer, com certa razão, que o cenário político siciliota mostrou-se suficientemente confuso e marcado, como recorda Zambon, por "guerras civis sangrentas", bem como por "conseqüências [sócio-econômicas] de campanhas militares exaustivas" e soluções políticas extremas adotadas pelas *póleis* que agregavam poder de liderança na porção leste da ilha²⁰⁴. Diante de tamanha complexidade e da evidência para o surgimento da monarquia de tipo helenístico na ilha, como parte do conjunto das

²⁰² Braccesi, op. cit., p. 110.

²⁰³ Zambon, op. cit, pp. 77-94; Zambon, *Hellenistic Sicily*.

²⁰⁴ Zambon, *Hellenistic Sicily*, p. 267.

inovações políticas siciliotas (momentaneamente fracassadas e posteriormente retomadas), devemos a esta altura nos perguntar como se deu a introdução da *basileia* por Agátocles e em quais aspectos ela representou uma *imitatio Alexandri*? O primeiro indício analisado é, obviamente, a transformação de ordem política, que deve ser compreendida no decorrer da trajetória de Agátocles, cedendo espaço, em seguida, para o estudo dos indícios de uma *imitatio* em campo tático, a partir das tropas que a organização social siciliana disponibilizou no contexto.

Em 337 a.C., após a morte de Timoleão, frente ao problema da sucessão de um líder que havia pacificado, na medida do possível, a Sicília grega e promovido, em larga escala, um verdadeiro tiranicídio, diversas tiranias reapareceram na porção leste da ilha e a ofensiva cartaginesa novamente gerava resultados preocupantes para os gregos. A democracia siracusana havia sido a esta altura substituída por uma oligarquia, a qual era liderada por Sosítrato e Heracleides. Com isso, a velha guerra civil retornou com força total, colocando cidadãos (democratas e oligarcas) em lados opostos, convivendo num grau de desentendimento que se traduzia no derramamento contínuo de sangue.

Os primeiros anos da vida política de Agátocles se deram no exílio, quando o siracusano parece ter aproveitado a punição para angariar apoio noutras regiões e recrutar o número de mercenários que seu dinheiro pudesse pagar. Após o seu retorno a Siracusa, em 319 a.C., já em cenário político favorável, Agátocles apresentou-se como defensor da democracia e, segundo Diodoro, conquistou o apoio popular por sua abordagem demagógica (*δημαγωγίας*). Em seguida, Agátocles teria sido eleito *strategos* e "guardião

da paz" (φύλαξ τῆς εἰρήνης)²⁰⁵. Meister e Zambon recordam que um termo ligeiramente diferente aparece na *Marmor Parium* (FGrH 239F12), onde é sugerida, já no início, uma *strategia* autocrática²⁰⁶, o que altera sensivelmente a natureza da magistratura de Agátocles e sugere, nesse caso, o uso de fontes favoráveis ao tirano por Diodoro. A *strategia* autocrática era um cargo extraordinário, sendo o magistrado eleito por tempo indeterminado e com objetivos de caráter urgente. No caso em questão, a querela entre democratas e oligarcas deveria ser mais uma vez solucionada, mas com o *strategos* à frente da política externa. Tratava-se, portanto, de "uma excelente oportunidade para o golpe de Estado", recorda o historiador italiano. Além disso, Agátocles não era exatamente o homem mais indicado para coordenar um equilíbrio mútuo entre as facções, como a sua imediata ascensão ao poder absoluto, precedida pelo extermínio dos seus adversários políticos, foi capaz de mostrar²⁰⁷. A nomeação de Agátocles, tenha ela acontecido nos termos postos por Diodoro ou da forma direta presente na inscrição, sugere uma legalidade no processo, o que dificilmente ocorreu. A eleição era apenas uma "pseudo-legalidade formal", diz Meister²⁰⁸, uma vez que (1) os adversários políticos oligarcas haviam sido assassinados ou exilados, (2) a assembléia era composta basicamente por entusiastas da nomeação de Agátocles e (3) um grande número de soldados dava cobertura armada para o golpe. Parece

²⁰⁵ Diod. 19.5. É possível que Diodoro tenha usado, neste caso, uma fonte favorável a Agátocles, de modo a alterar as características das primeiras magistraturas que ele assumiu em Siracusa.

²⁰⁶ *Marmor Parium* (FGrH 239F12), "E naquele mesmo ano os siracusanos escolheram Agátocles como 'strategos autocrator' das defesas siciliotas". Meister, CAH 7, p. 389, Zambon, op. cit., p. 78. *Marmor Parium* é uma famosa inscrição encontrada em Paros, datada de 264/3 a.C., e preservada em duas partes, podendo ser consultadas gratuitamente no website do Ashmolean Museum (<http://www.ashmolean.org>).

²⁰⁷ Meister, CAH 7, p. 388.

²⁰⁸ Meister, CAH 7, p. 389.

incorreto, portanto, falar de uma eleição livre e legal, do mesmo modo que pressupor uma participação efetiva da assembléia nas decisões tomadas por Agátocles, o que inviabiliza inclusive a sua interpretação como “tirano popular”. A sua abordagem demagógica, posta muitas vezes numa entonação positiva por Diodoro, funcionava apenas como princípio ideológico para a manutenção de um poder autocrático e opressor em relação ao funcionamento da assembléia, o qual foi associado, como recurso estratégico de compensação, ao cancelamento de dívidas, redistribuição de terras, construção de diversos prédios públicos e expansão da frota siracusana.

De acordo com Zambon²⁰⁹, o primeiro indício da adoção da *basileia* helenística por Agátocles encontra-se numa ação específica durante a campanha africana (310-307 a.C.). Nesta ocasião, em 309 a.C., o tirano teria dado indícios de que pretendia mesmo adotar um novo tipo de realeza, em sintonia com a emergente ideologia advinda do mundo helenístico. Zambon remonta o significativo episódio do motim em Túnis²¹⁰, quando Agátocles decidiu enfrentar o problema pessoalmente, diante dos soldados. Após vestir uma toga púrpura (τὴν πορφύραν)²¹¹, símbolo da realeza naquele tempo, Agátocles foi ter com suas tropas rebeldes, que reconheceram seus trajes como roupas reais (τὴν βασιλικὴν ἔσθητα), adequadas ou pertencentes ao seu comando (τὸν προσήκοντα κόσμον). Embora seja improvável que Agátocles tivesse pensado em se autoproclamar *basileu* antes mesmo dos

²⁰⁹ Zambon, op. cit. p. 80.

²¹⁰ Diod. 20.34.

²¹¹ Esta foi a primeira vez em que Agátocles apareceu diante de suas tropas trajando a toga púrpura. A toga alaranjada no estilo tarentino (κροκωτὸν ἐνδύς), no entanto, havia já sido empregada por Agátocles, de acordo com informação registrada em Polieno 5.3. Na ocasião, Agátocles convidou quase 500 pessoas (hostis à sua autoridade em Siracusa) para um banquete e, momentos após ter cantado, dançado e tocado harpa, vestido com sua toga alaranjada no estilo tarentino, mandou executar todos os convidados.

Diádocos, o ponto aqui é que Agátocles certamente modificou a concepção de seu próprio poder durante a campanha africana e que estava inclinado a atingir uma nova escala de influência política entre seus homens. A vitória sobre Ophellas, vale lembrar, um dos antigos Companheiros de Alexandre, certamente influenciou a referida postura durante a expedição africana.

Suporte para a orientação helenística de Agátocles pode ser encontrado também numa evidência arqueológica que tem se mostrado tão decisiva quanto polêmica: um estater de ouro de Agátocles, com apenas 3 exemplares conhecidos (fig.1)²¹². A moeda possui no anverso uma cabeça com um escalpo de elefante e o chifre de Amon, e no reverso a imagem de uma Atena "marchante", equipada com elmo, escudo e lança, sendo precedida por uma coruja aos seus pés, ave freqüentemente ligada à divindade, e com a inscrição AGATHOKLEOS ("de Agátocles") às suas costas. Como nos lembra Stewart, o estater de ouro tem sido vinculado à expedição africana de Agátocles desde o séc.XIX, além de parecer inquestionável que se trata de uma imitação dos tetradracmas de Ptolomeu, especificamente aqueles dos anos 314/3 a.C. (fig.2)²¹³. A primeira questão analítica pode ser sugerida a partir da figura presente no anverso. Noutras palavras, de quem seria a cabeça representada no estater? Claramente, a Atena representada no reverso refere-se a uma vitória militar (*Athena Niké*), e deve tratar do início da expedição africana²¹⁴, desdobrando-se, portanto, em algumas

²¹² Há outras evidências para o impacto da expedição asiática de Alexandre no mundo mediterrânico ocidental, tais como um vaso apuliano, cujo tema central é a batalha de Isso, e um retrato no templo de Melkart, em Cádiz. Sobre a repercussão que a anábase de Alexandre teve no mundo ocidental antigo, consultar Andrew Stewart. *Faces of Power: Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1993. pp. 150-157; 263-289.

²¹³ Stewart, op. cit., p. 266.

²¹⁴ Uma vez que a expedição terminou em fracasso, a cunhagem não pode ter se dado após 307 a.C. Além disso, há que se considerar uma

interpretações possíveis para a cabeça em questão: trata-se, dizem alguns, da personificação da África, Líbia ou Sicília²¹⁵, ao passo que outros sustentam uma identificação com Alexandre ou com o próprio Agátocles²¹⁶. A mim parece evidente que se trata de Agátocles, representado como Alexandre, pelos seguintes motivos: 1) como notaram alguns estudiosos, a personificação da África, da Líbia ou mesmo da Sicília não é seguramente documentada até o período romano, devendo ainda ser considerado o chifre de Amon e a fronte masculina como evidências da impossibilidade de uma representação feminina²¹⁷; 2) embora não existissem elefantes no exército de Agátocles, a sua ausência mesmo entre os cartagineses do período de cunhagem do estater indica que se tratava de algo puramente simbólico, sem referência imediata ao exército do comandante siracusano, mostrando-se, portanto, como imitação dos tetradracmas de Ptolomeu (314-3 a.C.), como previamente sugerido, e visando, em última instância, o vínculo com o império de Alexandre, o Grande (filho de Amon) a partir de um dos símbolos político-militares mais poderosos dos Diádocos (o

referência em Diod. 20.11 sobre a primeira vitória de Agátocles na África, quando os soldados, apoiados por corujas (animal ligado à deusa Atena, como dito acima), conseguiram derrotar os cartagineses: "ao perceber que os seus soldados estavam aterrorizados com o grande número da cavalaria e da infantaria bárbaras, [Agátocles] soltou corujas entre o seu exército, as quais ele tinha preparado como meio de retirar o medo dos soldados comuns; as corujas, voando através da falange e pousando nos escudos e elmos, encorajaram os soldados, e cada homem entendeu o ocorrido como um presságio, uma vez que o pássaro é consagrado a Atena". A referência soa absurda do ponto de vista tático, mas deve ter sido inspirada por algum evento relacionado às corujas, a julgar pelos dados cruzados, tanto no estater quanto no relato do historiador siciliano.

²¹⁵ Kuschel 1961: 15 e Goukowsky 1978: 207 sugeriram África e Líbia, sendo a Sicília também sugerida por Goukowsky 1978: 356.

²¹⁶ Alexandre parece o mais provável para os estudiosos, como encontrado em Walther Giesecke (*Sicilia numismática*. Leipzig: K. W. Hiersemann, 1923. P. 91) e Ernest Babelon ("Alexandre ou l'Afrique", *Aréthuse* 1: 95-107, 1924. P. 102), enquanto Agátocles tem sido sugerido, por exemplo, por Erick Sjöqvist ("A portrait Head from Morgantina, *AJA* 66: 319-322, 1962. P. 320"). Para um balanço geral das diversas interpretações, cf. Stewart, op. cit. pp. 266-268.

²¹⁷ Cf. Stewart, op. cit. p. 268.

elefante de combate). Pode-se dizer que a imagem faz referência estrita a Alexandre devido ao chifre de Amon, mas considerando-se cuidadosamente a inscrição no reverso e o contexto de cunhagem, chega-se à conclusão de que a cabeça sugere Agátocles representado como Alexandre (o que anularia inclusive a crítica feita por alguns estudiosos, de que a cabeça de Agátocles havia sido representada diferentemente noutras moedas).

2. O embate pela preservação da unificação política, da morte de Agátocles a Pirro do Epiro

Entre 310 a.C. e 290 a.C., os tradicionais problemas siciliotas haviam sido parcialmente controlados por meio da centralização liderada por Agátocles. Submetidas ao controle de Siracusa, as *póleis* da Sicília experimentaram uma redução dos conflitos internos que quase sempre resultavam em *stasis* (uma vez que não possuíam autonomia para tanto) e o domínio cartaginês manteve-se, em boa parte do tempo, restrito à porção oeste da ilha (dado o caráter militarmente ofensivo da política externa siracusana). Após a morte de Agátocles, no entanto, com a reconquista da autonomia das cidades vieram todos os tradicionais problemas siciliotas, somando-se ao novo distúrbio migratório que os gregos da Sicília tiveram que enfrentar: os mercenários do exército do monarca²¹⁸.

De modo similar ao que ocorreu com os macedônios, a questão mais delicada na Sicília grega teve relação com a sucessão do rei (helenístico). Uma diferença, todavia, deve ser notada: no caso siciliota, os parâmetros sucessórios nunca foram muito claros ou mesmo respeitados, ainda que a tendência natural fosse a delegação do poder real aos filhos do monarca em exercício. Nos últimos anos de sua vida, Agátocles havia confiado o controle dos exércitos a Archagathus, neto do rei e filho do também nomeado Archagathus, ex-combatente morto na Líbia²¹⁹. De acordo com

²¹⁸ Para os problemas gerados pelos mercenários de Agátocles após a sua morte, consultar Gianluca Tagliamonte. "Rapporti tra società di immigrazione e mercenari italici nella Sicilia greca del IV secolo a.C." In: *Confini e frontiera nella Grecità d'Occidente. Atti Del XXXVII Convegno Internazionale di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto, 1999. PP. 547-572.

²¹⁹ Diod. 21.16; Justino 23.2. Para uma distinção entre ambos, ver Niese, "Archagatus", in RE 2.1: 432-433, 1895.

Diodoro²²⁰, o plano de Agátocles era que seu filho, Agátocles júnior, se tornasse o sucessor legítimo, tendo com esse propósito apresentado o jovem em Siracusa e o enviado a Etna com uma carta de autorização para o comando supremo das tropas. Ao saber da deliberação do rei, Archagathus teria decidido levar adiante um plano de usurpação. Como primeira medida, instigaria Menon, um dos amigos (*philoí*) de Agátocles, a envenenar o rei, enquanto o próprio *strategos* levaria a cabo o assassinato do príncipe, após embebedá-lo durante uma festa organizada com esse objetivo.

Se aceitarmos o relato diodoreano, a conclusão imediata é que Agátocles desejava manter unidas *strategia* e *basileia*, no intuito de assegurar hereditariamente a concentração dos poderes político e militar nas mãos de um só homem²²¹. Ao seguir o formato monárquico helenístico, Agátocles teria concedido plenos poderes políticos ao general e, ao mesmo tempo, autoridade sobre os exércitos ao rei.

Há, contudo, uma explicação alternativa para a sucessão em Justino, a qual não pode ser negligenciada pelos historiadores: "conforme a sua vida esvaía, uma guerra nasceu entre seu filho e seu neto pelo direito à sucessão do reino, como se ele já estivesse morto; após eliminar o filho, o neto tomou posse do poder régio"²²². De acordo com Justino, tanto Agátocles júnior quanto Archagathus, ao que parece ainda no comando de considerável parte do exército, não teriam sido escolhidos para suceder o rei. Ao narrar que Agátocles teria enviado sua esposa ao Egito, os dois filhos que tivera com ela, juntamente com seu tesouro,

²²⁰ Diod. 21.16.

²²¹ Zambon, *Hellenistic Sicily*, pp.19-20.

²²² Justino 23.2, *Ex qua desperatione bellum inter filium nepotemque eius regnum iam quasi mortui vindicantibus oritur; occiso filio regnum nepos occupavit.*

servos e mobília real, Justino torna claro que o rei não havia pensado em nenhum dos rebeldes (filho e neto) como seu sucessor legítimo, e que o conflito ter-se-ia iniciado devido ao seu estado frágil de saúde, causado por uma repentina e fatal doença.

Por último, somente Diodoro menciona que Agátocles, após ter sido envenenado por Menon a mando de Archagathus, “convocou a população, denunciou Archagathus por sua impiedade, instigou a multidão a se vingar e declarou que devolveu a democracia ao corpo de cidadãos”²²³. Certamente, o que verificamos logo após a morte de Agátocles é a retomada do governo próprio de Siracusa, que muito em breve entraria em colapso para dar lugar a mais uma guerra civil. Diodoro²²⁴ menciona um evento importante sobre os soldados pagos de Agátocles, chamados mamertinos²²⁵, os quais foram obrigados, após longa negociação mediada pelos anciãos (οἱ πρεσβῦται), a vender as suas propriedades e deixar a Sicília (τὰς ἑαυτῶν κτήσεις ἀποδομένους ἀπελθεῖν ἐκ Σικελίας) .

Se aceitarmos o único fato em comum nos dois relatos preservados sobre a sucessão de Agátocles, isto é, a luta entre filho e neto pelo poder régio, há talvez uma forma de unificar as divergências nos testemunhos de Diodoro e Justino. Mesmo que Agátocles não tivesse escolhido seu filho como sucessor, podemos supor que o mesmo possuía direito ao trono, uma vez que Archagathus o combateu com o intuito de eliminá-lo da contenda sucessória²²⁶. Archagathus, por outro lado, possuía o controle de boa

²²³ Diod. 21.16, [...] ἐκκλησιάσας τὸν λαὸν κατηγόρησε τῆς ἀσεβείας Ἀρχαγάθου, καὶ τὰ μὲν πλήθη παρώξυνε πρὸς τὴν αὐτοῦ τιμωρίαν, τῷ δὲ δήμῳ τὴν δημοκρατίαν ἔφησεν ἀποδιδόναι.

²²⁴ Diod. 21.18.

²²⁵ Diodoro 21.18 nos informa que a cidade chamava-se Mamertina após Ares, que era conhecido ali pelo nome de Mamertos.

²²⁶ Consolo Langher, pp. 320-321 tenta unificar as divergências nos dois relatos de modo muito similar, exceto pelo fato de que toma como incontestável a indicação diodoreana com relação à escolha do sucessor e posterior revolta paterna diante da morte de seu primogênito. O problema aqui é a exclusão intencional do que nos informa Justino, que não faz qualquer menção à escolha de um sucessor por Agátocles.

parte dos exércitos, como atestado em ambas as fontes, o que lhe dava condições de reclamar o trono. Se, por um lado, Agátocles não escolheu seu filho como sucessor, como nos faz crer Justino, por outro, o rei não desejava deixar a herança ao seu neto, como nos indica tanto o despacho dos seus tesouros ao Egito após a morte de Agátocles júnior, em Justino²²⁷, como a devolução do governo próprio aos siracusanos instantes antes de sua morte, em Diodoro²²⁸.

Apesar da divergência quanto à escolha sucessória, para a qual proponho a solução apresentada²²⁹, os testemunhos de Diodoro e Justino preservam algo muito interessante: tendo Agátocles escolhido seu filho como herdeiro, o que teria provocado os planos de usurpação do neto e a conseqüente luta pelo trono, ou tendo filho e neto lutado pela sucessão sem o consentimento do rei, do que resultou a morte do filho e a hostilidade de Agátocles para com Archagathus, parece incontornável o fato de que a manutenção da união entre *strategia* e *basileia* tenha sido um dos motores do conflito. As monarquias sicilianas posteriores, do mesmo modo, tenderão a manter o formato inaugurado por Agátocles, ora baseando-se no esquema de incorporação definitiva da *strategia* compulsória à esfera do poder monárquico ora desdobrando a monarquia de tipo helenístico da *strategia* autocrática.

²²⁷ Justino 23.2.

²²⁸ Diod. 21.16.

²²⁹ Consolo Langher, p. 321 e Zambon, *Hellenistic Sicily*, p. 25 propuseram algo no mesmo sentido, particularmente quanto às providências do rei para evitar que seu neto tomasse o poder. Tal interpretação contraria abertamente a proposta de Helmut Berve, op. cit., que via a devolução do governo próprio aos siracusanos por Agátocles como reconhecimento do fracasso institucional da *basileia* na Sicília.

3. Pirro e o problema da monarquia helenística²³⁰

Semelhante a Alexandre "em aparência, velocidade e movimento"²³¹, Pirro tomou um caminho diferente daquele assumido por Agátocles. Como o rei do Epiro clamava ser descendente de Aquiles, optou por se apresentar como a própria reencarnação de Alexandre, ao invés de explorar a memória do rei, por exemplo, por meio de cunhagem póstuma (o que havia sido feito por Agátocles)²³². Diferentemente dos planos de unificação política e cultural concebidos por Alexandre, a atuação de Pirro findou por ser a de liderança em questões essencialmente práticas na vida dos italiotas e siciliotas. Inicialmente, após fracassar nos embates contra Lisímaco, que havia subornado os macedônios de seu exército ao questionar a quem deveriam ser leais, se aos amigos e companheiros de Alexandre ou ao estrangeiro que acolheram como rei²³³, Pirro tomou o pedido de auxílio dos tarentinos, em 281 a.C. (passados os quatro anos que Lévêque, Pirro entende terem sido um "período de reflexão"²³⁴), como a sua melhor chance de realizar a conquista do ocidente, com a qual Alexandre havia provavelmente sonhado algumas décadas antes, e concretizar uma monarquia de tipo helenístico.

O diálogo entre Pirro e Cineas, diplomata de origem tessália a serviço do rei, ilustra claramente as intenções do epirota em se tornar um monarca de tipo helenístico (considerando, como veremos a seguir, que a monarquia epirota era de um tipo peculiar, permanecendo o rei submetido à fiscalização constante dos molossianos), a

²³⁰ Lévêque, Pirro; Zambon, *Hellenistic Sicily*, pp. 97-175.

²³¹ Plut. Pirro. 8.1.

²³² Stewart (op. cit., p.284) lembra que as suas moedas traziam imagens de Aquiles, Tétis, Dione e Zeus.

²³³ Plut. Pirro. 12.6; Lévêque, Pirro, p. 166. Lévêque, Pirro calcula somente 3 anos para o governo da Macedônia e 2 anos para o governo da Tessália, antes de o epirota sofrer a derrota para Lisímaco.

²³⁴ Lévêque, Pirro, p. 168.

reencarnação de Alexandre em proporções similares de conquista:

'Os romanos, ó Pirro, são conhecidos como bons combatentes, e como governantes de muitos povos belicosos; se, então, a divindade nos permitir prevalecer sobre esses homens, como deveríamos usar a nossa vitória?' E Pirro disse: 'a questão, ó Cineas, realmente não necessita de resposta; uma vez conquistados os romanos, não há nem bárbaros nem gregos que sejam páreo para nós, mas nós devemos dominar de uma vez toda a Itália, cuja grandeza (μέγεθος), excelência (ἀρετήν) e força (δύναμιν) nenhum homem conhece melhor que você'. Após uma pequena pausa, então, Cineas disse: 'após tomar a Itália, ó Rei, o que nós iremos fazer?' E Pirro, sem perceber ainda a sua intenção, respondeu: 'a Sicília está ao nosso alcance e estende-nos as mãos, sendo uma ilha rica e populosa, bem como fácil de capturar, pois tudo lá, ó Cineas, se resume a stasis (στάσις γὰρ ὧ Κινέα πάντα νῦν ἐκεῖ[να]), suas cidades estão anárquicas (ἀναρχία πόλεων) e os demagogos, agitados com Agátocles morto (καὶ δημαγωγῶν ὀξύτης, Ἀγαθοκλέους ἐκλελοιπότης)'. 'O que você fala', respondeu Cineas, 'parece oportuno, mas a nossa expedição irá se encerrar com a tomada da Sicília?' 'A divindade', disse Pirro, 'nos concederá a vitória e o sucesso da empreitada; essas disputas serão usadas como preliminares de feitos grandiosos (πραγμάτων μεγάλων). Ora, quem se absteria da Líbia ou de Cartago, tendo a cidade se tornado acessível, uma cidade que Agátocles, ao fugir de Siracusa secretamente e cruzar o mar com poucas embarcações, por pouco não conquistou? E quando nós tivermos ali nos tornado senhores, nenhum dos inimigos que agora nos insultam oferecerá resistência; é desnecessário dizer isso'²³⁵.

O rei do Epiro foi capaz de vencer duas batalhas (as famosas "vitórias pírricas"), que analisarei em maiores detalhes mais à frente neste capítulo, e então partiu para a Sicília como o homem capaz de substituir Agátocles na luta contra os cartagineses. No momento da travessia de Pirro para a Sicília a porção nordeste da ilha encontrava-se sob liderança dos mamertinos, que após terem eliminado os cidadãos de Messina assumiram o controle da cidade. Com

²³⁵ Plut. Pirro. 14.2-5; Cf. Chaniotis, WHW, p. 57.

a morte de Agátocles e a ausência de um sucessor imediato que pudesse manter-se no poder de forma legítima ou mesmo suprimir os violentos embates civis de Siracusa (Hicetas foi capaz de derrotar Menon e Phintias de Acragas, mas não de sobreviver aos conflitos internos após nove anos de tirania)²³⁶, o avanço cartaginês tornou-se inevitável, somando-se ao fato de que as cidades gregas independentes (tais como Tauromenium e Acragas) mostraram-se mais preocupadas com a tributação imposta pelos mamertinos do que propriamente com a investida comandada por Cartago. Tal preocupação não era descabida. A sua independência estava novamente ameaçada, agora por soldados do antigo monarca, os quais haviam estabelecido uma aliança com os cartagineses no intuito de barrar a travessia de Pirro, como nos informa Diodoro:

Os mamertinos, que massacraram os habitantes de Messina, estabeleceram uma aliança com os cartagineses e decidiram juntos impedir a travessia de Pirro para a Sicília²³⁷.

Pirro desfrutava de excelente reputação entre os sicilianos, particularmente com os siracusanos (a esta altura sitiados pelos cartagineses), devido à sua experiência militar na Península ao longo de mais de dois anos, e havia decidido partir para a Sicília como libertador dos gregos. O fracasso nas negociações de paz com os romanos e os constantes apelos de Siracusa eram elementos que precisavam ser ajustados, quisesse o rei partir para a Sicília sem expor a sua retaguarda ao provável avanço das legiões na Magna Grécia e ainda contar com o apoio logístico das cidades sicilianas.

²³⁶ Hicetas foi substituído por Thoenon (Ortígia) e Sosítrato (Siracusa), ambos entusiastas da vinda de Pirro para a Sicília, segundo Diod. 22.7.

²³⁷ Diod. 22.7, "Ὅτι Μαμερτῖνοι οἱ Μεσσηνίους δολοφονήσαντες συμμαχίαν μετὰ Καρχηδονίων ποιήσαντες, ἔκριναν κοινῇ διακωλύειν Πύρρον τὴν εἰς Σικελίαν διάβασιν .

Este último cuidado, o único que pôde ser devidamente acertado por Pirro, dizia respeito à certeza do suporte dado pelas cidades siciliotas, e devia-se ao fato de Pirro contar com exército reduzido no momento da travessia. Apiano relata que "após isso, Pirro navegou para a Sicília com seus elefantes e oito mil cavaleiros" (ὁ μὲν δὴ Πύρρος ἐπὶ τούτοις ἐς Σικελίαν διέπλει μετὰ τε τῶν ἐλεφάντων καὶ ὀκτακισχιλίων ἰππέων)²³⁸. O fato de o texto não mencionar tropas de infantaria seria algo desconcertante não fosse a natureza fragmentada da obra de Apiano. Como nos lembra Lévêque, nos dias de hoje costuma-se aceitar o que foi proposto em 1853 por Niebuhr²³⁹, isto é, que o fragmento não conservou nem a referência aos *pezoi* após a contagem dos oito mil, nem a numeração dos cavaleiros antes de ἰππέων²⁴⁰. Assim, o trecho original seria: após isso, Pirro navegou para a Sicília com seus elefantes, oito mil soldados de infantaria e [vacat] cavaleiros (ὁ μὲν δὴ Πύρρος ἐπὶ τούτοις ἐς Σικελίαν διέπλει μετὰ τε τῶν ἐλεφάντων καὶ ὀκτακισχιλίων πεζῶν καὶ [vacat] ἰππέων). Exército reduzido, como se vê, e que necessitava dos contingentes siciliotas para a expedição contra os cartagineses.

Na Sicília, o trabalho diplomático de Cineas mostrou-se decisivo. Plutarco nos informa que Pirro o enviou de imediato para tratar preliminarmente, como de costume, com as *póleis* (μὲν εὐθύς ἐξέπεμψε προδιαλεξόμενον ὥσπερ εἰώθει ταῖς πόλεσιν), enquanto o rei movia-se com seu exército para Tarentum, cujos habitantes, apesar da insatisfação com a guarnição de Pirro, nada puderam fazer a respeito²⁴¹. O fato de Tyndarium de Tauromenium, por exemplo, ter assegurado a travessia e feito os preparativos para receber as tropas de Pirro na cidade é emblemático.

²³⁸ Apiano, Samn. 11.6. Cf. Vincenzo La Bua. "La spedizione di Pirro in Sicilia", *Miscellanea Greco-romana* (MGR): 179-254, 1980.

²³⁹ Barthold G. Niebuhr. *Römische Geschichte*. Berlin: G. Reimer, 1853.

²⁴⁰ Lévêque, Pirro, pp. 455-456; Zambon, *Hellenistic Sicily*, p.101.

²⁴¹ Plut. Pirro 22.4.

Levando-se em consideração as condições para a expedição siciliana, podemos já nos perguntar qual era a natureza de sua monarquia e do título que lhe foi conferido na Sicília. Tratava-se uma monarquia de tipo helenístico, estendida ao território siciliota?

Há duas passagens nas fontes sobre a natureza da relação estabelecida entre Pirro e os gregos da Sicília, uma em Políbio e outra em Justino. A primeira delas diz respeito à tentativa de assegurar a legitimidade do governo de Hierônimo, em 213 a.C., por ser o tirano neto do rei Pirro, "o único que todos os siciliotas aceitaram, por preferência e com benevolência, como *hegemon* e rei"²⁴². A segunda delas faz menção a dois títulos régios: Pirro, "após sua chegada em Siracusa, foi designado rei da Sicília e rei do Epiro"²⁴³. Como tratá-las de forma plausível?

Alguns historiadores sugeriram que o título de *hegemon* na Sicília era equivalente ao de Filipe II, especialmente no que se refere ao tratamento dado às *póleis*. Portanto, a aliança dos gregos da Sicília com Pirro teria a mesma natureza da Liga de Corinto, isto é, ambas teriam surgido de uma pressão política externa capaz de subjugar as cidades e de fazê-las integrar forçosamente um acordo com o monarca estrangeiro²⁴⁴. Há somente um problema com esta interpretação, que a compromete seriamente: os siciliotas não haviam sido subjugados por Pirro quando prepararam a sua recepção na porção leste da Sicília, da mesma forma que não sofreram qualquer pressão política prévia, como nos indicam as fontes previamente analisadas. Tratava-se de um projeto político livremente aceito pelos gregos.

²⁴² Polib. 7.4, μόνον κατὰ προαίρεσιν καὶ κατ' εὐνοίαν Σικελιώται πάντες εὐδόκησαν σφῶν αὐτῶν ἡγεμόν' εἶναι καὶ βασιλέα.

²⁴³ Justino 23.3, *cum Syracusas venisset, rex Siciliae sicut Epiri appellatur.*

²⁴⁴ Ioannes Vartsos. "Osservazioni sulla campagna di Pirro in Sicilia". *Kokalos* 16: 89-97, 1970.

De acordo com Lévêque, Pirro era, em primeiro lugar, *hegemon* de um *koinon* que se formou contra o inimigo cartaginês, assim como *basileu* ao estilo "helênico", títulos já há muito tradicionais no mundo grego, mas desta vez, ao contrário do que aconteceu com Dionísio e Agátocles, os títulos foram concedidos "pela vontade unânime de seus novos súditos"²⁴⁵.

Lévêque e Zambon recordam com razão que os siciliotas formaram, sob o comando do rei do Epiro, um reino da Sicília, uma unidade política criada para combater a ameaça cartaginesa com a morte de Agátocles. Lévêque é ainda bastante otimista quanto às novas possibilidades documentais, que confirmariam algo nesse sentido, apostando numa possível descoberta de evidências epigráficas reveladoras a esse respeito.

O problema emerge quando Pirro, que pode ser considerado tanto rei do Epiro quanto rei da Sicília, separadamente, planejou unificar ambos os reinos e tratá-los ao modo helenístico, o que não seria admitido nem entre os molossianos, que mantinham certo controle sobre a figura do rei (a exemplo da cunhagem das moedas, que foi aos poucos sendo conquistada por Pirro), nem entre os siciliotas (que no final da expedição enxergaram em seu líder, um tirano), para quem Pirro era *basileu* com funções restritas de *hegemon*. Pode-se dizer que os siciliotas concederam a Pirro o poder de um monarca "helênico", ao passo que o epirota tentou se comportar como um monarca "helenístico", postura que lhe rendeu, da mesma forma que a Agátocles, a classificação negativa (típica do período) de "tirano".

²⁴⁵ Lévêque, Pirro, p. 462.

4. Agátocles, Pirro e a *imitatio Alexandri* em campo de batalha

4.1. A expedição africana de Agátocles

Políbio relata que Cipião, o Africano, responsável pela reviravolta na Segunda Guerra Púnica ao inverter a estratégia de Aníbal Barca, levando, assim, a guerra da Itália para a África, julgando que as cidades africanas não teriam condições logísticas para suportar a investida, respondeu, quando lhe perguntaram quais eram os maiores estadistas em coragem e sabedoria: "Agátocles e Dionísio"²⁴⁶. Essa resposta, se verídica, já bastaria para argumentar que Agátocles, embora não tenha sido bem-sucedido em sua expedição africana, era de fato um grande estadista, simplesmente por ter ascendido ao poder em Siracusa amparado por sua riqueza (que lhe permitiu recrutar mercenários) e eloquência, bem como adotado uma estratégia ofensiva contra os cartagineses, a qual marcará profundamente a história militar do mundo antigo, particularmente a decisão de Cipião, o Africano. Embora fracassada, a única expedição grega em território africano serviu igualmente para ilustrar que Agátocles, mesmo antes de se proclamar *basileu*, havia possivelmente conduzido uma *imitatio Alexandri* em campo de batalha. Como argumentarei em seguida, ao retomar uma pista lançada por Griffith em 1935, e que parece ter sido deixada de lado pela historiografia talvez por seu otimismo excessivo, poderei argumentar a favor do uso de grupamentos táticos em moldes helenísticos durante a expedição africana, momentos antes da autoproclamação monárquica do comandante siracusano. Antes disto, contudo, torna-se necessário precisar o contexto de tal expedição.

²⁴⁶ Polib. 15.35.

Agátocles estava provavelmente sem esperanças de receber auxílio diante da ofensiva cartaginesa na ilha, uma vez que os poderes orientais não haviam manifestado interesse imediato nas questões do ocidente helenístico. Diante disso, bem como da presença do inimigo, Agátocles decidiu inverter a estratégia e assolar o território africano, numa estratégia de ousadia sem precedentes para os siciliotas, apostando no apoio que poderia obter dos líbios e no "esfriamento" do espírito combativo dos cartagineses, que, ao depositarem a responsabilidade da defesa de sua cidade nas mãos de mercenários (estando os mesmos ocupados em Siracusa), teriam perdido qualquer possibilidade de aquisição de experiência militar e "ardor combativo". Os soldados cartagineses, que viviam luxuosamente numa paz prolongada (τετρυφηκότας ἐν εἰρήνῃ πολυχρονίῳ), portanto, sem qualquer experiência nos perigos da batalha, seriam facilmente derrotados, como nos lembra Diodoro, "por aqueles que haviam sido treinados na escola do perigo" (ὑπὸ τῶν ἐνηθληκότων τοῖς δεινοῖς)²⁴⁷. Agátocles, então, reuniu cerca de 13.500 mercenários, preparou 60 embarcações e aguardou um momento de distração dos cartagineses para navegar rumo ao norte da África, provavelmente sem informar os seus homens de seu plano. Após uma semana de viagem, o siracusano desembarcou com as tropas num lugar a 110 km de Cartago e decidiu atear fogo às embarcações, por que não queria dividir as suas forças (deixando um destacamento para vigiar a frota estacionada) ou talvez como reforço psicológico para o objetivo final da empreitada: deixar a região com os cartagineses subjugados, tendo para isso o apoio das divindades (Deméter e Kore, as divindades patronas da Sicília, a quem Agátocles havia oferecido o "sacrifício dos navios"). Durante a sua marcha para Cartago, o exército deparou-se com regiões bastante

²⁴⁷ Diod. 20.3; Meister, CAH 7, p. 394.

férteis, tendo tomado por assalto as cidades de Megalópolis e Túnis. Em seguida, os mercenários montaram acampamento próximo a Cartago, onde aguardaram o embate decisivo com o exército cartaginês, na ocasião formado por seus próprios cidadãos.

Apavorados e sem experiência, os cartagineses sofreram uma derrota terrível, como analisarei no próximo item, dando liberdade para o saque de diversas cidades (a exemplo de Neapolis) pelos mercenários e para o estabelecimento de uma aliança com Elimas, rei dos líbios. Durante a investida na costa leste da atual Tunísia, os cartagineses tentaram um contra-ataque, apostando no corte das linhas de abastecimento de Neapolis e na reaproximação com os líbios, o que, para azar de Agátocles, desdobrou-se na traição de Elimas²⁴⁸. O siracusano, no entanto, apressou-se no retorno a Túnis e conseguiu lidar com a situação de forma satisfatória para o sucesso inicial da expedição. Mais de 2.000 cartagineses foram mortos e o traidor, o rei Elimas, executado como exemplo. Esta foi a primeira fase da expedição africana de Agátocles, seguida por uma série de eventos que colocarão fim às esperanças de submissão do norte da África pelos gregos.

De modo geral, considera-se o período posterior a 309 a.C. como sendo o de fracasso progressivo da expedição. Agátocles enfrentará motins entre seus homens, e resolvê-los-á com eficiência²⁴⁹. Em seguida, após uma extensão da guerra mais ao interior e a incorporação do exército de Ophellas de Cirene²⁵⁰, o siracusano tomou a guerra entre cartagineses e numídeos como momento favorável para a intensificação da ofensiva. Mas ele não foi capaz de manter o seu exército unido durante o seu retorno forçado a

²⁴⁸ P. Oxyrhynchus 2399; Meister, CAH 7, p. 396.

²⁴⁹ Diod. 20.33-34.

²⁵⁰ Episódio analisado no início deste capítulo.

Sicília. Com Agátocles de volta a Siracusa, Arcagathus, deixado no comando das tropas de seu pai, fracassou diante dos cartagineses e perdeu boa parte do exército de Agátocles, tentando sem sucesso recobrá-lo em Túnis. A última esperança de Agátocles era induzir os cartagineses a uma batalha decisiva contra os homens que havia trazido da Sicília, mas eles aprenderam a lição um pouco antes. Permaneceram em seus fortes, aguardando que o exército mercenário grego se desfizesse em discórdia ou tentasse um ataque desesperado. Após uma batalha mal sucedida, Agátocles se viu novamente obrigado a deixar os seus planos na África, mas desta vez sem alimentar quaisquer expectativas de retorno. Para selar a desgraça final, ao perceber que não dispunha de embarcações suficientes para todo o exército, o comandante siracusano optou por deixar o continente africano secretamente²⁵¹.

²⁵¹ Meister, CAH 7, p. 400.

4.1.1. O exército de Agátocles

Em primeiro lugar, uma diferença básica deve ser esclarecida quanto ao uso dos mercenários por Siracusa e pelos chamados "tiranos siciliotas". Os últimos não poderiam, é claro, contar com o suporte de tropas cívicas (ao menos com a maioria delas), uma vez que seus propósitos eram quase sempre inconstitucionais²⁵². Da mesma forma, a cidade siciliota não poderia contar unicamente com soldados-cidadãos, por três motivos: (1) a guerra contra os cartagineses não ocorria em caráter sazonal, já que os cartagineses empregavam mercenários em larga escala na Sicília; (2) quando a cidade reagia ao poder militar de um tirano, precisava fazê-lo numa lógica semelhante à periodicidade do combate contra os cartagineses; e (3) o exército altamente flexível dos tiranos constituía uma arma muito superior aos exércitos cívicos mal treinados. Temos, então, um ponto comum entre a pólis e os tiranos, isto é, o uso de mercenários em larga escala por ambos, mas esta identificação no estatuto de parte dos soldados recrutados não leva ao recrutamento de tropas mercenárias com funções táticas idênticas. De fato, ao passo que os democratas confiavam basicamente nos mercenários de procedência grega, os tiranos mostravam-se verdadeiros entusiastas do "mercenariato sem fronteiras étnicas", provavelmente por conta do sentimento de hostilidade à cidadania²⁵³. O uso constante de tais tropas, combinado à liderança de um general experiente (o que Cartago não foi capaz de fornecer, como veremos no próximo capítulo), resultou, na porção grega da Sicília, no desenvolvimento de uma tradição militar peculiar, atualizada do ponto de vista tático e

²⁵² Vendo o rótulo da tirania no séc.III a.C. como pertencente aos políticos que desdobraram seu poder de uma situação inconstitucional (*strategia* autocrática compulsória, na maior parte das vezes).

²⁵³ Argumento desenvolvido por Duncan Head. *Armies of the Macedonian and Punic Wars: organization, tactics, dress and weapons*. Sussex: Wargames Research Group Publication, 1982. P.10.

favorável, sob a autoridade de um político em sintonia com o mundo helenístico, às inovações de natureza institucional.

Em 310 a.C., Agátocles contava com 13.500 mercenários para a sua expedição africana, dos quais contamos 1.000 hoplitas, 3.000 gregos (distintos dos primeiros por que não integravam a guarda pessoal do siracusano), 3.500 siracusanos, 2.500 soldados de infantaria de origem incerta (talvez aliados sicilianos não-gregos), 3.000 mercenários samnitas, etruscos e celtas, 500 arqueiros e fundeiros²⁵⁴. A ausência das referências à cavalaria provavelmente indica a esperança de Agátocles em recrutar cavaleiros localmente, assim que chegasse ao norte da África. Passados os dois primeiros anos da expedição, Agátocles pôde dobrar as suas forças, tendo incorporado o exército de Ophellas. Amparados por essa informação em Diodoro, podemos seguramente dizer que a força militar de Agátocles passou a contar também com 10.000 soldados de infantaria, 600 cavaleiros, 100 carros de guerra e 300 homens para lutar ao lado de tais carros²⁵⁵. As funções ou origens étnicas dos homens de Ophellas são incertas, mas Agátocles não deve ter sido capaz de mantê-los sob seu comando, a julgar pelos números que Diodoro nos apresenta para o ano de 307 a.C., após o siracusano ter recebido reforços da Sicília. Entre os "sobreviventes", Agátocles contava com somente 6.000 gregos, 6.000 samnitas, etruscos e celtas, e 1.500 cavaleiros²⁵⁶. Por último, ainda que Agátocles tenha adquirido reforços líbios, os mesmos não se mantiveram leais ao tirano, transferindo-se no final das contas para o domínio cartaginês.

²⁵⁴ Diod. 20.11. Obviamente, Diodoro aqui confunde unidades étnicas com unidades táticas. Cf. Griffith, pp. 198-202.

²⁵⁵ Diod. 20.41.

²⁵⁶ Diod. 20.64.

4.1.2. Agátocles, general como Alexandre?

Em 1935, Griffith havia já se posicionado a favor de uma *imitatio Alexandri* por Agátocles em campo de batalha²⁵⁷. Para ele, as táticas e formações usadas pelo siracusano eram ocasionalmente reminiscentes daquelas empregadas por Alexandre. Em primeiro lugar, apesar de lamentar a ausência de um relato preciso das campanhas de Agátocles, Griffith pontua a existência, ao menos na África, de um "batalhão de infantaria especialmente forte", em número de 1.000, o qual, de acordo com o historiador, corresponderia, grosso modo, aos *hipaspistai* de Alexandre. Em segundo lugar, as táticas adotadas por Agátocles na mesma batalha contra os carros de guerra cartagineses corresponderiam exatamente ao que Alexandre havia feito em Gaugamela contra Dario. A interpretação das manobras siracusanas como adaptação das táticas macedônicas poderia ser combatida pela carência de evidências mais concretas, mas a sua coincidência com o emprego de uma guarda pessoal, a qual estava provavelmente baseada no sistema de funcionamento tático dos *hipaspistai* de Alexandre, fortalece o argumento. A chave para a segunda parte encontra-se, portanto, na defesa dos 1.000 homens que compunham a τῆς θεραπείας²⁵⁸ como uma versão siciliota (ao menos na expedição africana) dos *hipaspistai* de Alexandre.

Diodoro faz referência à existência de um exército (aparentemente regular) em Siracusa, o qual teria sido entregue a Hicetas, eleito o novo *strategos* pelos siracusanos com os problemas sucessórios advindos da morte de Agátocles²⁵⁹. Tal evidência, como recorda Zambon, indica que Agátocles não havia deixado o poder sem um exército que lhe fosse fiel, e que o mesmo fora usado por Hicetas contra

²⁵⁷ Griffith, pp. 200-201.

²⁵⁸ Literalmente, "guarda pessoal" de Agátocles, como aparece em Diod. 20.11.

²⁵⁹ Diod. 21.18.

Menon²⁶⁰. Mas que exército era esse? Qual era a sua composição? Infelizmente, não temos nenhuma informação extra sobre os soldados leais a Agátocles (à exceção dos mamertinos), mas a julgar pela organização de uma guarda pessoal durante a expedição africana, a qual certamente não era desfeita com facilidade²⁶¹, podemos dizer que a mesma possivelmente compunha o exército regular herdado por Hicetas em Siracusa cerca de vinte anos depois²⁶².

De acordo com Diodoro, os cartagineses não puderam aguardar os reforços vindos das regiões aliadas devido à situação alarmante provocada pela ofensiva grega, e decidiram dispor os seus soldados-cidadãos em campo de batalha, os quais, segundo o historiador siciliano, estavam em número aproximado de 40.000, e eram acompanhados por 1.000 cavaleiros, provavelmente numídios (embora a fonte não mencione a origem étnica), e 2.000 carros de guerra²⁶³. A ala esquerda era formada por soldados organizados em

²⁶⁰ Zambon, *Hellenistic Sicily*, p. 30; Sebastiana Consolo Langher. *La Sicilia dalla scomparsa di Timoleonte alla morte di Agatocle*. In: Emilio Gabba. *La Sicilia Antica, 2, 1: La Sicilia greca dal IV secolo alle guerre puniche*. Napoli: Società editrice storia di Napoli e della Sicilia 1980. pp. 289-342.

²⁶¹ Note-se, por exemplo, o caso dos *arguraspides* macedônicos.

²⁶² Diz-se que os *arguraspides* de Alexandre possuíam mais de 60 anos quando apoiaram Eumenes, sendo ainda temidos por sua disciplina e experiência. Na cronologia apresentada para a guarda pessoal de Agátocles, os soldados teriam idade bem menor que a guarda Real de Alexandre, tornando o argumento plausível para a época.

²⁶³ Aqui o número é claramente absurdo. Talvez Diodoro (20.10) quisesse se referir a 200 carros de guerra, o que seria aceitável com bastante otimismo, após reduzir as centenas e comparar os possíveis números desta batalha com aqueles apresentados, por exemplo, entre os persas em Gaugamela (100 carros citas na ala esquerda, ao lado da cavalaria de mesma procedência e de 1.000 cavaleiros bactrianos, em oposição a Alexandre, como indica Arr. 3.11). Justino (22.6) conta 30.000 homens no total (*obvius ei fuit cum XXX milibus paganorum Hanão, sed proelio commisso duo de Siculis, tria milia de Poenis cum ipso duce cecidere*), da mesma forma que Paulo Orósio, *Historiae Adversum Paganos*, 4.6.25 (*Hanõnem quendam cum triginta milibus Poenorum obuiam habuit*). Entre os historiadores modernos, Consolo Langher (pp. 139-143) aponta para 10.000 cavaleiros, certamente presumindo que Diodoro se equivocou ao lançar apenas 1.000 cavaleiros (*ἵππεις δὲ χιλίους*) ao lado de 2.000 carros de guerra (*ἄρματα δὲ δισχίλια*). Consideramos, contudo, que o erro tenha se dado precisamente na apresentação dos carros de guerra, pelos motivos enumerados.

grande profundidade (por indução do terreno) sob o comando de Bomilcar; na ala direita, que estava sob o comando de Hanão, encontrava-se o Batalhão Sagrado. À frente de toda a infantaria os cartagineses dispuseram os carros de guerra e a cavalaria²⁶⁴. Agátocles, após tomar conhecimento da formação inimiga, confiou a ala direita ao seu filho Archagathus, no comando de 25.000 soldados. Ao lado de Archagathus, seguiam-se 3.500 siracusanos, 3.000 mercenários gregos e um grupamento misto de samnitas, etruscos e celtas, também em número de 3.000. Agátocles encontrava-se de frente para o *ieros lochos* cartaginês no comando de sua guarda pessoal, um total de 1.000 soldados pesadamente armados (ao menos equipados para o choque frontal). Nas alas ele dispôs os 500 arqueiros e fundeiros²⁶⁵.

Deve ser observado que Agátocles liderou sua guarda pessoal contra o Batalhão Sagrado, ou seu equivalente cartaginês, e que a mesma compunha um grupamento de 1.000 soldados de infantaria pesadamente armada. Sabemos que a guarda pessoal em questão não se tratava de um *ieros lochos*, pois a sua lealdade, como o termo grego indica, estava primeiramente ligada a Agátocles, depois possivelmente à cidade de Siracusa. Além disso, os números não batem com o que nos é dado pelas fontes para os *ieroi lochoi*. De acordo com Plutarco, o *ieros lochos* foi inicialmente formado, como é dito, por Gorgias, a partir de 300 homens selecionados (ἐξ ἀνδρῶν ἐπιλέκτων τριακοσίων), para os quais a cidade fornecia treinamento e manutenção [...]”²⁶⁶. Dadas as proporções dos exércitos gregos no tempo de Pelópidas, poderíamos argumentar que a guarda pessoal de Agátocles representaria um inchaço de um Batalhão Sagrado

²⁶⁴ Diod. 20.10.

²⁶⁵ Diod. 20.11.

²⁶⁶ Plut. Pelop. 18.

siracusano, se houvesse referência à existência de tal destacamento em Siracusa, se o termo empregado pelas fontes fosse *ieros lochos* ao invés de *therapeía*, e se a expedição africana tivesse demorado tempo suficiente para aumentar a lealdade das tropas a Agátocles em detrimento da cidade que os teria formado e mantido, no caso de possível argumentação de um *ieros lochos* não mencionado com os termos apropriados²⁶⁷. Como dito acima, não há indícios para nenhum dos três casos, além de ter a lealdade da tropa sido vinculada, em sua única aparição em Diodoro, estritamente ao comandante siracusano. É provável que esta guarda pessoal, portanto, tenha reconhecido a toga púrpura de Agátocles como adequada ao seu poder, o que anula a hipótese de ter sido essa somente uma guarda pessoal de um tirano, como encontramos nos períodos anteriores. Além disso, o contexto de *imitatio Alexandri* no campo político, bem documentado durante a expedição africana, assim como a interação que Agátocles mantinha com o mundo helenístico, contribuem para uma provável resignificação da guarda pessoal em questão. Em última instância, tratava-se da guarda de alguém que já se via com direitos a uma sucessão forjada ao trono macedônico, sendo a identificação com os *hipaspistai* algo bastante plausível.

Tratemos agora do posicionamento dos arqueiros e fundeiros contra os carros de guerra e cavaleiros do exército cartaginês. Recordo que, em Gaugamela, Alexandre havia disposto, na ala direita, agrianianos, arqueiros e soldados (levemente) armados, provavelmente peltastas, e na ala esquerda, juntamente com dois corpos de cavalaria,

²⁶⁷ Diodoro 16.80, em contrapartida, emprega o termo *ieros lochos* para um grupamento de cartagineses, em número de 2.500, que haviam combatido em Himera (480 a.C.). A designação é, obviamente, equivocada, especialmente pelo número excessivo de soldados e por sua inexperiência em campo de batalha. Além disso, essa parece ter sido uma maneira grega de enquadrar parte das tropas cidadinas cartaginesas pesadamente armadas, que raramente combatiam por sua cidade.

arqueiros cretenses, dardeiros trácios, entre outros. Em 331 a.C., agrarianos e dardeiros das ilhas Baleares bloquearam o ataque dos carros de guerra citas, enquanto os falangistas ao centro (*hipaspistai*) não se opuseram frontalmente a eles, deixando-os passar por meio de manobras de evasão, sem causar, portanto, baixas na infantaria macedônica²⁶⁸. Em 310 a.C., num campo aberto não muito distante de Cartago, os soldados pesadamente armados de Agátocles realizaram idênticas manobras evasivas, permitindo-os passar (ἃ δ' εἶασαν διεκπεσεῖν), abatendo inicialmente alguns e em seguida forçando o retorno da maior parte dos carros de guerra contra as suas próprias tropas²⁶⁹. Como Diodoro não menciona forças de cavalaria do lado grego, o que nos soa estranho, a única reconstrução possível para a vitória sobre os carros de guerra e cavaleiros se dá por meio do emprego dos arqueiros e fundeiros (a exemplo do que ocorreu em Gaugamela), os quais causaram, de acordo com Diodoro, muitas baixas nas tropas acima referidas (mais um indício de que se tratava de cavaleiros numídios, os quais não eram páreo para dardos de arremesso e projéteis de modo geral, desde que disparados por infantaria levemente armada). Com o fracasso da investida montada, o campo de batalha transformou-se num cenário praticamente clássico, com dois corpos de infantaria pesadamente armada em confronto direto. Hanão foi incapaz de suportar o choque com os soldados liderados pessoalmente por Agátocles, e Bomilcar, no comando da ala em profundidade, ordenou um recuo tático de seus homens, que em princípio seria parte de um plano (inclusive político, já que ambicionava, de acordo com Diodoro, a morte de seu rival, Hanão, para então dar seqüência ao

²⁶⁸ Ver cap.1.

²⁶⁹ Diod. 20.12, προεμβalόντων γὰρ εἰς αὐτοὺς τῶν ἀρμάτων ἃ μὲν κατηκόντισαν, ἃ δ' εἶασαν διεκπεσεῖν, τὰ δὲ πλεῖστα συνηνάγκασαν στρέψαι πρὸς τὴν τῶν πεζῶν τάξιν.

golpe de Estado)²⁷⁰. A aparente inexperiência dos soldados nas realizações das manobras, assim como a ordem prematura de seu líder, fizeram com que a retirada se transformasse num verdadeiro massacre, obrigando boa parte dos soldados a se refugiar nas muralhas de Cartago.

²⁷⁰ Diod. 20.12; Meister, CAH 7, p. 395. Voltarei a tratar desse assunto no cap.4.

4.2. A expedição de Pirro do Epiro

Pirro não iria para a Península Itálica sem tropas, como queriam os tarentinos, embora seu exército fosse sensivelmente menor que o de Alexandre, o Grande, quando do início de sua expedição asiática²⁷¹. Plutarco nos informa que Pirro contava com 20 elefantes, 3.000 cavaleiros, 20.000 soldados de infantaria, 2.000 arqueiros e 500 fundeiros²⁷². Precedido pelo diplomata Cineas, como de costume, Pirro se fez acompanhar por dois de seus filhos, nomeadamente Alexandre e Heleno, ao passo que seu outro filho, Ptolomeu, foi deixado como regente no Epiro. Após cumprir a rota marítima para a Península, o que se deu com inúmeros problemas, como Plutarco narra com alto nível dramático²⁷³, o epirota deu início ao entendimento pessoal com seus aliados e às primeiras emissões monetárias de sua expedição, a partir das quais ele pôde reforçar os vínculos com Alexandre e sua semelhança com os Diádocos, assim como celebrar a aliança²⁷⁴. Em seguida, tendo alistado tarentinos em seu exército, o líder da coalizão contra os romanos parecia estar pronto para a ação, a qual se transformará ao final num verdadeiro fiasco, tal qual a expedição africana de Agátocles²⁷⁵. Ambas, contudo, servem para ilustrar como as táticas e as figurações do poder helenístico se apresentaram ao ocidente, particularmente na Magna Grécia, Sicília e norte da África, no início com contexto bastante favorável aos monarcas.

²⁷¹ Griffith, p. 61; Lévêque, Pirro, p.297.

²⁷² Plut. Pirro 15.2. Pausânias 1.12 sugere que Pirro obteve seus elefantes após vencer uma batalha contra Demétrio.

²⁷³ Plut. Pirro 15.3-8; Zonaras 8.2; Justino 18.1; Lévêque, Pirro, p. 297-298.

²⁷⁴ Lévêque, Pirro, p. 299. Sobre a cunhagem na Magna Grécia e Sicília durante a expedição de Pirro, cf. Vincenzo La Bua, "La spedizione di Pirro in Sicilia", *MGR* 7: 179-254, 1980; Zambon, *Hellenistic Sicily*, pp.121-129.

²⁷⁵ Aceita-se comumente que a coalizão era formada por samnitas, lucanianos, brutianos, messapianos e, com incerteza, apulianos. Lévêque, Pirro, p. 304.

Do lado romano, os preparativos tiveram de ser iniciados em contexto bastante desfavorável, considerando-se os problemas com os etruscos e sua simultaneidade com a formação da aliança italiota conduzida por Pirro. Seguindo os costumes, Roma dividiu o exército entre os cônsules, ficando Valério Levinus no comando das legiões contra Pirro e Coruncanus no comando das legiões contra os etruscos. Os romanos haviam tirado já grande proveito das guerras precedentes, como nos informa Políbio: [os romanos] se tornaram verdadeiros mestres na arte da guerra por meio de sua luta com os samnitas e os celtas (ἀθληταὶ γεγονότες ἀληθινοὶ τῶν κατὰ τὸν πόλεμον ἔργων ἐκ τῶν πρὸς τοὺς Σαυνίτας καὶ Κελτοὺς ἀγώνων)²⁷⁶. Assim, deve-se ter em conta que não somente Pirro era um comandante experiente e com tropas de alto nível, como vimos acima, mas também os romanos possuíam um nível de experiência militar e “potencial soldadesco” adequados ao seu inimigo. Esse é um fator importante na medida em que estabelece, entre outros fatores, os resultados da campanha italiana. Por potencial soldadesco entendo basicamente a composição de ambos os exércitos e o que disso poderia ser desdobrado em termos táticos: excetuando as legiões de Roma e a falange macedônica sob Pirro (fundamental em Heracleia), o restante das tropas (particularmente em Ásculo) possuía as mesmas origens étnicas e, portanto, armamento e estilo de combate similares. Além disso, a flexibilidade das legiões, da forma como explicado no cap.4 desta tese, contribuiu para o quadro desfavorável ao rei do Epiro, já que puderam enfrentar a falange (em Heracleia) com recursos táticos superiores, auxiliando, no quadro geral da campanha, para o deslocamento do foco político mais a sudoeste, precisamente na Sicília grega.

²⁷⁶ Polib. 1.6.

4.2.1. O exército de Pirro

Em 280 a.C., o exército que Pirro liderou em sua expedição italiana estava claramente organizado em estilo macedônico, mas nada indica que essa organização era conhecida pelos epirotas anteriormente. Historiadores tendem a apostar numa reforma iniciada cerca de 340 a.C. por Alexandre do Epiro, amigo e aliado de Filipe II, tanto por sua relação com os macedônios quanto pela logística necessária a uma expedição italiana (realizada em 334 a.C.), a qual somente seria viável com um exército "nacionalmente unificado"²⁷⁷, mas não há evidências suficientes para algo mais conclusivo além de tais argumentos. Talvez Alexandre do Epiro tenha, de fato, reformado o exército epirota nos moldes do projeto de Filipe da Macedônia, mas o certo é que Pirro, cerca de meio século mais tarde, dispunha de tais condições.

Como dito anteriormente, Plutarco nos informa que o exército de Pirro era composto por 20 elefantes, 3.000 cavaleiros, 20.000 soldados de infantaria (ou 23.000, se considerarmos os 3.000 homens enviados juntamente com Cineas), 2.000 arqueiros e 500 fundeiros. Curiosamente, não há indícios de algo similar aos *hipaspistai* no exército epirota, sendo o termo empregado para indicar oficiais capazes de governar cidades (na Sicília), e não para fazer referência às tropas que compunham uma unidade de combate²⁷⁸. Obviamente, os 20.000 soldados de infantaria não eram puramente epirotas; Beloch foi capaz de mostrar, a esse respeito, que os aproximados 300.000 habitantes do Epiro, dos quais 100.000 estariam possivelmente em idade militar, não poderiam fornecer sequer os 20.000 soldados de infantaria do exército de Pirro, levando em consideração o

²⁷⁷ O argumento pode ser mapeado em Head, op. cit., p. 19 e Braccisi, op. cit., pp.43-53.

²⁷⁸ Head, op. cit., p. 19.

estado economicamente atrasado da região²⁷⁹. Daí resulta que boa parte dos soldados de Pirro em sua expedição italiana fosse formada por mercenários, de acordo com os dados obtidos acerca das tropas empregadas em Ásculo. Além dos tarentinos e demais aliados, o rei epirota contava com: uma falange macedônica e alguns cavaleiros tessálios cedidos por Ptolomeu Keraunos, rei da Macedônia; uma infantaria mercenária da Etólia, Acarnânia e Atamânia; e um corpo de cavaleiros mercenários gregos, arcanianos, etólios e atamanianos²⁸⁰. Sem dúvida, a reputação de Pirro reforçou a sua capacidade de recrutar novos soldados dispostos a combater na condição de profissionais.

²⁷⁹ Julius Beloch, apud Griffith, p.61. Políbio (30.15, fragmentos preservados em Estrabão, Geografia, 7.7 e Tito Lívio 45.34) menciona 150.00 epirotas escravizados por Emílio Paulo em 168 a.C. Cf. também Griffith, p. 61.

²⁸⁰ Griffith, p. 62.

4.2.2. O exército republicano romano

O exército romano em seus primórdios parece não ter sido muito diferente daquele encontrado no restante das cidades do Lácio, sendo influenciado por seus vizinhos mais poderosos: os etruscos. A confederação etrusca estendeu sua influência a ponto de nomear a organização inicial das forças romanas ao estilo etrusco, compondo três tribos com a responsabilidade de fornecer 1.000 homens em idade militar cada, ficando os soldados sob o comando de um *tribunus*. As subdivisões de cada tribo forneciam uma centúria (nessa época possivelmente contada como 100 homens), o que resultava numa força modesta de 3.000 homens, a chamada *legio*. A cavalaria (*equites*) era formada por nobres e seus filhos, totalizando 300 homens montados (capazes de pagar a manutenção de um cavalo e equipamentos) divididos entre as tribos. De modo geral, a historiografia aceita que essa organização inicial somente será modificada com Sêrvio Túlio, aproximadamente entre 580-530 a.C.²⁸¹. Ao lado da criação de muitas das instituições de Roma, Sêrvio Túlio parece ter realizado o primeiro censo do povo romano, dividindo a população em classes, obedecendo ao padrão de riqueza. Com objetivos claramente políticos e militares, as centúrias (como a população era dividida) teriam impacto na organização das assembléias e das tropas. Em primeiro lugar, vinha a ordem eqüestre, num total de 18 centúrias; em seguida, a população restante aparecia dividida em 5 classes, separadas a partir de sua riqueza e contadas da seguinte maneira, em casos de alistamento militar: (a) a primeira classe, armada com lança e espada e equipada com

²⁸¹ Lawrence Keppie. *The making of the Roman army: from republic to empire*. London: B.T. Batsford, 1984. pp. 16-17. Daly, pp. 48-52; Giovanni Brizzi. *Le guerrier de l'antiquité classique: de l'hoplite au légionnaire*. Monaco: Rocher, 2004. pp. 43-51. John Rich. "Warfare and the Army in Early Rome". In: Paul Erdikamp. *A companion to the Roman army*. Malden, MA; Oxford: Blackwell, 2007. pp. 7-23. Para uma visão detalhada das fontes a respeito, ver Michael M. Sage. *The Republican Army: a Sourcebook*. New York; London: Routledge, 2008. pp. 4-41.

couraça de bronze, elmo, escudo e grevas; (b) a segunda classe, armada de forma idêntica e equipada de maneira similar, excluindo a couraça; (c) a terceira classe, idêntica à segunda classe, exceto pelas grevas; (d) a quarta classe, armada com lança e equipada somente com escudo; (e) a quinta e última classe, armada com fundas e pedras. Os *seniores* (oposto de *iuniores*, isto é, em idade militar) eram empregados somente em caso de cerco, portanto, para a defesa da cidade. Abaixo da quinta classe contava-se apenas o grupo de homens (em número modesto) sem propriedade alguma (*capite censi* ou registrados por contagem de cabeça), os quais eram desqualificados para o serviço militar²⁸².

Terminado o período das monarquias, a primeira modificação no exército romano (então republicano) surgiu em meio aos conflitos contra as comunidades adjacentes, no momento de enfraquecimento dos etruscos mediante a fixação dos celtas na região dos Alpes e do fortalecimento da posição das colônias gregas no sul da Península Itálica. Nesse contexto, precisamente em 406 a.C., os romanos partiram para o último embate com a cidade etrusca de Veios, conflito que se encerrou 10 anos depois com a captura da cidade pelos romanos. Durante a guerra contra Veios, o exército cresceu (de cerca de 4.000 para 6.000 homens), e o escudo circular foi substituído pelo escudo longo italiano, o *scutum*. Da mesma forma, como parece óbvio, o número de cavaleiros subiu, totalizando as 18 centúrias previstas na "reforma serviana". É nesse momento (6 anos após a captura de Veios pelos romanos, portanto, em 390 a.C.) que Roma é tomada pelos celtas, exceto por uma pequena porção da cidade. Capazes de expulsar os celtas de

²⁸² Keppie (op. cit. p. 17) recorda que nessa época "a defesa da cidade era um dever, uma responsabilidade e um privilégio".

sua cidade, os romanos estavam a caminho do estabelecimento de sua posição na Península.

Alguns autores têm sugerido uma identificação da legião romana com os hoplitas gregos²⁸³, mas a forma cerrada de luta dos romanos nos primeiros anos deve indicar mais uma adaptação etrusca (que não era uma incorporação de táticas gregas, como alguns acham razoável deduzir) do que propriamente uma forma similar de combate ombro-a-ombro. De qualquer forma, logo as unidades manipulares (*manipuli*) foram adotadas como resposta às exigências de maior flexibilidade tática. Cada manípulo, com aproximados 100-120 homens, exceto pelos *triarii*, contava com dois centuriões, homens experientes dispostos no comando das unidades táticas. Vale destacar o centurião sênior da legião, disposto no comando no manípulo da extrema direita dos *triarii*, que era depois incluído (*ex officio*) no conselho geral do cônsul, juntamente com os tribunos. Já no final do séc.IV a.C., basicamente no mesmo período da expedição africana de Agátocles (310-307 a.C.) ou talvez um ano antes, o exército romano encontrava-se dividido em 4 legiões, comandadas por dois cônsules e, abaixo deles, 6 tribunos militares.

Durante a sua expansão em direção ao sul do Lácio, os romanos foram capazes de subjugar os samnitas em quase 50 anos de conflito. Devido à natureza montanhosa da região, tem sido sugerido que os manípulos seriam, na verdade, uma modificação ocorrida nesse momento, o que se justificaria com a necessidade de maior flexibilidade tática do terreno²⁸⁴. De acordo com Tito Lívio, os manípulos eram parte de inovações típicas do período da Primeira Guerra

²⁸³ Um excelente exemplo (mas não o único) é Keppie, op. cit. p. 19.

²⁸⁴ Keppie, op. cit. pp.18-19; Daly, pp. 56-63; Brizzi, op. cit. p. 47; Louis Rawlings. "Army and Battle During the Conquest of Italy". In: Erdkamp, op. cit. pp. 55-58; Sage, op. cit. pp. 63-66.

Samnita²⁸⁵. Após a linha de tropas levemente armadas (*leves*), vinham os manípulos de *hastati* (os que portavam a *hasta* ou lança curta), seguidos pelos manípulos de *principes* e por uma terceira linha, os manípulos de *triarii* (homens mais velhos - e experientes - que entravam em cena no caso de desorganização das duas primeiras linhas). Por fim, Tito Lívio menciona *rorarii* (lit. tropas levemente armadas) e *accensi* (lit. tropas reservas), grupos de soldados levemente armados dispostos como última força de reserva. O relato de Tito Lívio, contudo, embora seja de grande valor, não é normalmente visto com precisão histórica desejável, preferindo-se a narrativa do historiador cuja autoridade nos assuntos militares é inquestionável: Políbio²⁸⁶.

De acordo com Políbio, em sua detalhada descrição da organização do exército romano, a legião romana (já no período da Segunda Guerra Púnica, isto é, entre 218 e 201 a.C.) contava com 4.200 homens, podendo atingir o número de 5.000 em situações de emergência. O processo seletivo (*dilectus* ou simplesmente "seleção") incorporava homens entre 17 e 46 anos, com propriedade avaliada acima dos 400 denários, após a avaliação das habilidades necessárias ao serviço. Ao soldado de infantaria era pago um *stipendium*, criado para cobrir os prejuízos que supunham o afastamento de casa, perfazendo, no tempo de Políbio, um total de 120 denários por ano. Os cavaleiros, por sua vez, recebiam mais, cerca de 365 denários por ano, o que considerava tanto a sua origem social quanto os custos com o cavalo. Feita a seleção, a legião era dividida da seguinte maneira: (a) os *velites*, formados pelos mais jovens e pobres; (b) os *hastati*, formados pelos mais jovens e pobres depois dos *velites*; (c) os *principes*, formados pelos "preeminentes";

²⁸⁵ Tito Lívio 8.8-10.

²⁸⁶ A referência é Polib. 6.19-42.

(d) os *triarii*, os mais maduros e experientes dos soldados. Os *hastati* e os *principes* compunham 2.400 homens no total (10 manípulos de 120 homens cada), acompanhados por 600 *triarii* (10 manípulos de 60 homens cada) e, por dedução, 1.200 *velites*. Os *velites*, prossegue Políbio, eram armados com espadas, lanças de arremesso e um pequeno escudo circular (*parma*). Os *hastati* e os *principes* encontravam-se normalmente equipados com duas lanças (*pila*) cada, uma espada curta (*gladius*), que era a principal arma do legionário, e equipados com escudo oval, peitoral de bronze, elmo e grevas. Os *triarii* eram equipados da mesma forma, exceto pelo armamento: ao invés do *pilum*, o *triarius* portava a *hasta*, lança perfurante que não poderia ser usada para arremesso e era, portanto, usada no combate corpo-a-corpo.

A cavalaria totalizava 300 homens, divididos em 10 *turmae* de 30 homens, cada uma sob o comando de 3 decuriões e equipadas com longos escudos circulares, lanças longas e couraça de tecido. De modo geral, a legião era disposta em formato de "tabuleiro de xadrez", com os *velites* à frente de todos os legionários para a ação de escaramuça, tendo os *hastati*, *principes* e *triarii* organizados em três linhas subseqüentes, de maneira a permitir a substituição dos homens da frente pelos de trás devido aos pequenos espaços propiciados pela formação. A cavalaria, como no caso grego, era colocada nas alas, como proteção dos flancos.

4.2.3. A batalha de Heracleia (280 a.C.)

Lévêque sustentou que a postura ofensiva romana, ao reunir as tropas sob Valério Levinus e marchar imediatamente contra Pirro, tinha três objetivos claros: (1) desferir um golpe decisivo antes que o epirota pudesse coletar todo o apoio esperado; (2) conter uma possível revolta das cidades gregas de Regium, Locres e Croton, "a quem a chegada do rei podia fazer pesar sua adesão à causa romana"; e (3) lançar a guerra para longe das terras submetidas pelos romanos, o que não comprometeria a lealdade desses povos a Roma²⁸⁷. Plutarco nos diz algo interessante a respeito da reação de Pirro à investida romana, algo que evidencia ainda mais as suas intenções monárquicas helenísticas, as quais podem ser encontradas desde o início da sua expedição, mesmo antes de se decidir pela Sicília:

*Ao ser informado que Levinus, o cônsul romano, se aproximava com numeroso exército, tendo saqueado a Lucânia no trajeto, Pirro não havia ainda se juntado aos seus aliados, mas por julgar ser algo intolerável ter de aguardar enquanto seus inimigos avançavam, partiu da cidade com suas tropas [...]*²⁸⁸

A postura de Pirro indica, ao menos nessa ocasião, que o "dever" de liderança de um monarca helenístico (mesmo que ele somente ambicionasse a monarquia de tipo oriental) era mais relevante que a união completa das tropas, pela qual ele aguardava, ou ainda que ele julgava ser possível vencer os "bárbaros" sem ter reunido todas as suas forças, já que povos militarmente desorganizados, por mais belicosos que fossem, não eram páreo para os gregos, como Alexandre havia

²⁸⁷ Lévêque, Pirro, p. 318.

²⁸⁸ Plut. Pirro 16.4, Ἐπεὶ δὲ Λαιβίνος ὁ τῶν Ῥωμαίων ὑπάτος ἠγγέλλετο πολλῇ στρατιᾷ χωρεῖν ἐπ' αὐτόν, ἅμα τὴν Λευκανίαν διαπορθῶν, οὐδέπω μὲν οἱ σύμμαχοι παρήσαν αὐτῷ, δεινὸν δὲ ποιούμενος ἀνασχέσθαι καὶ περιδεῖν τοὺς πολεμίους ἐγγυτέρω προϊόντας, ἐξῆλθε μετὰ τῆς δυνάμεως [...].

mostrado em sua expedição asiática. Que essa idéia tenha ocorrido a Pirro parece plausível, principalmente ao analisarmos um evento imediatamente posterior de sua marcha contra os romanos, quando o rei observou admirado (ἐθαύμασε) "a disciplina, as sentinelas, a sua ordem e o arranjo de seu acampamento" (τάξιν τε καὶ φυλακὰς καὶ κόσμον αὐτῶν καὶ τὸ σχῆμα τῆς στρατοπεδείας), dizendo ao seu amigo mais próximo, em conclusão, que "a disciplina desses bárbaros não é bárbara"²⁸⁹.

Acampamentos montados, ambos os lados estavam prontos para o combate. Pirro contava, de acordo com Justino, com exército inferior em número, ainda que não saibamos os efetivos concretos dos romanos²⁹⁰. Para o desenrolar da batalha, embora Justino forneça o referido indício sobre a inferioridade numérica de Pirro, as principais fontes são Plutarco e Dionísio de Halicarnasso²⁹¹, ambos com acesso, ao que parece, aos relatos de duas tradições bastante distintas. Tornou-se consenso há muito tempo entre os historiadores que Plutarco, para a batalha em questão, empregou basicamente o relato de Hierônimo²⁹², intercalando o mesmo com anedotas originadas na tradição analítica, as quais Dionísio utiliza com frequência²⁹³. Isso explicaria tanto a versão inteligível da batalha (o que não é um traço comum nas biografias de Plutarco) quanto a presença de algumas imagens bastante favoráveis aos romanos e pouco

²⁸⁹ Plut. Pirro 16.7.

²⁹⁰ Justino 18.1, *Nec rex, tametsi numero militum inferior esset* [...]. Gaetano De Sanctis. *Storia dei Romani*. Milan: Fratelli Boccia, 1907. P. 392 supõe que tenham sido somente duas, presumindo que até 4 legiões eram normalmente divididas entre os cônsules; Lévêque, Pirro 1957. P.322, em contrapartida, é mais otimista quanto à extensão das tropas de Levinus, acreditando que podem ter sido 8 em Heracleia. Essas são, contudo, suposições baseadas num possível número de legiões sob um único cônsul durante a fase intermediária da República, uma vez que as fontes silenciam sobre esse caso em particular.

²⁹¹ Plut. Pirro 16-17 e Dionísio 19.11-12.

²⁹² Plut. Pirro 17.4. Cf. Rudolf Schubert. *Geschichte des Pyrrhus*. Königsberg: Wilh. Koch, 1894. P. 176.

²⁹³ Lévêque, Pirro, p.323.

críveis do ponto de vista histórico. Notemos, por exemplo, o retrato pitoresco do episódio de espionagem epirota, o qual precedeu a batalha propriamente dita, da forma como registrado em Dionísio:

*Levinus, o cônsul romano, tendo capturado um espião de Pirro, armou e dispôs todo o exército em formação de batalha (εις τάξιν καταστήσας), e após mostrá-lo ao espião, ordenou que ele contasse toda a verdade sobre o que tinha visto [...], informando que Lavinus, o cônsul romano, solicitava que ele [Pirro] não enviasse mais homens secretamente como espiões, mas que viesse em pessoa, abertamente (φανερῶς), para ver o poder dos romanos (ιδεῖν τε καὶ μαθεῖν τὴν Ῥωμαίων δύναμιν)*²⁹⁴.

Pirro decidiu aguardar os reforços de seus aliados numa das margens do Siris, onde estacionou um destacamento grego para assegurar que os romanos não atravessassem o rio. Estes, no entanto, mandaram parte de sua infantaria (provavelmente aliada) cruzar o Siris por um vau, enquanto a cavalaria avançava por diversos outros pontos rasos, expondo os gregos ao risco do envolvimento completo, o que, de acordo com Plutarco, os fez recuar²⁹⁵. Ao ver que seus homens bateram em retirada, Pirro ordenou aos oficiais que pusessem a falange em linha, enquanto ele próprio, como Alexandre, no comando de seus 3.000 cavaleiros, investiu contra os romanos na expectativa de que eles se desordenassem com a ofensiva montada. Nem os cavaleiros puderam romper a ordem das legiões com sua "teatralização ofensiva" (uma vez que não entraram, de fato, em choque com o centro da formação romana), nem o subsequente choque com a falange pôs os legionários a correr, diferentemente do que Alexandre havia feito aos persas. Relata-nos Plutarco que foram sete as reviravoltas no desenrolar do confronto entre as duas infantarias, informação que ele provavelmente

²⁹⁴ Dionísio 19.11. Cf. também Zonaras 8.3.6 e Frontino 4.7.7.

²⁹⁵ Plut. Pirro 16.5.

obteve de Hierônimo²⁹⁶, e que nos permite deduzir a ocorrência de quatro ataques de Pirro e de três contra-ataques de Levinus (presumindo que a primeira reviravolta só pode ter sido favorável aos epirotas, já que ao final eles saíram vitoriosos). Numa das alas, provavelmente a direita, o rei sofreu o ataque da cavalaria inimiga, mas venceu após penoso embate com as tropas montadas de Oblacus²⁹⁷. Na outra ala, Pirro fez avançar os elefantes, que aterrorizaram não somente a cavalaria romana, mas também os legionários mais ao centro. Com o moral abalado, e contando ainda com o descontrole dos cavalos inimigos (que não estavam acostumados aos elefantes), a cavalaria tessália foi enviada para encerrar a resistência nessa ala, provocando a exposição dos dois flancos romanos e, julgo que no mesmo momento, a fuga completa da infantaria ao centro. Parece bem provável, por último, que os legionários tenham corrido exatamente no momento do avanço dos elefantes; do contrário, com ambas as alas derrotadas, o exército ao centro teria sido facilmente esmagado ou forçado a se entregar, como vimos em diversos casos nas batalhas dos Diádocos.

A tradição analística inventou um termo "histórico" para a vitória de Pirro, obtida com muito esforço e sem conseqüências desastrosas para o derrotado: tratava-se de uma "vitória pírrica" ou, como nos diz Diodoro, *cadméia*²⁹⁸. De acordo com Cássio Dio, Zonaras e Justino²⁹⁹, a fama surgiu após Heracleia; segundo Plutarco³⁰⁰, após a batalha de Ásculo (o que representa um erro por parte do biógrafo,

²⁹⁶ Plut. Pirro 17.1

²⁹⁷ Plutarco (Pirro 16.8) e Dionísio (19.12) mencionam um ataque de caráter pessoal, liderado por Oblacus, que estava decidido a abater o rei em primeiro lugar. Segundo a tradição, Leonnatus, um dos companheiros de Pirro, percebeu a intenção de Oblacus e salvou seu rei da morte em batalha.

²⁹⁸ Diod. 22.6.

²⁹⁹ Dion Cassio 9.40; Zonaras 8.3; Justino 18.1.

³⁰⁰ Plut. Pirro 21.9.

já que o balanço geral dos números que caracterizam uma vitória pírrica é apresentado por ele após Heracleia). Apesar das diferenças na datação precisa do termo atribuído à vitória de Pirro, todas as nossas fontes parecem concordar com uma vitória relativa sobre os romanos. Ora, como vimos na breve análise da batalha de Heracleia, os resultados foram bastante francos e decisivos, de maneira que somente uma explicação soa-nos plausível para a propagação da "vitória pírrica" entre os antigos: todas as fontes posteriores mencionadas empregaram a tradição analística para a medição dos resultados da batalha, sendo que os autores romanos tinham por objetivo encobrir tamanha desgraça para a sua memória. Note-se, por exemplo, que, segundo Plutarco, Dionísio faz referência a uma perda de 15.000 homens para os romanos contra 13.000 para Pirro, ao passo que Hierônimo, autor de maior validade para o estudo da batalha, como vimos, considerando-se a probabilidade de ter acessado as Memórias do rei, indica uma perda de 7.000 homens para Levinus contra 4.000 para o epirota³⁰¹. Aceitos os números de Hierônimo pelos motivos mencionados, não há razão para crer que a vitória em Heracleia tenha sido de fato uma "vitória pírrica", devendo-se essa expressão às intenções de minimizar a vergonha romana por parte da tradição analística.

³⁰¹ Plut. Pirro 17.4; Lévêque, Pirro, p. 328.

4.2.4. A batalha de Ásculo (279 a.C.)

Eventos de ordem militar e diplomática seguiram-se à batalha de Heracleia. Motivado por uma tentativa de submissão dos romanos por vias diplomáticas, Pirro enviou Cineas a Roma com autorização para estabelecer um acordo, possivelmente antes de sua marcha para os arredores da cidade (aceitando-se um padrão de envio prévio do diplomata, como ocorrerá na Sicília dois anos depois), o que pode ter ocorrido, dependendo da tradição adotada, antes ou depois do envio de sua embaixada³⁰². Presentes foram oferecidos e, segundo Plutarco, todos recusados; termos bastante razoáveis foram propostos, pautados basicamente na "amizade política" e desistência da conquista de Tarento pelos romanos, sendo todos eles mais uma vez postos de lado³⁰³. Alguns senadores estavam inclinados a aceitar a paz, julgando que um exército ainda mais numeroso (reforçado com os aliados recém-chegados de Pirro) recairia sobre Roma, e mesmo tendo momentaneamente recusado o que lhes propunha Cineas, começavam a considerar os termos do acordo epirota, quando decidiram finalmente, motivados pelo discurso de Ápio Cláudio, pela continuação do embate e da negociação de resgate dos prisioneiros, certamente por que julgavam ser capazes de vencer Pirro com as forças restantes (o que não ocorreria se as legiões

³⁰² Plutarco (Pirro 18-19) menciona os eventos na seguinte ordem: Heracleia - marcha para Roma - embaixada - libertação dos prisioneiros - Ásculo; Apiano (Samn. 10-11) apresenta uma versão distinta: Heracleia - embaixada - marcha para Roma - libertação dos prisioneiros - Ásculo; Justino (18.1; 18.2) somente menciona Heracleia, a libertação dos (200) prisioneiros e Ásculo, exatamente nessa ordem. Note que a omissão da marcha para Roma pode ter se dado devido ao uso único da tradição analística.

³⁰³ Plut. Pirro 18.2. Variações do que propôs Cineas aos romanos são encontradas na tradição liviana, segundo a qual Pirro teria oferecido a libertação dos prisioneiros e exigido amizade e aliança dos romanos, bem como autonomia dos aliados gregos e bárbaros; em Apiano, Samn. 10.1, para quem os termos do acordo resumiam-se ao seguinte: libertação dos prisioneiros, paz com o povo romano, incluindo Tarento no armistício, autonomia das cidades italiotas e restituição completa dos territórios aos lucanianos, brutianos, samnitas e daunianos (na região da Apulia). Ver o quadro geral em Lévêque, Pirro, p. 348.

tivessem sido enviadas, como normalmente faziam os cartagineses com seu exército até 307 a.C., de uma única vez, sem a formação de forças de reserva).

Com a decisão inesperada dos romanos, Pirro teria que proceder à conquista sistemática de toda a Península, para então forçar Roma aos seus termos, que certamente não seriam tão brandos quanto os primeiros. O rei partiu para a cidade de Ásculo, situada numa região (Apúlia?) que, diferentemente daquela de Heracleia, não facilitaria o uso das tropas montadas e, obviamente, dos elefantes. Em Ásculo, Pirro contava já com a infantaria e a cavalaria samnita, brutiana, lucaniana e tarentina³⁰⁴. Aqui surgem duas possibilidades para o desenvolvimento da batalha: a primeira delas, seguindo o relato de Hierônimo (novamente citado por Plutarco), menciona duas batalhas em Ásculo; a segunda, de acordo com Dionísio (igualmente citado pelo biógrafo), faz referência a somente uma longa batalha³⁰⁵. Como anteriormente, também para a batalha de Ásculo parece-nos mais apropriado o relato de Hierônimo, dada a quantidade de detalhes apresentados e a reputação do historiador em questão. Além disso, a adequação dos números continua sendo, tal como em Heracleia, mais plausível na tradição grega. Plutarco nos informa que, após encerrado um conflito inicial entre as duas infantarias (o que se deduz pela inadequação do terreno ao uso de cavaleiros), ambos os exércitos se retiraram do combate por um dia (ou cerca de 12 horas, uma vez que abriram mão do combate, segundo Plutarco, ao anoitecer). No dia seguinte, contudo, intencionado a trazer a luta à parte nivelada do terreno, onde poderia empregar seus elefantes e cavaleiros, Pirro ocupou as porções mais desniveladas com suas tropas ligeiras (dardeiros e arqueiros), fazendo-as atirar

³⁰⁴ Lévêque, Pirro, p. 391.

³⁰⁵ Plut. Pirro 21.5-8.

projéteis na maior intensidade possível, forçando com essa manobra o deslocamento do combate para o local que lhe era mais favorável. Com o passar do tempo de combate frontal, a falange macedônica começou a empurrar as legiões, ao menos num dos pontos, que Plutarco nos faz crer ser o local onde estava situado o rei³⁰⁶. O momento decisivo da batalha, contudo, se deu novamente durante a investida dos elefantes, que os romanos ainda não haviam aprendido a combater. Após o avanço dos paquidermes, provavelmente em ambas as alas, os romanos não puderam se manter em formação, o que resultou, uma vez mais, na vitória do rei do Epiro sobre Roma. Hierônimo menciona, de acordo com Plutarco, uma perda de 6.000 homens para os romanos, contra 3.505 homens do lado epirota, segundo os próprios comentários das *Memórias* de Pirro (que o historiador de Cárdia pôde certamente consultar)³⁰⁷. Dionísio, em contrapartida, sequer admitiu uma derrota romana, mencionando não somente que os suprimentos de Pirro havia sido saqueada, mas também que as perdas foram equivalentes, perfazendo um total de 15.000 mortos para cada lado.

A partir desta batalha, se seguirmos os eventos do modo como apresentado pela tradição grega, podemos concluir sem exagero que os convites recebidos tanto da Sicília³⁰⁸ quanto da Macedônia³⁰⁹ foram plenamente baseados em sua recém-adquirida reputação política e militar. Da mesma forma, a decisão de partir para a Sicília como o líder pelo qual os

³⁰⁶ Uma reconstrução moderna sobre o possível ordenamento da batalha encontra-se em Oswald Andreas Hamburger. *Untersuchungen über den pyrrhischen Krieg*. Würzburg: Wolff, 1927. P. 31

³⁰⁷ Plut. Pirro 21.8.

³⁰⁸ Como detalhado acima, no item "Pirro e o problema da monarquia helenística".

³⁰⁹ Alguns povos celtas encontravam-se novamente em processo migratório, a julgar pelos números apresentados por Diodoro (22.9), tendo derrotado Ptolomeu Ceraunus, filho de Ptolomeu I, durante a invasão da Macedônia: "Breno, o rei dos gauleses, acompanhado por 150.000 soldados de infantaria, armados com escudo longo (θυρεοφόρων), e 10.000 cavaleiros, juntos com uma horda de seguidores, mercadores e duas mil carroças, invadiram a Macedônia [...]".

siciliotas aguardavam desde a morte de Agátocles configurou o contexto peninsular de uma forma completamente diferente do que seria se o epirota prosseguisse com as campanhas contra os romanos. Se no término das lutas Roma teria sido subjugada nunca saberemos (isso nos seria possível somente como exercício retórico), mas parece nítido que as decisões posteriores de Pirro tenham sido baseadas na sua reputação, em suas vitórias sobre os romanos e no que ele poderia realizar em termos de feitos grandiosos (tais como a helenização completa da Sicília e a conquista de Cartago), como monarca de aspirações helenísticas, e não numa espécie de ato desesperado para salvar a expedição após duas "vitórias pírricas", durante as quais o espírito militar romano permaneceu inabalável, como nos faz crer a tradição analística.

CAPÍTULO 4 - AS DUAS FASES DAS INOVAÇÕES MILITARES EM CARTAGO

1. "Nenhum tirano destruirá nossa cidade!": controle oligárquico e fracasso da tirania em Cartago, 310-255 a.C.

A decisão de transferir a guerra da Sicília para a África, ainda que a porção grega da ilha estivesse em condições bastante desfavoráveis, estava ancorada, como mostrei no capítulo anterior, no conhecimento de Agátocles sobre o despreparo do exército cívico cartaginês, o qual teria forçosamente que entrar em combate com os experientes mercenários do siracusano caso fossem pegos de surpresa em sua própria cidade ou nos arredores, mas também no reconhecimento das tensões existentes entre a oligarquia cartaginesa e seus generais. As centenas de quilômetros que separavam Cartago da porção oeste da Sicília por vezes tornavam os "relatórios" das ações cartaginesas na ilha esporádicos e imprecisos³¹⁰, resultando na coexistência de dois fatores aparentemente excludentes.

Em primeiro lugar, destaca-se a autonomia dos generais de exércitos mercenários na Sicília, com liberdade para realizar tratados de paz e formar alianças, ainda que elas tivessem que ser confirmadas posteriormente pelo Conselho de Anciãos³¹¹. Em segundo lugar, encontra-se o controle de seu poder político e militar pela oligarquia, o que frequentemente findava em punições financeiras, deposição do cargo ou até mesmo privação de direitos cívicos no caso de derrota, assim como deposição e crucificação dos comandantes se confirmada aspiração tirânica, mesmo que em

³¹⁰ Miles, pp. 146-148.

³¹¹ Dexter Hoyos. "Barcid 'proconsuls' and Punic politics, 237-218 BC". *Rheinisches Museum für Philologie* 137: 246-274, 1994; Miles, p. 146.

potencial. A existência dessa tensão aparece, por exemplo, em Diodoro, ao mencionar o tratamento hostil dado aos generais cartagineses pelos seus compatriotas:

*A causa básica desse problema era a severidade dos cartagineses ao infligir punições. Em suas guerras eles dispõem seus homens mais nobres (τούς [...] ἐπιφανεστάτους τῶν ἀνδρῶν) no comando, julgando que esses deveriam ser os primeiros a enfrentar o perigo em nome de toda a cidade; mas quando eles conquistam a paz, [os oligarcas] condenam os mesmos homens em julgamento, trazendo injustamente acusações contra eles por inveja, e os depõem com penalidades. Portanto, alguns desses homens dispostos em posições de comando desertam, temendo os julgamentos nas cortes, ao passo que outros se lançam à tirania (τινὲς δ' ἐπιτίθενται τυραννίῳ)*³¹².

Isócrates, alguns séculos antes de Diodoro, afirmou que entre os cartagineses “as cidades [eram] governadas por uma oligarquia, mas os assuntos militares por um rei” (οἴκοι μὲν ὀλιγαρχουμένους, περὶ δὲ τὸν πόλεμον βασιλευμένους)³¹³. Com isso, o

³¹² Diod. 20.10.2-4, αἰτία δὲ μάλιστα τούτων ἢ πρὸς τὰς τιμωρίας πικρία τῶν Καρχηδονίων· τοὺς γὰρ ἐπιφανεστάτους τῶν ἀνδρῶν ἐν μὲν τοῖς πολέμοις προάγουσιν ἐπὶ τὰς ἡγεμονίας, νομίζοντες δεῖν αὐτοὺς τῶν ὄλων προκινδυνεύειν· ὅταν δὲ τύχῳσι τῆς εἰρήνης, τοὺς αὐτοὺς τούτους συκοφαντοῦσι καὶ κρίσεις ἀδίκους ἐπιφέροντες διὰ τὸν φθόνον τιμωρίας περιβάλλουσι. διὸ καὶ τῶν ἐπὶ τὰς ἡγεμονίας ταπτομένων τινὲς μὲν φοβούμενοι τὰς ἐν τῷ δικαστηρίῳ κρίσεις ἀποστάται γίνονται [τῆς ἡγεμονίας], τινὲς δ' ἐπιτίθενται τυραννίῳ·; Nigel Bagnall, *The Punic Wars*. New York: St. Martin, 2005. pp. 9-11; Miles, op. cit, p. 147. Cabe mencionar aqui o caso relatado em Diod. 23.10, quando Aníbal (não o Barca), após a derrota na batalha naval de Mylae, durante a Primeira Guerra Púnica, temendo a punição oligárquica, decidiu enviar um mensageiro a Cartago para perguntar aos oligarcas se ele, no comando de 200 embarcações, deveria entrar em confronto com os romanos, que contavam apenas com 120 embarcações; com a resposta positiva dos entusiasmados compatriotas, o mensageiro então contou que foi exatamente essa a decisão de Aníbal, tendo ele, no entanto, perdido a batalha para os romanos. Diante disso, concluiu o mensageiro, o general não deveria ser punido, uma vez que agiu como todos julgavam ser correto. O caso serve para ilustrar o receio dos comandantes cartagineses quanto às punições do Senado mais do que propriamente a severidade dos castigos. Sobre a punição senatorial, podemos destacar a crucifixão, como no caso do comandante cartaginês crucificado pelos compatriotas após desistir de Messina com a chegada de Ápio Cláudio, cônsul romano enviado para dar suporte militar aos mamertinos (Polib. 1.11). De acordo com Políbio, os cartagineses puniram seu general por sua falta de bom juízo sobre as coisas (νομίσαντες αὐτὸν ἀβούλως) e por abandonar a cidadela covardemente (ἀνάνδρως προέσθαι τὴν ἀκρόπολιν).

³¹³ Isocrates, Nicocles 24. Dexter Hoyos (*Unplanned Wars: The Origins of the First and Second Punic Wars*. Berlin, New York: Walter de

orador ático pretendia evidenciar a tensão referida entre oligarquia e generais, algo existente mesmo antes do início do período helenístico. Se no séc.IV a.C. os generais eram escolhidos entre os membros da elite política³¹⁴, a partir do séc.III a.C. os mesmos passaram a ser eleitos pela assembléia popular³¹⁵, o que certamente contribuiu para a degradação das relações entre oligarquia e comandantes nomeados. Contudo, a despeito da progressiva hostilidade entre os dois lados, os oligarcas foram ainda capazes de punir seus generais com severidade ao longo dos cem primeiros anos do período helenístico. O poder que a oligarquia mantinha sobre os comandantes é evidente em diversas ocasiões, como a deposição do general Hanão, o Velho após sua derrota em Acragas, em 263 a.C.³¹⁶ Políbio não menciona o que ocorreu com Hanão, dando atenção ao impacto que a vitória romana teve no Senado em Roma, mas Diodoro nos relata que “os cartagineses puniram Hanão em 6.000 moedas de ouro, privando-o de seus direitos cívicos” (Ἄνωνα δὲ οἱ Καρχηδόνιοι ἐζημίωσαν χρυσοῖς ἑξακισχίλιοις ἀτιμάσαντες)³¹⁷.

A principal razão para o controle efetivo por parte dos oligarcas reside no excelente funcionamento das instituições políticas tradicionais, cujo vigor permaneceu até o início da Segunda Guerra Púnica devido às mãos severas da oligarquia (nas “figuras senatoriais” e dos

Gruyter, 1998. P.150) destaca que, com a ascensão Bárcida (período que não será tratado nesta tese), a república cartaginesa havia se tornado, de fato, uma monarquia militar, uma vez que o poder dos Bárcidas não se reduzia à nova colônia hispânica, estendendo-se aos assuntos políticos em Cartago. Ainda que essa interpretação não seja universal (há evidências da oposição dos cartagineses à expedição de Amílcar em Apiano, *Guerra Anibálica*, 2.4 e Zonaras 8.17), os autores modernos tendem a aceitar a influência Bárcida em Cartago ou o seu governo independente na Hispânia.

³¹⁴ Robert Drews. “Phoenicians, Carthage and the Spartan Eunomia”, *AJA* 100, 1979. P. 55.

³¹⁵ Bagnall, op. cit. p. 9.

³¹⁶ Polib. 1.18-19; Diod.23.9; Zonaras 8.10. A batalha será analisada neste capítulo, precisamente no último item.

³¹⁷ Diod. 23.9. Aqui decidi seguir estritamente a tradução de Goldfather, tradutor da Loeb, que sugeriu ἀτιμάω como privação dos direitos cívicos.

sufetas)³¹⁸. O preço a se pagar, como veremos neste capítulo, será o impedimento da formação de uma “escola militar atualizada” na primeira metade do séc.III a.C., o que atrasará em termos táticos o pensamento militar cartaginês, sendo o problema solucionado somente diante de outra ameaça nos arredores de Cartago: a expedição romana liderada por Régulo durante a Primeira Guerra Púnica.

Políbio menciona que as razões para a decadência da constituição cartaginesa, notada somente a partir da Segunda Guerra Púnica³¹⁹, resumem-se ao progressivo desequilíbrio das suas instituições, diminuindo sensivelmente a autoridade da oligarquia frente às assembleias populares, tendo “a multidão já adquirido a palavra final nas deliberações, ao passo que em Roma o Senado ainda a detinha” (τὴν πλείστην δύναμιν ἐν τοῖς διαβουλίαις παρὰ μὲν Καρχηδονίοις ὁ δῆμος ἤδη μετελήφει, παρὰ δὲ Ῥωμαίοις ἀκμὴν εἶχεν ἢ σύγκλητος)³²⁰. Ao que tudo indica, o período localizado entre os primeiros anos do séc.III a.C., quando a assembleia popular passou a escolher os generais cartagineses, e o início da Segunda Guerra Púnica, em 218 a.C., apresentou os últimos esforços de controle efetivo dos oligarcas, que progressivamente perdiam espaço para a participação democrática, ainda que tivessem poder sobre a deposição dos generais, e, já nas duas últimas décadas do séc.III a.C., para uma política da irracionalidade³²¹.

Há basicamente duas referências antigas sobre a constituição dos cartagineses, a respeito da qual pouco se

³¹⁸ Bagnall, op. cit. p. 12 é ainda mais incisivo, ao dizer que “o aspecto mais marcante da constituição cartaginesa era a sua estabilidade”.

³¹⁹ Polib. 6.51, “Mas no momento em que eles embarcaram na Guerra Anibálica, a constituição dos cartagineses se degenerou, ao passo que a dos romanos progrediu” (κατὰ γὰρ μὴν τοὺς καιροὺς τούτους, καθ’ οὓς εἰς τὸν Ἀννιβιακὸν ἐνέβαινε πόλεμον, χεῖρον ἦν τὸ Καρχηδονίων, ἄμεινον δὲ τὸ Ῥωμαίων) .

³²⁰ Polib. 6.51.

³²¹ Ver Craige Brian Champion. *Cultural Politics in Polybius' Histories*. Berkeley: University of California Press, 2004. pp. 117-121; Miles, pp. 353-354.

sabe. A primeira e mais esclarecedora delas encontra-se em Aristóteles (Pol. 1272b), portanto, temporalmente distante dos eventos pelos quais demonstramos interesse³²². Ainda assim, o entendimento aristotélico do sistema político cartaginês no séc.IV a.C. deve ser o principal documento considerado, dado o bom julgamento de Aristóteles para o assunto e as condições mínimas de acesso aos relatos antigos sobre as instituições políticas cartaginesas. A segunda delas, pode ser encontrada, como já indicado acima, em Políbio, ligeiramente mais próximo dos referidos eventos que Aristóteles, considerando as suas funções no círculo dos Cipiões³²³. O relato de Políbio, contudo, carece de informações básicas, resumindo-se à demonstração de como o desequilíbrio no funcionamento das instituições permite a ascensão de outro poder estrangeiro (Roma), o que daria ferramentas aos políticos gregos vindouros para a compreensão das instituições romanas. Afinal, sua "história pragmática" se dirigia a uma audiência grega (mas não somente) forçada a conviver sob o domínio romano³²⁴.

De acordo com Aristóteles, os cartagineses viviam sob uma constituição boa (Πολιτεύεσθαι δὲ δοκοῦσι καὶ Καρχηδόνιοι καλῶς) e superior em muitos aspectos a todas as outras (καὶ πολλὰ περιττῶς πρὸς τοὺς ἄλλους), assemelhando-se às constituições de Creta e Esparta (as quais detinham peculiaridade notável aos olhos do grego)³²⁵. O valor de uma boa constituição, diz Aristóteles, pode ser encontrado quando "os cidadãos permanecem leais ao sistema político, e nenhum conflito civil emerge em qualquer escala que valha a pena mencionar, nem qualquer um obtém sucesso em se pronunciar tirano" (τὸ τὸν δῆμον διαμένειν ἐν τῇ τάξει τῆς πολιτείας, καὶ μήτε στάσιν, ὃ τι καὶ ἄξιον εἰπεῖν,

³²² Arist. Pol. 1272b

³²³ Polib. 6.44.

³²⁴ Polib. 1.1; Frank William Walbank. *Polybius*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972; Daly, P. 81.

³²⁵ Arist. Pol. 1272b; Políbio (6.51) ressalta a semelhança com as constituições de Roma e Esparta. Ver Bagnall, op. cit. p. 13; Consolo Langher, pp. 127-129.

γεγενησθαι μήτε τύραννον). Da mesma forma que os espartanos, os cartagineses conheciam as refeições coletivas, possuindo um conselho similar ao dos éforos³²⁶, mas composto por 104 homens, tendo a vantagem de escolhê-los por mérito pessoal (τὴν ἀρχὴν ἀριστίνδην), ao passo que em Esparta a eleição se dava entre os cidadãos ordinários. Quanto aos dois *sufetas* (ou magistrados vistos como reis)³²⁷, ambos vinham da mesma família e deviam assumir o cargo por eleição e não por senilidade. Aparentemente, as decisões eram sempre tomadas pelo Senado e pelos *sufetas*, e os assuntos que deveriam ir à assembléia popular eram por eles escolhidos. Uma vez que a votação fosse encaminhada ao povo (δῆμος), o Senado abria mão de sua primazia momentaneamente, sendo a assembléia popular investida de poder não somente para escutar as resoluções do governo, mas também para pronunciar julgamento sobre elas, "um direito que não existia noutras constituições" ([...] ὅπερ ἐν ταῖς ἐτέραις πολιτείαις οὐκ ἔστιν). A política cartaginesa seria, então, parcialmente democrática, mas com fortes elementos oligárquicos, os quais eram mantidos pela forma de controle institucional aristocrática. As pentarquias, por exemplo, encarregadas da

³²⁶ Políbio menciona a existência de dois reis, um conselho de anciãos como força aristocrática e um povo supremo nos assuntos que lhes cabia.

³²⁷ Para alguns historiadores, os *sufetas* cartagineses desempenhavam precisamente as funções de um "rei" (*basileu* para os gregos, *rex* para os latinos), ao passo que para outros a aparição do termo "basileu" quando as fontes mencionam *sufetas* cartagineses indica unicamente uma aproximação ao se traduzir o púnico *sufeta*. Como nos lembra Yann Le Bohec. *Histoire militaire des guerres puniques*. Monaco: Editions du Rocher, 1996. pp.29-31, "se a monarquia existiu em Cartago, esse regime desapareceu antes do início do séc.III a.C.". Entre os autores que consideram os *sufetas* com funções idênticas àquelas desempenhadas pelos reis destaca-se Gilbert Charles-Picard. "Les Sufètes de Carthage dans Tite-Live et Cornelius Nepos", *Revue des Études Lat.* 41: 269-280, 1963. O principal autor a se posicionar a favor de uma mera aproximação semântica é Maurice Sznycer. "Le Problème de la royauté dans le monde punique", *Bulletin du Com. des Trav. Hist.* 17: 291-296, 1981. Outros autores preferem se posicionar entre as duas interpretações, como no caso de Dexter Hoyos, op. cit. p.6, que defende a plausibilidade de ambas, embora opte por traduzir *sufetas* como juizes: "o rei", diz Hoyos, "algumas vezes mencionado nos relatos gregos pode ter sido uma magistratura separada, ou talvez um *sufeta* sob outro nome".

eleição dos membros do "conselho dos 104 homens" (senadores responsáveis por vigiar e reprimir quaisquer abusos por parte do próprio Senado), eram magistraturas não remuneradas, sendo tanto a riqueza (τὸν πλοῦτον) quanto o mérito (τῆς ἀρετῆς) elementos considerados na escolha dos magistrados, o que limitava o exercício político das pentarquias aos bem-nascidos, já que era impossível ao homem pobre desfrutar do tempo necessário para o desempenho adequado de seus deveres políticos. Assim, a eleição por riqueza seria oligárquica e a eleição por mérito, aristocrática, o que mantinha (durante bastante tempo) o equilíbrio institucional tão valorizado por Políbio, para quem a população de Atenas, ícone do governo puramente democrático, se assemelhava a "um navio sem comandante" (τοῖς ἀδεσπότησι σκάφεισι) .

O único caso helenístico (entre 323-237 a.C.) registrado nas fontes de aspiração frustrada ao poder tirânico em Cartago se dá em 310 a.C. com Bomílcar, um dos *strategoi* nomeados pelo conselho cartaginês frente ao reconhecimento da inesperada expedição africana de Agátocles³²⁸. Ao eleger Bomílcar juntamente com Hanão, o outro *strategos*, tendo ciência de que ambos advinham de famílias rivais, o conselho cartaginês pretendia, de acordo com Diodoro, manter a segurança da cidade (τῆς πόλεως ἀσφάλειαν), isto é, o perfeito funcionamento de suas instituições tradicionais, crendo que a desconfiança pessoal e a inimizade mútua (τὴν ἰδίαν τοῦτοις ἀπιστίαν καὶ διαφορὰν κοινὴν) dos generais inibiriam qualquer tentativa de ascensão ao poder tirânico pelo monopólio dos exércitos³²⁹. O conselho, prossegue o historiador siciliano, se equivocou em sua decisão, uma vez que Bomílcar aproveitou a oportunidade de sua nomeação ao cargo de *strategos* para

³²⁸ Diod. 20.10; Meister, CAH 7, p.395; Consolo Langher, pp. 139-141. Justino 22.6 menciona Hanão como o único comandante dos cartagineses.

³²⁹ Diod. 20.10.

levar adiante um plano de instauração da tirania, o qual havia sido, como encontramos na fonte, previamente concebido. Antes da chegada de Agátocles na África faltava ao cartaginês tanto autoridade (ἐξουσίαν) quanto ocasião adequada (καιρὸν οἰκείον); uma vez nomeado um dos generais responsáveis pelo combate contra os gregos na África, ambos os pré-requisitos lhe foram proporcionados. Em primeiro lugar, de posse de parte do exército cartaginês, bastava eliminar seu colega e rival, o que, considerando o estado das relações entre os dois, seria feito sem grandes impedimentos. Em segundo lugar, a presença grega na África serviria de justificativa para quaisquer acusações de mau funcionamento das instituições tradicionais, o que em diversas ocasiões foi tomado como pontapé inicial para a emergência dos poderes tirânicos no mundo grego. Em campo de batalha, após ouvir que seu rival havia sido derrotado pelos siracusanos, Bomílcar tentou forçar um recuo prematuro de sua ala, o que induziria a retirada de todo o exército, acreditando que com isso teria não somente o controle das tropas, mas também o desentendimento e conseqüente submissão do conselho. Essa lógica encontra evidência em Diodoro:

Se o exército de Agátocles fosse destruído, ele não seria capaz de realizar o seu plano rumo à supremacia, uma vez que os cidadãos permaneceriam fortes; mas se o primeiro vencesse e destruísse o orgulho dos cartagineses, os derrotados seriam fáceis de manipular, e ele [Bomílcar] poderia derrotar Agátocles prontamente quando desejasse fazê-lo³³⁰.

³³⁰ Diod. 20.12, [...] εἰ μὲν ἢ μετὰ Ἀγαθοκλέους διαφθαρεῖν δύναμις, μὴ δυνήσεσθαι τὴν ἐπίθεσιν ποιήσασθαι τῇ δυναστείᾳ, τῶν πολιτῶν ἰσχυόντων, εἰ δὲ ἐκεῖνος νικήσας τὰ φρονήματα παρέλοιτο τῶν Καρχηδονίων, εὐχειρώτους μὲν ἑαυτῷ τοὺς προηττημένους ἔσεσθαι, τὸν δ' Ἀγαθοκλέα ῥαδίως καταπολεμήσειν, ὅταν αὐτῷ δόξη.

O recuo tático de Bomílcar se transformou, no entanto, em massacre e destruição numerosa de seu exército³³¹, já que as manobras helenísticas de Agátocles findaram no envolvimento aparentemente parcial dos cartagineses em fuga. Diodoro, um pouco mais à frente, menciona em detalhes como os cartagineses conseguiram suprimir a tentativa desesperada de ascensão tirânica por parte de Bomílcar, que, após a derrota para Agátocles, selecionou alguns de seus homens e tentou tomar a própria cidade de Cartago inesperadamente:

[...] quando Bomílcar havia revisado o seu exército no que era chamada Nova Cidade, a qual estava localizada a uma curta distância da Velha Cartago, ele dispensou o restante, mas manteve aqueles com os quais podia contar em sua revolta, cerca de 500 cidadãos e 1.000 mercenários, e declarou-se tirano (ἀνέδειξεν ἑαυτὸν τύραννον)³³².

Ao dividir seus homens em cinco unidades, Bomílcar invadiu a cidade (que ainda não tinha conhecimento de seus planos) e exterminou aqueles que se opuseram aos seus propósitos. Diante da calamidade, os cartagineses pegaram em armas e se apressaram em suprimir a traição cívica que haviam sofrido em momento tão delicado para a sua política externa. Bomílcar se dirigiu ao centro mercantil (τὴν ἀγορὰν) e assassinou ainda muitos cidadãos desarmados, sendo essa ação desesperada seguida pela ocupação de construções próximas ao mercado por parte dos defensores, os quais foram capazes, devido ao posicionamento mais alto e, portanto, favorável à defesa interna da cidade contra os

³³¹ Diod. 20.13 menciona 1.000 homens mortos do lado cartaginês, embora reconheça que outros autores mencionem até 6.000, ao passo que Justino 22.6 nos indica 3.000 mortos do lado cartaginês. Orósio 4.6 sugere que 2.000 cartagineses pereceram em batalha.

³³² Diod. 20.44, 'Ο δ' οὖν Βορμίλκας ἐξετασμὸν τῶν στρατιωτῶν ποιησάμενος ἐν τῇ καλουμένῃ Νέα πόλει, μικρὸν ἔξω τῆς ἀρχαίας Καρχηδόνος οὔσῃ, τοὺς μὲν ἄλλους διαφῆκε, τοὺς δὲ συνειδότης περὶ τῆς ἐπιθέσεως, ὄντας πολίτας μὲν πεντακοσίους, μισθοφόρους δὲ περὶ χιλίους, ἀνέδειξεν ἑαυτὸν τύραννον.

homens de Bomílcar, de por fim ao que poderia representar a falência (mesmo que momentânea) de suas instituições políticas tradicionais. Após a rendição dos traidores, os cartagineses enviaram os seus cidadãos mais velhos (πρόσβεις) para o estabelecimento de um acordo, e decidiram perdoar os traidores, que tiveram que "pagar" o perdão com serviço militar contra Agátocles, mas torturaram e mataram o seu líder, Bomílcar, preservando assim "a constituição de seus pais" (τὴν πατρῶαν πολιτείαν) .

Parece seguro dizer que o único caso registrado de tentativa de instauração da tirania em Cartago durante o primeiro século do período helenístico tinha propósitos puramente clássicos, primeiramente por que a sua classificação como "helenística" cairia diante da acusação de anacronismo; de fato, não vejo maneira de um cartaginês ter concebido seu poder em imitação à monarquia de Alexandre antes mesmo da autoproclamação dos Diádocos como reis³³³. Além disso, a experiência cartaginesa aponta para o modelo tirânico siciliano tardo-clássico, sem qualquer vivência direta (ao menos nas esferas oligárquica e popular) com os valores monárquicos helenísticos. Ainda que Agátocles tenha desenvolvido os princípios de sua *basileia* durante a expedição cartaginesa, a configuração de seu poder não se dirigia nem aos cartagineses, nem aos cidadãos em Siracusa, como sustentamos no capítulo anterior, mas sim às suas tropas mercenárias, que reconheceram seu poder no episódio da toga púrpura e que tinham condições, a julgar pelo trânsito mediterrânico inerente à sua profissão, de saber do que se tratava o poder régio assumido por Agátocles alguns anos após a batalha de Túnis, em 310 a.C. Embora tivessem empregado mercenários em larga escala, a esfera de atuação política dos cartagineses, incluindo seus generais, permaneceu estritamente ligada aos modelos

³³³ Esse é o mesmo argumento que utilizei no cap.3.

clássicos, tendo o único caso fracassado de ascensão tirânica no período helenístico ocorrido em 310 a.C., antes mesmo do surgimento das monarquias helenísticas.

Após o episódio de Bomílcar, a oligarquia cartaginesa manteve-se, como de costume, precavida quanto às possíveis chances da emergência de tiranias em Cartago. As fontes não mencionam outro caso declarado de aspiração tirânica, mas penso que podemos tomar, ao considerar uma sistematização das evidências disponíveis, a reação dos cartagineses ao sucesso militar de Xantipo (o qual será analisado em detalhes mais à frente) como indício de precaução quanto a uma "tirania em potencial", o que serve em igual medida para o meu argumento.

As fontes fornecem histórias bastante distintas sobre o desaparecimento do general mercenário após serviço prestado aos cartagineses. Começemos com Políbio:

*Xantipo, a quem essa revolução e esse notável avanço nos eventos relacionados a Cartago foram devidos, após pouco tempo navegou mais uma vez a Esparta, sendo esta uma decisão muito prudente e bem pensada de sua parte, uma vez que suas realizações brilhantes e excepcionais cultivariam a inveja mais profunda [...]. Estrangeiros, quando expostos a tais situações, rapidamente sucumbem e põem-se em perigo. Há outro relato sobre a partida de Xantipo, o qual procurarei apresentar numa ocasião mais apropriada que a atual*³³⁴.

Mas qual seria esse segundo relato mencionado por Políbio? Parece possível dizer, a partir do que narram outras fontes, que Políbio estivesse se referindo à versão que encontramos, com mais clareza, nos fragmentos do livro 23 de Diodoro:

³³⁴ Polib. 1.36, Ζάνθιππος δὲ τηλικαύτην ἐπίδοσιν καὶ ῥοπήν ποιήσας τοῖς Καρχηδονίων πράγμασιν μετ' οὐ πολὺν χρόνον ἀπέπλευσεν πάλιν, φρονίμως καὶ συνετῶς βουλευσάμενος. αἱ γὰρ ἐπιφανεῖς καὶ παράδοξοι πράξεις βαρεῖς μὲν τοὺς φθόνους, ὀξείας δὲ τὰς διαβολὰς γεννῶσιν [...] οἱ δὲ ξένοι ταχέως ἐφ' ἑκατέρων τούτων ἠττῶνται καὶ κινδυνεύουσι. λέγεται δὲ καὶ ἕτερος ὑπὲρ τῆς ἀπαλλαγῆς τῆς Ζανθίππου λόγος, ὃν πειρασόμεθα διασαφεῖν οἰκειότερον λαβόντες τοῦ παρόντος καιρόν.

Xantipo, o Espartano também pereceu nas mãos dos siciliotas³³⁵. Próximo a Lilibeu, uma cidade dos siciliotas [cartagineses], houve uma guerra entre romanos e siciliotas, guerra essa que continuou por 24 anos. Os siciliotas, tendo sofrido derrota em batalha por diversas vezes, ofereceram a submissão de sua cidade aos romanos. Xantipo, o Espartano, que havia chegado de Esparta com 100 soldados (ou sozinho, ou com 50 soldados, de acordo com vários autores), se aproximou dos siciliotas enquanto eles ainda estavam indecisos, e após conversar com eles por meio de um intérprete, finalmente os encorajou a fazer frente aos inimigos. Ele entrou em batalha com os romanos, e com a ajuda dos siciliotas massacrou todo o exército inimigo. Por seu bom serviço prestado, [Xantipo] recebeu uma recompensa merecida e apropriada àquele povo perverso, uma vez que os moralmente abomináveis o enviaram numa embarcação defeituosa e a naufragaram nas águas do Adriático, como expressão de seu ressentimento para com o herói e sua nobreza³³⁶.

Os relatos posteriores apresentam mais ou menos uma das duas versões. Apiano relata o retorno de Xantipo a Esparta, ainda que a viagem tenha sido propositalmente organizada pelos cartagineses para o extermínio do general durante o percurso de volta, o que se deu com o arremesso de Xantipo e seus compatriotas da embarcação em mar aberto³³⁷. Os fragmentos do livro 11 de Cássio Dio, os quais foram parcialmente preservados em Zonaras, informam duas versões possíveis: que sua embarcação foi atacada pelos próprios cartagineses e que a embarcação cedida a ele pelos

³³⁵ Após analisar todo o fragmento fica evidente que Diodoro trocou (talvez por confusão), em toda a passagem, cartagineses por siciliotas.

³³⁶ Diod. 23.16, τοῖς Σικελοῖς καὶ Ζάνθιππος ὁ Σπαρτιάτης θνήσκει. περὶ γὰρ τὸ Λιλύβαιον τῶν Σικελῶν τὴν πόλιν Ῥωμαίοις τε καὶ Σικελοῖς πόλεμος ἐκροτεῖτο, πρὸς εἴκοσι καὶ τέσσαρας τοὺς χρόνους ἐξαρκέσας. οἱ Σικελοὶ ταῖς μάχαις δὲ πολλάκις ἠττημένοι Ῥωμαίοις ἐνεχείριζον τὴν πόλιν εἰς δουλείαν. τῶν δὲ Ῥωμαίων μηδαμῶς μηδ' οὕτω πειθομένων, ἀλλὰ γυμνοὺς τοὺς Σικελοὺς λεγόντων ἐξίεναι, ὁ Σπαρτιάτης Ζάνθιππος ἐλθὼν ἀπὸ τῆς Σπάρτης σὺν στρατιώταις ἑκατόν, ἢ μόνος καθ' ἑτέρους, κατ' ἄλλους δὲ πεντήκοντα τοὺς στρατιώτας ἔχων, καὶ προσβαλὼν τοῖς Σικελοῖς, οὓσιν ἐγκεκλεισμένοις, δι' ἑρμηνέως τε αὐτοῖς πολλὰ συνομιλήσας, τέλος θαρρύνει κατ' ἐχθρῶν· καὶ συναράξας μάχῃ ἅπαν Ῥωμαίων στρατεύματα σὺν τούτοις κατακόπτει. τοῖς εὐηργετημένοις δὲ τὴν ἀμοιβὴν λαμβάνει ἀξίαν καὶ κατάλληλον τῆς τούτων δυστροπίας. πλοῖα σασθρῶ τὸν ἄνδρα γὰρ οἱ μισοὶ βαλόντες ὑπὸ στροφαῖς βυθίζουσι πελάγει τοῦ Ἀδρίου βασκήναντες τὸν ἥρωα καὶ τούτου τὸ γενναῖον.

³³⁷ Apiano 8.1.

cartagineses era velha e, por esse motivo, naufragaria inevitavelmente, não fosse a percepção de Xantipo acerca do que estava a ocorrer e a subsequente troca da embarcação por uma nova³³⁸.

A despeito de alguns elementos divergentes, parece possível unificar os relatos de um modo bastante aceitável. Se tomarmos a informação encontrada em Políbio, Diodoro, Apiano e Cássio Dio, concluímos que Xantipo, após liderar vitoriosamente os cartagineses, decidiu regressar para Esparta (ainda que algumas fontes não mencionem abertamente Esparta, mas somente a embarcação e as honrarias preparadas pelos cartagineses como forma de agradecer os bons serviços prestados, o que sugere o fim do "contrato" e, portanto, o retorno do mercenário ao mundo grego). Se os cartagineses afundaram abertamente a embarcação ou apenas assassinaram Xantipo, tendo preservado o navio, se o mesmo naufragou devido ao seu estado propositalmente defeituoso, ou ainda se Xantipo foi capaz de chegar são e salvo em Esparta apesar das armadilhas preparadas, torna-se a essa altura informação irrelevante, dado que em todos os cenários possíveis os cartagineses não teriam demonstrado a menor intenção de tornar a viagem de volta de Xantipo bem-sucedida.

Por que Xantipo decidiu navegar de volta para a Grécia após tamanho sucesso contra os romanos? Xantipo provavelmente sabia que a ascensão do poder pessoal em Cartago era um processo muito complicado e por essa razão não demonstrou qualquer intenção de expandir sua autoridade entre os cartagineses. Todavia, os motivos que levaram Cartago a assegurar que a viagem de Xantipo fosse desastrosa parecem claros: como nos casos anteriores, os cartagineses se esforçaram em impedir qualquer ascensão de poder pessoal dos *strategoí*, possivelmente por conta do que

³³⁸ Zonaras 11.13.

estavam habituados a ver na Sicília grega. Após ter concluído a segunda reforma do exército cartaginês, como veremos mais à frente neste capítulo, Xantipo é tirado de cena pelos cartagineses, direta ou indiretamente, de maneira a fortalecer o argumento sobre a preocupação cartaginesa no que respeita à possível ascensão de tiranos em Cartago, o que representaria um desequilíbrio fatal das instituições políticas tradicionais.

2. O exército cartaginês

Ao fornecer uma explicação para a superioridade do exército romano frente ao cartaginês, Políbio argumenta que:

Os cartagineses são naturalmente superiores no mar tanto em eficiência quanto em equipamento, por que a navegação é, desde os primórdios, o seu ofício nacional ([...] Καρχηδόνιοι διὰ τὸ καὶ πάτριον αὐτοῖς [...] τὴν ἐμπειρίαν ταύτην), e eles se ocuparam com o mar mais do que qualquer outro povo; mas com relação ao serviço militar em terra firme, os romanos são muito mais eficientes. De fato, eles direcionaram toda sua energia ao assunto, ao passo que os cartagineses negligenciaram inteiramente sua infantaria (Καρχηδόνιοι δὲ τῶν μὲν πεζικῶν εἰς τέλος ὀλιγωροῦσι), ainda que tenham se dedicado ligeiramente à sua cavalaria. A razão para isto é que as tropas por eles empregadas são estrangeiras e mercenárias (ξενικαῖς καὶ μισθοφόροις), ao passo que as dos romanos são nativas e cívicas (ἐγχωρίοις καὶ πολιτικαῖς)³³⁹.

Da passagem de Políbio podemos destacar não somente alguns dos traços centrais para o estudo das evidências sobre o exército cartaginês (nomeadamente seu caráter mercenário e, portanto, à parte do desenvolvimento de uma cultura militar cívica), mas também a ausência de qualquer tentativa de padronização das tropas em unidades táticas (excetuando o pequeno corpo cívico chamado pelos gregos de *ieros lochos*) que pudessem ser reconhecidas e treinadas pelos generais em situações previamente "ensaiadas". De forma similar ao que ocorria com os persas, as tropas que combatiam pelos cartagineses seguiam os padrões (equipamentos e táticas) de suas regiões de origem, a exemplo dos fundeiros das ilhas Baleares ou dos cavaleiros

³³⁹ Polib. 6.52.

numídios. Parece mais profícuo, portanto, realizar uma análise do exército a partir de suas origens étnicas³⁴⁰.

Da Numídia, os cartagineses contavam com a sua melhor cavalaria, tropas montadas sem sela armadas com lança de arremesso e capazes de combater tanto em regiões acidentadas quanto planas, surpreendendo o inimigo por sua precisão e movimentação rápida, recursos que por vezes foram empregados como elemento surpresa pelos generais cartagineses mais capazes, a exemplo de Aníbal Barca³⁴¹. As táticas empregadas pelos numídios, uma vez que eram cavalaria levemente armada com lanças de arremesso, repousavam naturalmente numa lógica distinta daquela encontrada entre os cavaleiros macedônios pesadamente armados, apostando no "arremesso periódico" de suas lanças e em recuos táticos que evitavam a todo custo o choque frontal com o inimigo. Talvez por esse motivo os numídios tenham sido classificados pelos romanos como covardes, traiçoeiros e com "apetites mais violentos que quaisquer outros bárbaros"³⁴².

Os cartagineses contavam, além dos numídios, com os fundeiros das ilhas Baleares. De maneira geral, esses homens eram organizados em corpos de 2.000 soldados armados com dois tipos de funda, uma empregada para desferir ataques contra um inimigo compacto marchando em média distância e outra para alvos individuais, obviamente mais próximos que os primeiros³⁴³. Embora sua arma característica seja a funda, durante o primeiro contato com os cartagineses³⁴⁴ alguns dos soldados baleáricos estavam

³⁴⁰ Griffith, pp. 207-233; Peter Connolly. *Greece and Rome at War*. London: Macdonald, 1981. pp. 148-152; Bagnall, op. cit. pp.8-11; Daly, pp. 84-112.

³⁴¹ Bagnall, op. cit. p. 8; Daly, pp. 92-93.

³⁴² Tito Lívio 25.41, 28.44, 29.23, 30.12; Daly, p.92.

³⁴³ Estrabão 3.5; Bagnall, op. cit. pp. 8-9; Daly, p. 107.

³⁴⁴ Diod. 13.80 faz referência a soldados baleáricos no exército cartaginês para os finais do séc.V a.C. Cf. Stéphane Gsell. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord* (vol.2). Paris: Hachette, 1914-1930. P. 374; Daly, p. 107.

armados com lança de arremesso, como nos informa Estrabão, sendo normalmente pagos, de acordo com Diodoro, em mulheres e vinho³⁴⁵. O pagamento mencionado em Diodoro claramente induz à sua caracterização como tropas mercenárias; além do historiador siciliano, Políbio faz referência ao pagamento dos soldados baleáricos durante a Revolta Mercenária (241-237 a.C.) e, posteriormente, na batalha de Zama (202 a.C.)³⁴⁶.

Os iberos também desempenhavam papel importante na composição do exército cartaginês desde tempos anteriores à consolidação dos Bárcidas. Antes da investida Bárcida na Ibéria ou Hispânia, a presença cartaginesa na região resumia-se a acordos comerciais e alianças, sendo alguns iberos recrutados, portanto, como mercenários a serviço de Cartago³⁴⁷. Durante a Segunda Guerra Púnica, ou mesmo um pouco antes, os soldados iberos passaram a servir como contingente aliado, ainda que alguns possam ter sido recrutados unicamente como mercenários³⁴⁸. De onde precisamente eles afluíam é algo difícil de mapear, uma vez que mesmo Estrabão encontrou dificuldade em delimitar geograficamente a Ibéria ou Hispânia³⁴⁹ de seu tempo. Já na época da invasão anibálica, Políbio³⁵⁰ indica seguramente que as tropas ibéricas enviadas à África advinham das seguintes regiões: Tersitae, Mastiani, Oretes ibérica e Olcades. Talvez tais regiões tenham sido previamente conhecidas pelos cartagineses, e seu contato aumentado com a ascensão Bárcida subsequente à Primeira Guerra Púnica, mas essas são apenas suposições sem evidências diretas nas fontes.

³⁴⁵ Diod. 5.17.

³⁴⁶ Polib. 1.67, 15.11; Daly, p. 107.

³⁴⁷ Heródoto faz referência aos iberos no livro 7.165. Trata-se aqui dos iberos da Hispânia, não os da região do Cáucaso.

³⁴⁸ Griffith, pp. 225-226; Daly, p. 95.

³⁴⁹ Estrabão 3.4.

³⁵⁰ Polib. 3.33.

A grande contribuição dos iberos para a arte da guerra mediterrânea residia em sua espada peculiar a todos os povos conhecidos da região peninsular: a espada *falcata*. Os iberos empregavam basicamente dois tipos de espada, mas Políbio descreve a que provocou impacto nos usos do armamento romano, particularmente na adoção do *gladius hispaniensis* (o qual se tornou a principal arma de combate corpo-a-corpo dos legionários, possuindo cerca de 60 cm de comprimento, com dois lados cortantes e uma ponta)³⁵¹:

*Os escudos dos iberos e celtas eram muito similares, mas suas espadas eram completamente diferentes (τὰ δὲ ξίφη τὴν ἐναντίαν εἶχε διάθεσιν), sendo aquelas dos iberos perfurantes com a mesma fatalidade de quando usadas no corte ([...] τὸ κέντημα τῆς καταφορᾶς ἴσχυε πρὸς τὸ βλάπτειν)*³⁵².

O maior número de mercenários usados pelos cartagineses era, contudo, de líbios provenientes da região da atual Tunísia. Griffith recorda que no séc.VI a.C.³⁵³ os cartagineses passaram gradualmente a confiar a defesa de sua cidade em tropas aliadas e mercenárias, em sua maioria formada por líbios³⁵⁴. A historiografia mais recente tem observado que os líbios referidos por Heródoto em Himera (480 a.C.)³⁵⁵ deveriam ter estatuto de tropas pagas, considerando-se que a subjugação de territórios africanos vizinhos pelos cartagineses é posterior à batalha de Himera³⁵⁶. Além disso, que os líbios tenham sido recrutados como forma de tributação com o decorrer da expansão territorial cartaginesa parece improvável, a julgar pela identificação polibiana dos líbios com as demais tropas

³⁵¹ Connoly, op. cit. p.150; Daly, p. 97.

³⁵² Polib. 3.114.

³⁵³ Precisar a data é impossível.

³⁵⁴ Griffith, pp 207-208.

³⁵⁵ Hdt. 7.165.

³⁵⁶ Brian H. Warmington. *Carthage*. New York: Praeger, 1960. P. 40; Serge Lancel. *Carthage: a history*. Oxford; Cambridge, MA: Blackwell, 1995. P. 257; Daly, p. 84.

seguramente mercenárias³⁵⁷. Por fim, o seu armamento era basicamente a lança e o escudo (o formato é assunto controverso), sendo ambos empregados por infantaria disposta em boa ordem, o que por vezes levou historiadores a acreditarem numa similaridade com o modelo hoplítico grego³⁵⁸. No entanto, quando Políbio e outros autores antigos mencionam organização em falange para tropas não-gregas, o termo freqüentemente indica apenas infantaria pesadamente armada ou “em massa”, sem precisar um corpo de soldados dispostos na mesma lógica que regia a falange hoplítica. Os líbios lutavam por vezes como infantaria coesa, a exemplo do que Plutarco narra em Crimiso (340 a.C.), ocasião em que 10.000 homens (entre líbios e cartagineses) surpreenderam pela marcha compassada e em boa ordem (τῆ βραδυτῆτι καὶ τάξει τῆς πορείας)³⁵⁹, mas dificilmente combatiam como hoplitas.

Quanto aos elefantes, os mesmos foram introduzidos na arte da guerra do ocidente helenístico por Pirro do Epiro. Alguns anos depois, os paquidermes passaram a ser usados pelos cartagineses, que os adquiriam basicamente nos arredores de Cartago e na costa do atual Marrocos, embora Aníbal Barca tenha “importado” alguns do Egito ptolomaico³⁶⁰. Como explicado ao longo do cap.2, os elefantes tinham efeito desproporcional se considerado o seu pequeno número, mas dependiam largamente de condições favoráveis ao seu uso. Sendo um traço da arte da guerra helenística, será possível observar uma modificação tática crucial no emprego dos elefantes pelos cartagineses após Xantipo, uma vez que os generais de Cartago tendiam a empregá-los como força de apoio à cavalaria ou como

³⁵⁷ Um exemplo claro encontra-se em Polib. 1.67.

³⁵⁸ Um bom exemplo é Le Bohec, op. cit. pp. 39-40, que questiona até se os cartagineses, uma vez que combatiam em falange (argumento de Le Bohec), teriam adotado a lança macedônica (*sarissa*).

³⁵⁹ Plut. Tim. 27.

³⁶⁰ Bagnall, op. cit. p. 9.

"guardiões da bagagem", sem ter considerado o seu uso ao centro (contra uma infantaria massificada) de modo integrado com a investida montada nas alas.

3. As primeiras inovações militares na Cartago helenística ou a transformação logística frente à ameaça grega, 310-307 a.C.

A incorporação dos homens de Ophellas ao exército de Agátocles foi acompanhada, como visto anteriormente, pela tentativa desesperada de ascensão do poder tirânico em Cartago, a qual havia sido liderada por Bomílcar. Ambos os eventos, contudo, não possuíam conexão direta, mas provocaram, sem dúvida, abalo considerável no moral do exército cartaginês, o que pode justificar, como enfatizou Meister, o grande sucesso de Agátocles ao tomar portos e a cidade de Útica, a mais importante depois de Cartago, após longa resistência de seus cidadãos³⁶¹. Isso permitiria a Agátocles o estabelecimento de uma linha de comunicação permanente com a Sicília, o que se traduziria em péssimas notícias para os cartagineses. Diante de situação tão favorável, contudo, o siracusano teve que retornar à Sicília urgentemente, levando consigo 2.000 homens e nomeando Arcagatos para o comando das tropas na África³⁶². Sua partida se transformará no início de uma reviravolta na expedição africana. Ainda que seus oficiais (nomeadamente Eumachos) tenham conseguido capturar algumas cidades (incluindo Hippo Acra e Acris), subjugando parcialmente povos nômades, uma união desses povos em prol de sua liberdade e as adversidades das regiões africanas provocaram o recuo dos gregos³⁶³. De fato, Eumachos havia conquistado excelente reputação entre os homens de Agátocles ao retornar vitorioso de sua primeira campanha, mas a resistência combinada dos nômades provocou a baixa de muitos homens, bem como o recuo imediato dos demais, sendo

³⁶¹ Diod. 20.43; Meister, CAH 7, p. 398.

³⁶² Diod. 20.55; Justino 22.8.

³⁶³ Consolo Langher, pp. 219-226.

impossível avançar sobre os territórios, devido a sua inospicidade natural³⁶⁴. Essa primeira mudança na perspectiva geral da expedição africana será acompanhada do que sustento ter sido uma reforma logística no exército cartaginês.

De acordo com Diodoro, seguindo a tradução da Loeb, o Senado em Cartago recebeu bom conselho sobre a guerra (τῆς γεροῦσίας ἐν Καρχηδόνι βουλευσαμένης περὶ τοῦ πολέμου καλῶς) e os senadores decidiram formar três exércitos e enviá-los da cidade, cada um com destino próprio, sendo o primeiro contra as cidades costeiras, o segundo contra as regiões intermediárias e o terceiro contra as cidades no interior³⁶⁵. A partir disso, a guerra tomou outros rumos, privando os gregos da vantagem até então assegurada, a qual foi devida principalmente à inexperiência dos cartagineses frente aos homens “educados na escola do perigo”. Seria possível presumir que algum general mercenário em particular, concretizado como personagem histórica, da mesma forma que Xantipo alguns anos mais tarde, teria aconselhado o Senado cartaginês sem ter com isso assumido qualquer posição de comando, o que seria plausível se tivéssemos evidências mais concretas (tais como nomes). Essa situação hipotética asseguraria inclusive a tradução acima mencionada. Mas o verbo βουλευσαμένης, tal qual aparece na citação, não é a forma passiva de βουλεύω (normalmente “receber ou tomar conselho sobre algo”)³⁶⁶. Noutras palavras, nesse caso específico o mais correto seria traduzir βουλευσαμένης περὶ τοῦ πολέμου como “deliberou [o próprio Senado] sobre a guerra”, o que pode gerar a ilusão, se considerada somente a sintaxe do texto,

³⁶⁴ Diodoro (20.58) menciona uma montanha cheia de gatos selvagens (πλήρους δ' ὄντος αἰλούρων) e, mais adiante, uma “terra dos símios” (Πιθηκοῦσαι νῆσοι), sendo a primeira “inóspita inclusive aos pássaros” e a segunda com costumes muito diferentes dos gregos.

³⁶⁵ Diod. 20.59

³⁶⁶ A forma passiva seria βουλευθείσης. Sobre esse esclarecimento, sou grato a Nicolas Bertrand, membro da Faculdade de Línguas e culturas antigas da Universidade Lille 3.

de que o Senado teria deliberado a partir de uma discussão entre os senadores apenas, homens idosos sem qualquer experiência militar, ignorando, portanto, aconselhamentos de a uma pessoa ou grupo além dos próprios senadores. As informações contidas em Diodoro, todavia, apontam claramente para orientações de alguém militarmente experiente, capaz de dar uma reviravolta estratégica na guerra ao dividir o exército cartaginês em três unidades.

De acordo com Diodoro, os cartagineses pensaram, em primeiro lugar, que o envio de 30.000 soldados aliviaria a cidade da obrigação de tantas provisões, as quais eram já escassas a essa altura do conflito, e eliminaria o risco do cerco, uma vez que o inimigo estaria ocupado com os exércitos avançados. Em segundo lugar, eles concluíram que a lealdade de seus aliados seria assegurada se os mesmos pudessem contar com o apoio de tropas cartaginesas, as quais desencorajariam qualquer traição aos gregos, algo historicamente usual quando cidades aliadas militarmente fracas punham-se diante da presença superior das tropas inimigas e do descaso de seus aliados. Por último, a terceira e a principal razão para a nova organização logística de seu exército: "acima de tudo, eles esperavam que os inimigos se vissem forçados a dividir as suas forças e a recuar para longe de Cartago" (τὸ δὲ μέγιστον, ἤλπιζον καὶ τοὺς πολεμίους ἀναγκασθήσεσθαι μερίζειν τὰς δυνάμεις καὶ μακρὰν ἀποσπᾶσθαι τῆς Καρχηδόνος)³⁶⁷.

Como podemos notar, essas são razões de ordem militar (especialmente a última e mais importante delas), as quais não poderiam ter sido concebidas por senadores sem experiência militar adequada, ou mesmo por generais igualmente inexperientes (uma constante em Cartago, ao menos até a ascensão Bárcida), o que explica o envio único e prematuro de todo o exército pelos generais cartagineses

³⁶⁷ Diod. 20.59; Consolo Langher, pp. 226-227.

antes da referida reforma. Portanto, ainda que nenhuma personagem histórica possa ser precisada ou nomeada, diferentemente do que ocorrerá mais tarde com Xantipo, parece seguro dizer que oficiais mercenários (os quais eram encontrados em abundância entre os cartagineses, mas sempre desempenhando funções de oficiais de autoridade menor), cuja experiência militar é fator inegável, teriam aconselhado o Senado nessa ocasião. O recrutamento posterior de Xantipo ilustra que esse aconselhamento era algo considerado pelos oligarcas em casos de perigo extremo, não sendo absurda a ascensão momentânea de generais mercenários (gregos, por dedução) ao comando do exército, mesmo que eles estivessem restritos ao nível do aconselhamento dos cartagineses por meio de intérpretes³⁶⁸. O Senado enviou, então, cerca de 30.000 homens em unidades aproximadas de 10.000 soldados, deixando em Cartago apenas os homens suficientes para a defesa da cidade. Com isso, os defensores poderiam desfrutar das provisões necessárias, e os grupamentos enviados assegurariam o apoio dos aliados ou povos nômades neutros no conflito³⁶⁹. Ao ver que as regiões que antes não contavam com a presença militar cartaginesa agora tinham tropas enviadas por Cartago, Arcagatos se viu forçado a dividir também as suas forças, pois só assim poderia enfrentar a investida inimiga: um primeiro destacamento foi enviado para a região costeira, seguido pelo envio de tropas sob o comando de Aeschrion, responsável pelo combate dos cartagineses localizados nas regiões intermediárias, e da terceira parte (sob o comando do próprio Arcagatos) do exército para as cidades do interior.

Os resultados não foram nada favoráveis aos gregos. Aeschrion pereceu em batalha após uma emboscada preparada

³⁶⁸ Intérpretes são mencionados por Diod. 23.16 no caso de Xantipo.

³⁶⁹ Diod. 20.59; Consolo Langher, p. 231.

por Hanão, general cartaginês sobre o qual nada sabemos além do plano para a morte do comandante grego. Segundo Diodoro, os cartagineses avançaram sobre eles de forma inesperada, contrariando todas as expectativas, e abateram mais de 4.000 soldados de infantaria, 200 cavaleiros e o próprio general ([...] καὶ παραδόξως ἐπιθέμενος ἀνείλε πεζοὺς μὲν πλείους τῶν τετρακισχιλίων, ἵππεῖς δὲ περὶ διακοσίους, ἐν οἷς ἦν καὶ αὐτὸς ὁ στρατηγός) . Diante disso, sem ter como revidar, as tropas sobreviventes retiraram-se para o acampamento de Arcagathus, distante cerca de 90 quilômetros (500 estádios gregos, ἀπέχοντα σταδίου πεντακοσίους)³⁷⁰. Himilco, general cartaginês responsável pelas tropas dirigidas ao interior, aguardava em posição defensiva favorável numa cidade aparentemente bem fortificada. Os soldados de Eumachos retornavam de sua campanha a marcha lenta por causa dos espólios obtidos das cidades capturadas, quando se depararam com os cartagineses de Himilco. Desafiados para uma batalha decisiva, os cartagineses aceitaram o combate, mas não da forma como os gregos esperavam. Parte das tropas foi deixada escondida na cidade e a outra parte se apresentou em campo aberto, simulando uma retirada após iniciada a batalha, o que teria provocado o avanço precipitado e desordenado dos homens de Eumachos, provavelmente confiantes demais com o resultado da campanha no interior. Os gregos findaram por pressionar em confusão aqueles que estavam em recuo ([...] καὶ τεθορυβημένως τῶν ὑποχωρούντων ἐξήπτοντο) , momento em que as ordens de Himilco foram executadas pelas tropas que haviam sido deixadas na cidade como força de reserva:

Himilco deixou parte de seu exército em armas na cidade, ordenando que, no momento em que ele se

³⁷⁰ Diod. 20.60.

*retirasse em fuga simulada, o exército castigasse os seus perseguidores*³⁷¹.

Envolvidos dessa maneira, os gregos entraram em pânico e bateram em retirada, sendo impedidos de retornar ao seu acampamento pelos cartagineses, o que gerou a impossibilidade da aquisição de água e facilitou, por conseqüência, a finalização por parte dos cartagineses. Diodoro menciona que, de um total de 8.000 soldados infantaria e 800 cavaleiros, apenas 70 sobreviveram a essa batalha. Arcagato, então, reuniu os soldados sobreviventes desses infortúnios e enviou um relatório a Agátocles, solicitando a sua ajuda o mais rápido possível. Os cartagineses, sendo vitoriosos, conseguiram o apoio de muitos desertores do exército grego, que, cercado por terra e mar, aguardava desesperadamente reforço vindo da Sicília. A chegada de Agátocles não modificou sensivelmente a situação desfavorável aos gregos. Justino menciona uma solução momentânea para o motim dos mercenários, os quais não deveriam pedir o pagamento de seu comandante, "mas tomá-lo do inimigo" (*sed ab hoste quaerenda*). Ainda de acordo com a forma que Justino via o discurso de Agátocles aos seus homens, eles deveriam "obter uma vitória e um espólio comuns" (*communem victoriam, communem praedam futuram*)³⁷². Mas o pagamento não veio, pois os inimigos não puderam ser derrotados. Sabendo de sua condição favorável, particularmente quanto ao terreno, linhas de abastecimento e moral das tropas, os cartagineses aguardaram em seu acampamento, tendo assim forçado Agátocles, diante da inquietação de seus mercenários³⁷³, a arriscar uma batalha

³⁷¹ Diod. 20.60, [...] Ἰμίλκων μέρος μὲν τῆς στρατιᾶς κατέλιπε διεσκευασμένον ἐν τῇ πόλει, διακελευσάμενος, ὅταν αὐτὸς ἀναχωρῇ προσποιοῦμενος φεύγειν, ἐπέξελεθῆν τοῖς ἐπιδιώκουσιν·

³⁷² Justino 22.8.

³⁷³ Diod. 20.64 menciona desistência por parte dos mercenários no curto tempo que Agátocles decidiu esperar por condições estratégicas mais favoráveis.

sem as vantagens básicas exigidas para tanto. Pressionado por todos os lados, seus homens não puderam resistir e a batalha logo estava completamente perdida.

Ainda que não tenhamos informações detalhadas sobre essa última derrota grega na África, parece certo deduzir que as táticas cartaginesas não eram a essa altura "helenísticas", apesar do contato direto com Agátocles. Se tivéssemos maiores detalhes sobre as táticas em campo aberto, as mesmas provavelmente confirmariam o "diagnóstico" de Xantipo cerca de 50 anos mais tarde, durante a Primeira Guerra Púnica: que os cartagineses foram derrotados, naquele tempo pelos romanos, devido à inexperiência de seus generais. De modo geral, as táticas helenísticas representavam o que havia de mais atualizado e eficiente na arte da guerra mediterrânica, pois consideravam os diversos aspectos do confronto armado. Os generais cartagineses não estavam capacitados para tais modificações, executando no fim do séc.IV a.C. manobras típicas do período clássico, nem tinham proximidade com a figura de Alexandre ou conhecimento suficiente de sua expedição asiática para a realização da referida tarefa antes de Xantipo. Mas algo mudou durante a expedição africana de Agátocles: o envio das tropas a território africano obedeceu, diante da ameaça estrangeira em seu território, a critérios logísticos mais apurados, o que parece ter sido produto de aconselhamento por parte dos mercenários.

4. As últimas inovações militares em Cartago no período pré-Bárcida ou a transformação tática frente à ameaça romana, 255 a.C.

4.1. A Primeira Guerra Púnica, 264-241 a.C.

4.1.1. A particularidade da primeira guerra cartaginesa contra os romanos

As Guerras Púnicas sempre atraíram a atenção dos historiadores, particularmente aqueles interessados em entender o momento em que os romanos iniciaram sua expansão para além da Península Itálica³⁷⁴. O primeiro desses conflitos, a chamada Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), foi a guerra contínua mais longa da história romana e, levando-se em consideração o seu impacto sobre a formação das colônias romanas no Mediterrâneo, a mais importante delas. Parece óbvio chegar a essa conclusão quando se tem em mente que, durante o primeiro confronto entre Cartago e Roma, os soldados romanos lutaram na Sicília, Córsega, Sardenha e norte da África, tendo nascido nesse momento a justificativa romana para a intervenção nos assuntos sicilianos e, posteriormente, cartagineses, levando à destruição da cidade na Terceira Guerra Púnica (149-146

³⁷⁴ As referências sobre as Guerras Púnicas são quase incontáveis. Como breve listagem das melhores obras sobre o tema, sugiro: Arnold J. Toynbee. *Hannibal's legacy; the Hannibalic War's effects on Roman life*. London, New York: Oxford University Press, 1965; Brian Caven. *The Punic Wars*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1980; Bagnall, op. cit.; Basil Henry Liddell Hart. *Scipio Africanus: greater than Napoleon*. New York: Da Capo Press, 1994; Le Bohec, op. cit.; John Francis Lazenby, *First Punic War* e John F. Lazenby. *Hannibal's war: a military history of the Second Punic War*. Norman. University of Oklahoma Press, 1998; Dexter Hoyos. *Unplanned Wars: The Origins of the First and Second Punic Wars*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1998; Goldsworthy, *Punic Wars*; Daly; Dexter Hoyos. *Hannibal's war: books twenty-one to thirty. Livy, translated by J.C. Yardley; with an introduction and notes by Dexter Hoyos*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2006; Miles.

a.C.)³⁷⁵. Além disso, na condição de guerra primariamente naval, é normalmente dito por historiadores que a Primeira Guerra Púnica agregou o maior número de homens envolvidos em batalhas no mar ao longo de toda a história greco-romana³⁷⁶.

De modo geral, a Primeira Guerra Púnica aparece apenas como um capítulo menor das Guerras Púnicas, precisamente um prelúdio necessário ao estudo da bem documentada Guerra Anibálica³⁷⁷. Lazenby recorda que no livro de Caven sobre as Guerras Púnicas, por exemplo, muitos detalhes (pormenores relevantes ao estudo especializado) são deixados de lado, e nenhuma referência às evidências antigas é feita³⁷⁸. O livro de Bagnall, *The Punic Wars*, também carece de detalhes importantes, ainda que apresente boas hipóteses sobre estratégia³⁷⁹. Até o estudo sistemático de Lazenby, portanto, não havia publicações detalhadas sobre o conflito, submetendo freqüentemente a análise ao modo criativo e inovador que caracterizou os caminhos pelos quais os romanos venceram os "traíçoeiros cartagineses", que tiveram, por fim, somente uma repentina e fugaz reviravolta em sua fortuna sob o comando de Aníbal Barca. Tendo Lazenby como ponto de partida, outras obras surgiram, mas a maioria delas preocupadas mais com a Segunda Guerra Púnica ou com a caracterização da Primeira Guerra Púnica

³⁷⁵ Ver Goldsworthy, *Punic Wars*, pp.331-356.

³⁷⁶ Lazenby, *First Punic War*, p.1. Polib. 1.63 caracteriza a guerra como a mais longa, mais intensa e maior (πολυχρονιώτατος καὶ συνεχέστατος καὶ μέγιστος) de todas as guerras.

³⁷⁷ Há algumas obras dedicadas apenas à Primeira Guerra Púnica, mas de modo geral essas são escassas, se comparadas ao grande número de estudos sobre Aníbal Barca e sua guerra contra os romanos. Sobre obras dedicadas à Primeira Guerra Púnica em particular, ver, por exemplo, Lazenby, *First Punic War* e Yann Le Bohec (org.). *Le Première Guerre Punique*. Collection du Centre d'Études Romaines et Gallo-Romaines 23. Lyon, Paris: De Boccard, 2001.

³⁷⁸ Lazenby, *First Punic War*, prefácio. A obra mencionada é a de Caven (op. cit.). Caven é também autor de *Dionysius I: war-lord of Sicily*. New Haven: Yale University Press, 1990.

³⁷⁹ Lazenby, *First Punic War*, prefácio; Bagnall, op. cit.

como prelúdio das demais³⁸⁰. Isso induz às análises gerais, que reduzem, para o que mais interessa a esse respeito nesta tese, o impacto das inovações lideradas por Xantipo³⁸¹.

O que teria, então, em primeiro lugar, dado início à Primeira Guerra Púnica? Antes de tratar do recrutamento de Xantipo (e possivelmente outros mercenários gregos) como indício da preocupação cartaginesa com a invasão de Régulo na África, torna-se fundamental o entendimento da construção gradual do direito de intervenção romana na Sicília e do modo como as relações entre Cartago e Roma chegaram ao ponto da hostilidade político-militar.

De acordo com Políbio, três foram os tratados entre Cartago e Roma no período anterior à deflagração da guerra³⁸². O primeiro deles teria ocorrido 28 anos antes da invasão de Xerxes, isto é, entre 509-507 a.C., ocupando-se com a restrição dos acordos comerciais de Roma com a África e a Sardenha, o que asseguraria também a sua autoridade no Lácio. Traduzido por Políbio do latim "da forma mais exata possível", o tratado (versão parcial) seria como se segue:

'Haverá amizade (φιλίαν) entre os romanos e seus aliados, e entre os cartagineses e seus aliados, nos seguintes termos:

Nem os romanos, nem seus aliados navegarão além de sua Península por direito (τοῦ Καλοῦ ἄκρωτηρίου), a menos que levados por tempestade (χειμῶνος) ou por pressão do inimigo (πολεμίων)³⁸³. Se qualquer um desses for levado para terra firme, o mesmo não comprará ou tomará qualquer coisa que seja para si, salvo o que for necessário para o reparo de sua embarcação (πρὸς πλοίου ἐπισκευήν) e para honrar os deuses (πρὸς ἱερά), devendo

³⁸⁰ Uma exceção é, obviamente, Le Bohec sobre a Primeira Guerra Púnica (op. cit.).

³⁸¹ Goldsworthy, Punic Wars, p.10, admite que Lazenby, First Punic War, é a referência "mais acadêmica" para o assunto.

³⁸² Polib. 3.22.

³⁸³ *Polemíon* indica "relativo à guerra", mas aqui deve ser traduzido como "por medo ou pressão do inimigo", já que indica uma força externa, no caso militar, como fator para ultrapassar os limites geográficos estabelecidos.

*partir em cinco dias. [...] Aqueles que desembarcarem para o comércio não devem fazê-lo, salvo na presença de um oficial (κήρυκι) ou secretário (γραμματεῖ). O que quer que seja vendido na presença desses deverá ter o preço assegurado com base no crédito do Estado, contanto que ocorra na Líbia ou na Sardenha. Se um romano vier à Sicília, aquela pertencente ao território dos cartagineses (ἤς Καρχηδόνιοι ἐπάρχουσιν), o mesmo desfrutará de todos os direitos comuns aos demais. Os cartagineses não causarão danos ao povo de Ardea, Antium, Laurentium, Circeii, Terracina, nem a qualquer um dos Latinos, desde que esses estejam submetidos [a Roma] (μηδ' ἄλλον μηδένα Λατίνων, ὅσοι ἂν ὑπήκοοι). [...] Eles [os cartagineses] não construirão forte no Lácio; se entrarem em armas no território, ali não permanecerão nem mesmo para passar a noite (ἐν τῇ χώρᾳ μὴ ἐννυκτερευέτωσαν)'*³⁸⁴.

Como pode ser observado, trata-se de um acordo comercial com fins igualmente políticos, dirigido à criação ou manutenção das boas relações entre Cartago e Roma. Tem sido sugerido que nessa passagem encontraríamos a indicação de uma renovação de um tratado já existente entre Cartago e os reis etruscos de Roma, uma vez que há outras evidências para a existência de termos amigáveis entre os cartagineses e os etruscos no séc.VI a.C. Além disso, a época referida por Políbio condiz com o período etrusco em Roma³⁸⁵.

O segundo tratado ocorreu provavelmente em 348 a.C., se for aceita a identificação do tratado mencionado por Tito

³⁸⁴ Polib. 3.22, “ἐπὶ τοῖσδε φιλίαν εἶναι Ῥωμαίοις καὶ τοῖς Ῥωμαίων συμμάχοις καὶ Καρχηδονίοις καὶ τοῖς Καρχηδονίων συμμάχοις· μὴ πλεῖν Ῥωμαίους μηδὲ τοὺς Ῥωμαίων συμμάχους ἐπέκεινα τοῦ Καλοῦ ἀκρωτηρίου, ἐὰν μὴ ὑπὸ χειμῶνος ἢ πολεμίων ἀναγκασθῶσιν· ἐὰν δὲ τις βία κατενεχθῆ, μὴ ἐξέστω αὐτῷ μηδὲν ἀγοράζειν μηδὲ λαμβάνειν πλὴν ὅσα πρὸς πλοίου ἐπισκευὴν ἢ πρὸς ἱερά, (ἐν πέντε δ' ἡμέραις ἀποτρεχέτω.) τοῖς δὲ κατ' ἐμπορίαν παραγινομένοις μηδὲν ἔστω τέλος πλὴν ἐπὶ κήρυκι ἢ γραμματεῖ. ὅσα δ' ἂν τούτων παρόντων πραθῆ, δημοσίᾳ πίστει ὀφειλέσθω τῷ ἀποδομένῳ, ὅσα ἂν ἢ ἐν Λιβύῃ ἢ ἐν Σαρδόνι πραθῆ. ἐὰν Ῥωμαίων τις εἰς Σικελίαν παραγίνηται, ἤς Καρχηδόνιοι ἐπάρχουσιν, ἴσα ἔστω τὰ Ῥωμαίων πάντα. Καρχηδόνιοι δὲ μὴ ἀδικεῖτωσαν δῆμον Ἀρδεατῶν, Ἀντιατῶν, Λαρεντίνων, Κιρκαιτῶν, Ταρρακινιτῶν, μηδ' ἄλλον μηδένα Λατίνων, ὅσοι ἂν ὑπήκοοι· ἐὰν δὲ τινες μὴ ᾧσιν ὑπήκοοι, τῶν πόλεων ἀπεχέσθωσαν· ἂν δὲ λάβωσι, Ῥωμαίοις ἀποδιδότωσαν ἀκέραιον. φρούριον μὴ ἐνοικοδομήτωσαν ἐν τῇ Λατίνῃ. ἐὰν ὡς πολέμοι εἰς τὴν χώραν εἰσέλθωσιν, ἐν τῇ χώρᾳ μὴ ἐννυκτερευέτωσαν.”

³⁸⁵ Lazenby, *First Punic War*, p.31. A evidência citada é Hdt. 1.166: E eles atacaram e pilharam todas as cidades vizinhas, razão pela qual os etruscos e cartagineses (Τυρσηνοὶ καὶ Καρχηδόνιοι) se aliaram contra eles [...].

Lívio³⁸⁶ e Diodoro³⁸⁷ com aquele descrito por Políbio³⁸⁸ como o segundo dos acordos, embora Tito Lívio e Diodoro anunciem esse tratado como o primeiro a inaugurar as relações diplomáticas entre os dois Estados. Basicamente, o segundo tratado asseguraria a posição dos romanos no Lácio e a dos cartagineses na Líbia e Sardenha, exatamente como no primeiro tratado referido por Políbio, mas acrescentava Útica ao domínio cartaginês, indicando o sul da Hispânia como área proibida ao comércio por parte de Roma. Tito Lívio e Diodoro nos informam apenas que um tratado havia sido estabelecido entre Roma e os cartagineses³⁸⁹, ao passo que Políbio nos concede as maiores informações a respeito, apresentando uma tradução do tratado da seguinte maneira:

‘Haverá amizade entre os romanos e seus aliados, e entre os cartagineses, os habitantes de Tiro e o povo de Útica (Τυρίων καὶ Ἴτυκαίων δήμῳ), nos seguintes termos: Os romanos não saquearão (λήξεσθαι), traficarão (ἐμπορεύεσθαι) ou fundarão uma cidade (πόλιν κτίζειν) além de sua Península por direito (τοῦ Καλοῦ ἀκρωτηρίου), Mastia e Tarsenium. Se os cartagineses tomarem qualquer cidade no Lácio que não esteja submetida a Roma, eles poderão fazer prisioneiros e confiscar bens (τὰ χρήματα καὶ τοὺς ἄνδρας ἐχέτωσαν), mas desistirão da cidade (τὴν δὲ πόλιν ἀποδιδότωσαν). [...] Na Sardenha e na Líbia nenhum romano traficará ou fundará cidade; ele não fará mais do que pegar provisões ou reabastecer sua embarcação (εἰ μὴ ἕως τοῦ ἐφόδια λαβεῖν ἢ πλοῖον ἐπισκευάσαι). Se uma tempestade levá-lo a esses locais, o mesmo partirá em cinco dias [...]’³⁹⁰.

³⁸⁶ Tito Lívio 7.27.

³⁸⁷ Diod. 16.69.

³⁸⁸ Polib. 3.24; ver Lazenby, *First Punic War*, pp. 31-32.

³⁸⁹ Tito Lívio 7.27, *Et cum Carthaginensibus legatis Romae foedus ictum, cum amicitiam ac societatem petentes uenissent*; Diod. 16.69, ἐπὶ δὲ τοῦ των Ῥωμαίοις μὲν πρὸς Καρχηδονίους πρῶτον συνθῆκαι ἐγένοντο.

³⁹⁰ Polib. 3.24. A versão completa do tratado aparece como se segue: “ἐπὶ τοῖσδε φιλίαν εἶναι Ῥωμαίοις καὶ τοῖς Ῥωμαίων συμμάχοις καὶ Καρχηδονίων καὶ Τυρίων καὶ Ἴτυκαίων δήμῳ καὶ τοῖς τούτων συμμάχοις. τοῦ Καλοῦ ἀκρωτηρίου, Μαστίας Ταρσηίου, μὴ λήξεσθαι ἐπέκεινα Ῥωμαίους μὴδ' ἐμπορεύεσθαι μὴδὲ πόλιν κτίζειν. ἐὰν δὲ Καρχηδόνιοι λάβωσιν ἐν τῇ Λατίνῃ πόλιν τινὰ μὴ οὔσαν ὑπήκοον Ῥωμαίοις, τὰ χρήματα καὶ τοὺς ἄνδρας ἐχέτωσαν, τὴν δὲ πόλιν ἀποδιδότωσαν. ἐὰν δὲ τινες Καρχηδονίων λάβωσιν τινὰς, πρὸς οὓς εἰρήνη μὲν ἐστὶν ἔγγραπτος Ῥωμαίοις, μὴ ὑποτάττονται δὲ τι αὐτοῖς, μὴ καταγέτωσαν εἰς τοὺς Ῥωμαίων λιμένας· ἐὰν δὲ καταχθέντος ἐπιλάβηται ὁ Ῥωμαῖος, ἀφίεσθω. ὡσαύτως δὲ μὴδ' οἱ Ῥωμαῖοι ποιείτωσαν. ἂν ἔκ τινος χώρας, ἧς Καρχηδόνιοι ἐπάρχουσιν, ὕδωρ ἢ ἐφόδια λάβῃ ὁ Ῥωμαῖος, μετὰ τούτων τῶν ἐφοδίων μὴ ἀδικεῖτω μηδένα πρὸς οὓς εἰρήνη καὶ φιλία ἐστὶ (Καρχηδονίοις. ὡσαύτως δὲ μὴδ' ὁ)

O terceiro tratado entre Cartago e Roma teve lugar entre 279 e 278 a.C., isto é, durante a expedição italiana de Pirro do Epiro em socorro de Tarento³⁹¹. Após as suas duas vitórias contra os romanos, as chamadas “vitórias pírricas” (em Heraclea e Ásculo), Pirro resolveu atender ao pedido das cidades sicilianas e partiu rumo à ilha para comandar a guerra dos gregos contra os cartagineses. Cartago, por outro lado, não via a chegada de Pirro como algo positivo em momento tão crucial da guerra, e estabeleceu novo acordo com os romanos, desta vez em termos bastante favoráveis aos últimos, com o objetivo de assegurar que o epirota permanecesse na península.

De acordo com Políbio, o terceiro tratado continha os mesmos termos dos dois anteriores, exceto pelos seguintes elementos, inseridos por conta da presença de Pirro na Península e, em seguida, na Sicília:

‘Se um ou outro necessitar de auxílio (ὁπότεροι δ’ ἂν χρεῖαν ἔχωσι τῆς βοηθείας), os cartagineses fornecerão as embarcações, seja para transporte ou com fins militares; mas cada povo arcará com o pagamento de seus próprios homens (τὰ δὲ ὀψώνια τοῖς αὐτῶν ἐκάτεροι). Os cartagineses também darão suporte marítimo (κατὰ θάλατταν) se os romanos precisarem; mas nenhum dos dois

Καρχηδόνιος ποιείτω. εἰ δέ, μὴ ἰδίᾳ μεταπορευέσθω· ἐὰν δέ τις τοῦτο ποιήσῃ, δημόσιον γινέσθω τὸ ἀδίκημα. ἐν Σαρδόνι καὶ Λιβύῃ μηδεὶς Ῥωμαίων μῆτ’ ἐμπορευέσθω μῆτε πόλιν κτιζέτω, [. . .] εἰ μὴ ἕως τοῦ ἐφόδια λαβεῖν ἢ πλοῖον ἐπισκευάσαι. ἐὰν δὲ χειμῶν κατενέγκῃ, ἐν πένθ’ ἡμέραις ἀποτρεχέτω. ἐν Σικελίᾳ ἧς Καρχηδόνιοι ἐπάρχουσι καὶ ἐν Καρχηδόνι πάντα καὶ ποιείτω καὶ πωλείτω ὅσα καὶ τῷ πολίτῃ ἔξεστιν. ὡσαύτως δὲ καὶ ὁ Καρχηδόνιος ποιείτω ἐν Ῥώμῃ.”

³⁹¹ A análise mais recente sobre o terceiro tratado pode ser encontrada em Zambon, *Hellenistic Sicily*, pp. 86-95. Zambon, *Hellenistic Sicily* divide as fontes para o terceiro tratado em (a) fontes sobre as relações diplomáticas, (b) fontes sobre a assinatura do tratado e (c) fontes para os eventos históricos após a conclusão da nova aliança. Como aqui pretendo apenas mostrar a degradação das relações diplomáticas entre Cartago e Roma, para então salientar razões mais profundas para a deflagração da guerra que a questão dos mamertinos, temas mais específicos (como os que foram enumerados por Zambon, *Hellenistic Sicily* e trabalhados por um número abundante de autores) serão propositalmente suprimidos. Sobre o tratado, além de Zambon, pode-se consultar Barbara Scardigli. *I Trattati romano-cartaginesi*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 1991; Hoyos, op. cit. pp. 7-11.

obligará os tripulantes a desembarcar contra a sua vontade' (versão parcial)³⁹².

O tratado, como podemos observar, estabelece claramente auxílio militar mútuo³⁹³, estando Cartago disposta a se "comprometer" com o auxílio logístico mais do que os romanos (inclusive pela condição de sua frota em comparação com aquela virtualmente inexistente dos romanos), o que ilustra a insatisfação com a possibilidade de ter que lidar com Pirro na Sicília. Os resultados do tratado, contudo, não tiveram grande impacto de ordem prática. Ainda que seja tentador identificar a referência às 120 embarcações sob o comando do cartaginês Mago em Justino no momento da expedição italiana de Pirro como fruto do terceiro tratado, a referência (na mesma passagem)³⁹⁴ a uma visita em segredo de Mago ao epirota, durante a qual certo tipo de aliança ou amizade foi oferecido, indica que Cartago não estava decidida quanto à hostilidade em direção a Pirro e, portanto, parece mais correto dizer que o envio de Mago se deu antes do tratado. Lazenby, cético diante da evidência acerca de outro evento como consequência do terceiro acordo entre Cartago e Roma à época da expedição pírrica, aponta uma operação ocorrida em Reggio, separada da Sicília apenas pelo estreito de Messina, como o único evento possivelmente resultante do tratado em questão³⁹⁵. Apoiado num fragmento de Diodoro, Lazenby sugere que os 500 homens enviados a Reggio (ainda sob o domínio romano) por Cartago

³⁹² Polib. 3.25, [...] ὁπότεροι δ' ἂν χρεῖαν ἔχωσι τῆς βοήθειας, τὰ πλοῖα παρεχέτωσαν Καρχηδόνιοι καὶ εἰς τὴν ὁδὸν καὶ εἰς τὴν ἄφοδον, τὰ δὲ ὀψώνια τοῖς αὐτῶν ἑκάτεροι. Καρχηδόνιοι δὲ καὶ κατὰ θάλατταν Ῥωμαίοις βοθηείτωσαν, ἂν χρεῖα ἦ. τὰ δὲ πληρώματα μηδεὶς ἀναγκαζέτω ἐκβαίνειν ἀκουσίως."

³⁹³ Lazenby, *First Punic War*, p. 32.

³⁹⁴ Justino 18.2, [...] *quasi pacificator Karthaginensium, Pyrrum adiit speculaturus consilia eius de Sicilia* [...]. Embora Justino indique que as reais intenções dos cartagineses eram especular o que Pirro pensava sobre a Sicília, temos ainda uma dúvida que parece mais característica de um período anterior, mesmo que bastante próximo, da data do terceiro tratado com Roma.

³⁹⁵ Lazenby, *First Punic War*, p. 33.

corresponderiam ao contingente de apoio contra o invasor epirota. Além desse evento, nenhum outro pode ser cotado como relacionado ao tratado, "nem mesmo quando somente Lilibeu permaneceu sob domínio de Cartago, de todas as suas posses na Sicília"³⁹⁶. Terminada a expedição de Pirro, outros possíveis eventos podem ser vistos ainda como parte do acordo, mas como resposta aos homens deixados pelo rei³⁹⁷.

Após a breve análise dos três tratados entre Cartago e Roma, podemos notar, portanto, ao lado da construção de uma relação amistosa entre os dois poderes, a consolidação da posição cartaginesa na Sicília por cerca de 300 anos (apesar de algumas reviravoltas, tais como a guerra contra Agátocles e, em seguida, Pirro) e a expansão romana em direção ao sul da Península, região que terá, durante a expedição de Pirro e um pouco depois, presença constante de legionários romanos, a exemplo da cidade de Reggio (vale ressaltar mais uma vez, separada da Sicília apenas pelo estreito de Messina). Tendo Pirro saído de cena, o choque entre dois Estados com impulsos imperialistas seria, com o passar dos anos, algo inevitável. O problema com os mamertinos daria, então, o motivo concreto para a deflagração do conflito.

Como visto anteriormente, os soldados campânios inicialmente a serviço de Agátocles haviam subjugado a região nordeste da Sicília alguns anos após a morte do siracusano, tirando proveito da situação política delicada pela qual a ilha passava. Com a ascensão de Hiero de Siracusa e a solução dos conflitos em Reggio (que teve seus campânios revoltosos exterminados pelos romanos), a situação dos mamertinos se modificará, principalmente

³⁹⁶ Lazenby, *First Punic War*, p. 34.

³⁹⁷ Uma frota cartaginesa enviada a Tarentum para dar suporte ao cerco liderado pelos romanos contra Milo, deixado na cidade por Pirro, aparece, por exemplo, em Zonaras 8.8 e Orósio 4.3.

devido ao combate sistemático por parte dos siracusanos contra a série de pilhagens promovidas pelos mercenários. Os mamertinos, sem ter muito o que fazer, solicitaram apoio dos cartagineses e, em seguida, dos romanos. Políbio é esclarecedor a esse respeito:

*Alguns deles apelaram aos cartagineses, propondo a submissão deles próprios e da cidade, ao passo que outros enviaram uma embaixada a Roma, oferecendo a submissão da cidade e implorando por assistência como povo de mesma origem (αὐτοῖς ὁμοφύλοις ὑπάρχουσιν)*³⁹⁸.

O principal elemento considerado pelos romanos em sua avaliação do pedido de auxílio mamertino não parece ter sido, contudo, a identificação étnica. De acordo com Políbio, os romanos estavam cientes da grande expansão do território cartaginês, que já incluía a Líbia, parte da Hispânia, a Sardenha e o Mar Tirreno, restando somente a conquista de parte da Sicília para se tornarem “os vizinhos mais problemáticos e perigosos (βαρεῖς καὶ φοβεροὶ γείτονες)”, cercando Roma por todos os cantos da Península. No final das contas, possivelmente por pressão popular (οἱ πολλοί), o Senado decidiu nomear o cônsul Ápio Cláudio como general no comando das tropas que atravessariam o mar em direção a Sicília, sendo o cônsul vitorioso na primeira batalha contra Hierão (recentemente aliado de Cartago e vitorioso num primeiro confronto contra os mamertinos) e os cartagineses³⁹⁹. Derrotado pelos romanos, Hierão findou por estabelecer aliança com os primeiros em 263 a.C., mostrando-se leal a eles até o fim de seu governo, em 215 a.C. Os cartagineses, em contrapartida, frente à deserção de Hierão, montaram seu novo quartel general na cidade de Acragas, devido a sua localização favorável como ponto de

³⁹⁸ Polib. 1.10, [...] οἱ μὲν ἐπὶ Καρχηδονίους κατέφευγον καὶ τούτοις ἐνεχείριζον σφᾶς αὐτούς καὶ τὴν ἄκραν, οἱ δὲ πρὸς Ῥωμαίους ἐπρέσβευον, παραδιδόντες τὴν πόλιν καὶ δεόμενοι βοηθήσειν σφίσι αὐτοῖς ὁμοφύλοις ὑπάρχουσιν.

³⁹⁹ Polib. 1.11.

apoio logístico, bem como ao fácil acesso que ela oferecia à porção leste da Sicília, a qual estava sob domínio do inimigo⁴⁰⁰.

Com seus primeiros movimentos na Sicília, a maior parte da Primeira Guerra Púnica, todavia, foi travada no mar, ainda que uma análise das evidências acerca da atuação dos exércitos (particularmente na África) ilustre inovações militares importantes em terra firme. Os cartagineses eram conhecidos por sua excelência marítima, tendo a navegação se tornado, como nos informa Políbio, o seu ofício nacional⁴⁰¹. É de salientar o respeito dos antigos quanto à frota cartaginesa em diversas ocasiões de tensão militar, das quais destaco, como exemplo, algumas cidades sicilianas (aliadas aos romanos) que, "aterrorizadas diante da frota cartaginesa" (καταπεπληγμένοι τὸν τῶν Καρχηδονίων στόλον), desertaram antes mesmo de lutar⁴⁰². Os aparatos tecnológicos usados na guerra naval eram quase sempre inventados ou aprimorados pelos cartagineses, a exemplo da substituição das trirremes (dominantes na guerra naval por cerca de 200 anos) pelas quadrirremes, e de sua conseqüente adaptação para as quinquerremes⁴⁰³. Por outro lado, como nos faz crer Políbio, os romanos não haviam se dedicado à guerra naval como os cartagineses, sendo seus construtores navais completamente inexperientes na montagem de quinquerremes

⁴⁰⁰ Polib. 1.17; Miles, op. cit. p. 179.

⁴⁰¹ Polib. 6.52, Καρχηδόνιοι διὰ τὸ καὶ πάτριον αὐτοῖς [...] τὴν ἐμπειρίαν ταύτην. Ver item sobre o exército cartaginês.

⁴⁰² Polib. 1.20.

⁴⁰³ Note-se que a quinquerreme (do latim *quinque*, o número de homens necessários para mover cada seção da embarcação) foi criado por Dionísio de Siracusa, mas o seu uso foi melhorado pelos cartagineses. John S. Morrison e John F. Coates (*The Athenian trireme: the history and reconstruction of an ancient Greek warship*. Cambridge: University Press, 1986, pp.259-260; Miles, pp. 177-178) mostraram, a partir de evidências iconográficas, que a quinquereme cartaginesa era ligeiramente diferente do modelo grego, com um formato tipicamente fenício para os espaços onde eram dispostos os cinco remadores de cada seção, o que garantia, no caso cartaginês, uma proteção extra para os remadores e para o casco do navio. Este seria, por conseqüência, o modelo das quinquerremes romanas. Para a marinha de guerra cartaginesa em geral, cf. Le Bohec, op. cit. pp. 49-55.

(τῶν δὲ ναυπηγῶν εἰς τέλος ἀπείρων ὄντων τῆς περὶ τὰς πεντήρεις ναυπηγίας) quando da deflagração da Primeira Guerra Púnica⁴⁰⁴. A frota de 100 quinquerremes e 20 trirremes, construída em 261 a.C., teria sido a primeira formada pelos próprios romanos, o que acentuaria, na visão de Políbio, quão espirituosos (μεγαλόψυχον) e extraordinários (παράβολον) eram os romanos ao fazer algo⁴⁰⁵.

Com a apreensão de uma embarcação cartaginesa (uma quinquerreme), tomada como modelo, Roma teria finalizado a construção de sua frota (as 120 embarcações descritas por Políbio) em apenas 60 dias⁴⁰⁶, provavelmente por que a disposição das peças das embarcações seguiu o método de organização por letras empregado por Cartago⁴⁰⁷. Frota pronta não significava, contudo, frota taticamente apta. Logo, cerca de 17 embarcações romanas acabaram por ser capturadas pelos cartagineses nas Ilhas Eólias, a noroeste de Messina, enquanto tentavam submeter a cidade de Lipara, tendo sua tripulação e seu comandante, Gneu Cornélio Cipião, sido capturados sem grande dificuldade⁴⁰⁸.

⁴⁰⁴ Uma boa síntese das condições gerais da guerra naval no séc.III a.C. pode ser encontrada em Goldsworthy, *Punic Wars*, pp. 96-103.

⁴⁰⁵ Polib. 1.20, ἐξ ὧν καὶ μάλιστα συνίδοι τις ἂν τὸ μεγαλόψυχον καὶ παράβολον τῆς Ῥωμαίων αἰρέσεως. Políbio entende que a vitória romana em Acragas (261 a.C.) teria modificado sensivelmente os objetivos dos romanos com a guerra: ao invés de simplesmente proteger os mamertinos, agora Roma havia se decidido pela expulsão dos cartagineses da Sicília. Ver Goldsworthy, *Punic Wars*, p. 97.

⁴⁰⁶ Polib. 1.20; Bagnall, op. cit. p. 60; Le Bohec, op. cit. pp.75-77; Hoyos, op. cit. p.89.

⁴⁰⁷ O método ficou conhecido entre os estudiosos de Cartago após escavação dirigida por Honor Frost na década de 70. Restos de uma embarcação antiga haviam sido encontrados em 1969 por um capitão de navio mercante, Diego Boninni, durante uma viagem de trabalho. Estudos da escrita deixada pelos construtores da embarcação mostraram que o casco havia sido preconcebido, ao passo que a existência de letras similares em direções variadas indicava a presença de múltiplos construtores. Os resultados da escavação foram publicados primeiramente no *The International Journal of Nautical Archaeology* (a partir de 1972) e, assim que o trabalho de campo se deu por encerrado, um relato amplo foi publicado pela *Accademia Nazionale dei Lincei* (Roma), como suplemento da *Notizie degli Scavi di Antichità* 30 (1976).

⁴⁰⁸ Polib. 1.21. Miles, op. cit. p. 181 observa que a carreira de Cipião não parece ter sido abalada em ambiente senatorial, já que o mesmo foi eleito cônsul pela segunda vez em 254 a.C., mas entre a população sua reputação não era mais cotada entre as mais intactas, a

Taticamente inferiores no mar, o que havia se tornado evidente após a primeira derrota de sua frota para os cartagineses, em 260 a.C. os romanos desenvolveram uma arma engenhosa com o objetivo de superar a falta de habilidade (se comparada à dos cartagineses) ao manobrar as embarcações: o *corvus*⁴⁰⁹. Prancha de 11 m de comprimento e 1,20 m de largura, o corvo possuía um espeto na extremidade, o qual era usado para perfurar a embarcação inimiga durante a sua trajetória de cima para baixo, permitindo, assim, que as duas embarcações envolvidas se mantivessem forçosamente conectadas o tempo necessário para a travessia completa dos soldados romanos. Esses, por sua vez, atravessavam a prancha em numa coluna disposta em pares, de maneira que os dois primeiros protegiam a frente com seus escudos erguidos, enquanto os seguintes dividiam a proteção dos flancos⁴¹⁰.

O melhor exemplo para a explicação acerca do funcionamento do corvo é a batalha de Mylae. Segundo Políbio, ansiosos para por à prova o novo equipamento disposto na proa dos navios, os romanos decidiram, sob o comando de Caio Duílio (que havia deixado as legiões sob responsabilidade dos tribunos militares), atacar os cartagineses que assolavam o território de Mylae:

Ao se aproximarem e verem os corvos (τοὺς κόρακας) subindo ao ponto mais alto da proa de cada navio, os cartagineses em princípio ficaram confusos, surpresos com a construção das máquinas. Contudo, como eles davam o inimigo inteiramente por derrotado, as embarcações da linha de frente atacaram bravamente. Mas conforme as

julgar pelo apelido que lhe foi dado: *asina*, ou mula. Ver Plínio 8.169; Lazenby, *First Punic War*, op. cit. pp. 66-67. Ao lado de Cipião estava o seu colega de magistratura, Caio Duílio, comandante das tropas na Sicília.

⁴⁰⁹ Ainda que Políbio use o termo *korakes*, os estudiosos modernos adotaram a forma latina *corvus* (*corvi* no plural), pois esse é, de acordo com Lazenby, *First Punic War* (p. 68), o termo latino correspondente.

⁴¹⁰ Polib. 1.22.

embarcações que entravam em colisão eram rapidamente capturadas pelas máquinas, e os tripulantes romanos embarcavam por meio do corvo (τοῦ κόρακος) e atacavam os inimigos um a um na plataforma, alguns dos cartagineses eram eliminados e outros rendidos por desânimo diante do que estava ocorrendo, tendo a batalha se tornado praticamente um combate em terra firme. Os primeiros trinta navios que entraram em combate foram capturados por todos os tripulantes, incluindo a embarcação do comandante, sendo Aníbal capaz de escapar por um milagre num bote salva-vidas. O restante da força cartaginesa [...] desistiu e bateu em retirada (τέλος ἐγκλίναντες ἔφυγον οἱ Καρχηδόνιοι), aterrorizada (καταπλαγέντες) por esta nova experiência, tendo perdido 50 navios⁴¹¹.

Embora Políbio não mencione nenhuma punição fatal do comandante cartaginês por sua derrota, outras fontes narram crucificação ou apedrejamento de Aníbal (não o Bárcida) por seus homens, os quais estavam insatisfeitos com o resultado da batalha⁴¹². A vitória romana em Mylae, ainda que não tenha sido decisiva, assegurou aos romanos a atuação na região da Sardenha e Córsega, territórios antes sob domínio cartaginês. Ao invés de concentrar campanhas na Sicília ou na Sardenha e Córsega, os romanos conduziram as duas ofensivas ao mesmo tempo; o envio dos dois cônsules, o primeiro (Cornélio Cipião) para Sardenha e Córsega e o segundo (Cornélio Aquílio) para a Sicília, comprovam o pensamento estratégico adotado por Roma⁴¹³. Uma série de batalhas navais tiveram lugar em seguida, das quais se destaca, pela quantidade de homens envolvidos, a batalha de Ecnomus (256 a.C.). Segundo Políbio, do lado romano contavam-se 100.000 tripulantes (δέκα μυριάδας), cálculo retirado dos 300 remadores e 120 soldados embarcados em cada navio. Do lado cartaginês, o total dos soldados era algo próximo dos 150.000 (πεντεκαίδεκα μυριάδας), a julgar pela

⁴¹¹ Polib. 1.23. Cf. Lazenby, *First Punic War*, pp.67-73; Le Bohec, *op. cit.* pp. 77-88; Bagnall, *op. cit.* pp. 62-63; Goldsworthy, *Punic Wars*, pp.105-109; Miles, pp. 182-184.

⁴¹² Zonaras 8.12; Orósio 4.4.

⁴¹³ Bagnall, *op. cit.* p.64.

contagem de suas embarcações (κατὰ τὸν τῶν νεῶν λόγον)⁴¹⁴. Após violento embate próximo ao sudoeste da Sicília, o qual foi mais uma vez decidido pelo uso dos corvos (a despeito das até então eficientes táticas cartaginesas), os romanos começaram os preparativos para a invasão da África⁴¹⁵.

⁴¹⁴ Polib. 1.26.

⁴¹⁵ Os pormenores da batalha de Ecnomus foram suprimidos propositalmente, uma vez que o principal interesse da tese não recai sobre a marinha de guerra cartaginesa. Para a batalha de Ecnomus, ver Polib. 1.26-28; Quanto aos estudos modernos, a análise mais esclarecedora é Goldsworthy, *Punic Wars*, pp. 109-114.

4.1.2. "Como Ágatocles, nós romanos devemos invadir a África!": o princípio estratégico da expedição africana de Régulo, 256-255 a.C.

Políbio nos informa que os cartagineses que haviam escapado do confronto em Ecnomus navegaram diretamente para Cartago e, "convencidos de que os inimigos, excitados por seu sucesso, fariam o ataque direto à própria cidade de Cartago" (πεπεισμένοι τοὺς ὑπεναντίους ἐκ τοῦ γεγονότος προτερήματος ἐπαρθέντας εὐθέως ποιήσεσθαι τὸν ἐπίπλου ἐπ' αὐτὴν τὴν Καρχηδόνα), mantiveram-se atentos a todos os possíveis pontos de desembarque na área⁴¹⁶. Os romanos, contudo, desembarcaram a uma distância segura (Cabo Bon, no nordeste da atual Tunísia), certamente por terem conhecimento da dificuldade que seria tomar Cartago sem uma linha de abastecimento assegurada entre a Sicília e a África, e iniciaram uma série de cercos a cidades menores, sendo Aspis a primeira delas⁴¹⁷.

O que os romanos pretendiam com isso? Em princípio, poder-se-ia dizer que a decisão era unicamente de segurança para o desembarque, mas alguns indícios em Políbio apontam para uma ocupação definitiva (ainda que por ser modelada), a qual deve ter sido planejada logo após a vitória em Ecnomus. Em primeiro lugar, antes de navegar em direção à Líbia, eles organizaram as suas provisões e repararam as embarcações capturadas (προσεπιποισιάμενοι καὶ τὰς αἰχμαλώτους ναῦς καταρτίσαντες); em seguida, assim que a Aspis foi tomada, guarnições (τὰς δυνάμεις) foram ali deixadas para assegurar a cidade (τῆς πόλεως) e o território (τῆς χώρας); por último, mensageiros foram enviados a Roma para informar o ocorrido e obter instruções sobre o que deveria ser feito no futuro (περὶ τῶν μελλόντων τί δεῖ ποιεῖν) e como eles deveriam lidar com

⁴¹⁶ Polib. 1.29.

⁴¹⁷ Sobre o desembarque, bem como para os eventos posteriores, ver Le Bohec, op.cit. pp. 87-89; Lazenby, First Punic War, pp. 97-103; Goldsworthy, Punic Wars, pp. 84-87; Bagnall, op. cit. pp. 70-75; Miles, pp. 185-187.

toda a situação (πῶς χρῆσθαι τοῖς πράγμασιν). Se Políbio estiver correto na ordenação desses eventos (e não vejo motivos para não estar), os romanos tinham em mente, mesmo antes de relatar os eventos ao Senado, assegurar uma posição forte em território inimigo, restando apenas a autorização de Roma para dar prosseguimento à expedição africana. A forma que essa expedição assumiria, contudo, estava nas mãos do Senado⁴¹⁸. A resposta não poderia ser diferente: um dos cônsules deveria permanecer na África com força adequada (δυνάμεις τὰς ἀρκούσας), enquanto o outro deveria retornar para Roma com a frota⁴¹⁹.

Se a essa altura os romanos tinham em mente a reprodução do que havia feito Agátocles cerca de 50 anos antes não sabemos por evidências diretas (como seria uma afirmação de Políbio ou referência a Agátocles em alguma reunião senatorial antes da deliberação sobre o que deveria ser feito pelas tropas na África), mas isso pode ser proposto com certo grau de plausibilidade por evidências indiretas. Como mostrei antes, os elementos necessários para a realização de uma expedição haviam sido pensados após Ecnomus e, uma vez na África com posição militarmente assegurada, a pilhagem que se seguiu (em Aspís ou “escudo” e nos arredores) tem aparência exata ao que foi previamente feito pelo siracusano.

Além disso, é bem verdade que Políbio nos diz, como mencionado no cap.3 desta tese, que Cipião, o Africano, aproximadamente 50 anos após a primeira invasão romana da África, teria respondido, quando questionado acerca dos maiores estadistas em coragem e sabedoria: “Agátocles e Dionísio”⁴²⁰. É bem provável, portanto, que a expedição de

⁴¹⁸ Além disso, uma vez estabelecidos da maneira descrita em território inimigo, uma possível decisão de abandono seria improvável, senão absurda.

⁴¹⁹ Mais à frente Políbio nos dá números: 15.000 soldados de infantaria e 500 cavaleiros.

⁴²⁰ Polib. 15.35. Ver cap.3, item 4.1.

Agátocles fosse já conhecida pelos romanos no tempo da Primeira Guerra Púnica.

Outra evidência pode ser encontrada do lado cartaginês. Os comandantes cartagineses não queriam esperar o avanço impune dos romanos, talvez por que tivessem em mente a reprodução do que haviam enfrentado meio século antes com os gregos. Essa reação por parte de Cartago elucidada, ainda, algo fundamental quanto à preservação das primeiras inovações em seu pensamento militar helenístico. Cartago não estava disposta a esperar que seu território fosse "corrompido" pelo inimigo, o que ocasionaria problemas de ordem logística (principalmente com a manutenção de seus aliados), de maneira que os generais decidiram partir de imediato para o embate com os invasores. Na primeira fase das inovações militares em Cartago, um dos aspectos estratégicos que motivaram as inovações de ordem logística entre os cartagineses foi a preservação da lealdade das cidades africanas, uma vez que elas estavam debandando uma a uma para o lado grego. Aquela lição, agora aplicada ao caso romano, havia sido definitivamente aprendida pelos generais cartagineses. Asdrúbal e Bostar foram eleitos generais; Amílcar foi trazido às pressas da Sicília como terceiro general, juntamente com 500 cavaleiros e 5.000 soldados de infantaria⁴²¹.

Como dito anteriormente, os três generais cartagineses optaram pelo combate direto com o inimigo, após terem assim deliberado (ἐβουλευέτο), e encontraram Régulo e seus soldados próximos à cidade de Adys, na ocasião sitiada pelos romanos. Os cartagineses ocuparam um monte nos arredores e ali montaram acampamento, num local que Políbio considerou ser inapropriado ao seu exército (ἀφυῆ δὲ ταῖς ἑαυτῶν δυνάμεσιν)⁴²².

⁴²¹ Polib. 1.30. Sobre Amílcar Barca, particularmente a construção de uma escola tática em Cartago até Aníbal Barca, cf. Brizzi, op. cit., além dos autores citados acima para a expedição de Régulo.

⁴²² Polib. 1.30.

Os experientes gerais romanos (οἱ τῶν Ῥωμαίων ἡγεμόνες ἐμπείρως) teriam visto que o momento era adequado para o ataque inesperado, uma vez que o posicionamento do exército cartaginês, num terreno que tornava os elefantes e a cavalaria inúteis (ἡχρείωται), lhes era propício. Ao atacar por ambos os lados do monte, os romanos tiveram a primeira legião (τὸ πρῶτον στρατόπεδον) derrotada pela coragem (γενναίως) e vigor (προθύμως) dos mercenários (μισθοφόροι), mas tendo avançado em busca dos legionários em fuga, expuseram sua retaguarda aos outros que atacavam no lado oposto. Os mercenários recuaram sãos e salvos, por fim, graças ao “escudo” oferecido pelos elefantes e cavaleiros que atingiram o nível plano⁴²³.

Após a vitória de Régulo, Túnis caiu sob o domínio romano, tendo a cidade sido transformada na nova base de operações na África. Políbio menciona, ainda, uma revolta por parte dos numídios (certamente encorajados com a presença romana) e a fome dos refugiados em Cartago⁴²⁴, o que levou Régulo a tentar a submissão completa dos cartagineses. Políbio diz que os embaixadores estavam tão inclinados a aceitar o que Régulo lhes propunha, que eles sequer conseguiam prestar atenção à severidade de suas exigências (τὸ βάρος τῶν ἐπιταγμάτων). Fragmentos de Diodoro, contudo, mencionam que o Senado cartaginês enviou os homens mais nobres (ἄνδρας τῶν ἐπιφανεστάτων) como embaixadores (πρεσβευτὰς) a Atílio (leia-se Régulo), para discutir os termos de paz (περὶ εἰρήνης), mas a paz proposta por ele não seria melhor que a escravidão, tamanha a dureza de seus termos⁴²⁵. Na mesma linha de Diodoro, outras fontes apresentam a iniciativa por parte de Cartago, recusando, portanto, que Régulo os tivesse intimado para propor os

⁴²³ Para a reconstrução da batalha, cf. principalmente Lazenby, *First Punic War*, pp. 100-101, Goldsworthy, *Punic Wars*, p.86; Bagnall, *op. cit.* pp.72-73.

⁴²⁴ Polib. 1.31.

⁴²⁵ Diod. 23.12.

termos de paz⁴²⁶. No fim das contas, a despeito da natureza oposta dos relatos sobre quem teria tomado a iniciativa para a conclusão da paz (se Cartago ou Roma) e da situação drástica em que Cartago se encontrava uma vez mais, o Senado cartaginês manteve a opção pela defesa armada, como no caso dos gregos, a qual seria assegurada, em princípio, pelas muralhas de Cartago e, em seguida, pelo recrutamento do número de soldados mercenários que os seus recursos permitissem pagar⁴²⁷.

⁴²⁶ Eutrópio (2.21), Orósio (4.9) e Zonaras (8.13). Cf. Lazenby, *First Punic War*, p.101.

⁴²⁷ Essa seria, de acordo com Diod. 29.6, a grande vantagem em se recrutar mercenários: "uma abundância de forças militares estrangeiras (τῆς ξενικῆς δυνάμεως) é muito vantajosa para o lado que a emprega e terrível para o inimigo, considerando que os empregadores trazem consigo, sem grandes custos, homens para lutar em seu nome, ao passo que forças cidadinas (τῶν πολιτικῶν δυνάμεων), mesmo quando vitoriosas, são prontamente enfrentadas por um corpo de oponentes intactos. No caso dos exércitos políadas, uma simples derrota significa um desastre completo, ao passo que no caso dos mercenários, ainda que sejam por muitas vezes derrotados, os empregadores mantêm suas forças intactas durante o tempo que durar seus recursos".

4.1.3. Xantipo e a adoção do princípio tático helenístico, 255 a.C.

Vegécio, autor de um manual militar no séc.IV d.C., menciona não somente que Xantipo teria liderado os cartagineses na guerra contra os romanos até o fim (o que é claramente um equívoco, como nos mostram todas as outras fontes), mas também que Aníbal Barca, durante a Segunda Guerra Púnica, havia recrutado um general mercenário espartano para a sua campanha contra os romanos:

(...) Na verdade, o quanto a ciência militar foi útil aos Lacedemónios nos seus combates, e para omitir outros, é confirmado pelo exemplo de Xantipo, que, com exércitos já anteriormente derrotados, capturou e venceu Atílio Régulo e o exército romano muitas vezes vencedor: ao levar auxílio aos Cartagineses, não só pela coragem mas também pela perícia, triunfou num único encontro e terminou toda a guerra. E também Aníbal, com a intenção de se dirigir para Itália, procurou um mestre de armas lacedemónio, com os conselhos do qual destruiu tantos cônsules e legiões, sendo inferior em número e em forças⁴²⁸.

A segunda informação na passagem acima destacada (de que haveria um conselheiro militar espartano a serviço de Aníbal Barca) pode ser, com muito otimismo, relacionada a uma evidência sobre um professor de grego (Sósilo) de Aníbal em Cornélio Nepos⁴²⁹. Nenhuma outra fonte faz referência a mercenários espartanos em Cartago nessas condições de serviço (excetuando Xantipo), mas elas servem para ilustrar, ao lado das evidências sobre o recrutamento de homens de Esparta (ou simplesmente de "educação espartana") como soldados ou oficiais de patente menor (submetidos aos generais cartagineses), que essa era uma prática longe de absurda em cenário cartaginês, mesmo que o

⁴²⁸ Vegécio, *Compêndio da Arte Militar*, Pref. 3. Tradução inalterada de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga (edição em português de Portugal).

⁴²⁹ Cornélio Nepos, *Aníbal* 13.3, [...] *atque hoc Sosylo Hannibal litterarum Graecarum usus est doctore.*

caso mencionado por Vegécio e Cornélio Nepote tenha sido inventado ou unicamente produto de confusão⁴³⁰.

De volta à Primeira Guerra Púnica, no momento seguinte à derrota para Régulo e ao fracasso das negociações de paz (tenham elas sido lideradas por iniciativa dos cartagineses ou pelo general romano), um dos oficiais de recrutamento (ξενολόγος) que Cartago tinha previamente enviado à Grécia retornava com um número considerável de soldados, entre eles Xantipo de Esparta, “um homem que havia participado do sistema de treinamento espartano” (ἄνδρα τῆς Λακωνικῆς ἀγωγῆς μετεσχηκότα)⁴³¹. Lazenby recorda que, embora Diodoro se refira a Xantipo como “esparciata” (ὁ Σπαρτιάτης), a indicação de Políbio (quase sempre mais preciso que Diodoro) sugere algo mais próximo dos μόθακες, homens de famílias pobres que eram patrocinados por alguém mais rico e criado com seus filhos⁴³².

Diante do que havia recentemente ocorrido aos cartagineses, Xantipo conclui, “após ter uma visão ampla dos recursos restantes dos cartagineses e de sua força em cavalaria e elefantes” (συνθεωρήσας τὰς τε λοιπὰς παρασκευὰς τῶν Καρχηδονίων καὶ τὸ πλῆθος τῶν ἰππέων καὶ τῶν ἐλεφάντων παραυτικά), que a derrota para os romanos na África não se devia aos romanos, mas aos próprios cartagineses, “por meio da inexperiência de seus generais” (διὰ τὴν ἀπειρίαν τῶν ἡγουμένων). A conclusão do general mercenário teria sido, em princípio, difundida entre os seus amigos (τοὺς φίλους), mas logo chegado aos

⁴³⁰ Para o debate sobre a identificação das referências em Vegécio e Cornélio Nepote, cf. principalmente E. L. Wheeler. 'The hoplomachoi and Vegetius' Spartan drillmasters'. *Chiron* 13: 1-20, 1983. P. 16; John F. Lazenby, *First Punic War. The Spartan Army*. Warminster: Aris & Phillips, 1985. P. 170; Daly, p. 88.

⁴³¹ Polib. 1.32. De acordo com Diod. 23.16, Xantipo teria vindo da Grécia com 50 ou 100 soldados, ou mesmo sozinho, dependendo da fonte utilizada.

⁴³² Lazenby, *First Punic War*, pp. 102-103. Numa versão mais improvável, Orósio 4.9 sugere que Xantipo seria “rei dos espartanos” (*Lacedaemoniorum rex*). Cf. também Giovanni Brizzi. “Amilcar e Santippo: storie di generali”. In: Yann Le Bohec (org.). *La Première Guerre Punique*. Lyon: De Boccard, 2001. pp. 29-38.

ouvidos dos líderes cartagineses, que decidiram chamá-lo e examinar a sua linha de raciocínio. Após explicar como Cartago poderia derrotar os romanos (ao invés de assegurar simplesmente a sua posição), os generais cartagineses, “persuadidos” (πεισθέντες), “confiaram-lhe imediatamente as suas forças” (αὐτῷ παραχρῆμα τὰς δυνάμεις ἐνεχείρισαν). Embora a decisão dos generais tenha gerado alguma reação violenta por parte da população, quando Xantipo liderou o exército para fora da cidade em ordem (ἐξαγαγὼν πρὸ τῆς πόλεως τὴν δύναμιν ἐν κόσμῳ), e ali começou a “manobrar algumas partes dele corretamente” (κινεῖν τῶν μερῶν ἐν τάξει), “dando comandos de acordo com os costumes” (παραγγέλλειν κατὰ νόμους)⁴³³, o que havia sido feito pelos generais anteriores (cartagineses) contrastou de tal maneira que os soldados tiveram seus ânimos revigorados sob o comando do general estrangeiro.

Nessa situação a empolgação de Políbio ao falar da competência de um general grego é evidente⁴³⁴, mas há algo mais relevante a ser observado. Se Xantipo realizou as manobras que Políbio indica, uma possibilidade é que tenha existido um período de treinamento (possivelmente de alguns meses) sob o espartano. A outra possibilidade é que o exército já tivesse conhecimento dos termos militares usuais na arte da guerra grega, possivelmente devido ao seu passado de lutas na Sicília, mas que os generais fossem incapazes de executá-los da forma correta, de onde sobressairia o que Políbio acreditou ser a sua (dos cartagineses) incompetência ou imperícia (ἀπειρία) nos assuntos militares. Se o exército cartaginês que lutou na África contra Régulo fosse composto somente por mercenários gregos, a segunda explicação seria a mais plausível das duas, já que não temos referências diretas nas fontes ao

⁴³³ Isto é, em termos militares ortodoxos. Ver questão na Introdução.

⁴³⁴ Goldsworthy, *Punic Wars*, p. 88. Segundo o autor, as ações de Xantipo refletiriam em Políbio a profunda admiração helênica pelo sistema militar espartano.

treinamento das tropas por Xantipo. Mas esse não parece ter sido o caso do exército em questão. Políbio não menciona origens étnicas das tropas que lutaram em Adys, no primeiro encontro com Régulo (e que eram, ao menos parcialmente, as mesmas sob Xantipo); tampouco o faz para a batalha de Túnis. Em todo caso, a “falange dos cartagineses” (τὴν φάλαγγα τῶν Καρχηδονίων), mencionada por Políbio em Túnis em contraste com os seus mercenários (τῶν μισθοφόρων), deve ter sido cartaginesa ou de aliados líbios, submetidos ao que os gregos chamavam de *symmachia*. Além disso, um exército cartaginês na África devia contar, como na maioria dos casos, com grande número de soldados líbios, os quais desconheciam como regra geral, para começar, a língua grega. Para dar os comandos, ainda que isso não seja mencionado no provável treinamento das tropas, Xantipo teria lançado mão, como já havia feito em ocasiões anteriores, de um ou mais intérpretes (ἐρμηνεῖς)⁴³⁵.

Passado certo tempo, então, os cartagineses começaram a marchar em territórios nivelados (τῶν ὀμαλῶν τόπων) e a montar acampamento em locais planos (ἐν τοῖς ἐπιπέδοις τῶν χωρίων), até conseguirem avistar o inimigo⁴³⁶. Acampados próximos aos romanos (a uma distância aproximada de 1.800 metros ou 10 estádios gregos), os cartagineses aguardaram a deliberação do Senado. Aqui emerge uma questão central para a compreensão do papel que Xantipo teria desempenhado na batalha, encerrado o treinamento das tropas. Segundo Políbio, o clamor das tropas por Xantipo, aliado aos pedidos do próprio general espartano, fizeram com que os cartagineses revestissem Xantipo de autoridade (τὴν ἐξουσίαν) para a condução da batalha. Daí se conclui que antes da batalha de Túnis Xantipo não estava no comando do exército, sendo responsável apenas pelo treinamento das tropas (como

⁴³⁵ Diod. 23.16.

⁴³⁶ Polib. 1.33.

sugeri antes). Na batalha, contudo, se Xantipo não liderou o exército como único general (como sugere toda a história prévia da arte da guerra cartaginesa), ele o fez como "general de suporte" dos comandantes cartagineses (que Políbio não menciona), conduzindo um total de 12.000 soldados de infantaria, 4.000 cavaleiros e praticamente 100 elefantes⁴³⁷.

Após treinar a infantaria cartaginesa, Xantipo teve a oportunidade de liderar o exército cartaginês em campo de batalha. Em Túnis, as táticas que puseram fim às legiões de Régulo apresentavam uma semelhança incontornável com aquelas empregadas pelos generais helenísticos após Alexandre. Esse é um indício que não pode ser ignorado; ao lado do treinamento da infantaria cartaginesa, Xantipo parece ter transformado o exército cartaginês numa autêntica arma helenística, o que será, de acordo com Brizzi, incorporado por Amílcar Barca⁴³⁸.

Em Túnis, Xantipo dispôs a falange de cartagineses ao centro, com um corpo de mercenários à sua direita (o lado mais desprotegido do corpo de infantaria, devido à ausência do escudo ao lado direito do último homem). Tendo dividido a cavalaria nas alas (ligeiramente mais adiantada que a infantaria ao centro), o restante dos mercenários (provavelmente dardeiros ou fundeiros) foi lotado ali, para desempenhar claro papel de força de apoio às tropas montadas. Os elefantes, por sua vez, encontravam-se dispostos à frente da linha principal, ao centro, em "distância segura" da infantaria. Do lado romano, apesar da

⁴³⁷ Sobre a condição de Xantipo na batalha de Túnis, cf. principalmente Lazenby, *First Punic War*, pp. 103-106; Goldsworthy, *Punic Wars*, pp. 89-90; Daly, p. 88. Para uma discussão sobre a data da batalha, cf. Walbank, op. cit. p.91; Sobre a possível redução dos números do exército cartaginês (dados por Polib. 1.33), o que se justificaria no uso da tradição pró-cartaginesa (especialmente Philinus) por Políbio para narrar a batalha, cf. Caven, op. cit. p.38.

⁴³⁸ Brizzi, op. cit. A sistematização das evidências não é feita da mesma forma pelo último.

expressão vaga usada por Políbio para definir o modo no qual as legiões foram organizadas por Régulo⁴³⁹, o posicionamento dos *velites* à frente da infantaria (apostando no efeito que os dardos teriam nos paquidermes) e a profundidade das unidades manipulares (algo incomum, a menos que fosse necessário dar maior coesão e, portanto, confiança aos homens nas linhas de frente) indicam que o general romano estava preocupado com o impacto - principalmente psicológico - que os elefantes teriam em seus soldados⁴⁴⁰.

Em primeiro lugar, Xantipo ordenou que os elefantes avançassem contra os romanos ao centro e que a cavalaria em ambas as alas fizesse um movimento em torno da infantaria para atacá-la pelos flancos e retaguarda (após vencer a cavalaria inimiga, é claro). Os romanos, em contrapartida, seguindo seus costumes, começaram a bater as armas contra seus escudos, emitindo seu grito de guerra enquanto avançavam. A cavalaria romana, muito inferior em número, logo bateu em retirada, sem oferecer muita resistência à ofensiva inimiga. A ala esquerda dos romanos, normalmente composta por aliados, avançou com sucesso contra os mercenários dispostos à direita do exército cartaginês e, pondo-os em fuga, perseguiram os vencidos até o acampamento. A porção central da legião, a qual estava de frente para os elefantes, inicialmente resistiu, mas logo cedeu ao avanço dos paquidermes, e toda a formação foi rompida no momento em que os cavaleiros cercaram os romanos pelos lados e pela retaguarda. Os que foram capazes de passar pelos elefantes, sem serem pisoteados por eles, acabaram por se deparar com a "falange cartaginesa" (até

⁴³⁹ Polib. 1.33, "[...] muitos manípulos em profundidade [...]" (πολλὰς ἐπ'ἀλλήλαις [...] σημείας).

⁴⁴⁰ Lazenby, *First Punic War*, pp. 104-105 sugere uma organização em seis linhas, ao invés das três linhas tradicionais (*hastati, principes, triarii*); Goldsworthy, *Punic Wars*, p. 89 sugere as três linhas tradicionais com um número maior de linhas.

então intacta) disposta atrás dos animais em boa ordem (συντεταγμένην [...] τὴν τῶν Καρχηδονίων φάλαγγα)⁴⁴¹. Quanto às baixas, Políbio registrou somente 800 homens entre os mercenários cartagineses (particularmente aqueles que haviam enfrentado a ala esquerda romana), sem mencionar o restante do exército. Do lado romano, excetuando os 2.000 soldados que perseguiram os mercenários cartagineses em fuga e alguns homens que escaparam com Régulo, todos pereceram em batalha.

Sob Xantipo, os paquidermes passaram a ser empregados como entre os generais helenísticos. Políbio relata que Xantipo, antes de analisar os recursos logísticos de Cartago e, portanto, de ser nomeado general dos cartagineses por tempo limitado, tomou conhecimento do que havia recentemente ocorrido e da maneira como havia ocorrido⁴⁴². Certamente, o historiador estava se referindo à derrota para Régulo e ao fracasso em Acragas, na Sicília, evento que teria, segundo Políbio, transformado a estratégia romana na guerra. De Acragas para Túnis, passando pelo fracasso no uso dos cavaleiros e elefantes em Adys, quando os três generais cartagineses decidiram enfrentar os romanos antes que esses prosseguissem com a pilhagem de seu território, notamos uma mudança notável no emprego das tropas de Cartago, tanto em seu treinamento (no caso da infantaria) quanto em sua aplicação (no caso dos cavaleiros e elefantes) em campo de batalha.

⁴⁴¹ Polib. 1.34. Narração coincidente, embora menos detalhada, pode ser encontrada também em Zonaras 11.13. Diod. 23.14 apresenta um relato fantasioso acerca da batalha, com Xantipo tendo que empurrar os desistentes contra os romanos, numa demonstração de coragem e vigor.

⁴⁴² Polib. 1.32, “[...] ao ouvir da reviravolta recente, e da maneira pela qual havia ocorrido [...]” (ὅς διακούσας τὸ γεγονὸς ἐλάττωμα καὶ πῶς καὶ τίνι τρόπῳ γέγονεν).

CONCLUSÃO

Nesta tese, atenção especial foi dirigida à história da Sicília e de Cartago nos primórdios do período helenístico, na expectativa de contribuir, assim, para o abandono da ideia de um mundo mediterrânico ocidental formado à sombra da expansão romana. Interessou-me primeiramente o impacto político-militar da *imitatio Alexandri* no ocidente helenístico sob Agátocles e Pirro, da mesma forma que a reação dos cartagineses frente às duas invasões africanas, ocorridas, respectivamente, entre 310-307 a.C. e 256-255 a.C., mais do que propriamente como os romanos subjugarão Cartago num processo iniciado com a questão dos mamertinos na porção nordeste da Sicília. A partir da análise detalhada das lições militares aprendidas pelos cartagineses no período helenístico pré-Bárcida, tornou-se possível a compreensão da atuação social dos mercenários, cujo fluxo não se encerrou ao menos até a destruição de Cartago pelos romanos.

Durante a fase inicial da Primeira Guerra Púnica, precisamente no ano de 255 a.C., o exército cartaginês sofreu modificações sensíveis no campo tático e em seu treinamento, de maneira a transformar as forças de Cartago em verdadeiras armas helenísticas. Mas essa transformação não se iniciou, contrariando o que sugere Brizzi, com Xantipo⁴⁴³. Taticamente, o exército cartaginês se modificou em 255 a.C., mas a composição de uma tradição no uso de comandantes mercenários parece ter sido anterior,

⁴⁴³ Não se trata aqui de desmerecer as hipóteses de Giovanni Brizzi (op. cit.); pelo contrário, a partir do que foi por ele proposto para o período Bárcida é que pude montar uma explicação original acerca das inovações militares anteriores a Amílcar a Aníbal Barca, e que acredito ser mais coerente, tendo recuado propositalmente no tempo da análise, de maneira a ilustrar igualmente a relevância das inovações militares ocorridas durante a expedição africana de Agátocles.

remontando a outras inovações militares importantes durante a expedição africana de Agátocles.

De fato, o siracusano pensou a invasão africana como inversão da estratégia vigente no conflito contra os cartagineses, levando a guerra para o território inimigo quando o mesmo encontrava-se em grande vantagem na Sicília, nesse caso ao assediar os portos de Siracusa. Confiante no apoio que obteria dos líbios e na falta de espírito combativo dos cartagineses (se comparada à experiência de seus mercenários), Agátocles provocou uma situação calamitosa nos arredores de Cartago e na própria cidade, que após sérias derrotas para o siracusano e perda considerável dos territórios aliados ou previamente submetidos, decidiu tomar atitudes drásticas. Quando um plano completamente inovador (para os padrões cartagineses) havia sido estabelecido, o Senado se decidiu pelo direcionamento da guerra de uma maneira pouco condizente com o estatuto e a experiência militar (quando havia) dos homens que compunham o conselho. A divisão logisticamente correta do exército em três forças de 10.000 homens, organizadas com funções específicas de correção dos erros que até então os comandantes cartagineses haviam cometido, sugere um aconselhamento externo, possivelmente de um (grupo?) de mercenários não mencionados pelas fontes.

A invasão africana por Agátocles, ainda que tenha fracassado, não foi algo impensado ou sem motivações políticas mais profundas. Quando Agátocles se declarou rei "em imitação aos Diádocos", considerando-se equivalente a eles em "poder, territórios e feitos", ele fê-lo com um título propositalmente vago. A ausência de um vínculo a um povo ou uma cidade transforma-se, portanto, num convite à conquista⁴⁴⁴, donde a expedição africana foi pensada como concretização desse projeto. Que a monarquia de Agátocles

⁴⁴⁴ Gruen, op. cit.

possuía uma natureza "helenística" parece claro a partir da sistematização das evidências disponíveis⁴⁴⁵, mas a quem ela se dirigia mostrou-se uma questão a ser respondida. Levando-se em conta uma das principais razões pelas quais Agátocles decidiu conduzir uma guerra na África (o esfriamento do ardor combativo dos cartagineses contra a experiência militar dos homens "treinados na escola do perigo"), mesmo diante da presença inimiga às portas de Siracusa, tornou-se plausível sugerir, ao combinar esse fator com a formalidade de seu poder em Siracusa e os eventos subseqüentes à sua expedição em território cartaginês, que a sua monarquia autoproclamada dirigia-se aos seus homens. Daí desdobra-se, ainda, o fato de a sua *imitatio Alexandri* não ter se restringido ao campo político, com grandes chances de ter se estendido também à esfera militar, nesse caso mediante a organização de um corpo de elite em imitação aos *hipaspistas* de Alexandre.

Após Agátocles, com os mamertinos instalados na porção nordeste da Sicília e com Siracusa carente de um líder que comandasse os esforços militares contra a ofensiva cartaginesa, espaço foi aberto para Pirro do Epiro, recém-chegado na Península Itálica a pedido dos tarentinos. A reputação de Pirro encontrava-se inabalada após as suas duas vitórias contra os romanos, de maneira que os siracusanos se decidiram pela sua convocação como *hegemon* dos gregos (contra os "bárbaros"). Tendo concordado prontamente, Pirro se mostrou capaz de fazer recuar os cartagineses, mas a tentativa de instauração de uma monarquia de tipo helenístico entre os gregos da Sicília instigou um sentimento de hostilidade quanto à sua presença. No final de sua expedição italiana, tendo ainda

⁴⁴⁵ Ver Zambon, *Hellenistic Sicily* e Cap.3.

travado mais uma batalha na Península⁴⁴⁶, Pirro terminaria por dar uma grande contribuição à arte da guerra no ocidente helenístico, deixando a ilha com o problema mamertino pendente.

Passados 10 anos da expedição epirota na Itália, um confronto entre os dois grandes poderes em expansão do mundo mediterrâneo ocidental ocorrerá, tendo como motor a presença mamertina na Sicília. A Primeira Guerra Púnica, como ficou conhecida pela historiografia, acabou por ser um conflito longo e basicamente travado no mar, mas com um período crucial na África, durante o qual os romanos decidiram, em possível imitação ao que havia feito Agátocles cerca de 50 anos antes, transportar a guerra para o território inimigo. Ao analisar as evidências disponíveis (particularmente Polib. 1.29), conclui-se que os romanos não estavam planejando unicamente um desembarque seguro após importante vitória naval, mas que eles esperavam permanecer na África ao menos até obterem a submissão de Cartago. Os cartagineses, por outro lado, embora tenham sido infelizes em seus primeiros esforços (a reprodução de uma das medidas tomadas contra Agátocles, isto é, ir de encontro ao inimigo para impedir a desistência dos aliados por pressão militar adversária direta), aceitaram os conselhos propostos por um dos mercenários que os seus recrutadores haviam trazido do Peloponeso. Os conselhos de Xantipo podem ter sido algo inesperado, sem dúvida, mas o interesse por parte dos cartagineses em ouvir o que esse general submetido ao treinamento espartano e com grande experiência militar tinha a dizer era algo com precedentes indiretos prováveis.

⁴⁴⁶ Beneventum, em 275 a.C. Dessa vez, os resultados parecem ter sido realmente inconclusivos, o que se deveu em boa medida à desistência por parte dos italiotas, que a essa altura haviam debandado para o lado romano.

A reforma liderada por Xantipo, por fim, teve repercussões interessantes. Em primeiro lugar, uma reforma quanto ao treinamento das tropas parece ter ocorrido. Se as tropas cartaginesas à época da expedição africana de Régulo fossem compostas unicamente por gregos, poder-se-ia argumentar a favor de uma incompetência dos generais cartagineses ao manobrar as seções do exército. O que se observa, contudo, além dessa ἀπειρία, é a sua incontornável composição africana (cartaginesa ou líbia), indício para a ocorrência do treinamento da infantaria sob Xantipo antes da reforma tática em Túnis⁴⁴⁷.

Com a infantaria treinada, Cartago decidiu pelo confronto decisivo com os romanos, tendo revestido Xantipo de autoridade (τὴν ἐξουσίαν) temporária, talvez como "general de suporte" aos comandantes cartagineses. Na batalha de Túnis, as manobras de cavalaria e o uso dos elefantes propiciaram, como argumentei ao longo do Cap.4, a observação do momento decisivo na transformação do exército cartaginês numa verdadeira arma helenística, algo sem equivalência nas batalhas anteriores, mesmo naquelas que sucederam a presença de Pirro na Magna Grécia e na Sicília. O exército cartaginês havia sido modificado, por fim, a partir de inovações militares em momentos de invasão do território africano por inimigos estrangeiros, tanto em nível estratégico quanto em nível tático (treinamento e aplicação em campo de batalha).

⁴⁴⁷ O exército cartaginês, após o treinamento dado por Xantipo, teria começado a marchar em territórios nivelados e a acampar em locais planos, como pode ser encontrado em Polib. 1.33. Ver Cap. 4.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- APIANO. *Guerras Estrangeiras*. Tradução de Horace White. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1913.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de H. Rackham. Cambridge, Ma; London: Harvard University Press, 1932.
- ARRIANO. *Anabasis Alexandri*. Tradução de P.A. Brunt. London: Heinemann, 1929.
- DIODORO DA SICÍLIA. *Biblioteca Histórica*. Tradução de Russel Geer e Francis Walton. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2006.
- CÁSSIO DIO. *História Romana*. Tradução de Earnest Cary. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1914-27.
- DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Antiguidades Romanas*. Tradução de Earnest Cary. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1937-50.
- ESTRABÃO. *Geografia*. Tradução de H. L. Jones: Harvard University Press, 1917-1932.
- EUTRÓPIO. *O breviarum ab urbe condita de Eutrópio*. Tradução de H.W. Bird. Liverpool: Liverpool University Press, 1993.
- FRONTINUS. *STRATEGEMATA*. Tradução de Charles Bennett. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1925.
- HERÓDOTO. *As Guerras Persas (livros 8-9)*. Tradução de A.D. Godley. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1925.
- ISÓCRATES. *Isócrates Vol.3*. Tradução de La Rue Van Hook. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1945.
- FGH = JACOBY, Felix et al (orgs.). *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Leiden/Berlin, 1923-
- JUSTINO. *Justino, Cornélio Nepote, e Eutrópio*. Tradução de John S. Watson. London: H.G. Bohn, 1853.

- ORÓSIOS. Os sete livros da história contra os pagãos. Tradução de Roy J. Deferrari. Washington, Catholic University of America Press, 1964.
- PAUSÂNIAS. Descrição da Grécia. Tradução de W. H. S. Jones. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1933.
- PLUTARCO. *Vidas*, V (Agesilaus e Pompeu. Pelópidas e Marcelo). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1917.
- _____. *Vidas*, VII (Demosténes e Cícero. Alexandre e César). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1919.
- _____. *Vidas*, IX (Demétrio e Antônio. Pirro e Caio Mário). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1920.
- _____. *Vidas*, VIII (Sertório e Eumenes. Phocion e Cato, o Jovem). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1919.
- POLÍBIO. *Histórias*. Tradução de W. R. Paton. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 2005.
- POLIENO. *Estratagemas de Guerra*. Tradução de Peter Krentz e Everett L. Wheeler. Chicago: Ares, 1994.
- QUINTO CÚRCIO. *Histórias*. Tradução de H. Bardon. Paris: Les Belles Lettres, 1947. 2 vols.
- TITO LÍVIO. Roma e o Mediterrâneo: livros XXXI-XLV da História de Rome desde a sua fundação. Tradução de Henry Bettenson. New York: Penguin, 1976.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de C.F. Smith. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1919.
- XENOFONTE. *Helênica*. Tradução de Carleton L. Brownson. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1918.

ESTUDOS MODERNOS

- ADCOCK, Franz. *The Greek and Macedonian Art of War*. Berkeley and Los Angeles: California University Press, 1967.
- _____. *The Roman Art of War under the Republic*. New York: Barnes & Noble, 1960.
- AUBERT, Jean-Jacques and VÁRHELYI, Zsuzsanna. *A tall order: writing the social history of the ancient world; essays in honor of William V. Harris*. München: Saur, 2005.
- AUSTIN, Michel. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A Selection of Ancient Sources in Translation*. Cambridge MA: Cambridge University Press: 2008.
- AUSTIN, N.J.E. and RANKOV, N.B. *Exploratio: military and political intelligence in the Roman world from the second Punic War to the Battle of Adrianople*. London; New York: Routledge, 1995.
- BABELON, Ernest. "Alexandre ou l'«Afrique», *Aréthuse* 1: 95-107, 1924.
- BAGNALL, Nigel. *The Punic Wars*. New York: St. Martin, 2005.
- BELL, M.J.V. "Tactical Reform in the Roman Republic Army", *Historia* 14, 1965.
- BERNSTEIN, A.H., "The Strategy of a Warrior-State: Rome and the Wars against Carthage, 264-201 BC". In: MURRAY, Williamson; KNOX, MacGregor; BERNSTEIN, Alvin. *The Making of strategy: rulers, states, and war*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1994.
- BEST, Jan. *Thracian Peltasts and their influence on Greek Warfare*. Groningen, Wolters-Noordhoff, 1969.
- BERVE, Helmut. *Die Herrschaft des Agathokles*. München: Verlag, 1953.
- _____. *Die Tyrannis bei den Griechen*. München, Verlag, 1967.
- Birley, E. *The Roman army. Papers 1929-1986*. Amsterdam: J.C. Gieben, 1988.

- BISHOP, M.C. and COULSTON, J.C. *Roman military equipment*. London: Batsford, 1993.
- BILLOWS, Richard. *Kings and Colonists: Aspects of Macedonian Imperialism*. Leiden/New York/Köln: Brill, 1995.
- BOSWORTH, Albert. "ASTHETAIROI" in: CQ 23: 245-253, 1973.
- _____. *Conquest and empire: the reign of Alexander the Great*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1988.
- BRACCESI, Lorenzo. *I tiranni di Sicilia*. Roma-Bari: Laterza, 1998.
- _____. *L'Alessandro occidentale: Il Macedone e Roma*. Roma: "L'erma" di Bretschneider, 2006.
- BRIZZI, Giovanni. *Le guerrier de l'antiquité classique: de l'hoplite au légionnaire*. Monaco: Rocher, 2004.
- BUCKLER, John. *The Theban Hegemony, 371-362 B.C.* Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1980.
- CAMPBELL, J. B. "Teach Yourself How to be a General". *JRS* 77, 1987.
- CARTLEDGE, Paul. *Agesilaos and the crisis of Sparta*. London: Duckworth, 1987.
- CAVEN, Brian. *The Punic Wars*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1980.
- _____. *Dionysius I: war-lord of Sicily*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- CHAMPION, Craige Brian. *Cultural Politics in Polybius' Histories*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- CHANLOTIS, WHW, Angelos. *War in the Hellenistic World: a social and cultural history*. Malden, MA; Oxford (Eng): Blackwell, 2005.
- CHARLES-PICARD, Gilbert. "Les Sufètes de Carthage dans Tite-Live et Cornelius Nepos", *Revue des Études Lat.* 41: 269-280, 1963.
- _____. *Carthage*. London: Elek Books, 1964.

- _____. *The life and death of Carthage: a survey of Punic history and culture from its birth to its final tragedy*. London, Sidgwick & Jackson, 1968.
- CONNOLLY, Peter. *Greece and Rome at War*. London: Macdonald, 1981.
- CONSOLO LANGHER, Sebastiana. "La Sicilia dalla scomparsa di Timoleonte alla morte di Agatocle". In: Emilio Gabba. *La Sicilia Antica, 2, 1: La Sicilia greca dal IV secolo alle guerre puniche*. Napoli: Società editrice storia di Napoli e della Sicilia 1980. PP. 289-342.
- _____. Sebastiana. *Agathocle. Da capoparte a monarca fondatore di un regno tra Cartagine e i Diadochi*. Messina: Pelorias, 2000.
- CRAWFORD, M.H. and LIGOTA, C.R. *Ancient history and the antiquarian: essays in memory of Arnaldo Momigliano*. London: Warburg Institute, University of London, 1995.
- DALY, Gregory. *Cannae: the experience of battle in the Second Punic War*. London; New York: Routledge, 2002.
- DAWSON, D. *The origins of Western warfare. Militarism and morality in the Ancient World*. Boulder: Westview Press, 1996.
- DELBRÜCK, H. *History of the art of war (I)*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1990.
- DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei Romani*. Milan: Fratelli Boca, 1907.
- DEVINE, Andrew. "Grand Tactics at Gaugamela" in: *Phoenix 29*: 374-385, 1975.
- DODGE, Theodore A. *Hannibal*. Cambridge, MA: Da Capo Press, 2004.
- DOREY, T.A. *Latin historians*. London: Routledge & K. Paul, 1966.
- DREWS, Robert. "Phoenicians, Carthage and the Spartan Eunomia", *AJA 100*, 1979.

- DUCREY, Pierre. *Warfare in Ancient Greece*. New York: Schocken, 1985.
- ENGELS, Donald. *Alexander the Great and the Logistics of the Macedonian Army*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1978.
- ERDIKAMP, Paul. *A companion to the Roman army*. Malden, MA; Oxford: Blackwell, 2007.
- ERRINGTON, R.M. "Rome and Spain Before the Second Punic War". *Latomus* 29, 1970.
- FERRILL, Arther. *The origins of war: from the Stone Age to Alexander the Great*. New York: Thames and Hudson, 1985.
- FEUGÈRE, M. *Les armes des Romains*. Paris: Errance, 2002.
- FINLEY, Moses. *A History of Sicily*. London: Chatto & Windus, 1979.
- FOX, Robin L. *Alexander the Great*. London: Allen Lane, 1973.
- GABBA, Emilio. *Republican Rome, the army, and the allies*. Berkeley: University of California Press, 1976.
- _____. *La Sicilia antica*. Palermo: Ed. del sole, 1984.
- GARLAN, Yvon. *La Guerre dans l'Antiquité*. Paris: F. Nathan, 1972.
- _____. *Recherches de poliorcétique grecque*. Athènes: Ecole française d'Athènes, 1974.
- _____. *Guerre et économie en Grèce ancienne*. Paris: La Découverte, 1989.
- GAROUFALIAS, Petros. *Pyrrhus, King of Epirus*. London: Stacey International, 1979.
- GIESECKE, Walther. *Sicilia numismatica*. Leipzig: K. W. Hiersemann, 1923.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *The Punic Wars*. London, Cassell, 2002.
- GOUKOWSKY, Paul. *Essai sur les origines du mythe d'Alexandre: 336-270 av. J. C.* Nancy: Université de Nancy II, 1978.
- GREEN, Peter. (org.). *Hellenistic history and culture*. Berkeley: University of California Press, 1993.

- GRIFFITH, G. T. *The Mercenaries of the Hellenistic World*. Chicago: Ares, 1935.
- GRUEN, Erich S. *The Hellenistic world and the coming of Rome*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- _____. "The Coronation of the Diadochoi". In: EADIE, John William e OBER, Josiah (orgs.) *Essays in honour of Chester G. Starr*. New York/London: Routledge, 1985.
- _____. *Culture and national identity in Republican Rome*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1992.
- _____. *Cultural borrowings and ethnic appropriations in antiquity*. Stuttgart: F. Steiner, 2005.
- _____. (org.). *Cultural identity in the ancient Mediterranean*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2010.
- GSELL, Stéphane. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord* (vol.2). Paris: Hachette, 1914-1930.
- HAMBURGER, Oswald A. *Untersuchungen über den pyrrhischen Krieg*. Würzburg: Wolff, 1927.
- HAMILTON, C. D. and KRENTZ, P. *Polis and polemos: essays on politics, war, & history in Ancient Greece, in honor of Donald Kagan*. Claremont, Calif. : Regina Books, 1997.
- HAMILTON, J. R., "The Cavalry Battle at the Hydaspes" in: *JHS* 76: 27-28, 1956.
- HAMMOND, Nicholas e GRIFFITH, Guy. *A History of Macedonia 550-336* (V.2). Oxford: Oxford University Press, 1979.
- _____. "Alexander's charge at the battle of Issus in 333 B.C." in: *Historia* 41: 395-406, 1992.
- _____. "What may Philip have learnt as a hostage in Thebes?" in: *GRBS* 38: 355-372, 1997.
- HANSON, Victor D. "Epameinondas, the Battle of Leuktra (371 B.C.), and the 'Revolution' in Greek Battle Tactics", *CA* 7: 190-207, 1988.
- _____. *The Western way of war: infantry battle in classical Greece*. New York: Knopf: Distributed by Random House, 1989.

- _____. (org.) *Makers of ancient strategy: from the Persian wars to the fall of Rome*. Princeton, N.J. : Princeton University Press, 2010.
- HARRIS, William V. *War and imperialism in Republican Rome, 327-70 B.C.* Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 1979.
- _____. (org) *Rethinking the Mediterranean*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.
- HEAD, Duncan. *Armies of the Macedonian and Punic Wars: organization, tactics, dress and weapons*. Sussex: Wargames Research Group Publication, 1982.
- HOYOS, Dexter. "Barcid 'proconsuls' and Punic politics, 237-218 BC". *Rheinisches Museum für Philologie* 137: 246-274, 1994.
- _____. *Unplanned Wars: The Origins of the First and Second Punic Wars*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1998.
- _____. *Hannibal's Dynasty: Power and Politics in the Western Mediterranean, 247-183 B.C.* Oxford: Oxford University Press, 2005.
- _____. *Hannibal's war: books twenty-one to thirty*. Livy, translated by J.C. Yardley; with an introduction and notes by Dexter Hoyos. Oxford; New York: Oxford University Press, 2006.
- ISAAC, Benjamin. *The Invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton: University Press, 2004.
- KEEGAN, John. *The face of battle*. New York: Vintage Books, 1977.
- _____. *A history of warfare*. London: Hutchinson, 1993.
- KEPPIE, Lawrence. *The making of the Roman army: from republic to empire*. London: B.T. Batsford, 1984.
- KNIPFING, John. "German Historians and Macedonian Imperialism" in: *AHR* 26 (4): 657-671, 1921.
- KUSCHEL, B. "Die neuen Münzbilder des Ptolemaios Soter", *JNG* 11: 9-18, 1961.

- LA BUA, Vincenzo. "La spedizione di Pirro in Sicilia", *Miscellanea Greco-romana (MGR)*: 179-254, 1980.
- LANCEL, Serge. *Carthage*. Paris: Fayard, 1992.
- _____. *Hannibal*. Paris: Fayard, 1995.
- LAUNEY, Marcel. *Recherches sur les armées hellénistiques*. Paris, Boccard, 1949. 2 vols.
- LAZENBY, FIRST PUNIC WAR, John F. *The Spartan army*. Warminster, England: Aris & Phillips, 1985.
- _____. *The First Punic War: a military history*. London: UCL Press, 1996.
- _____. *Hannibal's War: a Military History of the Second Punic War*. Norman: Oklahoma University Press, 1998.
- LE BOHEC, Yann. *Histoire militaire des guerres puniques*. Monaco: Editions du Rocher, 1996.
- _____. *Le Première Guerre Punique*. Collection du Centre d'Études Romaines et Gallo-Romaines 23. Lyon, Paris: De Boccard, 2001.
- _____. 'La marine romaine et la première guerre punique'. *Klio* 85: 57-69, 2003.
- LONDON, Jon. *Soldiers and Ghosts. A History of Battle in Classical Antiquity*. New Haven/London: Yale University Press, 2005.
- LÉVÊQUE, Pierre. *Pyrrhos*. Paris: E. de Boccard, 1957.
- Pyrrhus, King of Epirus. London: Stacey International, 1979
- LEWIS, Sian (org.). *Ancient Tyranny*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- LIDDELL HART, Basil Henry. *Scipio Africanus: greater than Napoleon*. New York: Da Capo Press, 1994.
- MILES, Richard. *Carthage Must be Destroyed: The Rise and Fall of an Ancient Mediterranean Civilization*. London: Allen Lane, 2010.
- MILNS, Robert D. *Alexander the Great*. London: Robert Hale, 1968.

- _____. "The hypaspists of Alexander: some problems" in:
Historia 20: 186-195, 1971.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Filippo il Macedone: saggio sulla storia greca Del IV secolo A.C.* Firenze: Felice Le Monnier, 1934.
- _____. *Alien wisdom: the limits of Hellenization.* Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975.
- _____. *Storia e storiografia antica.* Bologna: Il Mulino, 1987.
- _____. *The classical foundations of modern historiography.* Berkeley: University of California Press, 1990.
- MORRISON, John S. & COATES, John F. *The Athenian trireme: the history and reconstruction of an ancient Greek warship.* Cambridge: University Press, 1986.
- MOSSÉ, Claude. *La tyrannie dans la Grèce Antique.* Paris: Presses Universitaires de France, 1969.
- NIEBUHR, Barthold G. *Römische Geschichte.* Berlin: G. Reimer, 1853.
- PARKE, Howard W. *Greek Mercenaries Soldiers.* Chicago: Ares, 1933.
- PRITCHETT, William. *Ancient Greek Military Practices (I).* Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971.
- REVERDIN, Oliver. *Entretiens sur l'Antiquité Classique, Alexandre le Grand: image et réalité.* Vandoeuvres-Genève: Fondation Hardt, 1976.
- RICH, J.W. *Declaring war in the Roman Republic in the period of transmarine expansion.* Bruxelles: Latomus, 1976.
- ROSENSTEIN, N.S. *Imperatores victi: military defeat and aristocratic competition in the middle and late Republic.* Berkeley: University of California Press, 1990.
- _____. *Rome at war: farms, families, and death in the Middle Republic.* Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

- _____. (org) *A companion to the Roman Republic*. Malden, MA; Oxford: Blackwell Pub., 2006.
- SABIN, Philip; WEES, Hans Van, WHITBY, Michael. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SAGE, Michael. *Warfare in ancient Greece: a sourcebook*. London; New York: Routledge, 1996.
- _____. *The Republican Army: a Sourcebook*. New York; London: Routledge, 2008.
- SCARDIGLI, Barbara. *I Trattati romano-cartaginesi*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 1991.
- SCHEPENS, G. L'"Autopsie" dans la méthode des historiens grecs du Ve siècle avant J.-C. Brussel: AWLSK, 1980.
- _____; VERDIN, H; KEYSER, E. de. *Purposes of history: studies in Greek historiography from the 4th to the 2nd centuries B.C.: proceedings of the international colloquium, Leuven, 24-26 May 1988*. Lovanii: [s.n.], 1990.
- SCHUBERT, Rudolf. *Geschichte des Pyrrhus*. Königsberg: Wilh. Koch, 1894.
- SCULLARD, H.H. *The Etruscan cities and Rome*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1967.
- _____. *The elephant in the Greek and Roman world*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1974.
- _____. *Scipio Africanus: soldier and politician*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1970.
- SEKUNDA, Nicholas. *Hellenistic Infantry Reform in the 160's BC*. Gdansk: Gdansk University Press, 2006.
- SIDEBOTTOM, Harry. *Ancient warfare: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SJOQVIST, Erick. "A portrait Head from Morgantina", *AJA* 66: 319-322, 1962.
- STERN, Ernst von. *Geschichte der spartanischen und thebanischen Hegemonie*. Tartu: University of Tartu, 1884.

- STEWART, Andrew. *Faces of Power: Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1993.
- STRAUSS, Barry. *The anatomy of error: ancient military disasters and their lessons for modern strategists*. New York: St. Martin's Press, 1990.
- SZNYCER, Maurice. "Le Problème de la royauté dans le monde punique", *Bulletin du Com. des Trav. Hist.* 17: 291-296, 1981.
- TAGLIAMONTE, Gianluca. "Rapporti tra società di immigrazione e mercenari italici nella Sicilia greca del IV secolo a.C." In: *Confini e frontiera nella Grecità d'Occidente. Atti Del XXXVII Convegno Internazionale di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto, 1999.
- TARN, William W. "Polybius and a literary commonplace" in: *CQ* 20: 98-100, 1926.
- _____. *Hellenistic Military and Naval Developments*. Cambridge, Cambridge University Press, 1930.
- _____. *Alexander the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950. 2 vols.
- TILLYARD, Henry Julius W. *Agathocles*. Cambridge: The University Press, 1908.
- TOYNBEE, Arnold J. *Hannibal's legacy; the Hannibalic War's effects on Roman life*. London, New York: Oxford University Press, 1965.
- TUPLIN, John. "The Leuctra Campaign: some outstanding problems" in: *Klio* 69: 72-107, 1987.
- VARTSOS, Ioannes. "Osservazioni sulla campagna di Pirro in Sicilia". *Kokalos* 16: 89-97, 1970.
- VATTUONE, Ricardo. *Sapienza d'occidente. Il pensiero storico di Timeo di Tauromenio*. Bologna: Pàtron, 1991.
- WALBANK, Frank W. *A historical commentary on Polybius*. Oxford, Clarendon Press, 1957-79.

- _____. *Polybius*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972.
- _____. *The Hellenistic world*. Brighton, Sussex: Harvester Press; Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press, 1981.
- _____; ASTIN, A.E. *The Cambridge Ancient History*. Vol. 7. Cambridge: University Press, 1984.
- WARMINGTON, Brian H. *Carthage*. New York: Praeger, 1960.
- ZAMBON, Efrem. *Tradition and Innovation: Sicily between Hellenism and Rome*. Stuttgart: Fraz Steiner Verlag, 2008.

ANEXOS

ANEXO 1 - UMA CRONOLOGIA DO MUNDO HELENÍSTICO, 323-241 A.C.

323 - Morte de Alexandre, o Grande; Perdicas distribui as satrapias; Nascimento de Alexandre IV, filho de Roxana; Guerra Lamiana (revolta dos gregos)

322 - Submissão de Atenas, morte de Aristóteles, Invasão da Capadócia por Perdicas; Ptolomeu se estabelece no Egito, Ophellas em Cirene

321 - Campanha de Antípatro e Cratero contra os etólios; Perdicas invade a Pisídia

320 - Antípatro feito regente; Filipe Arrideu, Roxana e Alexandre IV em custódia; Invasão da Ásia por Antípatro e Crateros; Eumenes derrota Crateros; Seleuco adentra a Babilônia; Derrota de Perdicas no Egito;

319 - Morte de Antípatro; Polipercon feito regente; Ptolomeu conquista a Palestina; Agátocles ascende ao poder em Siracusa

318 - Polipercon declara a liberdade dos gregos; Eumenes sai da Capadócia para a Cilícia; Eudamos extermina Poro e marcha para o oeste

317 - Campanhas de Polipercon na Grécia; Invasão da Síria por Eumenes; Invasão da Pártia por Eudamos e outros sátrapas; Invasão da Síria por Antígono; fuga de Eumenes para a Babilônia

316 - Derrota de Polipercon para Cassandro; Eumenes se junta a Eudamos; Batalha de Paraitacene

315 - Lisímaco combate Antígono; Antígono derrota Eumenes em Gabene; Morte de Eumenes, Eudamos e Peiton; Antígono dá nova ordem às satrapias orientais; Aliança formada contra Antígono; Agátocles eleito *strategos autocrator* (?)

- 314 - Antígono se recusa a se entregar
- 313 - Antígono conquista Tiro
- 312 - Ptolomeu suprime revolta em Cirene e derrota Demétrio em Gaza
- 311 - Derrota de Agátocles na Sicília; bloqueio do porto de Siracusa; Antígono expulsa Seleuco da Fenícia; Paz entre Antígono, Cassandro, Ptolomeu e Lisímaco
- 310 - Início da expedição africana de Agátocles; Campanha de Ptolomeu na Cilícia contra Antígono; Anexação de Cipro
- 309 - Aliança de Agátocles com Ophellas; Demétrio abandona a Babilônia
- 308 - Morte de Ophellas, exército de Ophellas incorporado por Agátocles; Antígono expulso da Babilônia por Seleuco
- 307 - Agátocles retorna a Siracusa; Atenas tomada por Demétrio
- 306 - Antígono e Demétrio assumem o diadema; Demétrio conquista Cipro; Seleuco invade a Bactria
- 305 - Início do cerco de Rodes; Seleuco conquista a Bactria
- 304 - Seleuco, Ptolomeu, Lisímaco e Cassandro assumem o diadema; Agátocles se declara rei; Seleuco fracassa em sua campanha contra Chandragupta, na Índia
- 303 - Demétrio conquista Corinto e boa parte do Peloponeso; campanhas de Agátocles na Itália; acordo entre Seleuco e Chandragupta
- 302 - Cassandro e Lisímaco contra Antígono; Seleuco e Ptolomeu se juntam à aliança contra Antígono;
- 301 - Batalha de Ipsos; morte de Antígono, fuga de Demétrio
- 300 - Demétrio contra Lisímaco; Aliança entre Ptolomeu e Lisímaco
- 299 - Pirro enviado a Ptolomeu como refém
- 298 - Demétrio conquista a Cilícia
- 297 - Morte de Cassandro; Ptolomeu lança Pirro como rei do Epiro; Lisímaco toma possessões de Demétrio na Ásia Menor
- 296 - Lisímaco, Seleuco e Ptolomeu contra Demétrio

295 - Seleuco toma Cilícia; Ptolomeu toma posses de Demétrio no Cipro; Demétrio recupera Atenas

294 - Demétrio feito rei na Macedônia

293 - Demétrio na Tessália

292 - Revolta de Tebas; Antíoco inicia governo na Bácia

291 - Demétrio sufoca revolta em Tebas e ataca Pirro

289 - Morte de Agátocles

288 - Guerra naval de Ptolomeu contra Demétrio; Lisímaco e Pirro provocam fuga de Demétrio para o Peloponeso

287 - Revolta de Atenas; Ptolomeu conquista Tiro

286 - Demétrio perde Iônia e Lídia para Lisímaco

285 - Demétrio invade a Síria; submissão de Demétrio a Seleuco

284 - Pirro derrotado por Lisímaco na Macedônia

283 - Morte de Demétrio e Ptolomeu; Ascensão de Ptolomeu II

282 - Tarentinos pedem ajuda a Pirro

281 - Ptolomeu Cerauno feito rei da Macedônia; Seleuco invade a Anatólia, elimina Lisímaco e é morto por Ptolomeu Cerauno na Trácia

280 - Início da expedição italiana de Pirro; vitória em Heraclea; derrota de Antígono Gonatas (filho de Demétrio) para Ptolomeu Cerauno; invasão da Macedônia pelos celtas; fundação da Liga Aquéia

279 - Derrota dos romanos em Ásculo; pedido de auxílio de Siracusa; morte de Cerauno em batalha contra os celtas; Tratado entre romanos e cartagineses contra Pirro

278 - Início da expedição siciliana de Pirro

277 - Pirro derrota os cartagineses na Sicília; Antígono Gonatas derrota os celtas; celtas ocupam a Galácia

276 - Pirro parte para Tarento; Antígono Gonatas reconquista a Tessália;

275 - Batalha inconclusiva de Benevento

264 - Início da Primeira Guerra Púnica

260 - Batalha de Mylae

256 - Início da expedição africana de Régulo

255 - Recrutamento de Xantipo; Batalha de Túnis; derrota de Régulo

247 - Amílcar Barca nomeado general na Sicília; nascimento de Aníbal Barca

241 - Fim da Primeira Guerra Púnica; Cartago perde a Sicília para os romanos

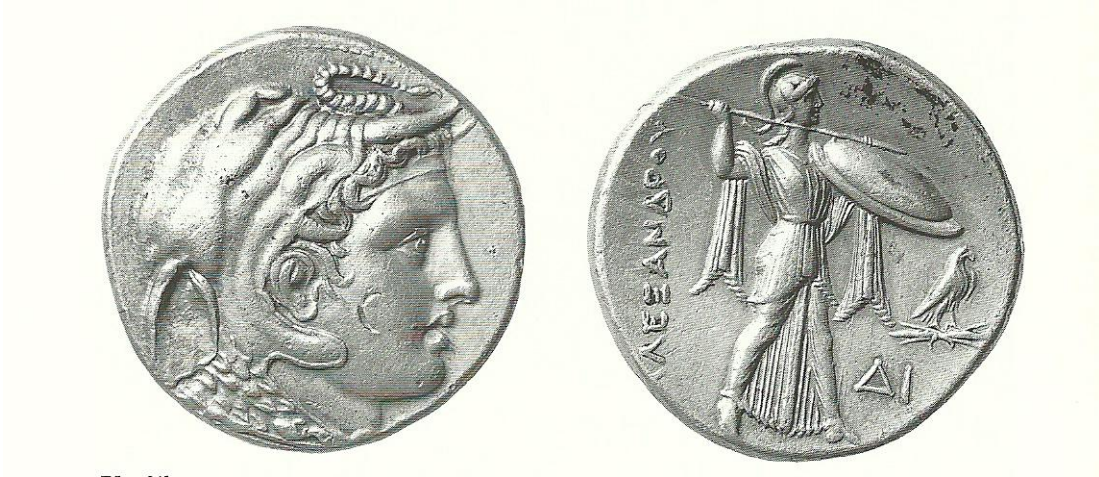
ANEXO 2: FIGURAS

FIGURA 1



FIGURA 2

(a)



(b)



FIGURA 3

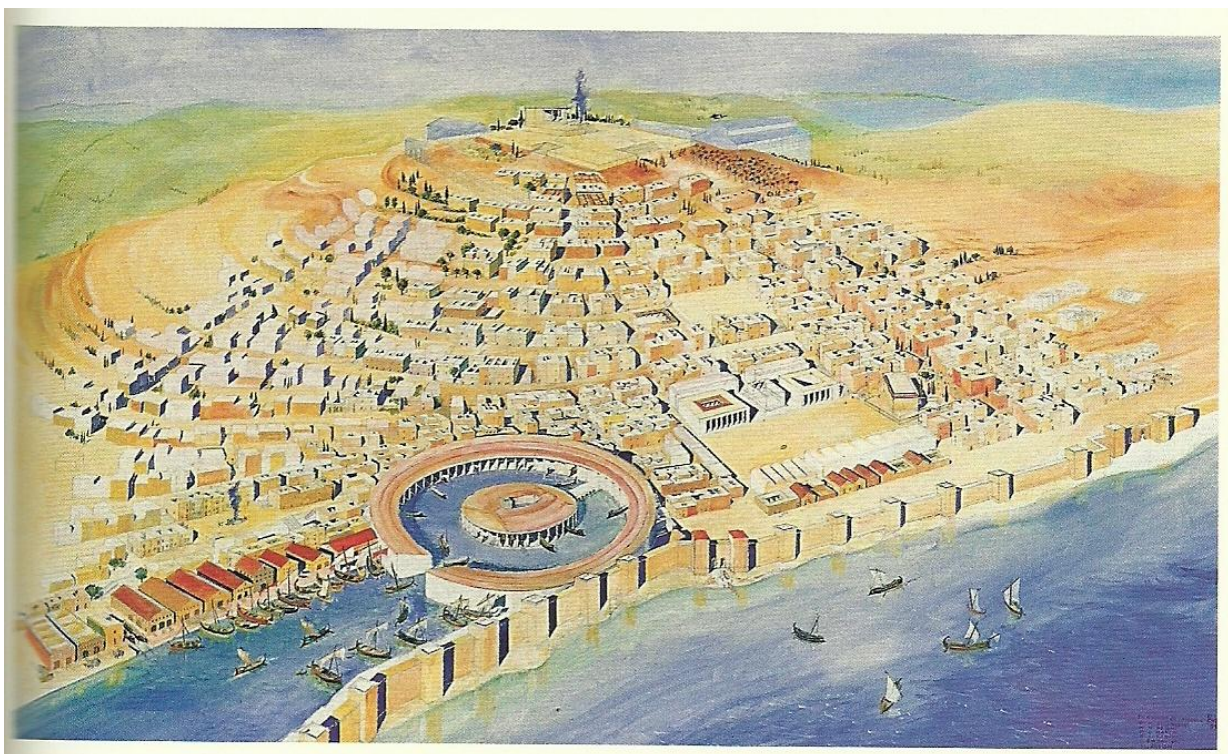
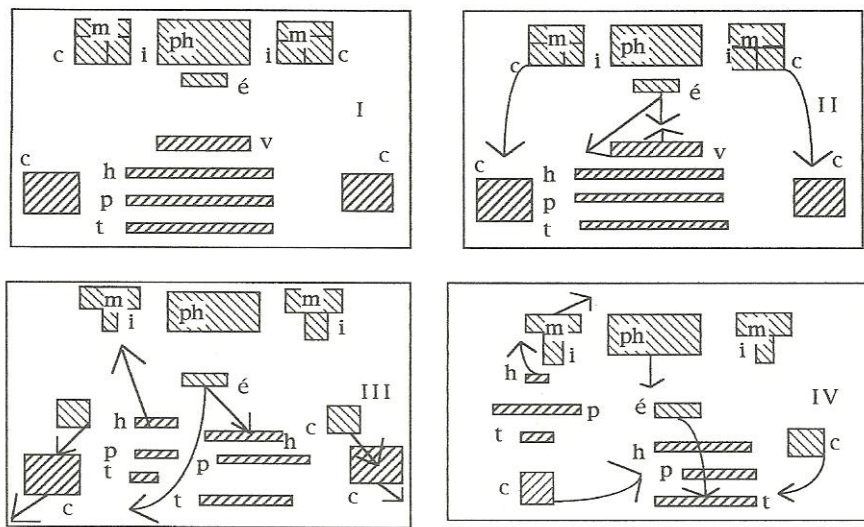


FIGURA 4



16. Schéma de la bataille de 255.

I. Dispositif initial.

II. Xanthippe envoie en avant sa cavalerie et ses éléphants.

III. Les vélites de Régulus sont dispersés, sa cavalerie en fuite, mais son aile gauche attaque l'aile droite de Xanthippe après avoir évité les éléphants.

IV. L'aile gauche de Régulus met en déroute l'aile droite de Carthage. Les éléphants enfoncent les premières lignes de Régulus au centre, et la cavalerie punique attaque ses lignes arrière.

Armée de carthage : **c** : cavalerie, **i** : infanterie, **m** : mercenaires, **ph** : phalange, **é** : éléphants.

Armée de Rome : **v** : vélites, **c** : cavalerie, **h** : hastati, **p** : principes, **t** : triarii.